UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

SANDRO FRANCISCO DETONI

**Natureza e patrimônio cultural: a geomorfologia como referencial
metodológico no tombamento de áreas naturais**

Versão Corrigida

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

**Natureza e patrimônio cultural: a geomorfologia como referencial
metodológico no tombamento de áreas naturais**

Versão Corrigida

SANDRO FRANCISCO DETONI

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas para obtenção do
título de Doutor em Ciências
Área de Concentração: Geografia Física

Orientador: Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D482n Detoni, Sandro Francisco
Natureza e patrimônio cultural: a geomorfologia
como referencial metodológico no tombamento de áreas
naturais / Sandro Francisco Detoni ; orientador
Adilson Avansi de Abreu. - São Paulo, 2016.
234 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Física.

1. Patrimônio cultural. 2. Área natural tombada.
3. Geomorfologia. 4. Paisagem. 5. Condephaat. I.
Abreu, Adilson Avansi de, orient. II. Título.

DETONI, S. F. **Natureza e patrimônio cultural: a geomorfologia como referencial metodológico no tombamento de áreas naturais.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em Ciências

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À Universidade de São Paulo por propiciar as condições acadêmicas e estruturais para a realização desta pesquisa.

Ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Ao Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu pelos ensinamentos e orientação.

À Profa.Dra. Simone Scifoni pelas dicas e pela ajuda na estruturação teórica deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Jurandy Luciano Sanches Ross por sua sempre orientação.

Ao Prof. Dr. Yuri Tavares Rocha pelo apoio e aprendizado.

Ao Prof. Dr. Emerson Galvani pelo voto de confiança.

À minha mãe pelo apoio familiar.

À Claudia Prioste e ao Daniel Marcolino pelas importantes contribuições na estruturação deste trabalho.

Aos companheiros de luta da Fatec, representados pela Cleo Tibiriça, pelo Laerte Fedrigo e pela Martita.

Aos funcionários da Universidade de São Paulo: pessoal da SAS, principalmente, à Carla. Também aos companheiros do futebol pelos momentos de descontração do nosso treininho no Cepeusp.

Às pessoas que no decorrer desta jornada, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa pesquisa, sobretudo, aos amigos de todos os momentos: Andreia, Marcão, Tati, Eric, Marquinho, Hubbert, Mirão, Igor, Rita, Rodolfo, Marta, Gustavo, Luciana, Marcos Milanesi, Nilson, Felipe, Ju, Jole, Raquel, Jader, Vitão, Gilmar, Denis, Chico, Brunão, Flório, Patrícia, Kelly, Vinícius, Vivian, Antônio, Jane. Aos muitos que faltaram, sintam-se incluídos!

Daqui podemos passar à consideração do interessante caso em que a felicidade na vida é predominantemente buscada na fruição da beleza, onde quer que esta se apresente a nossos sentidos e a nosso julgamento – a beleza das formas e a dos gestos humanos, a dos objetos naturais e das paisagens e a das criações artísticas e mesmo científicas. **Sigmund Freud, O Mal-estar na Civilização**

RESUMO

DETONI, S. F. **Natureza e patrimônio cultural: a geomorfologia como referencial metodológico no tombamento de áreas naturais**. 2016. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Ações de proteção da natureza engendradas nos órgãos responsáveis pela execução de políticas culturais, frequentemente, trazem à tona questionamentos sobre a extrapolação das dimensões e das limitações sobre o que deva se entender como patrimônio cultural. Entende-se que a natureza pode ser considerada como um dos objetos de defesa e de proteção na esfera cultural. O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, o Condephaat, por exemplo, apresenta inúmeras Áreas Naturais Tombadas (ANTs) na amplitude dos seus objetos de tombamento. Este trabalho analisou a incorporação da natureza às práticas de preservação do patrimônio cultural, sobretudo, ao considerar a paisagem como o pressuposto para o desenvolvimento de uma metodologia que justificasse o reconhecimento da natureza no universo das políticas culturais. Verificou-se a importância do atributo geomorfológico que, em grande parte dos tombamentos naturais, efetuados no Estado de São Paulo, constituiu-se como o estruturador da paisagem e se apresentou como o principal elemento simbólico para embasar a proteção da dimensão natural do ambiente. Por se tratar de um espaço territorial especialmente protegido, as ANTs poderiam ser consideradas como unidades de conservação da natureza, no seu sentido jurídico, ou seja, uma das categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Por isso, efetuou-se o levantamento sobre o histórico da criação das diferentes tipologias de áreas naturais protegidas. Tais espaços, que foram concebidos, inicialmente, no contexto de um discurso preservacionista, diversificaram-se sob a influência teórica da vertente conservacionista, no qual o ser humano passou a ser considerado na constituição de novas categorias de manejo. Dessa forma, o estabelecimento de ANTs veio ao encontro de uma prática de preservação da natureza que se baseia na sua valorização cultural. A participação social na defesa e na criação desses espaços naturais no domínio cultural apresentou diferentes conflitos de interesse e foi procedida por um processo de desregulamentação, caracterizado por não respeitar a rica contribuição teórica e metodológica das experiências, até então, empreendidas.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural; Área Natural Tombada; Geomorfologia; Paisagem; Condephaat;

ABSTRACT

DETONI, S. F. **Nature and cultural heritage: the geomorphology as methodological reference for cultural protected of natural areas.** 2016. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Action plans for nature protection conducted by cultural policies agencies often bring some questions about the typological limits of cultural heritage. Nature can also be considered as a object of cultural protection. The Condephaat, for instance, has several nature areas considered as cultural heritage. This study analyzed how nature became an important element in cultural heritage practices, and how the landscape was considered as a methodology for recognition of nature in the field of cultural policies. Geomorphology was an important reference in the landscape structure in most of the nature heritages, in the State of São Paulo. The relief was considered as symbolic element for cultural protection. The nature heritage areas are territorial spaces with special protection, but these places not are conservation units, in legal sense, that is, a category in national conservation system of nature. Then, it was also studied the process of creation of the different protection nature areas. Initially, these areas were created based on a preservationist discourse. After, they were designed by a conservationist theory that included human occupation in creation of new management categories. Thus, the nature heritage areas in the cultural sphere are consistent with the current theoretical bases. Social participation in defense and for creation of these natural spaces presented conflicts of interest, and was preceded by a deregulation process that did not consider the rich theoretical and methodological contribution of the experience undertaken.

Key-words: Cultural Heritage, Nature Heritage Area, Geomorphology, Landscape, Condephaat

LISTAS DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Tabela 1 -	Distribuição geográfica dos bens da lista do patrimônio mundial por categoria temática (2014)	48
Tabela 2 -	Processos que resultaram em tombamentos em diferentes períodos	57
Tabela 3 -	Distribuição dos bens tombados pelo Iphan por Estado	60
Tabela 4 -	Resumo das tipologias de proteção registradas no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	121
Tabela 5 -	Jurisdição das Unidades de Conservação Estaduais	173
Tabela 6 -	Distribuição dos Geoparques por Continentes	176
Tabela 7 -	Limites dos potenciais interesses para o tombamento natural com base na altitude	190
Quadro 1 -	Critérios para a avaliação do valor universal excepcional do patrimônio mundial da Unesco (2011)	45
Quadro 2 -	Resumo esquemático das diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais do Estado de São Paulo proposta por Aziz Nacib Ab'Sáber (1977b)	82
Quadro 3 -	Proposta de sistematização do patrimônio cultural	97
Quadro 4 -	Interação cultural e turística sobre o patrimônio	98
Quadro 5 -	Lista dos bens inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	121
Quadro 6 -	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: grupos, categorias, objetivos e regimes de propriedade	170
Gráfico 1 -	Inscrições nos livros de tombo por período	60
Gráfico 3 -	Distribuição quantitativa dos tombamentos inscritos, referentes às paisagens naturais, aos jardins e parques e aos sítios arqueológicos	63
Gráfico 4 -	Conjuntos urbanos que incluíram os atributos paisagísticos	64
Gráfico 5 -	Distribuição das inscrições dos tombamentos por Livros	72
Gráfico 6 -	Resoluções de tombamentos (Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico)	134

LISTAS DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1 -	Distribuição Geográfica dos Bens Inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (2014)	50
Mapa 2 -	Distribuição Percentual dos Tombamentos Efetuados pelo IPHAN (2014)	58
Mapa 3 -	Distribuição Percentual dos Tombamentos Efetuado pelo CONDEPHAAT (2014)	71
Mapa 4 -	Distribuição Percentual dos Tombamentos do CONDEPHAAT (2014) – Inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	127
Mapa 5 -	Potencialidade para o Patrimônio Natural - Relevo do Estado de São Paulo	191
Mapa 6 -	Potencialidade para o Patrimônio Natural - Relevo da Depressão Periférica Paulista	192
Mapa 7 -	Potencialidade para o Patrimônio Natural - Relevo de Torre de Pedra - São Paulo	195
Mapa 8 -	Potencial Interesse ao Tombamento Natural - Atributo Geomorfológico Local	196
Mapa 9 -	Potencial Interesse ao Tombamento Natural - Atributo Área Verde Local	203
Mapa 10 -	Ilhas, Ilhotas e Lajes Tombadas pelo Condephaat (2014)	211

Figura 1 -	À esquerda, capa de um atlas geográfico armênio (Fonte: http://www.cadaastre.am). À direita, brasão de armas da Armênia (Fonte: http://www.gov.am)	102
Figura 2 -	Representação do relevo existente nos brasões de armas de alguns dos municípios de São Paulo	103
Figura 3 -	Frentes de lavra na Serra do Boturuna (Sandro F. Detoni, maio de 2008)	105
Figura 4 -	Em primeiro plano, o Morro Torre de Pedra. Ao fundo, o Morro Agudo. Fonte: http://www.torredepedra.sp.gov.br	193
Figura 5 -	Morro Agudo e Torre de Pedra no trecho da Carta Topográfica 1:50.000, Folha Guareí	194
Figura 6 -	Na parte superior, o Morro do Camelo. Abaixo o Morro do Cuscuzeiro – Analândia, São Paulo (Sandro F. Detoni, novembro de 2007)	199
Figura 7 -	Na parte superior o Pico do Jaraguá, em fotografia tirada em janeiro de 2007. A fotografia inferior foi tirada em setembro de 2014 (Sandro F. Detoni)	201
Figura 8 -	Proposta de tratamento espacial do patrimônio cultural	216

LISTA DE SIGLAS

ANT - Área Natural Tombada
 APA - Área de Proteção Ambiental
 APP - Área de Preservação Permanente
 ARIE- Área de Relevante Interesse Ecológico
 ASPES - Áreas sob Proteção Especial
 CEI - Comissão Especial de Inquérito
 CEMUCAM - Centro Municipal de Campismo
 CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
 CF – Constituição Federal
 CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
 CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
 COGEP - Coordenadoria Geral de Planejamento
 CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
 CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
 CONPRESP - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
 CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente
 COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista
 CPNAP - Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas
 CTA - Coordenadoria Técnica Administrativa
 EIA - Estudo de Impacto Ambiental
 EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A.
 ESEC – Estação Ecológica
 ETEP - Espaço Territorial Especialmente Protegido
 FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
 FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.
 FESB - Fomento Estadual de Saneamento Básico
 FF – Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo
 FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
 FLONA – Floresta Nacional
 FUNATURA - Fundação Pró-Natureza
 GCRBT - Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados
 GEI - Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural
 IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IBOT – Instituto de Botânica
 IBPC - Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
 ICOM – Conselho Internacional de Museus
 ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
 IF - Instituto Florestal

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IZ- Instituto de Zootecnia
MPE - Ministério Público Estadual
MUBE - Museu Brasileiro e Escultura
NAA - Núcleo de Apoio Administrativo.
ONG - Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OS – Ordem de Serviço
PARNA – Parque Nacional
ProGEO - The European Association for the Conservation of the Geological Heritage
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO – Reserva Biológica
REFAU – Reserva de Fauna
RESEX – Reserva Extrativista
RGG - Rede Global de Geoparque
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SC – Secretaria de Estado da Cultura
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEP - Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos
SMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo
SMH - Serviço de Museus Históricos
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
SRTM - Shuttle Radar Topography Mission
STA - Seção Técnica Auxiliar
STCR - Serviço Técnico de Conservação e Restauro
STET - Comissão Técnica de Estudos de Tombamento
TGS - Teoria Geral dos Sistemas
UGI - União Geográfica Internacional
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos
UIPN - União Internacional para a Proteção da Natureza
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Objetivo	14
1.2. Materiais e métodos	15
1.3. Análise sistêmica e paisagem	19
2. CULTURA E A SUA DIMENSÃO NATURAL	25
2.1. A paisagem como conceito-chave na análise do patrimônio natural	27
2.2. Patrimônio natural e a sua perspectiva cultural	33
2.3. Patrimônio mundial e a incorporação do valor da natureza	41
2.4. Análise da distribuição geográfica do patrimônio mundial	48
2.5. Patrimônio cultural no Brasil	52
2.6. Distribuição institucional do patrimônio cultural no Brasil	57
2.7. Patrimônio cultural no Estado de São Paulo	64
2.8. Tombamento Natural no Estado de São Paulo	72
2.9. Subsídios Para um plano sistematizador das paisagens naturais do Estado de São Paulo	86
2.10. Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condepaaat	90
3. DIMENSÕES SIMBÓLICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL	95
3.1. Dimensão natural do patrimônio cultural: o papel da geomorfologia no tombamento de áreas naturais	99
3.2. Relevo: componente geográfico que estrutura o patrimônio natural	103
3.3. A cartografia como metodologia integradora	110
3.4. O relevo e a sua importância para a criação de ANTs no Estado de São Paulo	119
3.5. Bens tombados inscritos nos Livro Arqueológico, Etnológico e Paisagístico	125
3.5.1. Primeiros tombamentos	125
3.5.2. Relevo, atributos ecológicos e patrimônio ambiental urbano	129
4. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS	157
4.1. Espaços territoriais especialmente protegidos e unidades de conservação	160
4.2. Unidades de conservação no Brasil	163
4.3. Unidades de conservação no Estado de São Paulo	171
5. ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DO PATRIMÔNIO NATURAL	175
5.1. Subdivisões temáticas do patrimônio natural: o geomorfológico e o geológico	175
5.2. Desconstrução do tombamento natural	180
6. PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A SELEÇÃO DE PONTECIAIS PATRIMÔNIOS NATURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO	188
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	219
ANEXOS	226

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes avanços da política jurídica de proteção ambiental no território brasileiro, possivelmente, veio por meio da estruturação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)¹, fruto da regulamentação parcial dos dispositivos constitucionais descritos no artigo 225 da Constituição Federal (CF) de 1988. Tal regulamentação definiu uma organização sistemática das tipologias de proteção ambiental por meio de diferentes tipologias e critérios de preservação e conservação.

No decorrer dos anos que precederam a formalização legal do SNUC, os distintos níveis governamentais utilizavam-se das mais diversas formas institucionais para assegurar a proteção de áreas naturais, entre as quais, destacou-se a criação, no Estado de São Paulo, das chamadas Áreas Naturais Tombadas (ANTs). Porém, verificou-se que, no momento da estruturação jurídica do SNUC, essa categoria de preservação não fez parte do rol de unidades que compôs as tipologias de proteção desta lei².

O instrumento jurídico de proteção natural, denominado tombamento de áreas naturais, foi muito utilizado no âmbito do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), principalmente, no decorrer da década de 1980. Apesar da enorme contribuição que essa tipologia de proteção obteve na preservação de importantes ambientes no Estado, o desenvolvimento das estruturas institucionais e legais específicas para a proteção natural, no conjunto das políticas específicas de meio ambiente, não se utilizou mais essa tipologia de salvaguarda para determinadas áreas naturais. Esse fato suscitou o interesse em verificar quais os pressupostos ambientais envolvidos nas diferentes unidades de proteção da natureza existentes no território nacional.

¹ Lei Federal n. 9.985 de 18/07/2000. Regulamentou o artigo 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal.

² No que diz respeito à utilização tombamento para a proteção e a defesa do patrimônio natural, verificou-se também a aplicação desse instrumento jurídico no Estado do Paraná. Entre os exemplos, estão o tombamento do Parque Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada, na década de 1960, e a Ilha de Superagui e a Serra do Mar, nos anos de 1985 e de 1986, respectivamente.

Deve se destacar que uma área natural tombada apresenta algumas características peculiares, à medida que envolve a síntese entre a proteção dos aspectos geográficos, culturais e da sua amplitude ecológico-natural.

O conceito de patrimônio natural foi moldado a partir das práticas realizadas no âmbito da preservação do patrimônio cultural. O objeto desse tipo preservação inclui, assim, as características ecológico-geográficas do lugar, o que podemos denominar como a síntese paisagística, categoria de análise amplamente utilizada no âmbito da ciência geográfica e que influenciará o embasamento teórico, metodológica e conceitual dessa prática de proteção da natureza.

Com a intensa dinâmica paisagística, imposta, sobretudo, pelas sociedades contemporâneas, desenvolveu-se distintos dispositivos para o acautelamento de tipologias paisagísticas. Entretanto, percebe-se uma clara dualidade entre a proteção com foco cultural e a proteção no âmbito natural. Ao resgatar determinados instrumentos de preservação estruturados com ênfase aos atributos paisagísticos, é possível verificar que as bases conceituais da preservação patrimonial contribuíram de forma importante na definição nas estruturas de proteção ambiental natural, antes da sistematização da estrutura jurídica de unidades de conservação.

No contexto biológico, a espécie humana se diferenciou das demais formas de vida por meio da influência de distintos fatores evolutivos. Contudo, tal distinção também veio acompanhada do desenvolvimento de estruturas cognitivas que determinaram um comportamento cultural em relação à natureza. Cada vez mais, interpreta-se que é recomendável que os estudos referentes à problemática ambiental devam ser acompanhados da análise integrada da relação entre as sociedades e a natureza com vistas à definição de políticas cada vez mais eficazes de proteção de áreas naturais.

A questão da preservação ambiental, segundo as palavras do Professor Jurandyr L. S. Ross³, apresenta-se como uma utopia. A superação utópica deve passar pela incorporação da natureza na esfera cultural, ou seja, a natureza deve ser apreendida pela sociedade como um patrimônio, cujo valor, em grande parte, é imensurável e incomensurável. Nesse sentido, o valor natural de uma bacia hidrográfica, por exemplo, não deve ser ponderado somente como um recurso hídrico, o qual se limita à função de apenas satisfazer a necessidade do crescimento

³ Notas de aula da disciplina Geomorfologia na Análise Integrada da Relação Sociedade-Natureza, ministrada durante o primeiro semestre de 2013.

econômico ou do conforto social. Deve-se partir da sua incorporação como recurso intrínseco à manutenção da dinâmica ecossistêmica e da própria manutenção da espécie.

Portanto, visto que a mercadoria é o instrumento balizador nas relações sociais na modernidade, o impacto positivo de um empreendimento capitalista inclui, sobretudo, resultados na esfera social e econômica, cuja degradação natural se justifica em prol dos aspectos positivos desse domínio. As práticas preservacionistas mais eficazes sugerem a incorporação e o conhecimento da natureza no cotidiano da sociedade e podem remeter à busca de alternativas para a exploração econômica de determinado recurso natural, no momento em que esse recurso se caracterize como um patrimônio natural, por exemplo.

Posto tais fatos, este trabalho parte da hipótese que as ANTs foram e se constituem num importante instrumento de preservação ambiental, que poderiam, até mesmo, serem incluídas no SNUC, pois apresentam importantes fundamentos teóricos para as práticas de preservação ambiental. O fundamento dessa proposta é que a categoria de proteção da natureza denominada patrimônio natural tem como principal característica a junção dos atributos geográficos, ecológicos e culturais na argumentação e na definição dos critérios de preservação natural. O tombamento natural, assim, torna-se uma categoria de preservação diferenciada se comparada às categorias existentes no SNUC.

O interesse ou a motivação por trabalhar a questão do tombamento de áreas naturais partiu da elaboração de um trabalho de graduação e de uma dissertação de mestrado sobre a temática. Em tais estudos, foi possível averiguar a complexidade dessa categoria de preservação, tendo em vista o importante papel que o tombamento de áreas naturais desempenhou na questão ambiental do país, sobretudo no Estado de São Paulo, onde se destaca a proteção na perspectiva do patrimônio natural de importantes sítios geomorfológicos, por exemplo, a Serra do Mar, em que o atributo geomorfológico também definiu determinadas características histórico-culturais.

Conforme descrito, por se estruturarem conceitualmente no ideal de preservação da esfera cultural, tal instrumento de proteção passou por um considerável desuso, nas últimas décadas. Assim, postula-se que o tombamento de áreas naturais deve ser um instrumento político de proteção da natureza, mesmo que os seus propósitos

preservacionistas de primeira instância se relacionem à causa cultural. Para isso, deve-se ter em mente que a sua amplitude é sociocultural e surge da relação entre membros de uma organização social com a natureza por meio de diferentes componentes simbólicos.

Acima de tudo, a institucionalização do patrimônio natural se apoia numa estrutura físico-natural que fornece os laços fundamentais da valoração cultural. Nesse sentido, torna-se importante também verificar qual o principal atributo natural que influenciou as práticas para a criação das áreas naturais tombadas existentes. Assim, partiu-se da hipótese que as diferentes estruturas geomorfológicas se constituíram no principal atributo nessa valoração simbólica da natureza e mediu a síntese paisagística.

1.1. Objetivo

O trabalho tem o objetivo principal demonstrar a importância do estabelecimento institucional do patrimônio natural como um instrumento para a constituição de uma área de preservação ambiental diferenciado no contexto das práticas de acautelamento ecológico-ambiental⁴ usual. Nesse caso, tal patrimônio se insere num limite espacial onde se agregue, predominantemente, a interface entre os valores naturais e culturais, sendo possível determinar o laço ou característica natural que os une.

A perspectiva apresentada pode justificar a inclusão da categoria ANT no SNUC, visto que o tombamento de áreas naturais somente se regulamenta na estrutura jurídica de proteção cultural, além de verificar o porquê da não inclusão dessa categoria do SNUC e a sua eventual desregulamentação institucional. Com o desenvolvimento desse objetivo, o trabalho também apresenta uma discussão sobre as novas perspectivas do patrimônio por meio da incorporação cultural nos propósitos de preservação da natureza.

Será apresentado o panorama institucional da distribuição espacial das práticas de patrimônio cultural em escala mundial, nacional e estadual com o intuito de verificar, por meio desse retrato, como ocorre a incorporação de novos paradigmas

⁴ Entende-se aqui a amplitude conceitual do termo ecologia.

de valorização cultural, principalmente, com relação ao patrimônio natural inserido na perspectiva de preservação cultural.

Como objetivo suplementar propõe-se, a partir da estruturação conceitual e do entendimento teórico e metodológico da natureza como parte da dimensão cultural, criar um modelo de seleção de potenciais ANTs e elencar um conjunto de áreas no Estado de São Paulo passíveis de satisfazer esse objetivo de preservação, onde se considerem o conjunto articulado de seus atributos ecológicos, históricos e geográficos, consubstanciados, sobretudo, por seus atributos geomorfológicos. Além de verificar quais foram os propósitos preservacionistas das ANTs criadas, até então, por meio das resoluções de tombamento do Condephaat.

1.2. Materiais e métodos

De acordo com a orientação esquemática para uma pesquisa em Geografia, proposta por Libault (1971), a fase inicial do trabalho correspondeu ao nível compilatório, que envolveu a coleta e a compilação dos dados com o intuito de apreender a objetividade dessas referências.

O levantamento bibliográfico e as leituras contribuíram para criar o escopo fundamental dos conceitos utilizados nas fases posteriores do projeto. A bibliografia incluiu, entre outros temas, os que relataram as experiências realizadas pelo Condephaat na criação de áreas naturais tombadas. Os conceitos-chave centraram na definição contemporânea de patrimônio a partir da análise histórica do termo e da sua apreensão das fases desenvolvimento da legislação no correspondente à proteção de áreas naturais. Ainda foram analisados os principais documentos que nortearam à ação no Condephaat naquele momento: a Ordem de Serviço (OS) n. 01 de 1982, denominada Subsídios para um Plano Sistematizador das Paisagens Naturais do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1982a); e o documento aprovado pelo Egrégio Colegiado do órgão e entregue ao Secretário de Estado da Cultura, em 1984, descrito como Diretrizes Para uma Política de Atuação do Condephaat (CONDEPHAAT, 1984a). Com isso, foram verificadas as influências de tais documentos técnicos na execução dos processos de tombamentos de áreas naturais.

A revisão bibliográfica também procurou decifrar como ocorreram as práticas e o desenvolvimento dos distintos modelos institucionais sobre a preservação do

patrimônio cultural e sobre a criação de áreas de proteção da natureza. Tal análise permitiu verificar o desenvolvimento conceitual do termo, quais os pressupostos da ampliação das práticas de preservação de objetos culturais e a apreensão institucional dos novos paradigmas proteção patrimonial. Para isso, efetuou-se a análise dos dados sobre o patrimônio cultural nas seguintes esferas de institucionalização: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁵, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e o próprio Condephaat.

A base conceitual, a distribuição espacial dos bens culturais e as suas tipologias permitiram a verificação do modelo teórico que mais influenciou nas práticas de preservação, além de propor novas possibilidades de ampliação espacial do patrimônio cultural e justificar tecnicamente a inclusão da natureza como uma categoria de proteção na esfera cultural.

Os dados institucionais permitiram verificar o estado da arte da concepção de patrimônio cultural e o processo de incorporação da dimensão natural às práticas institucionais de proteção e defesa do patrimônio cultural com ênfase à política pública estabelecida no Estado de São Paulo no âmbito do Condephaat.

Por meio do levantamento da legislação pertinente à criação de espaços de proteção ambiental, juntamente com a análise das cartas e convenções internacionais assinadas entre os países signatários, no tocante à estruturação das formas legais de proteção natural, foi possível aferir sobre o processo de incorporação de novas estruturas de manejo de áreas naturais e como se deu o processo de inclusão da temática cultural na perspectiva ecológico-ambiental.

Visto que o patrimônio cultural encontra o seu arcabouço conceitual na relação de identidade entre o grupo social e o objeto cultural, apresentam-se exemplos práticos de identificação patrimonial, cujo destaque está nos pressupostos de valorização simbólica da natureza.

Os exemplos práticos descritos no Capítulo 3 do trabalho, os quais se enfatizam sobre os aspectos simbólicos que mais orientam o estabelecimento de um patrimônio natural, juntamente com a análise dos pareceres técnicos emitidos pelos técnicos do Condephaat, subsidiaram a proposição do componente natural que mais se destacou nas práticas de valorização natureza, a partir do viés cultural. Assim,

⁵ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

com base nas práticas institucionais, propôs-se que o relevo é o elemento que mais chama atenção nessa relação, sendo o elemento simbólico melhor perceptivo da dimensão natural do patrimônio cultural. Logo, paisagem, relevo e patrimônio se interpõem numa junção que justificará a prática de proteção natural com base na sua institucionalização no conjunto de políticas de proteção cultural.

Efetuiu-se um levantamento das notícias veiculadas, a partir dos acervos dos principais jornais paulistas, sobre o tombamento, principalmente, o de áreas naturais, e como a ação política do Condephaat foi apresentada pela imprensa escrita.

A análise científica da paisagem e a sua evolução conceitual também forneceram importantes subsídios para a inclusão da natureza nas práticas institucionais de proteção do patrimônio cultural. Por isso, o trabalho apresenta como tal conceito se estruturou cientificamente e a importância do relevo como elemento fundamental na integração dos componentes naturais e humanos da paisagem.

Com relação aos aspectos semânticos, a pesquisa pretendeu demonstrar a importância da metodologia para a seleção de potenciais patrimônios naturais, fato que também poderá justificar a inclusão da categoria ANT no SNUC ou a valorização científica desses espaços de proteção.

No que diz respeito à aplicação de um modelo prático de possibilidade de tombamento natural, efetuou-se levantamento de informações para caracterizar o espaço geográfico estudado ou, mais especificamente, o conjunto de atributos significativos que caracterizem a formação natural e a sua importância patrimonial. Nesse sentido, o levantamento do material cartográfico com vistas à análise topográfica permitiu a seleção preliminar de áreas de interesse natural. Para isso, foram utilizados os mapeamentos geomorfológicos existentes, sendo que o detalhamento ocorreu com a utilização de imagens geradas por sensores orbitais. A proposta metodológica sugere que tais análises sejam o subsídio técnico para a verificação de campo com o intuito de relacionar a forma ao conteúdo patrimonial.

A área para a aplicação metodológica foi o Estado de São Paulo. Todavia, em virtude de sua complexidade estrutural do relevo estadual, optou-se por uma análise detalhada do compartimento geomorfológico da Depressão Periférica Paulista. A pré-definição de potenciais áreas de interesse natural envolveu na etapa inicial somente os padrões diferenciados de relevo. Os padrões individualizados têm a

potencialidade de imprimir um caráter simbólico na relação com meio antrópico. O inventário preliminar é considerado como uma primeira observação e a sua proposta é subsidiar o significado cultural e ambiental dessas estruturas paisagísticas, ou seja, a análise do contexto geográfico.

Para a análise topográfica, com vistas à seleção de potencialidades paisagísticas de proteção natural, utilizaram-se as imagens orbitais do satélite *Shuttle Radar Topography Mission (SRTM)*, as quais a manipulação instrumental ocorreu em diferentes Sistemas de Informação Geográfica (SIGs). Com escala espacial de 90 metros, tais produtos digitais apresentavam o valor de altitude descrito em suas células elementares. Elaborou-se o mosaico de imagens da cobertura territorial estadual e, a partir da sua tabela de dados, verificaram-se as classes de altitude mais frequentes nas diferentes escalas de análise. Dessa forma, as classes menos comuns e com maiores altitudes foram consideradas como de interesse ao patrimônio natural. Em função da amplitude altimétrica do Estado, optou-se por selecionar, com base no Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo, elaborado por Ross e Moroz (1997), o compartimento geomorfológico da Depressão Periférica. Assim, a análise topográfica por meio das imagens do satélite SRTM incluiu somente o compartimento de relevo descrito, o que impôs uma classe altimétrica específica com o intuito de selecionar as potencialidades de patrimônio natural no contexto geomorfológico específico. O detalhamento espacial, por meio da análise dos níveis morfológicos municipais, permitiu verificar o potencial de tombamento natural com base nos atributos geomorfológicos locais.

No tocante à estrutura natural, possivelmente, as áreas selecionadas, ou o conjunto de áreas, podem apresentar características naturais diferenciadas. Por isso, os níveis topográficos diferenciados devem ser preservados, não somente em virtude de sua beleza cênica ou de sua história geológica, as quais pressupõem também um interesse científico, mas na forma que incorporam os aspectos culturais de uma comunidade ou do conjunto territorial estadual.

As feições de altitude destacadas podem atribuir uma possível diferenciação ecossistêmica de tais áreas. Com isso, insere-se no contexto paisagístico que compõe a justificativa da sua eleição como patrimônio natural.

Diante de todas as análises efetuadas, o trabalho procurou responder a seguinte questão: por que o SNUC não incluiu as ANT's como uma categoria de manejo?

Demonstrou-se a importância desse tipo de categoria de proteção institucionalizada em dois segmentos de gestão do território, seja como uma prática de proteção cultural, na perspectiva da conservação da natureza, ou como a inclusão da natureza no âmbito das políticas culturais.

1.3. Análise sistêmica e paisagem

É sempre bom frisar que o principal conceito que envolveu a estruturação do patrimônio natural será o de paisagem. Logo, compreendendo tal conceito no universo sistemático organicista, a estruturação conceitual da pesquisa tem como base a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) e a sua importante contribuição na estruturação do conceito de paisagem, segundo os pressupostos científicos geográficos.

A TGS foi desenvolvida nos Estados Unidos por R. Defay (1929) e Ludwig von Bertalanffy (1932)⁶, tendo aplicação inicial nos estudos termodinâmicos e biológicos. Os estudos sistêmicos partem de uma perspectiva organicista em que se procura entender como as partes e o conjunto, que forma a totalidade, relacionam-se, ou seja, procura entender a inter-relação e a interdependência entre os componentes que estruturam um sistema, considerado uma totalidade integrada. Dessa forma, deve-se destacar que a análise dos sistemas naturais conta com o importante papel dos fluxos de matéria e energia dentro do sistema.

Thornes e Brunsden (1977 apud CHRISTOFOLLETI, 1979, p.1) definem os sistemas como o “conjunto de objetos ou atributos e das suas relações, que se encontram organizados para executar uma função particular”. Assim, o conjunto é composto por unidades organizadas que possuem inter-relações e geram uma determinada resposta do sistema:

[...] quando decidimos qual será o sistema a ser investigado, definindo os seus elementos e suas relações, torna-se mais fácil delimitá-lo no espaço e distinguir as suas unidades componentes, interligadas pelas relações internas, e estabelecer sistemas ambientais controlantes que atuam sobre os sistemas através das relações externas. (CHRISTOFOLLETI, 1979, p. 4).

Na perspectiva relacional, o produto final se dará por meio da articulação das partes, daí a importância de compreender o conjunto. Assim, na análise paisagística,

⁶ Dafay, R. “Introdução à Termodinâmica para Sistemas Abertos”. Bertalanffy, L. Von. “Teoria Geral dos Sistemas”.

os condicionantes naturais e antrópicos formarão um conjunto dinâmico organizado em equilíbrio momentâneo. É de supor que o relevo, em virtude de sua característica epidérmica, pode ser considerado como um dos elementos controladores e, ao mesmo tempo, diagnóstico do sistema. As formas do relevo sobressaem na paisagem e articulam-se de forma fundamental na tipologia de um determinado conteúdo paisagístico.

Capra (2006) definiu que o padrão de organização dos seres vivos constitui-se na forma de uma rede. O autor pressupõe uma dimensão cognitiva da rede em qualquer nível analítico representado pela autopercepção, linguagem, consciência ou cultura. Com isso, as relações ecológicas condicionam-se pela interdependência, pela autopoietica⁷ e pelas estruturas dissipativas.

Ao aplicar os pressupostos da TGS, sobretudo nos estudos naturais, os fatores externos ao sistema são os responsáveis pelo fornecimento de energia e estabelecem os parâmetros que regulam seu funcionamento. As diferentes taxas de transferências de massa e energia entre os subsistemas implicarão em uma determinada fisionomia.

O conceito central na análise sistêmica é o de entropia, descrito na segunda lei da termodinâmica, cujo funcionamento de qualquer sistema e de suas partes individuais pressupõe uma distribuição de energia desordenada e desigual, ou seja, vão da ordem para a desordem, assim, ocorre um aumento da entropia.

A entropia consiste em mensurar o grau de desordem de determinado sistema. A energia gerada nesse processo possibilita a realização de trabalho com o objetivo da busca do equilíbrio estacionário do sistema. Cabe ressaltar que isso ocorre somente em sistemas não isolados, cuja escala temporal é restrita (CHRISTOFOLLETI, 1979).

O planeta Terra e os seus distintos ecossistemas⁸ apresentam-se, do ponto de vista dos fluxos de energia, como um sistema aberto em equilíbrio dinâmico. Entretanto, com relação aos fluxos de matéria, os diferentes ecossistemas configuram-se como sistemas fechados. Com isso, a alteração na quantidade dos fluxos de matéria e de energia tende a alterar equilíbrio do sistema articulado.

⁷ Autocriação

⁸ Define-se aqui o ecossistema como uma comunidade auto-reguladora que possui uma articulação sustentável entre a flora, a fauna e os microorganismos, segundo a escala de observação. No entanto, a noção ecológica de equilíbrio e de articulação pode ser aplicada às comunidades naturais e às humanas.

Qualquer intervenção nos elementos do sistema resulta numa nova organização por meio da adaptação dos componentes à nova situação de equilíbrio, numa tendência à auto-regulação e à organização. Isso significa que os diversos ambientes naturais terrestres possuem diferentes graus de suscetibilidade à quebra do equilíbrio.

O sistema, como um todo, possui uma estrutura constituída por seus elementos e as suas respectivas inter-relações. Dessa forma, a estrutura será expressa pelo arranjo de seus componentes. Christofolleti (1979) definiu os seguintes componentes fundamentais da estrutura do sistema: elemento, tamanho, correlação e causalidade.

Conforme a escala de análise, o elemento é definido como a unidade básica do sistema. Já o tamanho do sistema é determinado pelo número de unidades que o compõem. A correlação define-se pelo modo de relação entre as variáveis. E a causalidade está relacionada às variáveis do sistema. Nesses termos, na estrutura poderá haver uma variável independente, que controla o sistema, ou uma variável dependente, que é controlada pelo sistema.

Na análise geográfica, comumente, os sistemas são classificados por meio do critério funcional ou da complexidade estrutural. Por intermédio desse critério, Chorley e Kennedy (apud CHRISTOFOLLETI, 1979) distinguiram três formas de classificação dos sistemas: os sistemas morfológicos, os sistemas em sequência e os sistemas de processos-respostas.

Os sistemas morfológicos baseiam-se na associação das propriedades físicas dos fenômenos. Considerados os menos complexos das estruturas naturais, tais sistemas possuem seu enfoque nas formas. Já os sistemas em sequência são compostos por uma cadeia de subsistemas. Assim, deve-se analisar a entrada (*input*) e a saída (*output*) de energia e matéria do sistema. A combinação de sistemas morfológicos e de sistemas em sequência determina os sistemas de processos-respostas. A sequência indica o processo e o morfológico representa a forma. Com isso, o conjunto da estrutura indica a relação entre os processos e as formas.

Conseqüentemente, pode-se estabelecer um equilíbrio entre o processo e a forma, de modo que qualquer alteração no sistema em sequência será refletida por alteração na estrutura do sistema morfológico (isto é, na forma), através de reajustamento das variáveis, em vista a alcançar um novo equilíbrio, estabelecendo uma nova forma. Por outro lado, as alterações ocorridas nas formas podem alterar a maneira pela qual o processo se realiza, produzindo

modificações na qualidade dos inputs fornecidos ao sistema morfológico. (CHRISTOFOLLETI, 1979, p. 17).

A busca do equilíbrio momentâneo permite que o sistema possua uma circularidade da ação, denominado mecanismo de retroalimentação (*feed-back*). “O equilíbrio de um sistema representa o ajustamento completo das suas variáveis internas às condições externas [...]” (CHRISTOFOLLETI, 1979, p. 57). A condição de equilíbrio de determinada paisagem depende dessa combinação de variáveis internas, o que resultará em uma determinada fisiologia. O estado de estabilidade é atingido quando a importação e a exportação de matéria e energia forem equacionadas por meio do ajustamento das formas do próprio sistema. Nesse caso, a estabilidade permanece constante ao passo que não se alterem as condições externas.

Em síntese, as trocas de energia se processam por meio das relações de equilíbrio dinâmico. Em virtude disso, uma determinada intervenção no espaço pode alterar a funcionalidade dos ambientes naturais e modificar a velocidade dos processos.

Nesse contexto, com base nos pressupostos teóricos da análise sistêmica, é possível afirmar que os ambientes naturais possuem distintos índices de suscetibilidade às intervenções humanas. O relevo pode ser um bom indicador do desequilíbrio do sistema terrestre, pois a alteração no fluxo de matéria e de energia dentro do sistema é facilmente percebida na topografia em função da alteração na estrutura superficial da paisagem. No entanto, a compreensão da estrutura paisagística deve se basear na análise integrada do espaço. “Os estudos integrados de um determinado território pressupõe o entendimento da dinâmica de funcionamento natural com ou sem a intervenção das ações humanas.” (ROSS, 1994, p. 64).

Com isso, num primeiro momento, a análise da paisagem deve compreender a dinâmica natural da área sem a intervenção humana. Nessa fase, a ênfase está nos componentes físicos e bióticos que contribuem para a funcionalidade do sistema e envolve a integração dos estudos da litologia, do solo, do relevo, da vegetação e do clima. Posteriormente, consideram-se as intervenções de ordem antropogênicas por meio da análise do uso e ocupação do solo da área (ROSS, 1994).

Com relação ao uso e ocupação do solo, a componente histórico-cultural permitirá avaliar quais são os fatores predominantes na alteração da paisagem

regional. As atividades econômicas e a dinâmica sócio-cultural deixam suas marcas na paisagem. Logo, as características paisagísticas atuais decorrem, muitas vezes, dos modelos econômicos pretéritos. A exploração minerária, as técnicas, os produtos agrícolas cultivados e as forma de se apropriar do território determinaram o desenvolvimento da fisionomia da paisagem. Por meio da análise histórica e da tendência econômico-social, é possível traçar um prognóstico sobre as intervenções espaciais e verificar as tendências de apropriação dos recursos naturais.

É importante ressaltar que o pressuposto sistêmico também embasou a construção conceitual de ecossistema. No decorrer do seu desenvolvimento teórico, a Geografia incorpora a concepção ecológica, sobretudo, como orientação metodológica para os estudos de Geografia Física, principalmente, segundo a proposta de Tricart (1977), dos ambientes ecodinâmicos.

A paisagem passa a significar o conjunto e o espaço geográfico se expressa como o resultado dos processos atuantes. Nessa perspectiva, Ab'Sáber (2002) desenvolveu o conceito de espaço total que incluiu a análise dinâmica dos fatos que determinarão as características específicas de cada espaço. Para o autor, o conceito de espaço total se apresenta como o centro das considerações para uma correta previsão de diferentes formas de impactos, entre tais, os de ordem ambientais.

O arranjo ou o perfil de uma determinada área decorre de uma organização cultural e do acúmulo das alterações que são incorporadas no decorrer do tempo. Torna-se fundamental que se entenda as diferentes implantações acumulativas no território. Ab'Sáber (2002) destaca que “a gênese do espaço – considerado de um modo total – envolve uma análise da estruturação espacial realizada por ações humanas sobre os atributos remanescentes de um espaço herdado da natureza.” (AB'SÁBER, 2002, p. 30). Nesse contexto, e segundo os pressupostos da análise sistêmica, o autor enfatizou a sua análise no funcionamento dos fluxos vivos da natureza, que podem ser perturbados, mas não totalmente eliminados, e os fluxos sociais e econômicos que corroboram com a história das formas de ocupação dos espaços criados pelos homens.

Por meio desse conjunto de pressupostos, a estrutura paisagística natural possui uma determina função para a sociedade, a qual atribuiu e atribui uma determinada valoração aos recursos naturais disponíveis, segundo o grau de evolução tecnológica e de organização social. Exploram-se os recursos em função

do custo de apropriação e da demanda de consumo. Com a diminuição da biodiversidade do planeta, uma nova componente passou a ser considerado na exploração indiscriminada dos recursos naturais: a manutenção dos ecossistemas naturais. Na lógica atual do sistema socioeconômico que domina a maior parte do planeta, a componente natural possui diferentes graus valorização. Assim, até a sua preservação ecológica insere-se numa lógica mercadológica de valorização espacial.

Diante dessa conjectura, o patrimônio natural apresenta duas vertentes: como um recurso natural a ser explorado e mover os propósitos do sistema econômico e social; ou como uma paisagem que engendra uma valorização territorial que se constitui num atributo de valor ou de afirmação de identidades culturais.

2. CULTURA E A SUA DIMENSÃO NATURAL

A cultura, no senso comum e, até de certa forma, numa perspectiva elitista, refere-se a algo superior do conhecimento. Entretanto, cultura é parte fundamental da essência humana. A importante colocação feita por Durham (1984) esclarece a amplitude das referências culturais ao propor que elas abrangem simultaneamente objetos, conhecimentos e capacidades.

A própria origem latina da palavra cultura remete ao cuidado e ao cultivo. A utilização desse sufixo determina o ato de cuidar que os humanos empreendem para determinadas atividades. Segundo Chaui (2008), no seu sentido primitivo, a cultura se relacionava à “intervenção deliberada e voluntária dos homens sobre a natureza de alguém para torná-la conforme aos valores de sua sociedade.” (CHAUÍ, 2008, p. 48). Ainda, segundo a autora, a partir do século XVIII, o sentido da Cultura se opõe ao de Natureza, sendo essa última regida por leis de causa e efeito. Já o universo da cultura é dotado de liberdade e razão, no qual age a escolha por meio da influência de valores e fins. Assim, na perspectiva kantiana, Homem e Natureza se diferenciam por meio da perspectiva cultural que é imbuída de vontade, de finalidade e da liberdade. Já a Natureza se insere no reino das necessidades.

À medida que esse segundo sentido foi prevalecendo, Cultura passou a significar, em primeiro lugar, as obras humanas que se exprimem numa civilização, mas, em segundo lugar, passou a significar a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros humanos e com a Natureza, relações que se transformam e variam em condições temporais e sociais determinadas. Agora, Cultura torna-se sinônimo de História. A Natureza é o reino da *repetição*; a Cultura, o da *transformação racional*; portanto, é a relação dos humanos com o tempo e no tempo. (CHAUÍ, 2008, p. 49).

Chauí (1992) propõe que a perspectiva cultural possui um duplo registro: o antropológico e o do trabalho. No sentido antropológico, referem-se à invenção coletiva e temporal de práticas, de valores, de símbolos e de idéias que marcam a ruptura do humano em relação às coisas naturais, logo, todos os humanos são seres culturais. Já a perspectiva do registro do trabalho, a autora associa à criação das obras culturais, ou seja, as obras de artes e que se relacionam a uma avaliação que os humanos produzem sobre o mundo.

A idéia central do conceito antropológico de cultura é a de que os homens são animais de um tipo muito especial, cuja particularidade deriva do fato de possuírem

muito poucas orientações intrínsecas, geneticamente transmitidas, para organizar seu comportamento. Não possuindo essas orientações genéticas, organizam sua conduta através de sistemas simbólicos que criam e transmitem sob a forma de regras. Produz-se, assim, uma forma específica de adaptação e utilização do ambiente que envolve tanto a produção de conhecimento como a de técnicas, isto é, comportamentos padronizados, que são aprendidos e transformados por cada geração (DURHAM, 1984, p. 26).

Natureza e cultura possuem intrinsecamente uma característica dinâmica, ambos moldam o ambiente, ou o espaço geográfico, sendo ao mesmo tempo forma e ação. A cultura é o movimento de criação transmissão e reformulação dentro de um ambiente artificial. O ser humano é a única espécie biológica que desenvolveu as suas estruturas genéticas para transmitir e se apropriar do conhecimento no contexto das relações culturais. Isso pode ser concretizado por meio de ritos e de objetos que se apresentam como veículos de relações sociais e elaborações estéticas. Logo, a produção e apropriação simbólica é uma ação cultural dotada de significação, nos quais os costumes se apresentam como uma ação padronizada, acompanhadas de regras e codificação carregadas de significação.

A cultura insere-se, assim, como o organizador da vida coletiva que resultam numa produção material e imaterial. De certo modo, as classes dominantes dirigem a produção material e a cultural coletiva, da qual se apropriam (DURHAM, 1984, p. 31 e 32).

Pensando a questão desse ângulo, fica um pouco mais claro o que deve ser uma política oficial em relação ao patrimônio cultural numa sociedade que se quer democrática. Implica a idéia de um patrimônio cultural que, sendo na verdade produzido coletivamente, seja cada vez mais apropriado coletivamente, quer dizer, é necessário criar condições para que as pessoas, das mais diferentes classes, tenham condições de se apropriar daquele patrimônio que é mais carregado simbolicamente, que é mais rico e que, normalmente, é monopolizado pelas classes dominantes. (DURHAM, 1984, p. 33).

A natureza é apropriada e interpretada de forma diferenciada, segundo a perspectiva cultural que a envolve. Rússio (1984), ao destacar os aspectos culturais dos museus, destaca que a cultura é resultado do trabalho do Homem, seja intelectual ou um trabalho intelectual refletido na construção concreta, assim, a paisagem e o ambiente físico natural são dados culturais que possuem significados, valores e funções atribuídos pelo Homem e se tornam os seus patrimônios.

Nesse contexto, a atribuição de significados e de valores é estritamente cultural. A prática de preservação, seja natural ou cultural, é uma ação concreta do trabalho humano que decorre de uma significação de caráter cultural.

A percepção social dos objetos culturais conduz à atribuição de significado ou de um valor. Daí, a necessidade das práticas de preservação ou conservação também sobre a natureza, no momento da percepção humana sobre o valor dessa ação de proteção. Com isso, a ação política configura-se como o ato de administrar conflitos e envolve também o esclarecimento sobre o valor dos objetos. No contexto de proteção do patrimônio cultural, essa ação inclui as atividades de identificação, de proteção e de valorização das formas de expressão e de materialidades culturais.

Dessa forma, a paisagem se destaca como um conceito muito importante para atribuição de valorização natural e construção simbólica no contexto das práticas de proteção cultural. Por isso, o próximo item se atém a verificar o processo de constituição do conteúdo epistemológico do conceito de paisagem.

2.1. A paisagem como conceito-chave na análise do patrimônio natural

A paisagem se apresenta como uma das principais categorias de análise e de entendimento na Geografia. De início, verifica-se no seu âmago conceitual uma noção visual e estética, que fora explorada intensamente pela literatura e pelas artes. No âmbito artístico, a paisagem, comumente, define-se como um retrato real da beleza expressa na e pela natureza. No entanto, após o ímpeto natural, as interpretações sobre a paisagem passam a incluir os fatores humanos em sua configuração interpretativa e o foco da análise passa a ser a produção da paisagem como uma construção social ou uma ação humana sobre as diferentes estruturas naturais do planeta.

O aporte da paisagem comportando cumulativa e polêmica diversidade de entendimentos de procedências objetivas e subjetivas, repercutiu particularmente no âmbito da geografia, no seu reconhecimento, de um lado, como temática difusa e vaga, e de outro, em recrudescimento de posturas herméticas e radicais, restauradoras do imbricado dualismo sobre o qual se assentam as bases do conhecimento geográfico. (GOMES, 1997, p. 36).

Na ciência geográfica, diferentes correntes propuseram o estudo científico das paisagens. Todavia, verifica-se uma dualidade analítica por meio do estabelecimento de duas categorias de abordagens: a paisagem natural e a cultural.

De forma simplificada, a paisagem natural remete à natureza em suas características primitivas, sem a intervenção humana, e a sua análise procura decifrar o funcionamento da natureza e os condicionantes das diferenciações paisagísticas, sem ponderar, num primeiro momento, as interferências dos valores culturais e as formas de explorações humanas sobre a natureza.

Tal aceção permitiu que Ab'Sáber (1969) desenvolvesse uma sistematização nas pesquisas em Geomorfologia do quaternário com base na compreensão paisagística. Para o autor, é necessário partir dos estudos estruturais superficiais com o intuito de se traçar a cronogeomorfologia. Ab'Sáber definiu que, num primeiro nível, a Geomorfologia deve cuidar da compartimentação da topografia regional e da descrição das formas de relevo de cada um dos compartimentos. A partir daí, deve-se obter informações sobre a estrutura superficial das paisagens dos compartimentos e das formas individualizadas de relevo observadas. A combinação entre as observações das feições antigas e novas do relevo conduzem, segundo o pesquisador, à visualização cinemática recente da paisagem. Dessa forma, o terceiro nível analítico deve entender os processos morfoclimáticos e pedogênicos atuais com o objetivo de compreender globalmente a fisiologia da paisagem por meio da dinâmica climática, de observações mais detalhas e sob controle de equipamentos de precisão. No tocante às ações antrópicas, Ab'Sáber afirma que podem causar ações predatórias irreversíveis, na maior parte dos casos, em relação ao “metabolismo” primário do meio natural.

Já com relação à paisagem cultural tem-se a tendência à análise da síntese completa que envolve a relação entre a natureza e a sociedade num espaço específico, onde se estabelecem as diferenças fisionômicas que decorrem dos valores humanos e o do seu grau de desenvolvimento tecnológico. Deve-se destacar que ambas as abordagens, não deixam de considerar a paisagem como uma construção holística, no entanto, essa última enfatiza o papel do homem como principal modelador e criador da paisagem. Tal categoria, assim, torna-se produto do meio social.

Apoiadas na sistematização da Geografia como ciência, proposta por Alexandre Von Humboldt, do ponto de vista natural, verifica-se que as contribuições metodológicas indicam para a estruturação da paisagem em seus aspectos naturais, o que envolve a explicação do seu funcionamento por meio das relações entre os

distintos componentes da natureza, no qual a ênfase encontra-se na compartimentação paisagística e na análise das relações entre os componentes estruturantes da paisagem natural: o relevo, o clima e a vegetação. Tal abordagem assemelha-se ao estudo das regiões naturais, introduzido pela geografia francesa por meio das sínteses regionais em geografia física. A partir daí, procura-se a síntese paisagística, o que, metodologicamente, envolve os estudos integrados de clima, do relevo e da vegetação, análise que contribuiu para a proposta de geossistema ou sistema geográfico. Nesse momento, a paisagem passou a ser definida por meio de conceitos e adquire uma base científica de análise, conforme destaca Bertrand (2007), na década de 1960.

A transição da descrição mais ou menos ordenadas e coordenada dos elementos naturais e humanos que constituem um meio natural à análise científica deste mesmo meio natural não foi efetivada senão a partir do momento que este último foi considerado *a priori* como um 'conjunto' geográfico dotado de uma estrutura e um funcionamento próprios; isto é, quando a paisagem 'real' e multiforme está erigida em conceitos. (BERTRAND, 2007, p. 51).

Apesar de, num sentido preliminar, as abordagens paisagísticas naturalistas considerarem, muitas vezes, como centro da análise os componente naturais, o elemento central da interpretação sobre a paisagem pode partir das diferenciações paisagísticas impostas pelas organizações sócio-culturais.

Se por um lado, há abordagens que enfocam a análise paisagística na componente natural que, posteriormente, derivaram para as análises sistêmicas com um maior grau de complexidade, ao considerar o meio antrópico, é possível verificar abordagens que consideraram a paisagem como exclusivamente produto antrópico, em que se destacaram uma ênfase no viés da ocupação humana, é claro, sem desprezar a base física natural que se apresenta como o suporte paisagístico. Um bom exemplo dessas abordagens encontra-se no texto elaborado pelo professor Pierre Monbeig, em 1943, no Boletim Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominado "Notas Relativas à evolução das paisagens rurais no Estado de São Paulo." Nesse texto, o autor descreveu as transformações ocorridas nas áreas agrícolas do Estado de São Paulo, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Apesar da análise específica das paisagens rurais, o autor destacou que a policultura presente no Estado, naquele momento, é atribuída, em grande parte, ao clima, porém, os fenômenos atmosféricos não são a única explicação da paisagem rural atual (1944). Destacou-se que até o início do

século XIX, São Paulo era um Estado onde predominava a criação, sendo a de gado a mais importante. A utilização de relatos dos viajantes como material de pesquisa compôs um importante instrumento analítico para o autor traçar as modificações das paisagens rurais. Saint-Hilaire⁹, por exemplo, descreve que até Mogi, a região era pouco habitada e quase sem culturas. No entanto, somente depois de Mogi que a paisagem se anima e se povoa, nas palavras de Monbeig. O autor, então, procura relacionar as bases físicas naturais ao estabelecimento dessa economia, para isso, atribuiu a existência de campos naturais, a técnica agrícola e a densidade populacional para a supremacia da criação. A partir desse ponto, o autor destaca a importância das vias de circulação para a modificação paisagística. Ao descrever o caminho que levava a Goiás, Monbeig apontou que a população se difundiu, especialmente, no albergues de pouso. “Ora, esta estrada se estabeleceu nas zonas de percursos fáceis, porque o relevo não apresenta nenhum obstáculo, e também porque a floresta, difícil e perigosa de atravessar, é extremamente reduzida.” (MONBEIG, 1944, p. 428).

O texto procurou decifrar o processo de formação da paisagem por meio do desenvolvimento econômico das atividades humanas sobre o meio, em que se apontaram as restrições e as potencialidades impostas pelo o meio natural, juntamente, com a análise do autor sobre o estabelecimento de distintas tipologias paisagísticas. Assim, o autor pontuou três períodos importantes: o da ocupação até o século XIX, o estabelecimento da monocultura do café e o crescimento da policultura, no período posterior à década de 1920. “Dispersão da população, ataques da floresta nas suas orlas para culturas temporárias, imensos campos deixados à criação, eram os traços essenciais da paisagem rural paulistas ainda muito antes do século XIX.” (MONBEIG, 1944, p. 429).

A introdução da cultura do café transformou radicalmente a sociedade ou o tipo de civilização do planalto paulista. Destacou-se que a monocultura provocou a concentração da propriedade e a homogeneidade paisagística. O avanço do café não respeitou as restrições naturais dos solos, o que contribuiu para a posterior modificação paisagística. Segundo Monbeig (1944), a mudança de paradigma paisagístico, ao introduzir a diversificação das culturas, ocorreu pelo seguinte fato:

As catástrofes climáticas, como o golpe da geada de 1918, que arruinou uma grande parte dos cafezais paulistas, o empobrecimento

⁹ Auguste de Saint-Hilaire: botânico, naturalista, viajante francês

acelerado dos solos ruins, às vezes mesmo das boas terras para o café, as crises econômicas enfim, golpearam de morte a monocultura cafeeira e a sociedade rural a que ela estava ligada. (MONBEIG, 1944, p. 430).

Diante do exposto, a paisagem é interpretada como resultado de uma estrutura sistêmica, no qual se analisou os referenciais de forma holística. No contexto descrito, a ênfase está na relação entre a sociedade e a natureza e se procurou descrever a síntese geográfica da paisagem, ao ponto de se conduzir a uma interpretação dos lugares como excepcionais. Tal proposta segue a linha metodológica sistematizada por Carl Ritter, no século XIX, que lançou as bases da denominada Antropogeografia Física, abordagem metodológica que foi aprofundada por Friedrich Ratzel no estudo da influência dos fatores físicos espaciais no comportamento humano. Pode-se sugerir que as representações de Ratzel constituíram as primeiras representações de paisagem dotadas de caráter científico e formou a base para o que Otto Shlüter, no início do século XX, denominou como paisagem cultural, nos quais a Geografia Cultural e Social convergem para o entendimento da paisagem, em que o foco está da interdependência entre os fatores históricos e naturais (GOMES, 1997).

Visto que a abordagem antrópica é de fundamental importância para as modificações paisagísticas recentes, o marxismo também forneceu algumas bases teóricas para a interpretação da paisagem. Ao descrever o ser humano como um ser social e histórico, a paisagem pode ser interpretada como produto da relação entre o Homem e a Natureza, que ocorre por meio da contradição dialética e permite a socialização da natureza e a humanização da superfície da Terra. Assim, pode-se distinguir uma primeira natureza, considerada primitiva, sem a influência das atividades sociais, e uma segunda natureza, resultado da ação humana.

Para Santos (1996), a paisagem é o conjunto das formas e exprime as heranças das sucessivas relações entre o Homem e a Natureza. A paisagem é composta de objetos reais que se constituíram no decorrer do tempo, ou seja, apresenta-se como forma, sendo, relativamente, imutável e resultado de uma situação técnica específica. O estabelecimento das sociedades na forma configura a categoria denominada espaço, sendo dotada de um sistema de valores que se modificam permanentemente. Com isso, os objetos que compõem a paisagem apresentam uma função, conforme os valores estabelecidos por aquele momento histórico e faz com que o espaço seja condição presente. Tal abordagem atribui o papel

fundamental na ação humana expressa no espaço, em que a paisagem é somente o elemento material, sendo o produto do trabalho social que promove a alteração da natureza primitiva.

Diferente da conceituação proposta por Santos (1996), uma abordagem que enfatiza o dinamismo paisagístico, de acordo com uma visão holística completa, envolve os elementos da natureza e da sociedade. Ao seguir essa linha de análise da paisagem, Bertrand (1968) considera que a paisagem é:

[...] o resultado da combinação dinâmica, portanto estável, em uma determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antrópicos, os quais, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros fazem dela um conjunto único e, indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2007, p. 7 e 8).

Ao considerar a estrutura sistêmica, não somente do ponto de vista natural, como na relação entre a sociedade e a natureza, Bertrand (2007) afirma que as abordagens paisagísticas que incluem a sua totalidade devem ser procuradas fora da França, visto que a noção de *'Landschaft'* domina toda a geografia germânica. “Desde a 2ª metade do século XIX, uma *'Landschaftskunde'* tentou precisar a relações do homem e do meio.” (Bertrand, 2007, p. 10 e 11).

A mesma linha de análise é proposta pelo professor C. A. F. Monteiro, na qual a paisagem é sistêmica e dinâmica, sendo um espaço delimitado segundo um nível de resolução do pesquisador a partir dos objetivos centrais da análise. Assim, a paisagem constitui-se como resultado de uma integração dinâmica, ou seja, instável dos elementos de suporte¹⁰.

A abordagem sobre a paisagem, então, deixa de se preocupar somente com a estruturação do sistema natural e passa a considerar a sua moldagem imposta pelos diferentes grupos sociais. Pode-se afirmar que há uma preocupação em considerar a análise paisagística tanto vertical como horizontal, ou seja, as relações que estruturam o meio físico e a criação de paisagens diferenciadas, de acordo com a dinâmica socioeconômica, um sistema estruturado conforme a definição elaborada por Ab'Sáber (1977a), em que:

[...] a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (Ab'SÁBER, 1977a, p.19).

¹⁰ Notas de aula

A paisagem possui, assim, um caráter de palimpsesto¹¹, ou seja, é composta de resíduos de um passado combinado com suas reutilizações e inclusão de novas formas que decorrem da tipologia social que ocupa determinado espaço.

A contribuição da abordagem fisiológica, proposta por Ab'Sáber, envolve a análise mais pormenorizadas dos componentes da natureza e a sua relação com o todo. Contudo, tal exame deve ser estruturado conforme as distintas escalas de apreensão da natureza que comporão a paisagem segundo uma percepção sinótica.

Paisagens apresentam-se como o resultado de processos sociais e naturais que agem reciprocamente. As fisionomias paisagísticas derivam das relações de troca ou, num primeiro momento, por meio da estruturação de uma base física onde se pesam os componentes naturais sem a intervenção humana. Nesse contexto, Humboldt e Ritter empreenderam grandes avanços no entendimento e formação da ciência geográfica. “Pautados no rigor científico de suas observações, a natureza, a paisagem, e o cosmos aparecem como uma totalidade que se diferenciaria pelas suas unidade ou partes e pelas suas relações de troca que envolvem.” (GOMES, 1997, p. 27).

O emprego da expressão paisagem precede uma consideração contextual em que determinados usos e valores lhe são atribuídas (GOMES, 1997). Nesse sentido, para o contexto utilizado pressupõe que a paisagem, além de herança de processos naturais e sociais, pode adquirir o caráter de patrimônio cultural por meio da atribuição de valores para determinados componentes simbólicos, por isso, torna-se alvo de valorização, seja do ponto de vista natural, ou social, o que permite a definição de políticas públicas para a sua preservação.

2.2. Patrimônio natural e a sua perspectiva cultural

O estabelecimento e a institucionalização de uma forma de patrimônio cultural, independente da sua tipologia, pressupõem uma significação diferenciada do bem material ou imaterial a ser considerado. Assim, estabelecer algo como patrimônio cultural, no sentido jurídico, implica que a sua tutela passa a ser do Estado, sendo gerido por normas específicas para a garantia de sua preservação.

¹¹ Pergaminho ou papiro reutilizado que, apesar da eliminação do texto antigo, conservavam os seus resquícios.

Verifica-se a existência de diversas tipologias de patrimônio cultural: histórico, arqueológico, ambiental, entre as quais, a avaliação e a instituição dessa categoria de proteção podem demonstrar uma dada importância para a comunidade envolvida, ou mesmo, a sua relevância biogeográfica, quando o objeto de tombamento for uma área natural.

A partir da análise filológica do termo patrimônio, nota-se que esse conceito passou por distintas variações até se atingir o estágio da sua institucionalização como um bem de valor social. O patrimônio, que possui sua origem nas estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade é requalificado por diversos adjetivos no decorrer de sua trajetória (CHOAY, 2006).

O patrimônio tem a sua principal base de sustentação na componente histórica. Choay (2006) demonstra que a utilização do termo patrimônio histórico procede à aplicação de outro conceito: o de monumento histórico. Porém, o autor procura distinguir as bases conceituais do monumento isolado e do monumento histórico.

O monumento relaciona-se à lembrança, ao tocar pela emoção uma memória viva, por meio de uma edificação que rememore outras pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. O passado rememorado procura manter a identidade de uma comunidade ética, religiosa, nacional, tribal ou familiar, possui a ação de uma função antropológica. Choay (2006) descreve a importância do termo no contexto das sociedades contemporâneas e da própria dinâmica da natureza. “Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.” (CHOAY, 2006, p. 18).

Ainda de acordo com Choay (2006), o monumento possui essência na sua função antropológica que o relaciona à identidade do grupo. No entanto, a sua essência simbólica passou por ressignificações e seu conteúdo memorial passa a incluir a valorização arqueológica, ou seja, o testemunho de um passado, de um estilo ou de uma estética. Na sua interpretação, o monumento deriva do antigo *status* de signo para o de sinal, decorrente da sua extinção memorial.

O Renascimento e o processo de aprimoramento do conceito de arte abrem o caminho para esse novo significado do monumento, no qual há a substituição do ideal de memória pelo ideal de beleza. Visto que a função memorial encontra o novo *lôcus* das suas práticas de preservação, a partir do desenvolvimento da imprensa,

que se expressa como uma nova forma de conservação do passado memorial ou comemorativo (co memorado), sobretudo, com o advento da fotografia.

Com relação à conceituação inicial do patrimônio histórico, a sua definição se ancorava nas práticas de preservação do monumento histórico, que o inclui a partir de um conteúdo patrimonial. Nesse sentido, o foco de preservação do patrimônio se concentrou nas edificações. Desde a constituição da primeira comissão de monumentos históricos, na França, em 1837, até a Segunda Guerra Mundial, as práticas de preservação patrimonial não passaram por grandes modificações, o que incluía um espectro restrito de tipologias relacionadas aos remanescentes da antiguidade, aos edifícios religiosos da Idade Média e aos castelos.

A partir do fim da Segunda Guerra, o inventário tipológico de preservação passa por um significativo aumento, o que incluiu a essência arqueológica e histórica da arquitetura erudita e todas as formas de arte de construir (CHOAY, 2006). Após a renovação conceitual que ocorreu a partir da década de 1960, verifica-se a inclusão de novas tipologias e o aumento dos debates no âmbito da preservação patrimonial. Para Choay (2006), “a tripla extensão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais é acompanhada pelo crescimento exponencial de seu público.” (CHOAY, 2006, p. 15).

No caso europeu, Jeudy (2005) afirma que ocorreu um processo de “patrimonialização”, em que houve certo fervor de culto ao passado. Para a autora, o patrimônio se apresenta como um objeto de consumo, a partir da monumentalidade dos seus signos e da uniformização patrimonial.

O patrimônio como uma herança a ser transmitida pressupõe o estabelecimento de diferentes categorias. Hugues de Varine Bohan¹², na sua interpretação, propõe que, ao se tratar de patrimônio, deve-se incluir o adjetivo cultural. Com isso, o patrimônio cultural é dividido em três categorias: natureza e meio ambiente; o conhecimento, as técnicas, o saber; e, os bens culturais, que abrangem os objetos, os artefatos e as construções (LEMOS, 1987).

Entretanto, verifica-se, no processo de ampliação das suas tipologias, a inclusão da natureza como algo dotado de valor patrimonial a ser preservado, em vista da sua importância histórica, cultural e ecológica, sobretudo, com vistas ao seu

¹² Foi diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) entre 1965 e 1974.

interesse paisagístico-ecológico, que será representado pela institucionalização do patrimônio natural.

A análise de um espectro mais amplo da política patrimonialista torna-se um importante referencial para o embasamento das bases teóricas do patrimônio natural, pois o conceito de patrimônio se constrói no âmbito dos referenciais urbanos e a sua evolução conceitual passa a incorporar a natureza como um importante marco patrimonial. Contudo, é importante frisar que a natureza, como um bem de valor patrimonial, possui o seu elemento unificador nas relações sociais, visto que a sua valorização é fruto de determinadas práticas sociais.

A inclusão da natureza no âmbito das práticas de preservação cultural ocorre, no plano internacional, a partir das décadas de 1960, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1962, o organismo das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Unesco, em sua reunião geral, propôs a elaboração da Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Tal documento não faz uso da sentença patrimônio natural, porém, segundo Scifoni (2008), pode ser considerado o precursor da questão, visto que ressaltou a proteção de paisagens e sítios com interesse cultural.

A primeira conferência internacional sobre meio ambiente da ONU, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, confronta a corrente ideológica desenvolvimentista e a corrente preservacionista, dado que a natureza e o patrimônio, na sua amplitude tipológica, adquiriam o ônus da industrialização e da urbanização em prol do desenvolvimento econômico. No entanto, do ponto de vista do patrimônio cultural, a construção da represa de Assuã, no Egito, otimizou a idéia de se estabelecer uma Convenção do Patrimônio Mundial, de caráter supranacional, também em 1972.

Na Convenção, a Unesco se apoiou na valorização estética e monumental dos referenciais patrimoniais, o que dota o bem patrimonial de uma universalidade. Assim, a tipologia natureza deveria incluir tais aspectos, no qual se destacam a fruição visual e a natureza intocada. Como patrimônio natural se incluiu as formações da natureza de caráter excepcional e universal. Para Scifoni (2008), apesar da valorização do critério estético, no momento em que a Convenção destaca a proteção dos bens naturais importantes para a ciência e para a conservação, o documento valoriza também o critério ecológico, o que significava um avanço na discussão sobre o patrimônio.

De acordo com os argumentos apresentados, o modelo de preservação patrimonial estabelecido pela Organização é excludente, pois se centra na integridade do patrimônio, na valorização dos aspectos estéticos e, sobretudo, na influência de questões de âmbito político. Dessa forma, verifica-se que práticas patrimoniais e debates conceituais no âmbito regional superam a sistemática patrimonial estruturada pela Unesco.

Certamente, a primeira legislação acerca da proteção do patrimônio cultural surgiu no contexto da Revolução Francesa, que incluiu a nacionalização dos bens de valor nacional para a França. Já com relação à categoria natural, verifica-se a presença, a partir do final do século XIX, nos textos constitucionais e em legislações específicas da utilização do termo monumento naturais.

Convém destacar a presença de um componente seletivo, que inclui as vertentes políticas e ideológicas nas práticas de preservação patrimonial. Logo, a preservação do patrimônio, em suas diversas facetas, pode refletir a forma ideológica no qual o mesmo foi constituído, cujo âmago da questão se expressa na formação de uma identidade comum por meio dos aspectos culturais de determinada sociedade. Tais aspectos se ancoram, sobretudo, na vertente monumental do patrimônio, no qual, a construção conceitual se relacionou às ambições e à afirmação de um segmento social dominante.

Mesmo com a sua componente ideológica, vale considerar que o patrimônio se constitui como uma herança a ser preservada para as futuras gerações, ou seja, o objeto se torna uma referência a ser transmitida, daí a importância de se analisar o valor simbólico do bem ou da área, construção ideológica semelhante à institucionalização dos argumentos de proteção aos ecossistemas naturais.

Sugere-se que, a princípio, as práticas de proteção do patrimônio se assentaram na divisão estrutural entre a natureza e a cultura. Verificou-se a superação teórica de tal esquema ao considerar que os aspectos culturais possuem certa complexidade conceitual.

Conforme se mencionou, o termo patrimônio, no decorrer das práticas de preservação, passou por ressignificações ou novas significações. O patrimônio, nascido como contemplação estética e monumental, seja na sua vertente história, artística ou arquitetônica denota-se como prática de preservação na Europa, a partir do século XIX. De forma geral, o desenvolvimento inicial das instituições estatais de

preservação patrimonial empreendeu instrumentos metodológicos voltados para a estruturação e validação de significado do patrimônio construído, expresso, sobretudo, nas formas artísticas e arquitetônicas. O patrimônio, nesses termos, apresenta-se como uma referência estética em que se valorizam as suas formas.

O instrumento do tombamento também foi utilizado como forma de registro de elementos construtivos da arquitetura brasileira, estabelecendo a legitimação dessa expressão como parte autêntica da cultura nacional. Tal direcionamento decorreu, em parte, da constituição do quadro técnico do órgão federal formado, principalmente, por arquitetos. (RODRIGUES, C., 2001, p. 50).

É importante destacar que, por vezes, há uma relação intrínseca entre o ambiente construído e o meio natural no seu jogo de significação como patrimônio cultural. Assim, a elaboração de uma estética específica advém de um conteúdo natural que influencia a forma.

Para Rodrigues, C. (2001), as principais práticas preservacionistas das últimas décadas atribuíram a constituição do patrimônio à reconstrução das memórias dos grupos sociais, o que passa incluir a defesa da natureza como uma categoria patrimonial que deve ser preservada para as gerações futuras, dado a velocidade dos processos de degradação natural. O discurso patrimonial, no que tange à proteção natural, incitou a ascensão dos movimentos ecológicos no Brasil e se tornou um dos contribuintes para a criação, por exemplo, do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (CONSEMA). A defesa do patrimônio natural ou ambiental se ancorava importantes práticas preservacionista do meio ambiente. A valorização de tais modalidades também veio acompanhada do estabelecimento de uma ampla legislação de proteção do meio ambiente que, no caso da preservação de áreas naturais, no âmbito federal, culminou com a criação de uma legislação específica, o SNUC¹³. Entretanto, devem-se distinguir os objetivos do patrimônio natural, por meio do instrumento jurídico do tombamento, e a proteção de áreas naturais, no tocante à instituição de uma unidade de conservação.

Interpreta-se que os componentes jurídicos para o estabelecimento de uma ANT partem do pressuposto de que a natureza ou a paisagem se constituem num patrimônio dotado de um valor simbólico. A constituição de um bem ambiental se encontra, assim, em duas esferas: a significação social e a preservação natural ou ambiental. Cabe salientar que a questão da preservação da natureza amplia seu enfoque a partir da década de 1970, com os questionamentos sobre a sociedade de

¹³ Lei Federal n. 9.985 de 18 de julho de 2000

consumo e a proposição de práticas que passavam da esfera do ter para a esfera do ser e da busca da valorização na relação entre o Homem e a Natureza. Deve-se destacar que no decorrer desse processo, a própria natureza passa a ser um componente mercadológico.

Ao definir que o meio ambiente é um bem coletivo e deve ser herdado pelas futuras gerações, impõe-se a necessidade da ampliação de suas práticas preservacionistas. Com isso, o desenvolvimento de uma legislação específica para a preservação da natureza surge, principalmente, no caso paulista, no âmbito das instituições de defesa do patrimônio por meio da expressão patrimônio natural.

Rodrigues, C. (2001) analisou a evolução das práticas de defesa do patrimônio na Capital Paulista, no período de abertura à participação da sociedade civil. Verificou-se que nos temas relacionados à preservação surgiram inúmeras mobilizações sociais em favor de tombamento à preservação de áreas verdes. Segundo a autora:

Quanto ao conjunto de casos analisados, de forma mais genérica, pudemos verificar que o *processo de democratização do patrimônio* e as políticas urbanas preservacionistas e de planejamento autocráticas que prevalecem na cidade de São Paulo são dois elementos determinantes para a compreensão das significativas incidências de mobilizações sociais em favor do tombamento de áreas urbanas paulistanas. (RODRIGUES, C., 2001, p. 238).

O trecho descrito demonstra que a ampliação das tipologias do patrimônio cultural advém de uma luta democrática pela participação social na gestão pública. Com relação à inclusão da natureza, ao analisar os pressupostos do tombamento, é possível propor que a componente mais importante na preservação do patrimônio natural é a complexidade de sua relação entre a natureza e a sociedade.

Dessa forma, pode-se afirmar que um dos alicerces fundamentais para o estabelecimento de um patrimônio natural esteja na preservação de sua paisagem, pois ela pode expressar tal complexidade, logo, ao instituir um patrimônio natural, os seus argumentos, muitas vezes, partem da valorização dos componentes do meio físico. Entretanto, a compreensão sistêmica da paisagem e de sua complexidade pode justificar as propostas de tombamento de áreas naturais e dar um caráter especial a essa categoria de preservação ambiental.

Ao ampliar o espectro analítico por meio da correlação entre a cultura e a natureza, verifica-se que a ação de uma componente sobre a outra ocorre de forma dialética. A exploração dos recursos naturais pertence ao instinto humano que busca

na sua essência de sobrevivência a melhoria da sua possibilidade de reprodução como ser. Numa perspectiva evolucionista, estruturada por uma concepção organicista e ecológica, as atividades humanas se relacionam à luta por sua existência como espécie biológica, no qual as associações humanas visam à manutenção dos indivíduos e do grupo no processo de luta como espécie. Tal necessidade não envolve somente a dimensão natural, mas está no campo dos sentidos e dos valores, como descreveu Meneses (1996):

[...] há escolha, mas elas não são aleatórias e mecânicas, pois dependem das significações que lhes atribuímos e dos juízos com que as hierarquizamos. Assim, não caracteriza o comportamento humano uma articulação automática entre necessidade e resposta, já que estará sempre presente uma mediação simbólica. (MENESES, 1996, p. 90 e 91).

Há, assim, uma necessidade natural comandada no âmbito instintivo e a necessidade cultural que é determinada pelos valores e costumes adquiridos por determinado grupo.

A melhora das condições de sobrevivência por meio do domínio da natureza se expressa como algo inerente ao ser humano que também é dotado de valores e escolhas. Porém, coloca-se a seguinte questão: existe um meio termo em que a busca pela melhoria da qualidade de vida, expressa na universalização do acesso aos produtos e serviços, não acarrete no prejuízo do equilíbrio ambiental do planeta ou de um ecossistema natural, sobretudo, quando o foco de apropriação da natureza se insere no modo capitalista de produção.

Os países em desenvolvimento econômico, na maioria das vezes, inserem-se na economia mundial em virtude do amplo e diverso estoque dos seus recursos naturais. Verifica-se que a busca por essa inserção atinge diretamente o patrimônio natural dessas nações. Os interesses diversos a favor da exploração dos recursos naturais e as práticas mercadológicas permitem a construção de um discurso que não valoriza os bens patrimoniais, ou melhor, os valorizam segundo a vertente econômica. Nesse sentido, em nome do desenvolvimento econômico, qualquer posição de defesa patrimonial soa como uma voz retrograda ao desenvolvimento, na colocação mais expansiva do termo.

Conforme se mencionou, as áreas naturais, incluídas como patrimônio, possuem determinados valores e significados, sejam do ponto de vista natural, social, cultural e, na maioria das vezes, econômico. No entanto, os territórios procuram se inserir na economia, seja regionalmente ou mundialmente, por isso, verifica-se que o valor

econômico quase sempre sobressai sobre os demais. Dessa forma, as práticas sociais de defesa do patrimônio são cada vez mais necessárias e carecem de argumentos científicos consolidados e convincentes para justificar a aplicação dessa tipologia de proteção.

No plano da pesquisa científica ou na esfera institucional há um vazio em relação ao patrimônio natural. No primeiro caso, é raro encontrar pesquisas que tratem do tema, sobretudo das questões que envolvem sua gestão pública. Já no que diz respeito à prática institucional no Brasil, o patrimônio natural nos órgãos públicos aparece hoje como uma secundária e até mesmo marginal: com o passar dos anos, ele foi colocado à parte, como um setor de menor importância. Além disso, por integrar a esfera institucional da cultural e não do meio ambiente, ficou de fora de um processo de unificação das diversas categorias de áreas protegidas em um único sistema de unidades de conservação. (SCIFONI, 2008, p. 8 e 9).

A autora ressalta que o poder público desenvolveu formas específicas para garantir a preservação da natureza por meio de políticas específicas de meio ambiente. Com isso, o patrimônio natural passou a perder participação nas práticas preservacionistas.

No contexto da preservação ambiental, entende-se que o estabelecimento institucional de áreas naturais por meio da patrimonialização cultural torna-se uma forma de acautelamento diferenciada. Porém, o desenvolvimento de uma legislação específica para as questões ambientais fez com que o estabelecimento de um patrimônio natural perdesse sua força ou se voltasse aos aspectos monumentais do bem natural, o que exclui a relação entre a cultura e a natureza. É possível afirmar que o desenvolvimento da estrutura jurídica ambiental abrangeu, prioritariamente, a proteção natureza com base nos seus aspectos biológicos e enfoca o caráter íntegro da área a ser protegida.

2.3. Patrimônio mundial e a incorporação do valor da natureza

A institucionalização sistemática e jurídica das categorias de patrimônio cultural apresenta diferentes esferas de jurisdição ou, do ponto de vista internacional, reconhecimento de valores culturais ou naturais dos diferentes objetos e sítios patrimoniais. A abordagem dessa temática, em escala global, possui o seu conjunto de princípios norteadores no âmbito da Unesco, cujo principal documento, conforme se abordou, é a Convenção do Patrimônio Mundial, aprovada em 1972. Todavia, esse instrumento de chancela patrimonial possui alguns questionamentos,

sobretudo, quando condiciona à admissão do valor patrimonial às suas excepcionalidades e universalidade. Para Scifoni (2008), por meio da Convenção “foram generalizados para o mundo critérios e valores, ou seja, uma determinada forma de ver e de entender o patrimônio.” (SCIFONI, 2008, p. 34). A forma de ver e de entender o patrimônio impelia os pressupostos da fruição visual e do seu grau de conservação, o que, no caso de uma área natural, supõe a sua integridade, sem ação humana, ou melhor, a sua intocabilidade.

A Convenção passa a ter a sua perspectiva empírica a partir da criação, em 1978, da Lista do Patrimônio Mundial. A inscrição dos sítios patrimoniais advém da solicitação dos Estados signatários que encaminham a justificativa técnica da inclusão do objeto na Lista com base no seu valor universal e da sua condição de integridade. Dessa forma, o suporte técnico à Unesco é dado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e pela União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN). A deliberação final passa pelo crivo do Comitê do Patrimônio Mundial, constituído por um grupo 21 representantes¹⁴ de Estados parte da Convenção.

O processo de institucionalização mundial do patrimônio ocorreu, principalmente, a partir da década de 1960. Todavia, as recomendações de preservação patrimonial por meio de cartas, recomendações e de convenções, assinadas por Estados membros de organismos internacionais, teve, indubitavelmente, o passo inicial a partir da publicação da Carta de Atenas de 1931, do I Congresso de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, documento que visou expor os princípios gerais e as doutrinas para a preservação de monumentos. No documento, porém, não há referência à natureza ou ao patrimônio natural, objeto fim desta pesquisa.

Já a Carta de Atenas, elaborada em 1933, no âmbito do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), apesar de não apresentar a sentença patrimônio natural, destaca a importância da geografia e da topografia no psicológico humano, logo, o documento sugere que tais objetos devem ser cabíveis de proteção.

Outra referência à proteção da natureza, no domínio de sua valoração cultural, encontra-se na recomendação de Paris sobre as Paisagens e os Sítios, documento fruto da 12ª sessão da Conferência Geral da Unesco de 1962. O documento não

¹⁴ Um terço da composição dos Estados parte é anualmente substituído.

utiliza, especificamente, o termo patrimônio natural, mas propõe que proteção das paisagens passa pelo planejamento urbano e regional, por meio do estabelecimento de parques e de reservas naturais.

Ao se voltar para a análise para a Convenção do Patrimônio Mundial verifica-se que esse documento é a primeira menção em escala mundial sobre a salvaguarda do patrimônio natural. Assim, o patrimônio natural, *stricto sensu*, será objeto de descrição específica. Esse documento alertou para o risco de degradação do patrimônio, seja o cultural ou o natural, sobretudo, em função da vida social e econômica e da fragilidade institucional dos órgãos nacionais na proteção das categorias patrimoniais.

Apesar da linha teórica da Unesco, que valoriza o caráter monumental do patrimônio cultural, também injetar tal sistemática nos pressupostos do patrimônio natural, para Scifoni (2008), o texto da Convenção avançou no critério ecológico, ao propor a visão de sistema no funcionamento e nas relações entre os elementos da natureza, expresso claramente, quando o seu principal documento vincula o valor universal para a ciência e para a conservação.

Com relação aos aspectos técnicos, a Convenção aponta que cabe a toda coletividade internacional tomar parte na proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional. A Convenção do Patrimônio de 1972 refletiu, conseqüentemente, a situação de esgotamento de um modelo de exploração econômica em que a pressão humana sobre a natureza e sobre as categorias patrimoniais se expressou, de forma incisiva, na década de 1970. Deve-se destacar que, diante de tal reflexão, também ocorreu a primeira conferência da ONU sobre Meio Ambiente, também no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia¹⁵, já referida neste trabalho. Ao diagnosticar que a proteção do patrimônio, em escala nacional, é incompleta, a ONU interpretou que os governos locais apresentavam certa inoperância, sobretudo, no confronto às teses de ordem econômica. A título de exemplo, impeliu-se uma ação mais efetiva do organismo internacional no contexto da controversa construção da Represa de Assuã, no Egito, na década de 1960, em que a Unesco empreendeu o resgate dos monumentos arqueológicos da região para que esse patrimônio cultural não se perdesse.

¹⁵ A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente ocorreu no mês de junho. A aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial se deu no mês de novembro de 1972.

Apesar de ressaltar o conteúdo monumental do patrimônio, a recomendação apresenta como princípio fundamental a ampliação cronológica e geográfica do conceito de patrimônio por meio da incorporação da natureza às políticas culturais na esfera internacional. No entanto, para Diegues (1996), a Convenção é calcada no modelo de conservação estadunidense, no qual a natureza adquire a função de exibição monumental, pressupondo a ausência do ser humano nos ambientes protegidos, visto que tal modelo fundamentou a criação dos primeiros parques nacionais naquele país.

Scifoni (2008) argumenta sobre a necessidade do emprego de um modelo de conservação que sustente a percepção da natureza como parte da história humana. Para a autora, a conjugação do histórico e do natural numa só idéia de monumento decorreu do papel social de sua proteção. Com isso, a ação de proteger a natureza passa a envolver o interesse coletivo e necessita de uma intervenção pública estatal.

A ampliação tipológica do conceito de patrimônio aproximou duas temáticas importantes no âmbito da proteção efetiva para as futuras gerações: a cultura e a natureza. O patrimônio remete ao passado, para projetar o futuro. Dessa forma, o próprio ato político e institucional de declarar a natureza como um patrimônio, encontra o seu fundamento numa perspectiva cultural. De um lado, porque se reconhece o dinamismo espacial imposto pela cultura contemporânea sobre a natureza. Por outro, a natureza se apresenta como base material histórica da cultura passada e contemporânea.

O aprofundamento conceitual da Convenção ocorreu a partir de 1977 por meio a edição periódica das orientações técnicas para a sua aplicação, documento que serve de orientação nas decisões do Comitê do Patrimônio Mundial para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio. Todavia, tais orientações, além de enfatizar que o patrimônio deve possuir “valor universal excepcional”, também indicam como o principal critério para o reconhecimento do patrimônio o caráter estético, ecológico e científico, ou seja, a integridade do patrimônio é de fundamental importância para o seu reconhecimento, o que, de certa forma, exclui determinadas práticas coletivas dos grupos sociais que não envolvam o caráter excepcional e universal.

É importante destacar que o texto da Convenção não qualifica a expressão Valor Universal Excepcional. Contudo, de acordo com as Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção, editada pelo organismo, em 2011, é definido, no parágrafo

49, que o Valor Universal Excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. As Orientações definiram 10 critérios para a avaliação do Valor Universal Excepcional¹⁶, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios para a avaliação do valor universal excepcional do patrimônio mundial da Unesco (2011)

(i)	representar uma obra-prima do gênio criador humano;
(ii)	ser testemunho de um intercâmbio de influências consideráveis, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
(iii)	constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
(iv)	representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
(v)	ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
(vi)	estar direta ou materialmente associado à acontecimentos ou às tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros);
(vii)	representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;
(viii)	ser exemplos excepcionalmente representativos dos grandes estágios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;
(ix)	ser exemplos excepcionalmente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;
(x)	conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Fonte: Unesco (2011) – disponível em <http://whc.unesco.org/>

Assim, resumidamente, as propostas para a inclusão de bens na Lista necessitam representar, testemunhar, constituir, exemplificar ou conter características excepcionais, juntamente com a sua condição de integridade e/ou autenticidade, o que, segundo as orientações, advém de um sistema de proteção e

¹⁶ Num primeiro momento, definidos separadamente os critérios culturais e os naturais passaram a compor um conjunto único.

gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda, ou seja, deve possuir, previamente, a sua institucionalização local.

Possivelmente, o caráter excepcional e universal nem sempre esteja na forma em si, mas no conteúdo simbólico que poderia ser o fator fundamental na sua definição como patrimônio. Suponha-se que o Brasil encaminhasse para a inclusão na Lista o Encontro das Águas, entre o rio Negro e o Solimões, no Amazonas. O critério para a inscrição poderia ser o VII, pois representa um fenômeno natural notável ou uma área de beleza natural e de importância estética excepcional. No entanto, tal fenômeno ocorre em diferentes partes do mundo com a mesma notabilidade. Assim, cabe um questionamento sobre o que o torna diferenciado do ponto de vista mundial. Logo, acredita-se que a justificativa, provavelmente, deva basear-se na relação entre o fenômeno natural e a perspectiva cultural da região.

A Lista do Patrimônio Mundial apresenta três categorias temáticas: o cultural, o natural e o misto. Dessa forma, o artigo 1º e o 2º da Convenção definiram quais os conjuntos correspondem a cada categoria específica. No âmbito cultural, o documento refere-se aos monumentos, os conjuntos e os sítios de Valor Universal Excepcional para a história, para arte ou para ciência, além de frisar o ponto de vista estético, etnológico ou antropológico do bem. Por meio do princípio do Valor Universal Excepcional, a avaliação do patrimônio natural considera os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os habitats de espécies animais ou vegetais. Já os patrimônios de caráter mistos devem apresentar uma parte ou a totalidade dos princípios que norteiam as definições do patrimônio cultural e natural.

Visto que a Unesco trabalhou com a concepção de que existe um conjunto de objetos patrimoniais que possuem valor universal e somente, em função desse reconhecimento, o bem é passível de inclusão na Lista, pressupõem que esse mecanismo, por si só, exclui as tipologias que não presumam uma excepcionalidade correlacionada à sua universalidade.

Na conjectura atual de identificação e valorização patrimonial, a postura da Unesco, com vista à excepcionalidade, à integridade, à autenticidade e à universalidade, pode ser considerada anacrônica, em virtude das novas formas de se pensar as possibilidades de patrimônios. No tocante à natureza, há uma interpretação de patrimônio condicionado ao viés preservacionista, ou seja, excluem-se as áreas que possuam intervenções antrópicas. Cabe destacar que no processo

etimológico do termo, é possível afirmar que o patrimônio passa a adquirir foco de valoração no cerne dos seus usos e costumes, por isso, segundo as práticas contemporâneas, o conceito de valor patrimonial cultural, ou natural, deve se atrelar ao contexto social que o envolve. Assim, no plano internacional, a concepção do patrimônio pressupõe a função monumental, característica que o tornará esteticamente universal, o que, de certa forma, tornam os outros pressupostos de valorização patrimonial de menor importância, sugere-se que se conduz ao uso cultural da cultura, nas palavras de Meneses (2009): “O uso cultural da cultura ao invés de estabelecer uma interação das representações práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas. O simbólico substitui as condições concretas de produção e reprodução da vida.” (MENESES, 2009, p. 29).

A incorporação da natureza às práticas de proteção do patrimônio encontra sentido na sua condição de valor cultural, assim, o critério de integridade limita o desenvolvimento da perspectiva da natureza como um fato cultural.

Num primeiro momento, a Lista possuía somente a categoria cultural e a natural. Contudo, a contradição conceitual no cerne da prática patrimonial da Unesco impôs a necessidade do estabelecimento da categoria de patrimônio misto, em que se consideram os componentes culturais e naturais num mesmo sítio. Tal categoria abriu a possibilidade da inclusão de critérios que envolvessem o atributo paisagístico, mais especificamente, referente à paisagem cultural. Para Ribeiro (2007):

A adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem. É nesse sentido que a categoria de paisagem cultural da UNESCO representa uma ruptura com esses modelos anteriores. (RIBEIRO, 2007, p. 40 e 41).

Durante a 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada nos Estados Unidos, em 1992, os especialistas ligados ao estudo da paisagem recomendaram modificações nos critérios estabelecidos para inclusão de paisagens culturais e propuseram que a temática fosse classificada segundo as suas características genéticas. Diferente de uma concepção pictórica de paisagem, por meio de uma análise preliminar, sugere-se que a Unesco concebe uma paisagem cultural que procura refletir a integração entre as sociedades e o ambiente, ou seja, o natural e o cultural dentro de uma ótica complementar. Entretanto, a utilização do conceito de paisagem cultural com o objetivo de expressar a análise integrada entre os aspectos

culturais e naturais, recai num erro teórico-conceitual, pois tal referência pressupõe a existência de uma paisagem natural. Scifoni (2008) destaca a superação da dualidade entre o natural e o cultural por meio da utilização de uma noção de paisagem cultural que advém da geográfica alemã do século XIX confirma o caráter dualista entre a paisagem cultural e a natural. É importante destacar que, apesar do aspecto dual, a concepção de paisagem cultural também envolve a dimensão integradora da natureza e da sociedade e pressupõe uma dimensão paisagística holística.

2.4. Análise da distribuição geográfica do patrimônio mundial

De acordo com o levantamento realizado no mês de setembro de 2014, a Lista do Patrimônio Mundial possuía 1007 bens inscritos, dos quais, somente 197 eram relativos à categoria natural, ou seja, pouco mais de 19%. Havia, entretanto, 779 patrimônios inscritos como cultural, sendo mais de 77% do total. Além de 31 bens inscritos como de caráter misto, o que corresponde a por volta de 3% do total.

A desigual distribuição por categorias também é observada do ponto de vista geográfico. A Tabela 1 descreve a distribuição desses bens, segundo a proposta de uma divisão espacial mundial.

Tabela 1 - Distribuição geográfica dos bens da lista do patrimônio mundial por categoria temática (2014)

Localização Geográfica ¹⁷	Categorias de Bens Patrimônio Mundial			
	<i>Cultural</i>	<i>Misto</i>	<i>Natural</i>	<i>Total</i>
África	11,55%	16,13%	20,30%	13,41%
América Central	1,16%	3,23%	3,55%	1,69%
América do Norte	4,36%	3,23%	7,11%	4,87%
América do Sul	5,78%	6,45%	10,15%	6,65%
Ásia	26,06%	25,81%	22,34%	25,32%
Caribe	1,41%	0,00%	2,03%	1,49%
Europa	48,91%	25,81%	26,40%	43,79%
Oceania	0,77%	19,35%	8,12%	2,78%

Org. por Detoni, S. F. (2015) – Fonte dos dados: <http://whc.unesco.org/>

¹⁷ Convém destacar que no âmbito da Unesco, a divisão geográfica dos patrimônios ocorre da seguinte forma: África; Estados Árabes; Ásia e Pacífico; Europa e América do Norte; América Latina e Caribe.

O Mapa 1, com base nas georreferenciamento pontual das categorias de patrimônio, corrobora para demonstrar a desigual distribuição geográfica e de categorias dos patrimônios existentes na Lista. A Europa concentra o maior número de bens na Lista e a categoria mais expressiva é a do patrimônio cultural. Conforme Scifoni (2008) verificou, por meio dos dados disponíveis até o ano de 2005, havia e ainda há um crescente interesse pela institucionalização de patrimônios no mundo. Todavia, a distribuição geográfica e quantitativa dos bens continua desequilibrada.

Apesar de a divisão adotada neste trabalho ser arbitrária, visto que os países do oriente médio e do sudeste asiático foram incluídos todos na Ásia e a Rússia foi considerada, integralmente, como Europa, verifica-se que concentração dos bens inscritos na lista do patrimônio mundial ocorre na Europa. Da totalidade dos patrimônios, independente da categoria, por volta de 44% se localiza no continente europeu.

Ao analisar os dados por categorias, a Europa também mantém a hegemonia de inscrições de bens na Lista, a ponto de quase a metade das inscrições do patrimônio cultural se localizar no continente. Esses dados demonstram o que Jeudy (2005) chamou de fervor do culto ao passado, em que o autor critica o processo de “patrimonialização” na Europa e sugere que há patrimônios em excesso:

E somos tomados por ele quando o excesso de conservação, o poder infernal das raízes anulam a vida presente, destituindo-a de seus encantos. Quando não suportamos mais viver com o que já passou, insurgimo-nos contra esse espelho das memórias bem-conservadas demais, que nos sitia e nos impele a contestar qualquer afastamento do presente. (JEUDY, 2005, p. 15).

Jeudy (2005) acredita que existe uma maquinaria patrimonial que se baseia numa lógica que exclui o acidente da transmissão, esvazia a sua necessidade social e na qual impera a ordem econômica por meio do poder simbólico. Nesse processo de monumentalização, valoriza-se o que tem interesse de consumo e se exclui o que é simplório, sem viés consumista.

Para Jeudy (2005), na Europa, as fases de identificação e proteção patrimonial já estão superadas, a questão atual está na manutenção desses bens. “Passado o tempo das energias reunidas para defender todo o poderio das identidades culturais, para provocar um sobressalto nas memórias coletivas, somos forçados a reconhecer que a petrificação patrimonial já concluiu a sua obra.” (JEUDY, 2005, p. 28).

Mapa 1: Distribuição Geográfica dos Bens Inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (2014)

Legenda

- ▲ Cultural
- Natural
- Misto

Projeção Robinson

Fonte dos dados: <http://whc.unesco.org> (2014)

Elab. Detoni, S. F. (2015)

Deve-se ressaltar que o autor refere-se a um contexto espacial específico, visão que, de certa forma, confirma-se, segundo a distribuição espacial dos itens da Lista apresentada neste trabalho.

Diante do exposto, é necessário empreender outros princípios e ampliar os espaços geográficos na avaliação e na seleção dos patrimônios. Uma das perspectivas no contexto patrimonial passa pela revisão dos princípios que norteiam a avaliação do patrimônio natural, sobretudo, no tocante ao seu caráter excepcional e intocável, além de considerá-lo como parte de uma dimensão cultural, o que possibilitará a sua ampliação quantitativa e geográfica.

Com relação à distribuição geográfica do patrimônio natural, nota-se um maior equilíbrio na sua distribuição, visto que na Europa, na Ásia e na África se concentram, respectivamente, em torno de 26, 22 e 20% dessa tipologia. Portanto, ao considerar a análise do total de cobertura de área em hectares, a Oceania, que em números absolutos de patrimônios naturais inscritos apresenta 8,12% do total mundial, possui por volta de 39% do total das áreas somadas em hectares.

A Lista apresentou as maiores inclusões no final da década de 1990 e início da década de 2000. Com relação ao total geral de todas as categorias, o ano de 2000 apresentou os acréscimos à Lista de 61 novos títulos, sendo 50 patrimônios culturais, 10 naturais e um misto. No que diz respeito ao patrimônio natural, o ano com maior inclusão na Lista foi o de 1999, com a inscrição de 11 novos títulos. A América do Sul se apresenta como a região com maiores inserções nos dois anos correspondentes. Deve-se destacar o ano de 2002, o qual não ocorreu nenhuma inclusão de patrimônio natural e que correspondeu também, junto com o ano de 1989, às menores inserções das categorias de patrimônio, 9 e 7, respectivamente.

Por meio da análise é possível afirmar que a Unesco necessita rever os princípios que norteiam a inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial. Deve-se passar da matriz histórica, arquitetônica de viés universal para uma perspectiva de construção da sociedade contemporânea. No que se refere à história, há uma clara significância dos fatos que ligam ao continente europeu, seja na própria Europa ou nos países que tiveram a sua colonização a partir do século XVI. O aumento expressivo dos bens na América do Sul, no final da década de 1990, sugere tal hipótese, pois se relaciona às comemorações do quinto centenário da ocupação européia no continente.

2.5. Patrimônio cultural no Brasil

O estabelecimento da noção de patrimônio cultural surgiu a partir da consolidação da noção de Estado-nação, no século XIX. A seleção e a instituição patrimônios culturais permitiram e permitem a construção ideológica das identidades nacionais, nos quais se criam valores simbólicos aos acontecimentos e aos objetos. O valor simbólico possibilita a união das pessoas em torno de uma causa. Segundo Pomian¹⁸, o simbólico pode atrair e unir pessoas e coisas em torno de si. Disso deriva também, a componente ideológica no estabelecimento de um patrimônio, afinal, é possível atribuir uma falsa realidade ao símbolo, ou a realidade invertida, conforme argumenta Chauí (2008).

Dois momentos históricos devem ser destacados na condução da idéia de patrimônio cultural no Brasil: no plano internacional, a partir da criação dos Estados nacionais, embuti-se a consciência de identidade cultural e a construção do conceito de território a partir da percepção de pertencimento à nação; já no plano interno, o marco inicial encontra-se na independência política e no, posterior, processo de constituição de uma República Federativa. A Proclamação da República vem acompanhada de um novo ideário cultural, relacionado à superação do passado colonial e ao alinhamento com os espaços de modernidade do capitalismo mundial.

Pretendia-se moldar um povo para uma modernidade que fazia parte apenas do horizonte das elites políticas e intelectuais. A febre de cosmopolitismo que se instalou nas grandes cidades do país implicou a interferência no construir-se das identidades locais – especialmente as das camadas populares urbanas-, a negação dos hábitos tradicionais da sociedade brasileira, forjados em séculos de vivência do mundo rural e na transformação radical dos espaços urbanos. Nestes, a ampla adoção do eclético correspondeu ao gosto das elites dirigentes e evidenciou sua intenção de rompimento com o passado. (RODRIGUES, M., 2000, p. 17-18).

Dessa forma, a fase da construção do pensamento do patrimônio cultural no Brasil, a partir do início da República, caracteriza-se pela valorização dos atributos arquitetônicos ecléticos das edificações.

No início do século XX, surgem as instituições e as discussões intelectuais que teorizavam uma postura cultural e buscavam empreender os aspectos estruturadores de uma cultura brasileira. Sugere-se que o marco desse processo será consolidado no texto da Constituição Federal de 1937 que refletiu tal postura,

¹⁸ Krzysztof Pomian, filósofo e historiador polonês. “Coleção”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 51-86, 1984.

em função de dispor que os monumentos históricos, artísticos e naturais, juntamente com as paisagens e locais dotados pela natureza, deveriam ser protegidos pelos entes governamentais. No mesmo ano, ocorre a edição da primeira lei federal específica para a proteção do patrimônio, que incluía os monumentos naturais como patrimônio nacional, ou seja, a incorporação da natureza no âmbito das práticas de preservação cultural.

Do ponto de vista jurídico, no âmbito federal, o Decreto-lei Federal n. 25 de 1937 é o instrumento que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Tal decreto também equiparou os bens de valores históricos e culturais aos monumentos naturais, sítios e paisagens cabíveis de conservação e proteção por sua feição notável, decorrente do seu atributo natural ou construção humana.

O instrumento jurídico que regulamentou a proteção e defesa dos bens culturais baseou-se no anteprojeto, elaborado em 1936, pelo poeta e escritor Mário de Andrade. Entretanto, a preservação de áreas naturais não foi cogitada nesse escopo legal. Segundo Andrade (1984), a proteção das paisagens, mencionada no anteprojeto, baseava-se nas formações determinadas pela indústria humana, ou seja, enquanto suporte de atividades humanas de interesse cultural, sobretudo, na dimensão arqueológica e antropológica. Contudo, na redação do Decreto-lei n. 25, ampliou-se as possibilidades paisagísticas, no momento em que se incluíram os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger por feição notável ou por ação humana.

O tombamento passa a ser o principal instrumento de proteção ao patrimônio cultural, cujo registro se efetua nos seguintes livros de tombo existentes no Iphan: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Artes Aplicadas; Belas Artes; e Histórico. Porém, a natureza será incorporada ao patrimônio cultural por meio de diferentes especificidades.

A proteção da natureza, como uma ação política cultural, buscou na paisagem o atributo centralizador para a sua concretização. As experiências práticas foram aquém de considerá-la apenas como suporte ou ambiência de perspectivas históricas e arquitetônicas, da sua beleza notável e mesmo do seu valor como testemunho natural. Verificou-se o desenvolvimento de uma estrutura teórica e metodológica capaz incluí-la como parte de um movimento de apropriação social, em que a sua defesa também envolvia a luta contra ação de fatores econômicos.

Contudo, tiveram pouca representação na esfera do órgão federal de preservação do patrimônio cultural.

Ao voltar-se para os instrumentos de ação da política cultural, a redação do Decreto-lei n. 25 de 1937 destacou que uma das principais formas de preservação do patrimônio encontra-se no ato jurídico denominado tombamento. Conforme se descreveu, o desenvolvimento prático dessa forma de proteção permitiu a ampliação das suas tipologias temáticas e das suas formas de participação social, visto que as formas tradicionais de avaliação patrimonial estavam voltadas para a defesa dos valores elitistas e cultos de uma classe. Contudo, conforme se ampliam as tipologias de patrimônios, há também o processo de democratização do patrimônio para os demais segmentos sociais. Instrumentos de preservação, como o tombamento, criados com intuito de assegurar a integridade física de bens culturais, passam a ser utilizados para garantir a manutenção de seus usos (RODRIGUES, C., 2001, p. 218), apesar de o texto legal valorizar as premissas do estético e do monumental do bem natural.

A etimologia do termo tombamento remonta ao sistema jurídico português que define o verbo tomar ao ato de tomar, registrar, ou inventariar bens. Em Portugal, os bens de importância histórica, cultural e paisagística eram registrados no livro localizado na Torre do Tombo (MACHADO, 2004). Por isso, convencionou-se inscrever o bem tombado no Livro Tombo existente na repartição pública que efetua o processo de tombamento.

O artigo 216 da última CF de 1988, que dispõe sobre o patrimônio cultural material e imaterial, atribuiu ao poder público, em colaboração com a comunidade, a promoção e a proteção do patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e de preservação. Com relação ao patrimônio cultural, o órgão responsável pelo tombamento, no nível federal, é o Iphan. Tal órgão advém do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN)¹⁹ que fora criado no final da década de 1930, no cerne da consolidação do país como uma nação, em que se buscava a sua identidade por meio de valores comuns. Motta-Santos (1996) interpreta que, no

¹⁹ O órgão nacional de patrimônio, no decorrer dos anos, passou por diversas denominações. Na década de 1940, passou a ser Diretoria, assim, a sigla passou de SPHAN para DPHAN. Tornou-se Instituto na década de 1970, sob a denominação de IPHAN, convertendo-se em Secretaria no final da década. Já no início década de 1990, passou a ser Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). A partir de 1994, a sua denominação atual, IPHAN, foi mantida.

cenário cultural da década de 1930, o SPHAN funcionou como uma “academia”, em virtude da reunião do grande número de intelectuais e do seu marco referencial cultural.

O SPHAN como instituição torna-se verdadeiramente uma “academia”, ou seja, é a institucionalização de um lugar da fala, que permite a emergência de uma formação discursiva específica (conceito elaborado e discutido por Michel Foucault), cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a idéia de patrimônio. (MOTTA-SANTOS, 1996, p. 77).

O SPHAN, um ambiente que reunia a intelectualidade nacional da época e era respeitado pela *intelligentsia*²⁰ brasileira, sob liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a presença marcante do poeta e escritor modernista Mário de Andrade, torna-se responsável por criar o discurso que pautaria a idéia de nação em seus aspectos históricos e artísticos e a consequente construção de uma identidade nacional. Deve-se destacar que, do ponto de vista da natureza, o discurso nacionalista fora, amplamente, explorado pela primeira geração dos poetas românticos.

A formação discursiva sobre patrimônio não deixou de apresentar conflitos, dado que no âmago da questão patrimonial há sempre uma visão individualista de um grupo e determinados valores socialmente estabelecidos. Assim, o grupo do SPHAN apresentou os seus paradigmas sobre o que conteria um maior simbolismo para a construção da identidade nacional no campo da arquitetura, das artes, da música, entre outros. Essa construção foi um campo de divergências entre os próprios membros da academia do SPHAN. Com relação à arte e à arquitetura, dentre as distintas representações, tais como o discurso dos regionalistas, havia os que valorizavam o moderno e os traços da linha neocolonial.

Os dois grupos, apesar dos conflitos, concordavam em um ponto: eram a favor da arquitetura colonial do século XVIII. No entanto, guardavam entre si diferenças profundas quanto aos argumentos utilizados para a valorização e apropriação da arquitetura colonial, tendo em vista seu rendimento simbólico na construção da relação passado-futuro, nação brasileira, e resgate da tradição. (MOTTA-SANTOS, 1996, p. 79).

A arquitetura colonial, para os modernistas, seria uma referência para a valorização, sem o intuito de reproduzi-la, sendo uma releitura. Já o grupo dos neocoloniais procurava a sua reprodução estilizada e a valorização do ecletismo

²⁰ Grupo encarregado pelo desenvolvimento e difusão da cultura.

arquitetônico (MOTTA-SANTOS, 1996). Deve-se destacar que estava em jogo a definição de critérios para a preservação patrimonial, o que, de certa forma, elegia o critério de seleção das formas de expressão cultural. Entretanto, o grupo modernista passa a ter a maior influência no âmbito institucional, dado o conteúdo simbólico apresentado por esse grupo e os aspectos ideológicos do período de governo do Estado-novo. “Se, por um lado, a valorização da arquitetura tradicional brasileira foi motivada pelo interesse pela arquitetura moderna; por outro, fazia parte do esforço de explicação do Brasil desenvolvido por outras áreas de conhecimento, como a Sociologia e a História.” (RODRIGUES, M., 2000, p. 27).

Em resumo, a influência modernista delimitou um período e um estilo que seria representativo da nação: o século XVIII e as manifestações arquitetônicas barrocas. Para o grupo dominante do SPHAN o século XVIII emerge a cultura nacional e o barroco apresentava o que o país mais possuía de universal e o aproximada de uma civilização. Concentrado na concepção estética e da originalidade, o barroco seria um salto em direção ao futuro, assim, a criação discursiva também se centrava na valorização das formas modernistas. Tal postura ortodoxa do SPHAN se mantém até meados da década de 1970, a partir desse período novas vertentes teóricas são incorporadas às práticas de preservação patrimonial, visto que, “no plano internacional, a discussão sobre patrimônio deslocara-se do objetivo de materializar as memórias nacionais e da noção de monumento histórico isolado para a de integração do patrimônio ao planejamento urbano e territorial e, definitivamente, à indústria cultura.” (RODRIGUES, M., 2000, p. 29).

As experiências práticas empreendidas no Iphan demonstram que a apropriação da vertente natural ocorreu por meio do conceito de paisagem. Entretanto, a concepção teórica dos aspectos paisagísticos, para considerar os atributos de tombamento, seguiu o caminho da paisagem cultural e culminou com a edição da Portaria do Iphan n. 127 de 2009 que estabeleceu a chancela da paisagem cultural brasileira.

Definiu-se, no texto legal, que a paisagem cultural brasileira refere-se ao processo de interação do Homem com o meio natural, onde a ciência humana imprimiu as marcas ou atribuiu valores. Tal postura, mesmo que expresse o caráter sistêmico da paisagem, carrega certa dúvida quando a questão se relaciona à importância ecológica natural da paisagem.

2.6. Distribuição institucional do patrimônio cultural no Brasil

Com relação à análise dos dados, o Mapa 2 apresenta a distribuição percentual por Estado dos bens patrimoniais nacionais tombados até o ano de 2014. Por meio da configuração espacial, é possível afirmar que o país é dividido num setor leste, onde se concentram os maiores números de bens tombados e o setor oeste, caracterizado por uma prática institucional federal do tombamento ainda muito incipiente.

A concentração dos tombamentos nesse setor revela a postura ideológica do órgão federal, sobretudo, a partir das primeiras décadas de sua existência, que envolveu, predominantemente, a preservação da exemplares que representassem a história da arquitetura nacional, inclui-se nesse aspecto a arquitetura colonial e modernista. A Tabela 2 ajuda a entender os motivos da concentração dos tombamentos em determinados Estados. Visto que a maior quantidade da abertura de processos e dos tombamentos ocorreu até a década de 1970, mais de 75% dos tombamentos ocorreram entre 1938 e 1970, período em que predominaram no órgão de preservação patrimonial nacional concepções teóricas carregadas de ortodoxia. Rodrigues, M. (2000), ao analisar a instituição de patrimônio paulista, retrata o momento da modificação dos paradigmas patrimoniais: “Do ponto de vista da sociedade, esse quadro se prolongaria até a década de 1970, quando a preservação ambiental e, depois, a da memória passaram a ser vistas como um direito a ser conquistado ou mantido.” (RODRIGUES, M., 2000, p. 37).

Tabela 2 - Processos que resultaram em tombamentos em diferentes períodos

Período	Total de processo que resultaram em tombamentos	Porcentagem
Até 1969	846	73%
Após 1970	310	27%

Org. por Detoni, S. F. (2014) – Fonte: portal.iphan.gov.br

A partir da década de 1970, apesar da modificação da condução teórica das práticas de preservação patrimônio cultural, a quantidade de bens tombados pelo Iphan apresentou uma diminuição, fato que também pode ser atribuído à criação de diversos órgãos estaduais de preservação do patrimônio cultural.

Mapa 2: Distribuição Percentual dos Tombamentos Efetuados pelo IPHAN (2014)

No entanto, verificou-se que a mudança de paradigma ideológico permitiu a inclusão de novas formas de pensar o patrimônio cultural. É importante destacar que o Estado de Roraima não possuía nenhum tombamento junto ao Iphan, até meados da década de 2000, e o Estado do Acre apresentou apenas um tombamento, a Casa do Líder Sindical dos Seringueiros de Xapuri, Chico Mendes, tombada como patrimônio nacional em 2007. Esse tombamento demonstra a inclusão de novas práticas de preservação cultural, dado que não está relacionado à história da arquitetura e sim a uma referência de luta dos trabalhadores extrativista da Região Amazônica.

O item 5 do art. 216 da CF é o dispositivo constitucional que formalizou a proteção do patrimônio cultural no âmbito natural. Apesar de não mencionar a expressão patrimônio natural, o item faz referência aos sítios que podem ser considerados patrimônio no âmbito da natureza, no momento em que se destacam os de valor paisagísticos, ecológicos e científicos.

Com relação à inscrição do sítio como patrimônio natural, a princípio, convém destacar que ocorreria, preferencialmente, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. No entanto, um mesmo bem pode ser inscrito em mais de um dos Livros de Tombo existentes, no caso do Iphan. Como exemplo, há o tombamento do município de Porto Seguro, em especial do Monte Pascoal. Classificado como Paisagem Natural, o tombamento se encontra inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e, também no Livro Histórico.

Quanto às estatísticas de tombamento do órgão²¹, verificou-se que, dos 1156 bens, até novembro de 2014, inscritos nos livros de tomo existentes, havia 189 inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o correspondente a, pouco mais de, 17% do total de tombamentos inscritos. As maiores inscrições no Livro em questão ocorreram a partir da década de 1960. A década de 1990 apresentou o maior decréscimo de inscrições. Porém, é importante chamar a atenção para a quantidade de inscrições feitas na década de 2010. O intervalo correspondente entre os anos de 2010 e de 2014 constituíram as maiores inscrições do total percentual do Livro, mais que 20%, o que correspondeu a 37 registros. No Gráfico 1, é possível visualizar a distribuição temporal das inscrições nos diferentes

²¹A tabela de dados referentes aos processos de tombamentos existentes no Iphan possui as seguintes fases de situações: indeferido, instrução, tombado (aprovado, provisório e inscrito no livro) e tombamento cancelado.

Livros de Tombo, o que demonstra duas características: uma diminuição geral no quadro de inscrições de tombamento e o aumento de inscrições no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Gráfico 1 - Inscrições nos livros de tombo por período (Iphan)

Fonte dos dados: portal.iphan.gov.br - Org. por Detoni, S. F. (2014)

A Tabela 3 representa a situação dos tombamentos junto ao Iphan com os dados em números absolutos por Estado. Cabe destacar que, em virtude do trâmite burocrático institucional, os bens podem estar com o tombamento aprovado ou provisório, mas não possuem a sua inscrição em um dos Livros de Tombo. Os dados expressos na Tabela 3 permitem a análise quantitativa, em termos absolutos, do Mapa 2.

Tabela 3 - Distribuição dos bens tombados pelo Iphan por Estado

ESTADO	Tombamentos			
	Aprovado	Provisório	Inscrito	Total
Acre (AC)	0	0	1	1
Alagoas (AL)	0	1	13	14
Amazonas (AM)	1	0	4	5
Amapá (AP)	0	0	2	2
Bahia (BA)	0	3	192	195
Ceará (CE)	0	0	22	22
Distrito Federal (DF)	0	1	4	5
Espírito Santo (ES)	0	0	14	14

ESTADO	Tombamentos			
	Aprovado	Provisório	Inscrito	Total
Goiás (GO)	0	0	24	24
Maranhão (MA)	1	1	19	21
Minas Gerais (MG)	0	2	206	208
Mato Grosso do Sul (MS)	3	0	5	8
Mato Grosso (MT)	1	1	6	8
Pará (PA)	3	2	25	30
Paraíba (PB)	0	1	24	25
Pernambuco (PE)	0	1	84	85
Piauí (PI)	0	1	13	14
Paraná (PR)	0	1	17	18
R. de Janeiro (RJ)	1	12	232	245
R. Grande do Norte (RN)	0	0	15	15
Rondônia (RO)	0	1	2	3
Roraima (RR)	1	0	0	1
R. Grande do Sul (RS)	0	1	43	44
Santa Catarina (SC)	1	1	23	25
Sergipe (SE)	0	1	26	27
São Paulo (SP)	1	3	91	95
Tocantins (TO)	0	0	2	2
Total	13	34	1109	1156

Org. por Detoni, S. F. (2015) – Fonte dos dados: portal.iphan.gov.br

Os dados descrevem que ocorreu a concentração territorial dos tombamentos, visto que somente 3 Estados (Bahia, Minas Gerais e Rio) detêm mais da metade do número de bens tombados, o que corresponde a, aproximadamente, 52% do total.

Na análise da distribuição do patrimônio natural, consideraram-se as classificações específicas do Iphan, referentes às paisagens naturais, aos jardins e parques e aos sítios arqueológicos. De acordo com a classificação adotada, havia, até 2014, a quantidade de 42 bens tombados em função dessas tipologias no país. Quase a metade dessas tipologias protegidas pelo órgão federal (45,24%) se localizava num só Estado, o Rio. A dimensão da concentração demonstra-se por meio da quantidade de patrimônios da Bahia, Estado que possuía a segunda quantidade de bens relativos ao patrimônio natural, com pouco menos de 10% dos bens tombados. Os Estados do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentavam um patrimônio natural cada. Tais regiões possuem grande potencial de atributos para serem incluídos como patrimônio natural, pois se inserem nos ecossistemas amazônicos e do pantanal. O Estado de São Paulo contou com somente um patrimônio natural no âmbito federal, um sítio arqueológico que

corresponde a um sambaqui em Cananéia, no litoral sul. O Gráfico 2 representa a evolução quantitativa dessas tipologias de tombamento, conforme o período da abertura do processo que, posteriormente, foram homologados por meio do seu tombamento ou se encontram somente em sua fase de inscrição. Verifica-se, assim, uma diminuição sistemática na homologação de processos de tombamento referentes às subcategorias dos patrimônios naturais descritas, no qual há somente um tombamento aprovado na década de 2000²².

Gráfico 2 - Evolução quantitativa da abertura de processos de tombamento referentes às subcategorias de patrimônio natural

Fonte dos dados: portal.iphan.gov.br - Org. por Detoni, S. F. (2014)

Já o Gráfico 3 apresenta a distribuição quantitativa dos bens tombados pelos pelo órgão e que foram inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico, referentes às paisagens naturais, aos jardins e parques e aos sítios arqueológicos. As décadas de 1960 e 1970 possuíram maior quantidade de tombamentos homologados, fato que pode relacionar-se às discussões teóricas sobre o contexto ambiental na época.

²² O único tombamento aprovado foi refere-se aos “Lugares indígenas sagrados denominados Kamukuwaká e Sagihenku, no Alto Xingu, Estado do Mato Grosso”, aberto em 2006.

Gráfico 3 - Distribuição quantitativa dos tombamentos inscritos, referentes às paisagens naturais, aos jardins e parques e aos sítios arqueológicos

Fonte dos dados: portal.iphan.gov.br - Org. por Detoni, S. F. (2014)

Num primeiro momento, a dimensão natural do patrimônio esteve atrelada à concepção de paisagem natural, em que o relevo se apresentou como um dos suportes desses tombamentos. Nesses casos, o atributo paisagístico esteve, de forma geral, relacionado aos valores estéticos da natureza. Todavia, verificaram-se a existência de diversos tombamentos, onde o contexto paisagístico estava atrelado ao conjunto urbano, caracterizados pela vertente geográfica metodológica da paisagem cultural que possuiu o seu instrumento legal, a partir da edição da Portaria do Iphan n. 127 de 2009. Tal aspecto se encontra no tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luís do Paraitinga, em São Paulo, que teve o seu processo aberto, em 2010, homologado em dezembro de 2012, sendo classificado como um conjunto urbano. O Gráfico 4 demonstra que o Iphan, de forma regular, mantém a paisagem cultural como um importante atributo no tombamento dos conjuntos urbanos.

Gráfico 4 - Conjuntos urbanos que incluíram os atributos paisagísticos

Fonte dos dados: portal.iphan.gov.br - Org. por Detoni, S. F. (2014)

Nesse contexto, verifica-se que uma das principais vertentes metodológicas do tombamento paisagístico do órgão federal está na preferência por conjuntos urbanos, em que a paisagem se apresenta suporte que se estrutura por meio do contexto cultural.

Já no órgão estadual, a leitura teórica e metodológica da paisagem valorizará atributos diferenciados, sobretudo, o que atribuem a dimensão ecológica natural à qualidade ambiental, conforme se descreverá nos próximos segmentos.

2.7. Patrimônio cultural no Estado de São Paulo

A diversidade, a quantidade e os aspectos regionais sobrecarregaram, progressivamente, as atribuições do órgão federal, influenciando no estabelecimento de instituições locais de defesa do patrimônio, sobretudo, a partir da década de 1960. Nesse contexto, em 1967 (lei publicada em 1968), foi criado, no âmbito estadual, o Condephaat.

Para Rodrigues, C. (2001), num primeiro momento, o Condephaat é uma resposta à sobrecarga do Iphan, complementando as suas atividades. O órgão paulista, no decorrer dos anos, passa a concentrar os pedidos de tombamento do Estado. Todavia, é importante destacar que, em virtude da concepção teórica adotada pelo Iphan, já exemplificada neste trabalho, a abertura de processos que

decorreram em tombamentos pelo órgão federal, no Estado, no período de 1938 a 1968, foi de apenas 52, visto que, no mesmo período, em Minas Gerais, essa quantidade foi de 178 processos.

Na perspectiva histórica, o processo de criação do órgão de patrimônio cultural paulista se inicia na década de 1930, dentro dos ideais educacionais do período. Em 1934, é criado o Departamento de Cultura da Capital por meio do projeto de Mário de Andrade e Paulo Duarte²³. Entre as funções educacionais e de pesquisa, o Departamento tinha também como objetivo a defesa do patrimônio artístico e histórico do município.

Os esforços para a estruturação de uma instituição de patrimônio cultural na Capital foram concomitantes à articulação de um órgão de preservação patrimonial para o Estado. Porém, a centralização federal e as questões políticas no âmbito estadual estenderam esse processo até o final da década de 1960. Nesse contexto, deve-se destacar que a legislação de tombamento é autônoma e concorrente, ou seja, cada nível de gestão possui a sua legislação específica. No Estado de São Paulo, a Lei Estadual n. 10.247 de 1968 atribui ao Condephaat, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (SC)²⁴, a competência para propor às autoridades competentes o tombamento, ou seja, o Condephaat não realiza o ato de tombamento, mas elabora o processo e pode opinar previamente sobre a matéria, visto que a homologação do tombamento é uma prerrogativa do secretário da cultura²⁵.

Mais recentemente, o tombamento é referido na Constituição Estadual de 1989 em seu art. 261, na qual está descrito o seguinte:

O Poder Público pesquisará, identificará, protegerá e valorizará o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, na forma que a lei estabelecer. (Art. 261 da Constituição do Estado de São Paulo).

De acordo com o art. 14 do Decreto Estadual n. 13.426 de 1979, o Conselho manteria cinco Livros de Tombo²⁶. O tombamento de áreas naturais é registrado no Livro I, denominado Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A lei

²³ Paulo Alfeu Junqueira Duarte, professor de pré-história na Universidade de São Paulo

²⁴ Na época Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

²⁵ A Lei Estadual 50.941 de 2006 apresenta a última reorganização da Secretaria de Estado da Cultura.

²⁶ Há registros de bens tombados somente nos seguintes Livros: o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o das Artes e o Histórico.

estadual reforça a idéia que o conceito de patrimônio paisagístico relaciona-se a um monumento natural, o que, numa interpretação preliminar, destacam-se os aspectos de raridade e a singularidade do bem tombado. No entanto, importantes práticas de preservação foram empreendidas no âmbito do Condephaat, assim, o patrimônio natural passou a compor novas significações.

O ramo técnico e operacional do Condephaat é a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), responsável pela instrução de todos os processos e instruções que dão entrada no órgão. O UPPH possui a seguinte estrutura administrativa: Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural (GEI), subdividido no Centro de Estudos de Inventário e Tombamento de Conjuntos Arquitetônicos e Arqueológicos e de Áreas Naturais e o Centro de Estudos de Tombamento de Bens Culturais Isolados, Bens Móveis e Bens Imateriais; Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados (GCRBT), subdividido em Centro de Projetos e Obras em Bens Culturais e de Supervisão de Intervenções e o Centro de Projetos e Obras em Áreas Naturais Tombadas e de Supervisão de Intervenções; e o Núcleo de Apoio Administrativo (NAA).

O pedido de tombamento pode partir da sociedade civil, dos conselheiros e técnicos do órgão ou dos diversos entes da administração pública, tais como membros do executivo ou do legislativo. Esse pedido inicial²⁷ é apreciado por meio de uma pesquisa preliminar para a emissão de um parecer técnico que pode ser favorável ou não à abertura do processo de tombamento. Uma vez favorável, o processo é aberto para uma pesquisa detalhada, fato que já institui a sua proteção legal, posteriormente, encaminha-se à deliberação final dos conselheiros. A partir da sua aprovação, os proprietários são notificados individualmente, ou por meio de publicação oficial, o que pode gerar a manifestação contestatória. É necessária que o órgão responda as manifestações, para que a resolução seja publicada. O tombamento é homologado via resolução do secretário da cultura após a manifestação favorável do colegiado. Nesse sentido, o secretário da cultura também possui poderes para rejeitar o pedido de tombamento, em última instância.

O reconhecimento da excepcionalidade e da aplicabilidade do estatuto do tombamento – em cotejo com outros instrumentos de preservação – dependerá sempre do consenso obtido pelo aconselhamento responsável das comunidades científicas, técnicas e culturais. Nada feito, se a linguagem dos técnicos e dos cientistas

²⁷ Denominado Guichê

não tiver suficiente força e abrangência para sensibilizar intelectuais, ambientalistas, governos e público em geral. (AB'SÁBER, 2004, p. 379).

A sensibilização deve ser composta, preferencialmente, de critérios e argumentos objetivos. Dessa forma, torna-se importante constituir um conciso embasamento teórico na defesa dos argumentos pró-tombamento, principalmente, quanto se relaciona a uma área natural ou de uma paisagem de referência, que pode estar ligada aos aspectos dos direitos básicos no contexto de ampliação do conceito de cidadania:

Juntamente com o *direito à memória*, o *direito ao patrimônio* enseja que bens materiais investidos de função mnemônica sejam efetivamente protegidos. Afinal é reconhecimento do próprio grupo social e o situa no mundo. Paradoxalmente, é a própria percepção da *mudança* que remete ao sentido da memória e também ao de identidade. (RODRIGUES, M., 2001, p. 25).

Com relação ao direito de propriedade que constitucionalmente é relativo, prevê-se a apresentação da impugnação ao processo, caso aprovado o ato de tombamento, por meio da solicitação de um recurso ao governador para contestar a proteção cultural. Verifica-se que tal possibilidade não é possível no ato de criação de uma unidade de conservação, em virtude de sua configuração como ato legislativo. No entanto, como o tombamento envolve a publicação de uma resolução da Secretaria da Cultura, somente outra resolução, elaborada pelo colegiado, pode cancelar esse instrumento de preservação.

A interpretação e a intervenção sobre a propriedade privada sofrerá influência segundo a doutrina jurídica seguida pelo país em questão. No caso ocidental, destacam-se dois sistemas jurídicos: o romano-germânico, ou direito civil (*civil law*), e o anglo-saxão, ou direito comum (*common law*). Uma das principais diferenças entre essas preposições encontram-se no direito de propriedade. No sistema romano-germânico tal primazia é relativa, diferente do *common law*, em que o direito de propriedade é absoluto. No Brasil, adepto do sistema jurídico romano-germânico, a propriedade deve atender a sua função social (Constituição Federal, Art. 5º, XXIII), dispositivo que encontra regulamento no novo Código Civil (Lei Federal 10.406 de 2002). O código escrito, no sistema romano-germânico, orienta toda a resolução de conflitos. Já o sistema anglo-saxão baseia-se na jurisprudência do fato, ou seja, a verificação dos precedentes. Choay (2006) argumenta que o direito de propriedade é um tema controverso no âmbito do patrimônio.

Os proprietários, por sua vez, reivindicam o direito de dispor livremente de seus bens para deles tirar o prazer ou o proveito que bem entendam. O argumento se choca, na França, com uma legislação que privilegia o interesse público. Ele continua, porém, a prevalecer nos Estados Unidos, onde a limitação do uso do patrimônio histórico privado é considerada um atentado contra a liberdade dos cidadãos. (CHOAY, 2006, p. 16 e 17).

Torna-se importante destacar que o bem coletivo deve ter supremacia sobre o indivíduo. Todavia, o ato de tombamento envolve o estabelecimento do caráter coletivo da coisa a ser preservada. A principal característica jurídica do tombamento consiste na restrição dos direitos de utilização da propriedade privada. “Entretanto, sobre o bem privado passa a haver um regime jurídico de tutela pública.” (MACHADO, 2004, p. 894).

O ato de tombamento de uma área ou de uma edificação atinge as propriedades públicas, privadas, físicas ou jurídicas. Deve-se destacar, novamente, que o Poder público deve gerir o bem tombado e, no caso de uma propriedade pública, o bem se torna inalienável. Esses aspectos definem o bem privado como de interesse público.

Diversas teorias jurídicas têm sido expostas para caracterizar tal regime jurídico: limitação administrativa da propriedade privada, servidão administrativa, propriedade coletiva dominial, domínio eminente estatal, bem cultural como bem imaterial, propriedade privada com função social, bem de interesse público. (MACHADO, 2004, p. 894).

O direito de servidão e a restrição ao direito de propriedade devem ser postos em benefício da coletividade. Assim, o direito coletivo deve sempre sobressair ao individual na resolução dos conflitos. Funari e Pelegrini (2009) exemplificam como ocorre essa limitação ao direito de propriedade nos sistemas jurídicos que seguem os princípios romano-germânicos: “Se dois edifícios são contíguos e um deles só pode ter acesso à rua por uma passagem através do outro, essa passagem é uma servidão imposta ao edifício que está defronte à rua.” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 18).

Com o ato de tombamento, a proteção e a manutenção do bem tombado, no âmbito estadual, tornam-se também responsabilidade do Condephaat. Nesse sentido, esse órgão poderá garantir recursos para a sua manutenção e prever os danos que, no caso de áreas naturais tombadas, estão relacionados à degradação ambiental.

Não só o proprietário da coisa tombada é responsável pela sua conservação e reparação, invocável a co-responsabilidade do Poder público que tenha tombado a coisa, desde que se comprovem dois

requisitos: que não tenha sido o proprietário o causador do dano e que a reparação seja necessária. (MACHADO, 2004, p. 898).

O Condephaat passou a desempenhar o papel central na preservação e na defesa do patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Porém, o dinamismo econômico do Estado, acompanhado da especulação imobiliária, fez com que o órgão, no decorrer de sua história, estivesse sujeito as mais diversas pressões e questionamentos. A perspectiva da utilização do patrimônio cultural como uma mercadoria turística, permitiu a sua apropriação econômica e o insere também numa lógica especulativa.

A criação do órgão de proteção ao patrimônio em São Paulo inscreveu-se nos contornos do culto cívico ao passado e da consagração pragmática desse mesmo passado, enquanto produto de consumo cultural valorizado com a expansão da indústria do turismo. Essas concepções opunham-se àquela, de matriz modernista, que orientara a formação do Sphan e dos profissionais que atuavam no “Patrimônio”, segundo a qual o passado era referência para a constituição da nacionalidade e fonte de conhecimento da História da Arquitetura. (RODRIGUES, M., 2000, p. 46).

O órgão estadual também é concebido em torno de ideais ortodoxos que o vinculam a uma historiografia oficial. “A criação do Condephaat tornou-se possível quando frações conservadoras e tradicionalistas da burguesia paulista buscaram reafirmar a identidade bandeirante nos limites do quadro autoritário estabelecido em 1964.” (RODRIGUES, M., 2000, p. 41). Esse primeiro momento, relativo ao período colonial, foi sucedido pelo ideário da preservação envolvendo os ciclos econômicos do café e industrial. Para Rodrigues, M. (2000), reconhecer o valor do patrimônio cultural da indústria significou incorporar à produção cultural as fases mais recentes da história, preservar os espaços que continuavam vivos na memória da população urbana. Todavia, observou-se em todas as dimensões de proteção patrimonial, a inexistência da normatização de critérios. Na falta de uma política cultural prevaleciam as vontades individuais que encontraram um ambiente de interação e compartilhamento de pressupostos comuns.

A evolução discursiva sobre as práticas patrimoniais ganhou amplitude no momento em que determinadas intervenções urbanísticas passam a ser contestadas por um grupo social. O caso emblemático fora a preservação da Escola Caetano de Campos, na região central da Capital do Estado de São Paulo. A mobilização social em favor da preservação desse patrimônio foi tamanha que, a partir daí, a prática do tombamento tornou-se aliada do planejamento ambiental. Rodrigues, C. (2001)

afirma que apesar do caráter afetivo do caso do Caetano de Campos, o seu tombamento pautou-se, principalmente, em elementos relacionados à sua importância histórica relativa ao ensino público nacional.

Em primeiro lugar, tal campanha trouxe à tona uma crítica veemente à égide essencialmente tecnocrática da administração pública. As inúmeras intervenções urbanísticas que a cidade vinha sofrendo, vinham causando a destruição de referenciais construtivos e paisagísticos de grande valor afetivo para a população, como era o caso do próprio Instituto. (RODRIGUES, C., 2001, p. 84).

Juntamente com o aumento das solicitações de tombamento, abriu-se a oportunidade de se efetuar a preservação de áreas naturais por meio de instrumentos legais existentes na proteção institucional de cunho cultural. O Condephaat passou a ser pioneiro na utilização do tombamento de áreas naturais e afirmou o critério ambiental como elemento construtivo do bem cultural (RODRIGUES, C., 2001). Afirma-se assim, que o ato de preservar, seja um patrimônio cultural ou natural, incorre na perpetuação de hábitos culturais.

Pode-se sugerir que o ápice da estruturação conceitual do patrimônio natural no Condephaat ocorreu em virtude da criação da Equipe de Áreas Naturais dentro do Serviço Técnico e Conservação e Restauro (STCR). Todavia, a equipe fora desativada na gestão do governador Mario Covas (década de 1990), o que indicava o desprestígio posterior dessa importante forma de conservação natural.

Até o ano de 2014, foram inscritos nos livros de tombo da instituição 514 patrimônios. Apesar de experiências inovadoras com relação à incorporação de novas práticas de preservação cultural que incluíram a dimensão natural e ambiental, mais de 91% dos tombamentos foram inscritos no livro do tombo histórico. O Livro Arqueológico, Etnológico e Paisagístico contava com 7% dos registros, o que correspondeu a 36 inscrições. (Gráfico 5). Outro aspecto importante se relaciona à concentração espacial dos tombamentos, por meio do Mapa 3, é possível inferir que uma parte significativa dos tombamentos do Estado de São Paulo se inseriam numa perspectiva histórica arquitetônica, com destaque para o ciclo econômico cafeeiro ocorrido no Estado.

Mapa 3: Distribuição Percentual dos Tombamentos Efetuados pelo CONDEPHAAT (2014)

20°0'0"S

25°0'0"S

50°0'0"W

45°0'0"W

A Capital paulista concentrava o maior número de bens tombados, o que correspondia por volta de 28% do total. Os tombamentos efetuados pelo Condephaat abarcavam pouco mais de 30% dos municípios do Estado, o que corresponde a somente 199 municípios²⁸, num universo de 645. Ao analisar os municípios que possuíam bens tombados pelo órgão, por volta de 79% participavam em menos de 0,5% do universo percentual dos tombamentos. O Mapa 3 demonstra que os municípios que possuíam maiores inscrições nos livros de tombo da instituição seguem, preferencialmente, a orientação da expansão da lavoura de café, a partir do século XIX, constitui-se de uma faixa mais concisa que vai do Vale do Paraíba Paulista, Região de Campinas e Ribeirão Preto. Nesse sentido, os incipientes registros dos patrimônios culturais no Oeste Paulista sugerem a necessidade do órgão de adotar novas dimensões e a ampliação do reconhecimento patrimonial.

Gráfico 5 - Distribuição das inscrições dos tombamentos por Livros²⁹

Fonte dos dados: Lista de Bens Tombados Condephaat (Disponível em www.condephaat.sp.gov.br). Org. por Detoni, S. F. (2014)

2.8. Tombamento natural no Estado de São Paulo

Scifoni (2008) destacou os aspectos relativos à dimensão quantitativa e qualitativa do tombamento de áreas naturais no Estado de São Paulo. Além da expressiva quantidade de bens tombados, a definição de critérios, o

²⁸ Algumas áreas naturais tombadas, como a da Serra do Mar e de Paranapiacaba abrangem 44 municípios. Os bens móveis também possuem características peculiares: as obras do pintor Benedito Calixto de Jesus se encontram distribuídas por 8 municípios; nas obras do pintor José Ferraz de Almeida Júnior, não há referências de localização.

²⁹ Total individual, sem contar a abrangência municipal.

desenvolvimento conceitual e metodológico com importante contribuição da Geografia são os fatores que contribuíram e fez da experiência paulista um exemplo positivo no tratamento da questão da proteção da natureza na esfera da cultura.

A proteção da natureza no interior de um órgão dinamizador de políticas de defesa e proteção de aspectos culturais diversos se apresentou de forma conflituosa, visto que havia a necessidade do desenvolvimento de um aparato conceitual capaz de sustentar as posições contrárias vindas de diferentes vertentes sociais que, em seu conjunto, percebiam o espaço geográfico como uma oportunidade de exploração econômica. Tais conflitos foram demarcados por meio dos posicionamentos ideológicos e expostos nas possibilidades de apropriação espacial, o que caracterizou uma lógica, muitas vezes, dialética e contraditória permeada pelo embate entre o público e o privado.

A criação de uma área natural tombada deve-se, prioritariamente, ao seu valor paisagístico. De acordo com Ab'Sáber (2004), pode-se estabelecer alguns critérios para o tombamento natural de uma área, entre os quais: as áreas de criticidade múltipla, onde haja interesse de uma proteção integrada dos tecidos ecológicos regionais; a distinção entre as paisagens reconhecidamente banais e as paisagens reconhecidamente de exceção, por exemplo, os morros testemunhos, as topografias ruiformes, as pedras-tortas, os campos de matações, os *canyons*, as feições cársticas, etc; também os remanescentes primários de áreas topograficamente banais, porém, ecologicamente e bioticamente críticas com relação ao banco de germoplasmas, o que inclui as amostras intocáveis de ecossistemas primários em vias de extinção; e as áreas de introdução ou reintrodução de espécies, por exemplo, os velhos hortos.

Para Ab'Sáber (1986) não era aconselhável tombar grandes espaços situados em áreas distantes, em função do seu gerenciamento problemático. Dessa forma, esse instrumento de proteção seria indicado para os casos naturais descritos próximos às áreas densamente humanizadas sujeitas à forte e irrefreável pressão da especulação imobiliária.

Em resumo, o autor propõe a proteção das formações paisagísticas em função de sua beleza notável, da sua importância como testemunho natural, referente aos determinados processos geoecológicos e da apropriação social de determinados espaços, qualificados por sua relevância socioambiental. Mereceria prioridade de

proteção, as tipologias naturais que se encontravam a mercê da ação de fatores econômicos e sob sério risco de subversão dos interesses coletivos.

O tombamento natural de uma área significa que a mesma está sujeita a um determinado ordenamento territorial que objetiva a sua proteção natural e o interesse social com ênfase na manutenção, sobretudo, de suas características paisagísticas, turísticas e científicas. Mais uma vez, é importante ressaltar que essa ação resulta na limitação do direito de propriedade. Com isso, o tombamento passou a ser um instrumento ordenador do Estado cujo objetivo principal é o de restringir o exercício sobre bens de seu domínio e sobre os direitos de utilização por parte do proprietário. A área tombada não necessita ser desapropriada, ou seja, não impede o uso do bem, mas restringe determinadas alterações que passam a depender de autorização do órgão competente no caso estadual, o Condephaat.

Deve-se destacar que o tombamento possui a característica de garantir os direitos adquiridos sobre instalações e usos já implantados, todavia, os mesmos devem estar regularmente aprovados. A relevância cultural em diversas dimensões, o que inclui a natural, fez com que o órgão responsável pelo seu tombamento garanta a sua preservação, ou seja, a tutela passa a ser estatal.

O ato de tombar um bem é precedido pelo processo de tombamento que define o tombamento imediato em caráter provisório do bem. Entretanto, o tombamento provisório se equipara ao definitivo, importante especificidade, descrita no art. 146, que trata do processo de tombamento, do Decreto Estadual n. 13.426 de 1979, que instituiu a Secretaria de Estado da Cultura. Dessa forma, a abertura de um processo de tombamento automaticamente implica na preservação do bem. Isso faz com que o tombamento seja uma das formas mais rápidas para garantir a preservação ambiental de uma área sob risco especulativo.

Conforme se destacou, as ANTs, mesmo de acordo com seus critérios técnicos específicos de manejo que podem ser definidos na sua resolução de tombamento, não se constituem em unidades de conservação. A Lei Federal n. 9.985 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dividiu as categorias de unidades de conservação em dois grupos específicos: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. Porém, em nenhuma das modalidades há a inclusão da ANT como uma categoria de preservação ambiental. Visto que esse instrumento de proteção possui atributos relativos ao segundo grupo.

Importante mencionar que a Lei Estadual n. 9.509 de 97, que dispôs sobre a Política Estadual de Meio Ambiente, definiu no art. 3º., inciso VII, as seguintes unidades de conservação no contexto do Estado: Parques, Florestas, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Monumentos Naturais, Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos e Hortos Florestais, e outras definidas em legislação específica. Entretanto, não há legislação específica que defina as Áreas Naturais Tombadas como unidades de conservação, também no âmbito estadual, somente como instrumento jurídico de preservação na esfera cultural.

A instituição de uma área natural como instrumento de política cultural envolve não somente a natureza como suporte à ação humana, mas sua herança enquanto testemunho de processos naturais que moldaram diferentes fisionomias paisagísticas. Para Ab'Sáber (2004), o tombamento natural apresenta distintas dimensões no seu contexto ecológico natural. "O apelo ao recurso do tombamento somente é aplicável a uma área ou gleba que, por razões paisagísticas, ecológicas, hídricas ou ambientais, seja reconhecidamente uma área necessitada de proteção integral." (AB'SÁBER, 2004, p. 379). Compreende, nesse caso, a proteção integral diferente da descritas no SNUC. Nesse ponto, convém destacar que o tombamento não restringe o uso do bem tombado, assim, esse instrumento não visa uma proteção integral do bem e sim possui o intuito de disciplinar o seu uso.

Semelhante ao que ocorre com as unidades de conservação descritas no SNUC, a legislação de tombamento fixou, inicialmente, uma área de entorno com o objetivo de garantir a visibilidade do objeto tombado, ou seja, um tampão de defesa ecológica (zona de amortecimento), ou *Ecological buffer zone*. O art. 137 do Decreto Estadual nº. 13.426 de 1979 dispôs que:

Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação. (DECRETO ESTADUAL N. 13.426/79).

Alteraram-se a redação desse artigo por meio do Decreto Estadual n. 48.437 de 2003, no qual impôs maior flexibilidade às restrições de entorno. Assim, prevê-se o estabelecimento de uma área de entorno quando a ocupação e o uso revelarem-se aptos a prejudicar a qualidade ambiental do bem sob preservação. Com isso, a dimensão da área envoltória deve ser definida no contexto específico, ou seja, caso

a caso, o que não altera os dispositivos dos tombamentos anteriores à publicação da referida lei.

O entorno imediato, área envoltória ou vizinhança, possivelmente, constituem-se numa das questões de maior controvérsia no contexto do tombamento. Todavia, deve-se ponderar qual o objeto da proteção do instrumento de tombamento: monumento/edificação, bairro/núcleo histórico, sítio arqueológico ou área natural.

Na perspectiva do monumento ou da edificação isolada, a delimitação de uma área envoltória se relacionava à valorização do bem tombado por meio da sua visualização. Nesse momento, a proteção do entorno se atrela à visibilidade e ao destaque do objeto de tombamento.

Apesar de o novo texto da lei inovar ao condicionar a delimitação do entorno à qualidade ambiental, não se definiu quais são padrões de qualidade devem ser considerados. Dessa forma, mesmo ao trazer a noção de ambiência e reconhecer a característica não estática das áreas envoltórias, a decisão está sujeita a certo grau de subjetividade sobre os usos permitidos na área contigua ao bem tombado³⁰. Sugere-se que houve uma ação política de esvaziamento desse instrumento de proteção em pró de um modelo de apropriação espacial, pois o entorno pode ser definido a partir de disputas políticas e não por critérios técnicos.

Muito mais do que na discussão sobre o tombamento ou não de um determinado bem, é no processo de discussão para a regulamentação das áreas envoltórias que aparecem os conflitos, tensões e interesses de diversos grupos sociais. Isso, no entanto, não fica evidente em todos os casos. Muitas vezes, os processos são definidos e não chegam a causar polêmica, ao menos aparente. (PRATA, 2009, p. 138-139).

Por outro lado, a não regulamentação específica das áreas envoltórias pode trazer uma maior reflexão sobre as relações espaciais que existem no contexto do objeto de tombamento.

Para Scifoni (2006a), a questão das áreas envoltórias é da maior complexidade, sobretudo, no caso do patrimônio natural. A autora pondera sobre o equacionamento da extensão das áreas dessa tipologia de tombamento, o que envolve um maior controle da ocupação do entorno, principalmente, em relação às necessidades ambientais dessas áreas. No que diz respeito às áreas verdes urbanas, é fato que elas constituem interesse do mercado imobiliário, pois agrega valor ao seu produto,

³⁰ Com o intuito de trazer objetividade à temática, a partir da definição de conceitos, critérios e procedimentos, foi organizado, em 2007, por Marly Rodrigues, o documento intitulado “Dossiê Áreas Envoltórias” (PRATA, 2009).

eleva o seu preço e estimula a verticalização. Scifoni (2006a) citou uma importante fundamentação teórica desenvolvida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses, em 1983, denominada “Sugestões para o tratamento do entorno de bens imóveis tombados pelo Condephaat”³¹. O autor apresentou três critérios para o tratamento do entorno das áreas tombadas, conforme a especificidade tipológica: a garantia da integridade física do patrimônio, a fruição visual e a ambiência. Com relação ao patrimônio natural, tais critérios deverão garantir condições de insolação, de ventilação, de permeabilidade do solo e de manutenção dos níveis freáticos, juntamente com os valores estéticos paisagísticos.

∴

A institucionalização do patrimônio, em função de suas características naturais, demonstrou-se como um importante instrumento para a defesa preservação ambiental. Entretanto, verificou-se que a legislação de tombamento, apesar de genérica em todas as tipologias, possui a sua estrutura básica voltada para a proteção do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, fato que influenciará a ação do Condephaat nos primeiros anos de atuação.

O excessivo cuidado com a História da Arquitetura chegava a ser um empecilho à adoção de condutas determinadas por outras motivações. O apego aos critérios tradicionais de eleição do patrimônio edificado encontrava correspondência no campo jurídico, pois oferecia um instrumento legal para o exercício da proteção do Estado, o tombamento. O tradicionalismo da área preservacionista faria crescer a incompatibilidade entre as ações de proteção e a dinâmica da própria sociedade, em especial nas grandes cidades onde a especulação imobiliária via no tombamento uma restrição de suas possibilidades de expansão. (RODRIGUES, M., 2000, p. 65).

Ancorado em determinados aspectos legais e com apoio teórico-conceitual da ciência geográfica, o Condephaat foi precursor na inclusão de novas perspectivas de seleção de objetos culturais a se proteger. Nesse ambiente institucional, desenvolveu-se um conjunto de diretrizes capaz de sustentar e validar as práticas que foram executadas. Diante das diversas tipologias que envolveram a proteção paisagística e ecossistêmica, sistematizaram-se os conceitos de forma objetiva e aplicável, não somente à área de tombamento, mas também ao seu entorno imediato.

³¹ MENESES, U. T. B de. Sugestões para o Tratamento do Entorno de Bens Imóveis Tombados pelo Condephaat. São Paulo: Condephaat, 1983.

Na legislação vigente, a paisagem e o patrimônio interagem com os conceitos de natureza, natural e ambiental. Dessa forma, no contexto do tombamento, uma paisagem pode ser um patrimônio natural ou ambiental. Como se demonstrará, neste trabalho, num primeiro momento, a paisagem era utilizada com afirmação do valor histórico. No decorrer do desenvolvimento prático, apropriou-se do termo paisagem existente no texto legal para criar e sistematizar a preservação da natureza. Nesse momento, é importante destacar as colocações de Natureza, propostas por Chaui (2003):

[...] Natureza, de um lado, distingue-se do que é efeito de uma deliberação e decisão humana e, de outro, opõe-se ao artificial, isto é, aos objetos técnicos e tecnológicos produzidos pelo trabalho. Essa distinção será crucial para o surgimento da distinção entre ela e Cultura, uma vez que esta será pensada exatamente como tudo quanto depende da vontade e da ação humana. (CHAUÍ, 2003, p. 47).

A autora argumenta que a Natureza é tudo que existe sem os humanos, no entanto, a percepção da Natureza pelos humanos, relaciona-se ao meio ambiente e seu quadro natural. Todavia, a paisagem torna-se, assim, uma condição física externa que pode ser dotada de contemplação e emoção.

Chauí (2003) também observa, nesse artigo, que nas ciências contemporâneas, a Natureza é objeto de conhecimento científico, com isso, ela passa a depender da interferência ou da intervenção humana. A Natureza não é somente condição física de constatação, sendo construída cientificamente.

Sob o prisma da ciência contemporânea, a Natureza torna-se uma noção ou um conceito produzido pelos próprios homens e, nesse caso, uma construção humana. Em outras palavras a própria idéia de Natureza, tornou-se um objeto cultural. (CHAUÍ, 2003, p. 48).

Nesse contexto, a instituição do tombamento e, no caso particular, o estabelecimento de um patrimônio natural deve possuir, sobretudo, uma significação para a sociedade que o elege como bem patrimonial.

Deve-se destacar que a legislação de tombamento aproximou, num primeiro momento, o conceito de patrimônio natural ao de monumento natural. Esse último se apresenta como uma unidade de conservação de proteção integral, no SNUC, o que acentua a diferença entre esses espaços de proteção da natureza, visto que tal característica vislumbra um manejo, completamente, diverso do praticado pelo instituto do tombamento. Assim, o ajuste dos objetivos de uma área natural tombada e a sua integração ao SNUC, ou mesmo uma readequação da categoria monumento

natural, deve ser permeado pela reflexão sobre os objetivos dessas categorias de proteção.

Os objetivos da categoria monumento natural convergem aos do tombamento natural no que se refere à proteção paisagística nos termos da beleza cênica, porém, ao comparar o estabelecimento de uma área natural tombada e de um monumento natural, esse último apresenta maiores instrumentos de preservação, entre outros, a elaboração de um plano de manejo. Já o tombamento de uma área natural inclui um valor simbólico à natureza, em vista do seu conteúdo cultural, e a relação do objeto preservado com o meio social, ou seja, o denominado manejo sustentável.

À medida que surgiram as ações práticas, verificou-se que no Condephaat se empreendeu uma discussão intelectual sobre o que deveria ser objeto de políticas culturais, no caso específico, o tombamento. Nesses termos, a partir de uma visão ortodoxa, o caráter da natureza como patrimônio cultural foi questionado e, posteriormente, incorporado com um instrumento de proteção a partir de uma base conceitual concisa.

O patrimônio natural, segundo a interpretação de Rodrigues, M. (2000), é a “memória” da natureza, no sentido de testemunhar os processos naturais, mas também pode ser uma referência histórica inserida na memória social. Nesse caso, a natureza, na amplitude do patrimônio cultural, deve ser percebida na sua amplitude social.

A característica dinâmica da paisagem, que inclui a incorporação de novas tipologias paisagísticas, faz com que o tombamento se insira num ato político de interferência na produção do espaço geográfico, para salvaguardar, tanto a memória da natureza, relacionada à história natural, como as formas de apropriação cultural do espaço. Acima de tudo, a questão do patrimônio natural é um tema geográfico. Verifica-se, assim, que o tombamento natural, ao incidir em extensas áreas, submete-as a um regime jurídico que atrela o uso do solo às regras de preservação, interferindo, portanto, na atuação dos agentes públicos e privados na produção do espaço geográfico. Ao impor, algumas vezes, normas mais rígidas do que a legislação urbanística comum, ele seleciona usos e restringe determinadas formas de ocupação do solo, possibilitando a criação de uma nova dinâmica espacial. Por outro lado, o tombamento também valoriza determinadas áreas, ao reconhecê-las

como patrimônio do Estado, fomentado novas perspectivas de exploração econômica (SCIFONI, 2008, p. 11).

Em determinados aspectos, o tombamento foi um importante instrumento de preservação para interferir na dinâmica de exploração econômica da Serra do Mar de conter procedimentos relacionados à especulação imobiliária, devido ao acelerado processo de urbanização, sobretudo, na utilização de terra para exploração do turismo.

Pode-se afirmar que a influência geográfica nas políticas culturais, com vista à proteção do patrimônio natural e também à construção conceitual do que deveria ser o patrimônio natural adquiriu um importante instrumento norteador a partir elaboração de um texto do professor Aziz Nacib Ab'Sáber, em 1977, na qualidade de representante do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, junto ao Condephaat. O texto propôs um conjunto de diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais do Estado de São Paulo.

Para AB'SÁBER (1977b), naquele momento, as diretrizes de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo se encontravam no estágio de estudos básicos, com considerações genéricas e um grande número de órgãos cujo objetivo era o de administrar fatos isolados da natureza e do patrimônio ambiental sem atentar-se ao efetivo gerenciamento do quadro global de potencialidades herdadas dos fatores naturais. Ab'Sáber assistia uma forte degradação ambiental dos recursos naturais no Estado, face à crescente urbanização e ao desenvolvimento industrial paulista, conforme descreveu:

Evidentemente, não se pode elaborar um corpo de diretrizes para a preservação de reservas naturais sem se levar em conta as dimensões do território, sua compartimentação topográfica e ecológica, e a densidade de ocupação e uso de seus solos. Sobretudo não se pode deixar de considerar o nível atual de urbanização e industrialização. (AB'SÁBER, 1977b, p. 1).

O território paulista apresentava e apresenta uma forte valorização da terra, sobretudo, em virtude de sua infra-estrutura, o que, na análise de Ab'Sáber (1977b), diminui as possibilidades de se reservar áreas para uso comunitário, à serviço da sociedade como um todo. Alertava-se que qualquer política inconsistente, ou seja, sem planejamento, de retenção de áreas para uso social e cultural sofreria com a pressão da especulação imobiliária desenfreada e incontrolável. O autor traçava o quadro de possibilidades para o desenvolvimento e para o estabelecimento de uma

razoável política de preservação de espaços naturais pautada nos seguintes pressupostos: filtragem da biosfera, reservas biológicas, áreas de lazer e pontos turísticos. Assim, as possibilidades de proteção do patrimônio natural deveriam incluir o contexto cultural e não somente a situação ecológica natural do bem tombado, o que incluiu o desenvolvimento prático da proteção do patrimônio ambiental urbano. Para Scifoni (2008):

A noção de patrimônio ambiental urbano, porquanto questionou os critérios tradicionais de valor, contribuiu para reforçar a idéia de que o patrimônio natural não se referia somente a testemunhos de uma beleza natural excepcional. Tratava-se de um novo critério, o de reconhecer valor em expressões de uma natureza transformada e apropriada socialmente, uma natureza “comum”, dos parques e áreas verdes urbanas, por exemplo, com um amplo uso e, portanto, um amplo significado social. (SCIFONI, 2008, p. 110).

Ab’Sáber (1977b), neste trabalho, também alertou para a inoperância das leis sobre o uso, controle e zoneamento do solo urbano, periurbano e rural. Tese confirmada pelo trabalho de Rodrigues, C. (2001), no qual se verificou a relação entre tombamentos no município de São Paulo e o não cumprimento das leis de uso e ocupação do solo, juntamente, com a pressão sobre o legislativo municipal para a alteração dos zoneamentos da cidade, quando havia o interesse mercadológico. O pesquisador propunha, assim, um zoneamento racional das áreas periféricas com o intuito de garantir espaços verdes, encaminhada por uma política seletiva de identificação de áreas para proteger os quadros significativos da natureza paisagística e ecológica no território paulista, em que as diretrizes seriam baseadas nos conhecimentos básicos de ciências naturais e do planejamento regional integrado. O Quadro 2 apresenta os critérios essenciais para a escolha das áreas de interesse da política de atuação do Condephaat para as áreas naturais.

Quadro 2 - Resumo esquemático das diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais do Estado de São Paulo proposta por Aziz Nacib Ab'Sáber (1977b)

Política Pública	Tipologia	Características	Local/Objetivo
Preservação de áreas críticas e ecologicamente estratégicas	Filtros de biosfera	Reservas naturais de preservação obrigatória; Amostras representativas de diferentes ecossistemas e geofácies das paisagens paulistas.	Serra do Mar, Escarpas da Mantiqueira oriental, Bocaina, entre outras
Tombamento de áreas	Distinção entre paisagens banais e de reconhecidamente de exceção	Morros testemunhos, topografias ruineformes, altos picos rochosos, domos de esfoliação, mares de pedras, canyons e furnas, feições cársticas, cavernas e lapas, lajedos dotados de minienclaves ecológicas, ilhas continentais, promontórios e pontas e pontas costeiras, estirâncios de praias.	Incorporação turística e testemunho de processos naturais
Política de revalorização, controle e planejamento de algumas paisagens de substituição ou de elaboração mais ou menos artificial.	Paisagens com forte influência antrópica	Margens de lagos artificiais, velhos hortos em desativação, ilhas e glebas que foram colônias penais, fazendas e sítios do Estado	Parques regionais

Em resumo, as diretrizes proposta por Ab'Sáber (1977b) procuravam compatibilizar os aspectos sociais no âmbito do planejamento ambiental, em que se definiam áreas críticas para a proteção ambiental, principalmente, na região metropolitana em função da importância natural e paisagística, na sua condição de patrimônio cultural.

Inicialmente, interpreta-se que a dificuldade de consolidar o discurso patrimonial no âmbito da natureza reside, possivelmente, na tendência científica de separação das atribuições temáticas, decorrente, possivelmente, do pensamento iluminista e passando pelas escolas positivistas que consolidaram a premissa da separação nas ciências. Logo, sendo patrimônio natural um instrumento de proteção que se encontra na interface cultural-natural, tais categorias de preservação tornaram-se objeto de desregulamentação legal. É importante frisar que a proteção do patrimônio, que surge, num primeiro momento, no âmbito cultural, fora, historicamente, apropriada pelo discurso ambiental de forma segmentária, visto que o termo preservação do patrimônio cultural possui influência na montagem do escopo lógico da proteção natural *stricto sensu*.

No âmbito da proteção do patrimônio natural, em que a principal prática jurídica se encontra no instrumento do tombamento natural, surgiram subdivisões temáticas por meio de categorias denominadas de geopatrimônio que, de certa forma, conduzem à desregulamentação dessa categoria de proteção, ou seja, a inclusão de mais subcategorias no mesmo propósito de preservação reforça o discurso de que o patrimônio natural não abrange a tutela cultural. Também há uma inércia nos órgãos de proteção cultural no que diz respeito à evolução conceitual do patrimônio natural como uma categoria diferenciada, dado o importante avanço conceitual nas décadas de 1970 e 1980. O abandono desse projeto de proteção do patrimônio natural possui seus instrumentos de ação engendrados dentro de uma ação governamental.

Conforme se descreveu, num contexto geral, a patrimonialização da natureza pode ocorrer do ponto de vista de sua monumentalidade e também da sua prática social, quando há a sua apropriação social. Tais práticas podem ocorrer em conjunto, o que, na ação política de preservação do patrimônio com viés cultural é o desejado.

Deve-se ressaltar que o ato de proteção natural pressupõe uma ação ou medida cultural de uma sociedade. A cultura permeia tal prática e, do ponto de vista da produção material de uma sociedade, ela se satisfaz sobre uma base natural. Essa característica condicionou avanços elementares na política de proteção patrimonial.

O pressuposto ideológico que o acautelamento de ecossistema natural envolvia também uma ação de proteção cultural subsidiou a criação das ANT's no Estado de São Paulo. Entretanto, de início, tornava-se oportuno desenvolver os aspectos conceituais e metodológicos dessa empreitada no domínio institucional do Condephaat.

A abertura do Condephaat à proteção do meio ambiente nasceu, por um lado, do arejamento provocado pelo já referido contato com novas idéias e, por outro, com desdobramento de atividades desenvolvidas na área de planejamento que, no Estado de São Paulo, desde a década de 1960, se tornara instrumento de governo, atendo à crescente tecnização da administração pública. (RODRIGUES, M., 2000, p. 82).

Nesse sentido, as políticas de planejamento urbano e regional incluíam a necessidade de preservação do meio ambiente que foi respaldado por um Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano.

Ao analisar o trabalho de Rodrigues, M. (2000), é possível afirmar que a primeira menção do Condephaat com o intuito de estruturar as diretrizes do patrimônio

natural veio por meio da apresentação do documento “Proposta e Roteiro Para a Atuação do Novo Conselho Deliberativo do Condepahaat”, elaborado por Ulpiano Bezerra de Meneses, no início da gestão de Nestor Goulart Reis Filho, em 1976, em que se propôs a proteção e valorização do patrimônio natural.

O processo de tombamento da Serra do Mar, aberto em 1979, com parecer do Professor do Professor José Pereira de Queiroz Neto, representante do Departamento de Geografia da USP, permitiu a discussão sobre a sistematização dos critérios para a inclusão dessa política de proteção do meio ambiente na esfera cultural, visto que ainda havia em andamento outros processos de tombamento com essa temática, entre os quais, o do Parque Estadual do Jaraguá, a Reserva Florestal do Morro Grande e o da Serra do Japi. Tais demandas resultaram na criação de um Grupo de Trabalho (GT), no mesmo ano, para elaborar o documento intitulado como Subsídios para um Plano Sistematizador das Paisagens Naturais do Estado de São Paulo, descrito por meio da Ordem de Serviço n. 01 de 1982 (CONDEPHAAT, 1982a). Verifica-se que as diretrizes básicas desse documento possui fundamentação na proposta encaminhada por Ab’Sáber (1977b). Contudo, o pesquisador não participou do GT que foi coordenado pela professora do Departamento de Geografia da USP, Lea Goldestein.

É importante ressaltar que a ação do grupo técnico do órgão com o apoio técnico desse documento, juntamente com o respaldo da sociedade civil organizada de diferentes formas, permitiram a proteção imediata de importantes áreas naturais no Estado de São Paulo. O Grupo de Trabalho deu origem a Equipe Técnica de Áreas Naturais, que foi a grande fomentadora da ampliação do tombamento de áreas naturais.

O ano de 1982 consistiu num importante referencial para o Condepahaat, além da publicação da Ordem de Serviço n. 01 de 1982 e da formação de uma equipe técnica para as áreas naturais tombadas, ocorreu o primeiro concurso público do órgão, desde sua criação. Nesse ano, ocorreu a eleição direta para o governo paulista. Todavia, houve uma forte crise institucional no Condepahaat relativa à demolição de diversos dos casarões, em vias de tombamento, na Avenida Paulista³², na Capital, que culminou com a dissolução do colegiado da gestão de Rui

³² Em 15 de junho de 1982, o presidente do Condepahaat, supostamente, anunciou, de forma inconseqüente e intempestiva, ao Jornal Folha de São Paulo, a possibilidade de tombamento do Conjunto Nacional e de Casarões na Avenida Paulista (Jornal Folha de São Paulo, 15/06/1982, Local,

Othake³³ e a, posterior, posse de Aziz Nacib Ab'Sáber como presidente do Conselho³⁴.

A crise institucional do Condephaat foi, amplamente, noticiada pelos jornais da época. Tal exposição midiática trouxe colocou à tona a fragilidade dos critérios utilizados para os tombamentos empreendidos pelo órgão e a necessidade de estabelecer uma contrapartida aos proprietários de imóveis que fossem atingidos pelo instrumento em questão. Isso culminou, em 1984, com a aprovação da Lei Municipal 9.725, que dispôs sobre a transferência do potencial construtivo, a aplicação de incentivos e as obrigações e as sanções dos imóveis preservados no município.

O estabelecimento de diretrizes específicas fundamentou a práticas referentes aos tombamentos naturais e demonstrou a sua importância, em vista da ampliação do número de pedidos. Segundo Scifoni (2006a), na década de 1980 ocorreram 59 pedidos de tombamentos, relacionados à dimensão natural do patrimônio, período que também ocorreu o menor tempo de tramitação entre o pedido e a homologação do tombamento. A mesma pesquisadora definiu o período, entre 1981 a 1991³⁵, como de “Momentos Progressistas”. Já Rodrigues, C. (2001) classificou esses momentos como os “Tempos de Abertura”.

Fatores políticos, tanto de ordem externa como interna, foram de fundamental importância na construção da postura progressista do órgão, sobretudo, no que diz respeito ao processo de redemocratização do país e da ampla mobilização social em prol desse instrumento de proteção.

p. 12). Tal fato resultou na demolição de diversos imóveis sem a autorização dos alvarás da prefeitura municipal. Segundo a reportagem do Jornal (Folha de São Paulo, 22/06/1982, Local, p. 11), posterior a matéria, diversos pedidos de alvarás de demolição foram solicitados na administração regional, porém, todos foram negados, o que não impediu que se iniciassem a derrubada de três casarões, até então. A partir disso, o Condephaat notificou os proprietários sobre o estudo de tombamento. Alguns deles recusaram-se a receber a notificação e também iniciaram a demolição durante a madrugada, como foi o caso do imóvel, localizado no número 867 de propriedade da família Lotaif (Jornal Folha de São Paulo, 24/06/1982, Local, p. 13. “Outro Casarão Demolido na Avenida Paulista”). No entanto, o Jornal “O Estado de São Paulo” do dia 22 de junho de 1982 negou que tivesse partido dele a informação sobre os tombamentos dos imóveis na avenida e afirmou que os jornais depreenderam sobre os tombamentos dos casarões. (Jornal “O Estado de São Paulo”, 22/06/1982, p. 14).

³³ Pedido de demissão coletiva dos conselheiros em 03/09/1982 e a decisão de Rui Othake deixar a presidência, fato deveria ocorrer somente em 22/09/1982. Segundo noticiado, tais fatos se relacionavam a posição divergente entre os conselheiros e o secretário da Cultura, João Carlos Martins, na questão dos estudos efetuados sobre a quantidade de imóveis a serem tombados na Avenida Paulista. O Conselho propôs a preservação de apenas 3 imóveis, porém, o secretário anunciou a preservação de 10 bens a serem tombados.

³⁴ Anunciado em 08/09/1982.

³⁵ Gestões na presidência do órgão: Aziz Nacib Ab'Sáber, Antonio Arantes, Modesto Carvalhosa, Paulo Bastos, Augusto Umberto Vairo Titarelli e Edgard de Assis Carvalho.

Sejam as entidades ambientalistas ou a sociedade civil organizada, por exemplo, em associações de bairros, o fato é que o tombamento natural permeou a defesa do meio ambiente nas mais diversas amplitudes e tiveram a sua fundamentação inicial descritas na proposta elaborada pelo geógrafo e professor Aziz Nacib Ab'Sáber.

Grande parte dos pedidos de proteção motivara-se sob alguma ameaça que sobrepujasse o interesse privado, em detrimento do espaço público e função da expropriação dos direitos coletivos. Para Scifoni (2006a), o tombamento foi visto como uma forma de garantir o uso e apropriação social do espaço da cidade que era ameaçado por uma lógica de produção do urbano com prioridade ao valor de troca em detrimento ao valor de uso. Nessa lógica de valorização do capital, a área verde era interpretada apenas como um espaço ocioso disponível para ser ocupado e empreendido.

2.9. Subsídios para um plano sistematizador das paisagens naturais do Estado de São Paulo

O documento em questão trabalha com três linhas básicas de orientação: a conceituação, as diretrizes de tombamento e as recomendações. Ao reconhecer a complexidade conceitual e metodológica no âmago da proteção de áreas naturais, o Plano apresentou a avaliação das conceituações básicas tendo por base a análise dos casos específicos referentes à natureza nos processos de tombamento no Condephaat. Esse procedimento permitiu a adoção de conceitos que melhor fundamentassem os objetivos dos tombamentos propostos e delineou as diretrizes e as medidas fundamentais adotadas nos processos de tombamentos naturais. O Plano esclarece que as diretrizes propostas são de caráter mais abrangente e devem ser complementadas e enriquecidas conforme a existência dos casos concretos, o que pressupõe a dinâmica da questão e o reconhecimento do processo de desenvolvimento das práticas internas do órgão, como uma política pública de proteção natural na esfera de defesa do patrimônio cultural.

Nesse momento, a influência dos geógrafos se demonstra, principalmente, por meio da conceituação da paisagem existente nessas diretrizes. Assim, destaca-se que o conceito de paisagem refere-se a um sistema ambiental dinâmico e de caráter

sistêmico, o que estava de acordo com as discussões teórico-metodológicas presentes na ciência geográfica, consolidadas, principalmente, no decorrer da década de 1970. No escopo conceitual do documento, a paisagem não deve ser confundida como recurso natural, pois esse representa um aproveitamento econômico.

A paisagem, conceituada como um sistema ambiental dinâmico, no tempo e no espaço, é resultado, por um lado da interferência antrópica em diferentes graus de intensidade. Por outro lado, o documento caracteriza uma paisagem sem a interferência antrópica que se denominou quadro natural. Dessa forma, os diferentes quadros naturais existentes representam os documentos vivos da evolução biológica e geológica da Terra. Já as paisagens constituem-se como documentos da história do Homem e da Terra, por si só, representam um bem cultural.

Portanto, os poucos quadros naturais existentes são documentos vivos da história biológica e geológica da Terra e as paisagens onde a ação humana se faz sentir mais direta e intensamente são documentos da história do Homem. Toda paisagem é um bem cultural, seja por seu valor como acervo para o conhecimento em geral, ou pelo simples fato da paisagem integrar a noção de Mundo, no âmbito da consciência humana. É imprescindível, portanto, salvaguardar determinado tipos de paisagens ou componentes de paisagens. (CONDEPHAAT, 1982a, p. 2).

As diretrizes de tombamentos têm por fundamento a paisagem como um bem cultural a ser preservado, o que incluiu os remanescentes do chamado quadro natural do conjunto paisagístico do Estado.

Diante do exposto, tais conceitos justificaram uma política de caráter prioritário de preservação natural no Estado de São Paulo, em virtude dos processos econômicos que geraram formas de utilização da terra que degradaram os quadros naturais. A existência desses quadros naturais se apresenta, muitas vezes, como raridade e concentram-se em espaços exíguos e devem ser protegidos para garantir a qualidade ecológica desses remanescentes, segundo o documento. A ação humana deixou marcas culturais nos quadros naturais que representam um patrimônio cultural. Por isso, as marcas históricas na paisagem e os remanescentes dos quadros naturais passariam a constituir o objeto de política de preservação cultural no Estado.

O documento justificou, assim, o tombamento das paisagens naturais, no universo de seu quadro natural, não somente com destaque à vegetação nativa e pela fauna, mas pelas características geomorfológicas, geológicas, pedológicas,

hidrográficas e arqueológicas. Nesse sentido, as comunidades humanas que atuam em restritas porções do espaço e se articulam com o quadro natural também são passíveis de tombamento, como foi o caso das Unidades Habitacionais de Pincinguaba, em Ubatuba e da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André.

Possivelmente, a justificativa mais polêmica encontrada nas diretrizes de tombamento se encontra na denominação de paisagens de beleza excepcional que são de interesse ao desenvolvimento turístico, visto que reafirma uma visão conceitual anacrônica de patrimônio cultural e coloca o tombamento na esfera do desenvolvimento de uma atividade econômica, o que foge aos propósitos já descritos neste trabalho. Para Scifoni (2008), mesmo com essa possibilidade de acautelamento, o documento deixou de lado a tradicional ênfase ao critério estético, pois se constitui apenas como um último item de objetos de interesse para o tombamento.

O Plano enumera sete diretrizes gerais que deveriam ser consideradas como objetos de tombamento natural. Incluíram-se, nesse caso, as formas de vegetação nativa remanescente que têm o objetivo de preservar a cobertura vegetal ameaçada de extinção eminente. Todavia, diferente das posturas técnicas de proteção aplicadas no âmbito biológico, o Plano também propôs que a vegetação secundária seja passível de preservação, em virtude do seu valor científico ou da escassez das formas.

A proteção dos diferentes tipos de cobertura vegetal complementa a importância do tombamento das áreas de habitats de espécies raras de animais. A proteção desse nível ecológico natural também contemplou as feições geológicas, geomorfológicas e pedológicas particulares que também seriam objeto das diretrizes de proteção natural na esfera cultural.

A possibilidade de inclusão de novas áreas de tombamento natural, em função do estabelecimento de mananciais de água para o consumo permitiu a inclusão das paisagens dessas áreas com o intuito de garantir o equilíbrio ambiental e a manutenção dessas reservas que, segundo o Plano, são feições geológicas e geomorfológicas particulares.

Outro importante direcionamento do documento é a orientação para a proteção das paisagens que constituem exemplares de atuação antrópica, em que se

destacam as formas de manejo que conduziram a preservação das estruturas sociais locais.

Por outro lado, o documento também sugere o acautelamento das paisagens alteradas ou não pela ação antrópica, caracterizadas pela expressividade, pela raridade e pela beleza excepcional, sendo de interesse turístico, social e científico. Nesses termos, apesar de condicionar o patrimônio ao turismo, o documento vai de encontro a um dos objetivos legais de defesa do Condephaat que é a preservação do denominado patrimônio turístico.

Como recomendação quanto aos trâmites jurídicos referentes à propriedade da terra, o Plano dispôs que a notificação deveria ser feita por meio de editais a serem publicados pela imprensa oficial e outro órgão de grande circulação, visto que, de forma geral, as ANTs abrangem mais de um proprietário, o que impossibilitaria a relação completa da situação fundiária.

Quanto às questões de ordem técnica, recomendou-se o estudo detalhado para a definição de normas para os diferentes tipos de tombamento previstos. Além da elaboração do inventário do patrimônio paisagístico cultural do Estado.

Outro aspecto muito importante que, se tivesse sido acatado, contribuiria de forma efetiva para a qualidade ambiental das áreas tombada, é a elaboração de planos de manejos para as ANTs. Segundo o documento, tais planos deveriam respeitar as estruturas sociais e econômicas locais. Deveriam ser também um documento técnico flexível que proporia o zoneamento heterogêneo com diferentes graus de restrições, tal como ocorreu na edição da resolução de tombamento das serras do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara, onde se estabelecerem percentuais máximos de construções, conforme o tamanho da gleba.

Reconhece-se, atualmente, que uma das principais dificuldades na gestão das unidades existentes no SNUC refere-se à inexistência de uma fiscalização adequada aos propósitos dos diferentes tipos de manejo, juntamente, com a conscientização da população local sobre a importância ambiental de tais espaços. Dessa forma, o documento proposto pelo GT do Condephaat propôs que a fiscalização das ANTs deveria ser feita com colaboração de entidades públicas e privadas voltadas à preservação da área de objeto do tombamento. A comunidade local e a população como um todo deveriam ser comunicadas da importância da preservação da ANT

proposta. Em áreas de potencial turístico, a população deveria ser orientada para os usos compatíveis para o lazer.

Em resumo, o Plano Sistematizador das Paisagens Naturais do Estado de São Paulo se constituiu num importante documento de orientação técnica, jurídica e conceitual e corroborou na justificativa e na elaboração das diretrizes básicas das ANTs. Se tivesse havido a sua aplicabilidade nas questões referentes à gestão e das atividades de comunicação, seria um instrumento relevante para garantir a qualidade ambiental dessas áreas, fruto, principalmente, do envolvimento da população nas questões relativas à incorporação cultural ao meio ambiente.

Tamanha relevância da Ordem de Serviço n. 01 de 1982 que se observou a sua utilização sistemática em grande parte dos pareceres dos processos de tombamento natural. Pode-se sugerir que tais diretrizes orientaram processos de tombamento de dimensão histórica, por exemplo, o do Complexo Ferroviário de Paranabiaca, em 1987, que levou em conta a ambiência local, resultado da cobertura vegetal, dos morros e das colinas existentes.

A definição de um plano de ação política por meio da elaboração de diretrizes para a atuação do Condephaat não abrangeu somente a dimensão natural e paisagística do patrimônio cultural. Outro importante documento, elaborado pelos profissionais da instituição paulista de defesa do patrimônio, em 1984, foi apresentado e aprovado pelo Egrégio Colegiado do órgão. Intitulado como as Diretrizes para a Formulação de uma Política de Atuação do Condephaat (CONDEPHAAT, 1984a), esse documento tratou a questão do patrimônio cultural de forma generalizada, ou seja, além de incluir a demais dimensões patrimoniais, também fez uma análise crítica da situação do órgão até aquele momento.

2.10. Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat

O contexto que envolveu a elaboração dessas diretrizes relaciona-se a uma análise crítica da atuação do órgão de defesa de patrimônio cultural paulista, não somente em relação à superação das interpretações subjetivas, mas também em função do tratamento político despendido ao Condephaat pelo governo. Interpreta-se que o amadurecimento técnico, que embasou a crítica contida no documento, advém do contato com especialistas estrangeiros por meio de cursos ministrados no

Conselho³⁶ e da organização do Seminário Cultura, Patrimônio e Preservação, em 1983.

O documento se inicia com o diagnóstico da atuação do órgão de defesa do patrimônio cultural paulista, nos quinze primeiros anos de sua existência. Destacou-se o papel de referência da instituição na condução de uma política de proteção patrimonial, a ponto de, por excesso, ser considerado tábua de salvação aos males da cidade e, às vezes, cumprindo um papel fora de seu alcance. O Condephaat firmou posição em alguns horizontes, tais como: fundamento jurídico de sua atuação, domínio técnico da área, distintos intercâmbios, elaboração de metodologias de pesquisa e de distintos levantamentos básicos e, sobretudo, com relação à confiabilidade de sua atuação. Porém, reconheceram-se algumas sérias limitações institucionais que faziam com que a experiência técnica e administrativa do órgão não se realizasse em sua plenitude.

Segundo o documento, as dificuldades decorriam da ausência, nas gestões anteriores, de uma expressa política de atuação com respaldo da Secretaria de Estado da Cultura, visto que, naquele momento, o órgão funcionava como um pronto-socorro do patrimônio cultural do Estado. Destacaram-se a falta de recursos financeiros e suporte, irrisória remuneração dos servidores, precariedade dos meios de trabalho, exiguidade de pessoal, inexistência de carreira, dificuldades institucionais, resultado de sua composição insatisfatória e dos instrumentos legais que o definem, além da ausência de flexibilidade dos meios de operação do órgão. Infelizmente, tais dificuldades se apresentavam, e ainda hoje se apresentam, em diversos órgãos da administração pública. Contudo, especificamente, com relação ao Condephaat, devem-se ressaltar os seguintes aspectos peculiares que o documento descreveu: a carência de profissionais em áreas críticas, como o patrimônio natural, a falta de respaldo político, para contrabalançar pressões, cada vez mais violentas, e a falta de articulação entre os diferentes órgãos de planejamento com o intuito de desenvolver a gestão urbana, nos diversos entes da administração pública. Sugere-se que tais fatores também estão entre os que contribuíram para a situação atual das políticas de proteção do patrimônio cultural na dimensão natural.

³⁶ Para Rodrigues, M. (2000) o curso ministrado por Hugo de Varine-Bohan, em 1974, possui importante contribuição nesse aspecto.

Para sanar tais problemas, o documento sugere uma articulação, não somente interna, mas com outras pastas, sobretudo, da Educação, juntamente com a alteração do colegiado para incluir os órgãos de planejamento urbano, metropolitano e regional. Outra importante ação correspondia à profissionalização dos quadros do Condephaat por meio de planos de carreiras e remuneração financeira condizente com as responsabilidades e a admissão pessoal que cobrissem as diversas áreas envolvidas pelo órgão o que incluía como principal carência os profissionais de geografia, sociologia e antropologia. No caso dos geógrafos, tal recomendação consistiria num aperfeiçoamento teórico e técnico nas concepções para a criação de áreas naturais tombadas.

No que diz respeito à fundamentação conceitual de patrimônio cultural apresentada no documento, denota-se que os profissionais envolvidos na sua redação possuíam amplo domínio do desenvolvimento de novas vertentes teóricas sobre a temática. Entendiam, assim, que o patrimônio cultural estava no domínio da produção do sentido, destacavam que a constituição do patrimônio “oficial” não deveria ser resultado da aplicação de um conjunto de critérios fixos e de sintomas objetivos relacionados aos padrões culturais dominantes de um segmento exclusivo da sociedade. Propuseram como prioridade do Condephaat a atuação na cultura material, a qual se relacionou como o suporte físico do sentido, sendo o produto e vetor das relações sociais. A ênfase do órgão também deveria ser os bens imóveis. Com relação aos bens móveis, sugeriu-se a sua integração aos imóveis com ênfase às coleções fechadas. Entretanto, tal postura não deveria implicar na reificação patrimonial. Nesse sentido, como patrimônio cultural se incluía os produtos da ação humana e da natureza, visto que a apropriação social o unifica e permite o entendimento da relação entre artefatos e paisagens.

De acordo com a reflexão exposta no documento, dentre os objetivos do Condephaat está o enriquecimento da qualidade de vida política por meio da consciência histórica do cidadão, visto que a concepção adotada de patrimônio cultural se atrela à identidade social. A ação do patrimônio cultural deve ser a reapropriação do sentido pleno da cidadania pela prática cultural.

Uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as forças presentes da dominação, herdadas de um passado ignorado. Fada à repetição

impedida de inovação tal política cultural é cúmplice do *statu quo*.
(CHAUI, 1992, p. 43)

O filósofo Walter Benjamin, ao explorar o conceito de história, faz uma pertinente crítica ao historicismo, que na sua interpretação se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história, ou seja, valoriza-se a linearidade e a história dominante que conduz ao progresso (BENJAMIN, 1987). A sua proposta histórica baseia-se na análise por meio do materialismo histórico dialético, o que permite uma perspectiva crítica e, no caso da orientação às práticas patrimoniais, permite a ampliação de possibilidades de inserção de bens culturais.

O documento propunha que a definição de referências para o patrimônio cultural só deveria ser possível enquanto conhecimento científico, efetuado por meio de estudos dos contextos de produção e consumo de bens culturais. Recomendou-se o aprofundamento dos estudos sobre história da cultura brasileira, focada em São Paulo e nas suas áreas de influência, no tocante à produção, à circulação e ao consumo de bens culturais.

Com relação ao patrimônio natural, as diretrizes descreveram importantes diferenças operacionais para o tratamento da temática. Apresentaram-se duas formas de conteúdos a serem tratados em relação à proteção da natureza na esfera cultural: de um lado, os valores aderem aos organismos vivos e aos sistemas ambientais, o que imputa problemas de manejo para garantir os diversos usos. Por outro lado, os conteúdos inerentes dos bens naturais, tais como, equilíbrio ecológico e as fontes de recursos naturais, que extravasam a fronteira técnica do órgão, poderiam ser definidos conforme determinados caráter e critérios:

- Documental biológico: fenômenos e processos naturais, excepcionais ou que tipificam um padrão comum;
- Documental social: relacionado à apropriação social do espaço natural, às intervenções humanas no espaço, aos sítios arqueológicos ou ao espaço como cristalização de processos históricos;
- Formal: relevância aos valores estéticos perceptíveis; e
- Ambiental: funcionalidade de certos espaços para a valorização de outros bens culturais.

Diante do descrito, a participação do Estado deve se desenvolver nas seguintes linhas:

- Identificação do patrimônio cultural por meio de pesquisas científicas e a colaboração com outras instituições;
- Proteção física, legal e social; e,
- Valorização por meio do uso cotidiano e do universo do trabalho.

Com relação às recomendações e às propostas para a identificação de bens culturais apresentadas pelo documento, destacaram-se que a abrangência seria de curto e médio alcance e o principal instrumento de ação deveria ser a pesquisa científica, pois tal procedimento é o ponto de partida para toda a sequência de ações.

O inventário não deve ser considerado como o instrumento definitivo, visto que as ações rotineiras de cadastramento de crônicas históricas de monumentos e conjuntos, enriquecidas pela pesquisa científica sistematizada, consistem numa ação de caráter periódico.

As diretrizes também avançam tecnicamente ao propor os estudos de impactos ambientais nos casos de intervenção estatal, descrito no plano como obrigatoriedade de estudos do impacto sócio-econômico e cultural. Demonstrou-se o diálogo no conjunto legal de normas estabelecidas de proteção ao meio ambiente, tais como, a Política Nacional de Meio Ambiente e a futura Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), n. 1 de 1986, que iria dispor sobre a obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA).

Reafirmou-se o tombamento como o principal instrumento de proteção legal e propôs-se formulação de critérios que envolvessem os valores cognitivos, formais e afetivos. Entenderam-se como valores cognitivos os que se relacionavam como suporte de informação para o conhecimento dos diversos aspectos dos processos históricos. Já os valores formais se referiam à significação dos objetos como percepção estética. No que dizem respeito aos valores afetivos, seus pressupostos deveriam ter como base os vínculos subjetivos de comunidades na definição de identidade.

Outras orientações encontradas nas diretrizes referiam-se a preferência por conjuntos, além da regulamentação da área envoltória. Com relação à preferência por conjunto, a disposição foi ao encontro de uma política de planejamento

ambiental urbano, incitadas, principalmente, durante a controvérsia dos tombamentos individuais dos casarões da Avenida Paulista.

Para dar flexibilidade aos instrumentos de proteção cultural, previu-se também a criação da listagem por lei, juntamente, com os estudos para uma revisão da legislação estadual a fim de readequá-la conceitualmente, torná-la operacional e consistente, o que previsse prazos de tramitações de processos, a aplicação de sanções, de benefícios, de isenções fiscais e a criação de um Fundo de Preservação e Valorização dos Bens Culturais.

De forma geral, as diretrizes estruturavam o Condephaat para ser um órgão que propusesse políticas culturais e também se incluísse como parte do aparato estatal de planejamento.

Tais questões ainda permeiam o ambiente institucional do Condephaat. Segundo do Professor Adilson Avansi de Abreu, o órgão deveria possuir uma sede própria e uma estrutura jurídica deliberativa, ao contrário da organização atual que é consultiva. O professor relatou que, durante o seu período de gestão na presidência do órgão³⁷, elaborou um documento em que sugeriu tais modificações e encaminhou ao secretário da cultura. Porém, nunca recebeu uma resposta sobre as suas proposições sobre uma reformulação do órgão.

3. DIMENSÕES SIMBÓLICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Todo patrimônio, no seu sentido específico de relação simbólica de um grupo social, é cultural. Porém, convém destacar que há uma contextualização do patrimônio pertencente à esfera individual dos cidadãos, visto no seu sentido etimológico de herança econômica ou de propriedade.

Antes da consolidação do ideal patrimonial cultural moderno, a história e os fatos memoriais tinham como o objeto simbólico o monumento. A Revolução Francesa trouxe a questão da história e da memória da nação e o patrimônio cultural surge como um bem público. Assim, no momento que o patrimônio pertence às práticas simbólicas coletivas, a sua lógica está no âmbito cultural e o interesse coletivo preconiza a intervenção estatal por meio de uma política pública de proteção. Por vezes, o objeto ou a área integram um domínio público de reconhecimento

³⁷ Período de março de 2007 a outubro de 2008.

internacional, sem a descaracterização da tutela estatal, à medida que fazem referência à memória e história da humanidade, preconizada na Convenção da Unesco de 1972, por meio de uma cooperação internacional e não se constituem num recurso natural de apropriação, cujo encaminhamento da importância deve partir do próprio país que possui a tutela do bem patrimonial. O bem patrimonial integrará o domínio público internacional, mas a sua proteção institucional e dominial advém de uma jurisdição nacional.

O termo patrimônio também indica um bem de interesse comum para a humanidade, compartilhado por todos, sem uma jurisdição estatal, ou seja, é comum às nações, sendo regido por cartas, por convenções ou por tratados, como o do continente antártico³⁸.

A ação prática do estabelecimento do patrimônio cultural pressupõe a formação de estruturas operacionais de reconhecimento, a partir de determinados referenciais valorativos. Para Meneses (1996), o valor cultural é produzido no jogo das relações sociais, portanto, ele não está nas coisas ou objetos, mas no resultado de uma construção social e histórica. Nesse sentido, Meneses (1992; 1996) sugeriu 4 categorias de valor que deveriam ser capazes de operar a definição do significado de um bem: os valores cognitivos, os formais, os afetivos e o pragmáticos.

Na proposta de Meneses (1992; 1996), os valores cognitivos se relacionam à amplitude do conhecimento, envolvem, assim, os saberes e as condições técnicas, sociais, econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas de produção, de práticas e de representações, constituem-se como os suportes aos conhecimentos históricos. Os aspectos físicos dizem respeito à valoração formal. Com isso, os valores formais partem da sua função estética, na possibilidade de certos atributos formais potenciarem a percepção, num dado contexto sócio-cultural, sendo fruto das propriedades materiais e estéticas dos materiais.

Os valores afetivos e os pragmáticos caracterizam-se pelas relações subjetivas coletivas com espaços, estruturas e objetos. Já os valores pragmáticos, observados em muitos pedidos de tombamento de áreas naturais, pertence ao denominado valor de uso e se constituem no principal foco dos conflitos de tombamento quando se impõe as dinâmicas impostas pelo valor de troca. Tais valores resultam da relação de afetividade e advém da significância por meio dos seus usos.

³⁸ Tratado da Antártica de 1959 que dispôs, entre outros aspectos, da cooperação internacional de utilização pacífica do continente antártico e seu interesse para pesquisas científicas.

As sistematizações sobre as esferas patrimoniais, geralmente, o dividem em cultural e natural, material e imaterial. Sugere-se que o patrimônio natural é uma dimensão do patrimônio cultural, logo, a institucionalização da natureza como um patrimônio também pressupõe a sua componente simbólica no universo de sua percepção social.

Com base nas posturas teóricas analisadas e nas experiências práticas no âmbito do patrimônio cultural, propõe-se o Quadro 3, que sugere que todo patrimônio é cultural, existindo suas dimensões simbólicas que pressupõe alguns elementos estruturantes.

Quadro 3 - Proposta de sistematização do patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL	<i>Dimensão</i>	<i>Possível elemento Estruturante</i>
	Histórica	Fatos representativos, historiografia diversa
	Arqueológica	Paleo-ambientes, paleo-materiais, paleo-usos
	Artística	Expressões artísticas
	Arquitetônica	Formas de construir
	Ambiental	Paisagem, desenho urbano, o lugar.
	Natural	Meio físico e biótico, sistemas ecológicos

Elab.: Detoni, S. F. (2015)

Visto que o Condephaat possui na sua denominação a possibilidade de defesa do patrimônio turístico, é importante destacar que qualquer dimensão do patrimônio cultural pode passar pela sua apropriação nessa esfera econômica. Entretanto, o ato jurídico de reconhecimento da importância patrimonial não deve permear como finalidade de exploração turística. O objetivo da proteção patrimonial é a sua identificação, proteção e divulgação. É claro que pode existir um potencial turístico a ser incluído nas práticas de divulgação, mas a patrimonialização por meio do reconhecimento cultural visa à preservação, sendo um objetivo que, muitas vezes, determina um conflito de interesse.

A prática de apropriação turística permeia a exploração econômica que desconecta o sentido prático do patrimônio cultural e pode ser nocivo à sua proteção. No caso da cultural, tem-se o que Meneses (2009) denominou como cultura-cólica ou espasmos culturais, pois, de forma geral, no turismo, a cultura é

algo à parte da vida e constitui-se num compartimento nobre e nobilitante, como descreveu o autor:

São espaços, tempos e compartimentos desejáveis e prescritos, embora descontínuos e, em regra geral, excluídos do cotidiano e do universo do trabalho, duas referências que marcam contextos essenciais da existência humana. Constituem focos de condensação, que podem atingir picos de intensidade, mas depois se esvaziam: é a *cultura-cólica*. Ao espasmo segue-se o descongestionamento progressivo e a volta ao ponto de partida. É a cultura dos produtos culturais, dos produtores, dos consumidores, equipamentos, instituições, espaços, organismos, órgãos públicos, mercados. (MENESES, 2009, p. 28 e 29).

Meneses (2009) afirma assim que é possível propor que a relação com o patrimônio cultural pode ocorrer por meio de duas perspectivas: a aprofundada e a superficial. O turismo, em regra, abrange uma postura superficial. Tal relação está sistematizada, conforme a propositiva do Quadro 4.

Quadro 4 - Interação cultural e turística sobre o patrimônio

Perspectiva de Interação com o Patrimônio	
Cultural	Turística
PROFUNDIDADE INTENSIDADE INTERIORIDADE PERMANÊNCIA CONTÍNUO CONSCIENTE APONTUAL TERRITORIALIZADA REPRESENTATIVO	SUPERFICIALIDADE ATENUAÇÃO EXTERIORIDADE DESCONTÍNUO PONTUAL DESTERRITORIALIZADA ANACRÔNICA VOYEURISMO

Elab.: Detoni, S. F. (2015). Baseado em Meneses (2009)

A distribuição geográfica apresenta uma lógica espacial que se relaciona à concepção teórica dos organismos de institucionalização do patrimônio cultural. Assim, convém verificar qual a lógica teórica que predominou no decorrer das práticas institucionais de proteção do patrimônio e como a concentração espacial é acompanhado da expansão e valorização mercadológica do patrimônio como objeto turístico.

A sua institucionalização no âmbito da Unesco, por meio da inclusão de um patrimônio na Lista faz com que o objeto cultural passe a ter status internacional e o apelo propagandístico atrai turistas. Pergunta: há uma relação entre a institucionalização do patrimônio e o aumento de turistas a visitar determinado país?

O caso do Pelourinho, em Salvador, na Bahia, é um exemplo negativo, pois a sua institucionalização o desvinculou das práticas sociais daquela região.

No âmbito do patrimônio natural, o turismo de massa predispõe uma infraestrutura adequada, o que pode ultrapassar a capacidade de suporte de um patrimônio natural e conduzir ao impacto ambiental negativo.

Com relação ao Condephaat, verificou-se que a política de defesa e preservação do patrimônio natural vem como resultado não somente de ações institucionais desenvolvidas por meio das posturas teóricas e metodológicas no interior do órgão, mas sim num contexto do encaminhamento de ações práticas. Muitas dessas ações advinham de uma situação conflituosa que acabaram por limitar a ação política do órgão, mas que, apesar dos reveses, demonstraram-se eficazes na proteção e defesa do espaço público ao concatenar os atributos naturais às práticas culturais.

3.1. Dimensão natural do patrimônio cultural: o papel da geomorfologia no tombamento de áreas naturais

Sugere-se que o estudo do relevo, da paisagem e da denominada geohistória destacam-se como importantes requisitos para embasar a definição de atributos de preservação ambiental, no tocante à dimensão natural do patrimônio cultural. Com isso, torna-se possível estabelecer a seleção de determinadas feições de relevo a serem acauteladas, em virtude do encadeamento peculiar de determinados processos naturais, da preservação de sua beleza inserida no quadro natural e dos seus atributos simbólicos.

Um dos aspectos mais importantes das ANTs se refletiu na ampliação dos atributos de proteção da natureza, pois, conforme se ressaltou, nos pressupostos fundamentais da instituição das diferentes unidades de conservação pesam-se mais intensamente os argumentos e os estudos do comportamento ecológico da área a ser preservada. Dessa forma, o fato de a paisagem sustentar o ideal norteador da proteção faz com que haja uma valorização dos aspectos relativos ao meio físico, sobretudo, do relevo.

[...] intenção aqui é insistir na pertinência da consideração do relevo e suas propriedades na organização do espaço, posto que ele e sua dinâmica fornecem para a geografia uma das mais ricas fontes de leis espaciais e de movimentos de transformação da matéria. (ABREU, 1985, p. 154).

A perspectiva geomorfológica ultrapassa a sua dimensão cênica e a sua apreensão turística. Klimaszewski (1982) chamava a atenção para as funções do

mapa geomorfológico de detalhe. O autor destaca, entre outros atributos, que o conhecimento do relevo, de suas formas e da sua distribuição favorece ou desfavorece vários setores da economia. O seu conhecimento, assim, contribui para o controle de processos e formas desfavoráveis para economia, por meio do uso racional do ambiente geográfico. No que se refere à paisagem, o autor ressaltou que nas montanhas, as estradas e suas cicatrizes, visíveis de longe, diminuem a beleza da paisagem natural. Por isso, é necessário planejar e construir estradas com habilidade e harmonia ambiental que incluem um minucioso conhecimento do relevo (KLIMASZEWSKI, 1982).

A preservação natural, com base no seu significado cultural, em que pesem as estruturas físico-territoriais, baseia-se, principalmente, na relação entre o meio cultural e o natural.

Visto que os critérios para o estabelecimento de uma unidade de conservação *stricto sensu* envolvem de sobremaneira os aspectos biológicos da área a ser preservada, entre os quais se verifica o predomínio da proteção aos aspectos da flora e da fauna e que, há, teoricamente, uma importância secundária às características do meio físico e da sua relação com as estruturas sociais de entorno. Assim, uma das principais virtudes de referenciais do patrimônio natural consistente em ponderar a apropriação social da paisagem, logo, o instrumento do tombamento natural não se restringi ou se restringiu apenas as áreas intocadas da ação antrópica.

É possível perceber duas direções no sentido da construção da idéia de um patrimônio natural: no plano mundial ele firmou-se como expressão de grandiosidade e beleza que, por sua vez, advém de um sentido de monumentalidade como preocupação estética. Pressupõe, também intocabilidade, ou seja, os grandes testemunhos da natureza que foram poupados da intervenção humana. (SCIFONI, 2006b, p. 58).

Verifica-se, assim, que tais critérios de valorização do patrimônio natural podem restringir o estabelecimento da prática patrimonial como forma de preservação, no tocante à sua especificidade prática. É claro que em determinadas situações não se pode desprezar a importância da integridade da área a ser preservada e que um dos objetivos da proteção natural seja também a salvaguarda da flora e da fauna.

Entende-se que os atributos físicos e culturais devam ser mensurados e correlacionados na institucionalização da proteção. Inclui-se, nesse aspecto, a estrutura geomorfológica como um dos componentes mais importantes e que

apreende um significado paisagístico diferenciado da área natural, onde, diversas vezes, pode ocorrer uma interação social ou um componente simbólico que ultrapassa o seu aspecto estético-monumental.

Diante do exposto, o patrimônio natural pode ser considerado uma categoria diferenciada de preservação e o principal atributo de preservação se encontra na paisagem e o seu contexto científico, o que torna o meio físico como o elemento estruturador.

Ao dar ênfase à proteção paisagística e a sua institucionalização como patrimônio cultural, pressupõe que o ambiente a ser protegido possua qualidades diferenciadas, sobretudo, na sua relação com o seu entorno. Quando se opta somente pelos argumentos ecológicos, o significado econômico do patrimônio pode sobressair-se e a sua destruição, ou modificação, justifica-se por meio da compensação ambiental, o que não recria as características específicas da paisagem, mas trata o ambiente com certa dose de homogeneidade.

A área natural protegida é, assim, tanto testemunho da evolução de processos ecológicos e do meio físico como resultado do processo histórico da apropriação social da natureza; apropriação que se dá de forma diferenciada, em maior ou menor intensidade e fornece conteúdo social às áreas naturais. (SCIFONI, 2006b, p. 72).

A relação entre a natureza e a cultura pode ser encontrada em distintos exemplos. Por meio do exemplo do Monte Ararat, na Turquia, é possível verificar o envolvimento entre o patrimônio, a cultura, a ideologia e a natureza, do qual o valor do bem natural ultrapassa a vertente ecológica.

Localizado no planalto armênio, o maciço do Ararat possui altitudes superiores a 5.000 metros e, apesar de se localizar na Turquia, o monte é símbolo do nacionalismo do irredentismo armênio e se constitui como um símbolo nacional. O monte faz parte da paisagem armênia, sendo reverenciado por sua população. O símbolo da nacionalidade faz com que esse relevo, além de configurar o brasão de armas do país, apresente um conteúdo simbólico para os habitantes da Armênia, segundo se demonstra na as Figura 1. As residências, por exemplo, quase sempre, possuem uma gravura ou uma ilustração do reverenciado monte.

A simbologia paisagística inserida pelo relevo pode ser demonstrada na sua incorporação como elemento de identidade existente em alguns exemplos de brasões de armas de diversos municípios paulistas, conforme expresso na Figura 2.

O brasão do município de Analândia apresenta o principal elemento da região, o Morro do Cuscuzeiro. A ANT da Serra do Boturuna é representada nos brasões de Araçatiguama e Pirapora do Bom Jesus. Já a Serra do Japi, do Guaxatuba e do Taguá ilustram o brasão de Cabreúva. A ANT da Serra de Atibaia possui destaque no brasão do município de mesmo nome. Em Peruíbe, o brasão representa a Serra do Guaraú e Itatins O relevo, representados nos municípios de Cotia e de Botucatu, destaca a posição geomorfológica de seus territórios. Deve-se destacar que os exemplos utilizados não possuem o objetivo de aprofundar um discussão sobre o conteúdo formal dos brasões e a sua representação de uma história oficial. Constituem-se, apenas, como ilustrações práticas da representatividade geomorfológica.

Para se fornecer um significado conciso em relação às práticas de preservação do patrimônio natural, a paisagem e sua amplitude científica assumem o papel central, em função da sua perspectiva holística. Nota-se, assim, que os conceitos de patrimônio natural e paisagem, no âmbito da preservação, adquirem outros significados e não se apresentam como um simples predicativo da natureza. Para Scifoni (2006a), verifica-se um novo caminho que aponta para a valorização de áreas que possuam uma funcionalidade relevante do ponto de vista social e ambiental.

Figura 1 - À esquerda, capa de um atlas geográfico armênio (Fonte: <http://www.cadastre.am>). À direita, brasão de armas da Armênia (Fonte: <http://www.gov.am>)

Figura 2 - Representações de formas de relevo existentes nos brasões de armas de alguns dos municípios de São Paulo

A partir desse ponto, interpreta-se que as diferentes morfologias do relevo paulista constituíram-se como o elemento fundamental que embasou os principais pressupostos técnicos de criação de grande parte das ANT's do Estado. Entretanto, esse patrimônio natural ainda tem potencialidades de sistematização e catalogação, em que se considerem os seus atributos naturais, os processos culturais existentes inerentes às formas e, sobretudo, ao seu conteúdo técnico que se aproximou do estudo científico das categorias de paisagens.

3.2. Relevo: Componente geográfico que estrutura o patrimônio natural

A divisão geomorfológica do Estado de São Paulo inclui como uma das bases fundamentais para a sua compartimentação a complexidade de seu substrato litológico. A tipologia litológica condiciona o predomínio de determinados padrões de formas de relevo. O Cinturão Orogênico do Atlântico, por exemplo, possui alguns compartimentos compostos por embasamento litológico de rocha quartzítica. Em virtude da resistência físico-química aos processos de desagregação e erosão, determinados embasamentos contribuíram para o estabelecimento de formas de relevo com níveis topográficos diferenciados no conjunto da paisagem regional. Com isso, tais padrões podem adquirir importante valorização paisagística, característica

que contribuiu para a preservação de suas estruturas como patrimônios naturais e ambientais.

Tais tipologias de patrimônio se destacam, principalmente, em função dos seus atributos geológicos e geomorfológicos. Assim, foi possível justificar a proteção de tais elementos paisagísticos no âmbito do Condephaat, o que garantiu o seu acautelamento como ANTs.

Conforme se demonstrou, o tombamento de áreas naturais envolveu distintos critérios que justifiquem a aplicação desse mecanismo jurídico de proteção da natureza. Uma área pode apresentar um potencial para o seu tombamento segundo a excentricidade de determinado atributo natural. No entanto, propõe-se que os atributos essencialmente naturais podem ser divididos em dois grandes grupos: os atributos biológicos e os atributos que se referem à estrutura do meio físico. Apesar dessa divisão sistemática, é possível afirmar que a excentricidade natural de uma área envolve tantos aspectos do meio físico, como do meio biótico, ou seja, o conjunto representa a história natural do planeta.

As serras do Japi e do Boturuna, além do Parque Estadual do Jaraguá, por exemplo, apresentam um padrão geomorfológico diferenciado, o que se constituiu num dos argumentos para a preservação e possibilitaram o tombamento dessas áreas pelo Condephaat. Por outro lado, tais serras quartzíticas também apresentam considerável potencial para a exploração mineral, sobretudo, referente às substâncias minerais de emprego em processos industriais e na construção civil.

Com relação à exploração mineralógica dos quartzitos, conforme o grau de metamorfismo pode-se distinguir as seguintes aplicações que justificariam a sua exploração: o quartzito compacto, por exemplo, inclui-se no grupo das rochas ornamentais, sendo amplamente utilizado como revestimento; já o quartzito friável, normalmente, possui aplicação como areia industrial para a fabricação de vidros e refratários, o seu aproveitamento se justifica por sua alta concentração de SiO_2 (sílica). Porém, o quartzito friável também é o principal insumo na fabricação de massas especiais, denominadas argamassas. Além dessas aplicações, os rejeitos da exploração do quartzito friável podem ser utilizados como areia comum, aplicadas na construção civil. A alternativa para a exploração dos quartzitos encontra-se na mineração do arenito que, por sua vez, também apresentam altas concentrações de SiO_2 , características necessária que seguem os parâmetros para a sua aplicação

como areia industrial e na preparação de argamassas. No entanto, o arenito também pode ser utilizado como rocha ornamental, em revestimento, e dependerá do grau de silicificação dessa rocha³⁹.

Diante dessa breve análise, identifica-se um conflito de interesses entre a preservação dessas paisagens e a exploração dos recursos minerais desses padrões litológicos e geomorfológicos diferenciados, pois os métodos extração mineral dos quartzitos decorrem num significativo impacto paisagístico negativo, o que compromete o valor cênico da estrutura paisagística.

Conforme exposto, os relevos sustentados por embasamento quartzítico adquirem dois potenciais, que, de certa forma, são opostos: o potencial para a sua preservação como patrimônio natural e o potencial de exploração mineral. Ao seguir os pressupostos do equilíbrio entre a exploração dos recursos minerais e a preservação da natureza, sugere-se certa ponderação na análise da questão da exploração mineral em serras quartzíticas e demais patrimônios naturais, pois é possível apreender alguns questionamentos: seria possível a preservação ambiental de uma área de relevo sustentado por quartzitos, juntamente com a exploração de seu potencial minerário? Como exemplo negativo, verifica-se a análise particular da Serra do Boturuna, cujo método de extração mineral, que se constituiu em sensíveis impactos negativos no aspecto topográfico dessa ANT, como demonstra a Figura 3 e, conforme foi constatado por Detoni (2008). As propostas de recuperação dessas áreas degradadas, se acontecerem, certamente, não permitirão a reestruturação da harmonia paisagística que justificou o seu tombamento como um patrimônio natural.

Figura 3 - Frentes de lavra na Serra do Boturuna (Sandro F. Detoni, maio de 2008)

³⁹ Deve-se destacar que o quartzito é produto do metamorfismo do arenito, assim, a primeira rocha inclui-se no grupo das rochas metamórficas e a segunda pertence ao grupo das rochas sedimentares.

Ao analisar o comprometimento paisagístico decorrente da exploração mineral em paisagens passíveis de tombamento, devem-se propor alternativas para suprir a demanda da exploração do recurso mineral fornecido em tais embasamentos litológicos. Acima de tudo, torna-se oportuno ponderar sobre a real necessidade dessa exploração nessas paisagens que podem ser denominadas como de exceção.

A valorização do componente cênico e natural dessas paisagens de exceção permite caracterizá-las como patrimônios naturais, sobretudo, em relação aos aspectos geomorfológicos. Os aspectos paisagísticos permitem também traçar a hipótese sobre a evolução geológica da região. A utilização do conceito de patrimônio pressupõe uma grande valorização, em função de sua estética, raridade ou conteúdo. Entretanto, foi importante definir os critérios para a sistematização desses patrimônios naturais para incluí-los dentro de uma construção conceitual que remonta as práticas da proteção do patrimônio cultural.

Tal instrumento de proteção natural, que foi muito utilizado no âmbito do Condephaat, sobretudo, no decorrer da década de 1980. A partir do desenvolvimento de estruturas institucionais e legais específicas para a proteção natural, o instrumento do tombamento natural deixou de ser utilizado. Dessa forma, pressupõe-se que uma área natural tombada envolve a síntese entre a proteção aos aspectos geográficos, os culturais e os ecológicos, na forma que o objeto de preservação se constitui no conjunto instituído como a síntese paisagística, sendo oportuno definir um ponto de partida para a seleção de potenciais patrimônios naturais.

A geomorfologia se apresenta como uma das mais importantes subáreas da geografia. Como qualquer ramo científico, o estudo do relevo desenvolveu a sua própria estruturação teórica e metodológica. A filogênese da ciência geomorfológica supõe que as principais correntes metodológicas avançam no sentido de incorporar o estudo do relevo ao conjunto geográfico que compõe a paisagem. Nesse aspecto, o relevo terrestre é interpretado como o suporte funcional das atividades humanas e a epiderme da ação dos processos químicos e biológicos que ocorrem no planeta Terra. Assim, a compreensão de o seu desenvolvimento acarreta num importante referencial para distintas pesquisas de cunho geográfico.

Apesar da aproximação ecológica na geografia seja orientada por meio dos pressupostos da biogeografia, verifica-se que a geomorfologia desempenhou de

forma incisiva tal conexão, sobretudo, por meio dos preceitos teóricos de análise da paisagem.

A ciência do relevo, como os demais campos científicos, apresenta o seu sistema conceitual próprio, composto de pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram e orientam as principais interpretações na caracterização geomorfológica. Verifica-se, assim, que no decorrer de sua história epistemológica, há a utilização de diversos conceitos orientados para a aplicação em algumas linhas teóricas e metodológicas específicas. Com vista a explicar e a descrever o desenvolvimento da ciência geomorfológica, Abreu (2003) propôs duas linhas mestras da evolução dessa ciência, a partir de delimitação espacial e temporal. O espaço geográfico de análise inclui a Europa e os Estados Unidos, visto que tais centros influenciam na perspectiva global da geomorfologia. Com relação à delimitação temporal, o autor propõe o desenvolvimento dos pressupostos teóricos e metodológicos a partir do final do século XIX. Nesse momento, há uma tendência à concentração epistemológica das pesquisas em duas raízes: uma estadunidense, que incorpora a linha francesa e inglesa; e outra germânica, que incorpora parte da produção científica russo, polonesa e, de certa forma, dos países do leste europeu (ABREU, 2003).

O autor destaca que, sem desprezar a interferência mútua entre as duas raízes, a corrente estadunidense, também denominada anglo-americana, orientou os seus pressupostos a partir das propostas de William Morris Davis⁴⁰ (1899), apresentado por meio do trabalho denominado o Ciclo Geográfico. Tal linha interpreta que o relevo surge em função da estrutura geológica, dos processos operantes e, sobretudo, do tempo, com ampla valorização do desenvolvimento histórico e temporal para as formas. Para Tricart (1965) tal preposição seria especulativa e abstrata, o que se afastava do objetivo das Ciências da Terra, voltado para o estabelecimento dos fatos.

Na outra ponta, e que serve de base teórica deste trabalho, Abreu (2003) distingue uma linha germânica, segundo a qual se pode notar um viés teórico ecológico para a gênese da morfologia terrestre, com ênfase aos condicionantes climáticos e biogeográficos. Os referenciais que se destacam como precursores dessa corrente advêm das propostas de classificação das formas de relevo de

⁴⁰ The Geographical Cycle. Journal, 14(5): 481-504

Ferdinand Freiherr von Richthofen⁴¹, em 1886, procedido pelo trabalho de Albrecht Penck⁴² de 1894. Essa linhagem geomorfológica de forte viés empírico-naturalista, por meio das influências de Goethe e de Humboldt, traz para o relevo um aspecto integrador e geográfico, sobretudo, a partir do trabalho Walther Penck, filho de Albrecht, no qual se propôs as bases, a natureza e o objetivo da análise geomorfológica. O autor argumenta que tais bases se encontram em três elementos: os processos exogenéticos, os processos endogenéticos e a combinação de ambos os elementos na definição das características morfológicas da Terra. Dessa forma, no transcorrer do desenvolvimento conceitual, teórico e metodológico, a cartografia passa a ter um importante papel na análise científica do relevo, em que a geomorfologia se apreende de um importante conteúdo prático.

Por outro lado ela vai assumindo um papel cada vez mais significativo no planejamento regional, o que acaba se refletindo na própria classificação formal da disciplina que torna-se nitidamente geográfica e voltada para a sociedade como um todo, superando as artificiais dicotomias ainda bastante arraigadas na linguagem conceitual de língua inglesa. (ABREU, 2003, p. 60).

É fundamental frisar que a linha germânica orientou as suas abordagens na análise sistêmica e permitiu que as propostas de análise geomorfológica fossem voltadas para a compreensão da paisagem. Nesse sentido, devem ser destacados os trabalhos de Otto Karl Siegfried Passarge e seu esforço para incorporar os condicionantes climáticos no estudo das formas do relevo e no desenvolvimento da paisagem⁴³, autor que também apresentou, em 1914, o primeiro conceito de um mapa geomorfológico de detalhe (KLIMASZEWSKI, 1983).

O conjunto de autores que orientaram suas pesquisas a partir dos pressupostos ecológicos permitiu, assim, o estabelecimento de distintas frentes metodológicas, entre as quais, a Geoecologia e o ordenamento ambiental do espaço. No entanto, a cartografia geomorfológica se consolida como um importante método de análise e ganha papel fundamental no planejamento regional.

A partir do trabalho de W. Penck, o russo Guerassimov contribuiu com uma importante base conceitual para o estudo do relevo terrestre. Esse autor desenvolveu nos trabalhos geomorfológicos sobre o Cazaquistão e no livro sobre o relevo de toda a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) os conceitos

⁴¹ Führer für Forschungsreisende (Guia para pesquisadores de campo). Berlim, Robert Oppenheim. P. 294-315.

⁴² Morphologie der Erdoberfläche (Morfologia da Superfície da Terra). Stuttgart, Engelhorn. 2v.

⁴³ Physiologische Morphologie. Hamburg, Friedrichsen, 1912, 205 p.

de morfoestrutura e morfoescultura, que permitiram classificar e distinguir a diversidade de formas existentes no planeta e os grupos genéticos mais importantes.

Qualquer que seja a corrente metodológica aplicada nas pesquisas geomorfológicas, o objetivo fundamental da análise do relevo reside na descrição dos elementos e dos fluxos relacionados à gênese, ao tempo, à forma e ao tamanho. Nesse ponto, entende-se que a concepção baseada na noção da sua morfoestrutura e morfoescultura representa o caráter dinâmico e sistêmico da natureza e se constitui numa importante orientação metodológica para as pesquisas em geomorfologia, no qual o relevo se apresenta como o resultado da interação contraditória das forças fundamentais que atuam sobre a Terra:

As forças internas do planeta, ou endógenas, determinarão as grandes formas ou os elementos do relevo de ordem superior. Consideradas as forças mais importantes na configuração morfológica da Terra, é condicionada por forças tectônicas que correspondem às morfoestruturas do relevo terrestre, logo, atuam na configuração das grandes massas continentais: zonas orogênicas, grandes planícies e depressões oceânicas (MESCIERJAKOV, 1968). Segundo Mescerjakov (1968), a morfoestrutura do planeta passa pela compreensão das fases geológicas do relevo terrestre, o autor descreve a existência de uma fase pré-geológica de formação das placas litosféricas, uma geológica, de fragmentação e formação de fundos oceânicos e a terceira fase que corresponde ao período meso-cenozóico, responsável pela morfogenética do relevo atual.

A componente estrutural do relevo, representada pelas formações geológicas de diferentes períodos, é esculpida por forças de ordem exógena, o que determinará o componente morfoescultural. Tais forças definem as formas de relevo de ordem inferior, ou de menor escala, que se determinam segundo os padrões de atuação climática atual ou pretérita e apresentam uma grande diversidade de superfícies, segundo Mescerjakov (1968). Nesse sentido, uma das questões que se levanta é sobre a relação entre as grandes unidades climáticas do planeta e as formas de relevo nelas esculpidas. De certa forma, com relação aos climas atuais, pode-se afirmar que há uma relação direta entre as formas e os processos, sendo possível compartimentar o planeta em zonas morfoclimáticas. No entanto, as formas atuais possuem uma herança morfogenética de climas passados, o que impute ao relevo

terrestre um caráter azonal, sendo conveniente delimitar a Terra em grandes zonas morfoesculturais, em que há uma correlação entre climas atuais e pretéritos.

É indiscutível o papel do clima na gênese das diferentes formas de ordem inferior do relevo terrestre, deve-se, assim, destacar a contribuição de Julius Büdel na conceituação da geomorfologia climática e da geomorfologia climato-genética. Para Abreu (2006), apesar do importante papel de C. A. Cotton e de L. C. Peltier, Büdel forneceu os elementos fundamentais da interpretação dos processos geomorfológicos, segundo a dinâmica têmporo-espacial. O pesquisador produziu, na década de 1960, um sistema de classificação do relevo terrestre que articulou espaço e tempo para a compartimentação das formas. Sobre a diferença entre morfoescultura e processos morfoclimáticos, Ross (1992) descreveu que:

A noção de morfoescultura não deve ser confundida com a de morfoclimática, pois enquanto a primeira é o produto da ação climática sobre uma determinada estrutura, a segunda se define por processos morfogenéticos comandados por um determinado tipo climático. Assim sendo pode-se definir que a morfoescultura é fruto de ações climáticas subseqüentes e a morfoclimática é o tipo de agente climático em uma determinada época. (ROSS, 1992, p. 19).

3.3. A Cartografia como metodologia integradora

Conforme se mencionou, a análise e a representação das formas do relevo passaram a incluir a cartografia geomorfológica como parte de sua metodologia e, até mesmo, como um novo instrumental técnico. Klimaszewski (1983) chama a atenção para a evolução desses mapas e sobre a diferenciação entre o mapa topográfico e o mapa geomorfológico. O autor destaca que, num primeiro, momento, os mapas topográficos informavam sobre as feições principais da configuração da superfície da Terra em que era possível somente definir feições morfográficas e morfométricas por meio das curvas de nível. No entanto, o mapa geomorfológico deve fornecer informações sobre a gênese dos materiais, a distribuição das formas, o embasamento litológico e a idade das formas, atributos que permitem prognosticar o desenvolvimento futuro das formas, além da descrição da estrutura e do desenvolvimento da paisagem.

As contribuições teóricas apontavam que o mapa geomorfológico deveria apresentar um conjunto de informações para que se possa ter uma noção completa sobre as formas, a origem e o desenvolvimento morfológico de determinada área.

Para Tricart (1965), tal representação cartográfica se constituía num mapa complexo, pois é necessária a descrição de todos os elementos do relevo, o que geraria distintos problemas técnicos cartográficos. Nessa mesma linha, Demek (1967) afirma que a maioria dos geomorfólogos corroborava com a opinião de que o mapa geomorfológico deveria expressar as feições morfográficas e morfométricas das formas de relevo, assim como, a sua gênese e idade. Ross (1992) mencionou que os diferentes tamanhos das formas de relevo possuem explicação genética e se acoplam por inter-relacionamentos e interdependência. A característica dinâmica do relevo define os diferentes tamanhos ou táxons, que são produtos de idades, de processos genéticos e de substratos distintos.

Mais uma vez, impõe-se a utilização de uma escala apropriada segundo o nível de detalhamento do relevo. Por apresentarem distintas informações sobre o desenvolvimento morfológico, as representações cartográficas do relevo, muitas vezes podem apresentar um excesso de simbologias que dificultam a sua leitura. Daí se emergiu a necessidade de adequar o nível de representação conforme a escala de trabalho. Tricart (1965) dividiu os mapas geomorfológicos em dois grupos: os de pequena escala referem-se às representações abaixo de 1:500.000. As unidades, nessas escalas, serão da ordem de vários quilômetros com descrição orientada para os fenômenos morfoestruturais. Logo, as formas comandadas por forças externas não apareceram, exceto os tipos de dissecação; os mapas geomorfológicos de grande escala inserem-se nas representações escalares acima de 1:25.000. O autor ressalva que em relevos pouco escavados (dissecados), por vezes, pode-se haver representações de 1:50.000 e 1:100.000. Os mapas de grande escala centralizam-se na representação das formas (ablação ou acúmulo), e a delimitação dos objetos se encontra na ordem de dezenas de metros de comprimento.

No 18º Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), em 1956, o mapeamento geomorfológico foi considerado uma das tarefas mais importantes da comissão de geomorfologia aplicada. Já o 19º Congresso da UGI, em 1960, houve a apresentação de oito artigos sobre mapeamento geomorfológico, sendo criada uma subcomissão responsável pelo desenvolvimento dos métodos de mapeamento e de um sistema uniforme de legendas. Com relação à legenda, propôs-se que sua construção necessitava expressar a ordem genético-cronológica do desenvolvimento

morfológico. O mapa geomorfológico deveria, a partir de então, compor como um dos instrumentos do planejamento e deveria, assim, incluir dados morfográficos, morfométricos, morfogenéticos e morfocronológicos e um esquema adequado de cores e símbolos. Dessa forma, as cores devem informar sobre a atividade destrutiva ou construtiva dos diversos fatores em diferentes períodos geológicos. Os símbolos informam sobre a gênese e a idade das formas particulares (KLIMASZEWSKI, 1983). Os laços genéticos e as evidências das diversas gerações das formas que se sucederam sobre uma região mapeada constituem-se no propósito básico da descrição gráfica da geomorfologia e a concepção admitida pela subcomissão da UGI (TRICART, 1965).

Com relação à aplicação das cores e do conjunto de signos do mapa geomorfológico, Tricart (1965) destaca que as cores devem ser utilizadas exclusivamente para os dados referentes à cronologia e os símbolos se aplicam na representação das formas, pois esse último possuiria uma variação muito maior com a possibilidade de representação rápida dos processos (dissecação ou acúmulo). Para Demek (1967), não é apropriado, no mapa geomorfológico, utilizar cores para a litologia. As cores expressam a gênese, já as diferenças de tonalidade se relacionam a inclinação da superfície. Apesar das determinações da UGI, a representação completa dos atributos do relevo num mesmo produto cartográfico ainda é uma tarefa dificultosa. Quase sempre valorizam um aspecto em detrimento de outro (ROSS, 1992).

Observam-se, assim, o predomínio de duas correntes principais na elaboração de mapas geomorfológicos: a linhagem francesa tem como elemento básico as unidades lito-estruturais, representadas no fundo dos mapas. Tricart (1965) cita que a escola francesa atribui uma enorme importância para o quadro estrutural. Para Klimaszewski (1983), essa abordagem seria inútil para reconstrução do desenvolvimento do relevo. Para o autor, essa reconstrução viria pela proposta de mapas da corrente representada pelos países da Europa do Leste, sobretudo na Polônia, em que a forma se constituiria no elemento básico, sobre a qual ocorre a descrição das dimensões, da gênese e da idade, o que Tricart (1965) denominou como “cronologia denudativa”. Logo, a relação entre a estrutura geológica partiria da comparação ou sobreposição com os mapas geológicos. Para Tricart (1965), a

negligência à estrutura litológica presente nos mapas poloneses decorre, possivelmente, da pouca influência estrutural na geomorfologia da Polônia.

Demek (1967) mencionou que as estruturas geológicas exercem certa influência no desenvolvimento das formas, porém, tal dependência é mais incisiva algumas áreas climatomorfoгенéticas e em certas condições litológicas e deposicionais. No entanto, o autor concorda que o mapa geomorfológico deveria expressar os elementos passivos e ativos da estrutura geológica, exceto em superfícies de acumulação, dada a dificuldade de representação e identificação das camadas predominantes. O pesquisador propõe, nesse caso, que as propriedades litológicas sejam representadas diretamente na legenda. Já nas formas relacionadas à erosão-denudação, Demek (1967) sugeriu que a estrutura geológica seja expressa no limite que as unidades litológicas influenciarem, consideravelmente, a origem e o desenvolvimento tipos de relevo, ou seja, quando há maior importância do papel morfoestrutural, por exemplo, nos casos das formas de relevo formadas em virtude da erosão diferencial, no qual ocorre uma dependência do relevo à estrutura.

Em sua proposta de taxonomia do relevo terrestre, Tricart (1965) apresentou uma classificação com oito ordens de grandeza que variam da representação das grandes unidades tectônicas, relacionadas à morfogênese das terras emersas e dos fundos oceânicos, até a compreensão de certos processos de dimensões inferiores na escala milimétrica e micrométrica, correspondentes a oitava ordem de grandeza.

Já Demek (1967) apresentou três unidades taxonômicas básicas: a superfície geneticamente homogênea, a forma de relevo e o tipo relevo, no qual a primeira unidade corresponde ao maior nível de detalhamento, sendo a menor unidade taxonômica. O autor destaca que as superfícies geneticamente homogêneas se condicionam aos processos endógenos, exógenos e às atividades antrópicas e correspondem aos estágios curtos de desenvolvimento do relevo. Cabe frisar o destaque que o autor atribui aos processos endógenos advindos de influências diretas da neotectônica e de origem vulcânica. Já os processos exógenos moldam as superfícies de acumulação e as de erosão-denudação, as quais podem ser subdivididas conforme o grau de declividade da vertente (DEMEK, 1967).

Diferente de Tricart (1965), que não considerou os mapas geomorfológicos de escala média, Demek (1967) considera que tais mapas devem ser analíticos e, com isso, representam as formas de relevo e suas partes, além de conter,

simultaneamente, os dados necessários que permitiria a delimitação dos tipos de relevo. Dessa forma, os mapas geomorfológicos entre as escalas 1:200.000 e 1:500.000 correspondem à transição entre os mapas de escala pequena, sendo mapas mais completos do que os que representam os tipos de relevo.

Ross (1992), com base nas concepções teórico-metodológicas de Walther Penck (1953) e nos conceitos de morfoestrutura e morfoescultura de Guerasimov (1946) e Mecerjakov (1968), apresentou uma proposta taxonômica de representação cartográfica do relevo composta por seis intervalos escalares e que se baseia na fisionomia das formas. O pesquisador definiu como o 1º táxon, pequena escala e grandes áreas, o conjunto que morfoestrutural do relevo. O 2º táxon inclui as unidades morfoesculturais que decorrem da ação climática atual e pretérita e da influência do arranjo estrutural litológico. O autor deixa claro que diferentes unidades morfoesculturais podem pertencer a um mesmo domínio morfoclimático. Contudo, o 3º táxon se define pelos padrões de formas semelhantes ou padrões de tipos de relevo, onde as formas se definem pelos processos morfoclimáticos atuais. No nível de detalhe do 4º táxon se identificam as formas de relevo no âmbito de sua morfogênese, as formas de agradiação e de denudação. As formas de relevo podem ser individualizadas em setores de vertentes caracterizados, por exemplo, escarpado, retilíneo, côncavo ou convexo. Esse nível de individualização se corresponde ao 5º táxon. Já os processos erosivos e depósitos atuais, tais como voçorocas e bancos de sedimentação, e as formas derivadas das atividades antrópicas incluem-se no 6º táxon de representação do relevo. Para Ross (1992), os diferentes tamanhos de formas, sejam elas do 1º táxon ou do 6º Táxon, associam a cronologia à gênese. Assim, o 1º táxon possui as formas mais antigas que se tornam mais recentes conforme o aumento do nível taxonômico.

Essas descrições sobre o tratamento escalar em geomorfologia demonstram a importância desse atributo, não somente como subsídio para compreensão da paisagem, mas também na definição das diferentes unidades, além do referencial para a delimitação global das áreas protegidas. Assim, a cartografia apresentou como um dos aspectos fundamentais na definição dos perímetros das ANT's, sobretudo, as que envolviam como atributo principal as feições geomorfológicas, à medida que se impunha uma irregularidade topográfica, o que não seria apropriado uma demarcação dos seus limites a partir de uma cota altimétrica, em função da

assimetria geomorfológica de algumas áreas, principalmente, em escarpas. Com relação aos primeiros instrumentos de proteção ambiental da Serra do Mar, Aziz Nacib Ab'Sáber fez a seguinte ponderação:

Quando os decretos iniciais foram promulgados não era possível estabelecer perímetros, pois se desconheciam a geomorfologia da Serra e sua cartografia de detalhe. Não se podia, realmente, traçar linhas de delimitação, nem em relação aos “altos” – nem tão pouco em relação aos piemontes. Hoje, no entanto, os argumentos relativos à falta de documentação não subsistem. Podemos perfeitamente traçar os perímetros de quaisquer reservas ou parques, na área da Serra. (CONDEPHAAT, 1977, p. 6).

Ao retornar às propostas metodológicas de análise do relevo, é importante destacar a contribuição de Ab'Sáber (1969), na qual se sublinhou os níveis de tratamento metodológicos em geomorfologia. O autor considera que a pesquisa geomorfológica deva partir da compartimentação da topografia regional. No segundo nível de análise foca-se na estrutura superficial da paisagem por meio da compreensão dos processos paleoclimáticos e morfoclimáticos quaternários da área de estudo. No tocante ao terceiro nível, Ab'Sáber (1969) descreve a importância de se compreender a fisiologia da paisagem por meio da dinâmica climática atual.

O trabalho de Ab'Sáber (1969) orientou grande parte das pesquisas em geomorfologia no Brasil e permitiu, cada vez mais, a inclusão do viés sistemático e holístico no tratamento do relevo.

Diante do exposto, é possível afirmar que o desenvolvimento conceitual da geomorfologia permitiu a sua aproximação, cada vez mais intensa, com bases teóricas ecológicas. Isso decorreu em suma de uma ampla valorização do caráter dinâmico do relevo terrestre estreitando os estudos geomorfológicos aos de paisagem, no qual o relevo se torna um dos componentes na delimitação e na classificação de paisagens. Dessa forma, paralelamente, ao desenvolvimento conceitual da geomorfologia, verifica-se a ampliação das metodologias para a caracterização de unidades homogêneas de paisagem, juntamente, como a lapidação do conceito de geossistema. Tal conceito procurou incluir, na análise ecológica, as relações espaciais e ampliou, além da perspectiva vertical da ecologia, para a sua dimensão horizontal analítica das relações.

Havia, no entanto, dois problemas metodológicos a se superar: o primeiro estava na definição das escalas de análise paisagística. O segundo se relacionava ao suporte básico natural principal para o estabelecimento das unidades de paisagem.

Assim, verifica-se o aprofundamento de pesquisas com o intuito de superar tais questionamentos.

Bertrand (2007) apresentou, na década de 1960, o trabalho intitulado “Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico”. Embora de cunho biogeográfico, o autor apresenta uma reflexão metodológica no âmbito da Geografia Física, no qual o estudo da paisagem é apresentado como uma metodologia científica. De acordo com o autor, a Geografia Física “é, com efeito, desequilibrada pela hipertrofia da pesquisa geomorfológica e por graves carências, em particular no domínio das ciências biogeográficas.” (BERTRAND, 2007, p. 7). Dessa forma, o autor propõe um modelo taxonômico para a hierarquização das paisagens terrestre, conforme a escala de análise e combinações bioecológicas, no qual se define que a melhor aproximação para definir unidades homogêneas e hierarquizadas está na vegetação. No mesmo rumo, Delpoux (1974) propôs que as metodologias de estudo da paisagem no campo da Geografia deveriam incluir as concepções ecológicas para superar uma visão tradicionalista até então empregada. No entanto, esse pesquisador difere das preposições de Bertrand⁴⁴ com relação aos componentes principais da paisagem, para Delpoux (1974), a paisagem divide-se em duas unidades elementares: o suporte e a cobertura. Como o próprio autor descreveu:

Tais são os dois constituintes fundamentais das paisagens, cada um deles integrando a ação com fatores próprios: o suporte está ligado às características geológicas no sentido mais amplo (orogênese, estratigrafia, litologia) climáticas *pro parte* (tipo de erosão) antrópica (barragens, grandes obras), etc; a *cobertura* materializa a influência dos parâmetros climáticos, pedológicos, biológicos (florísticos, faunísticos) e, entre eles, do parâmetro antrópico (pressão humana atual ou passada, reflexo das atividades sócio-econômicas: industrialização, urbanização, atividades artísticas, confeccionais, etc). (DELPOUX, 1974, p. 4).

A paisagem, segundo esse pressuposto, possui a dinâmica e a variação assentada na combinação do tempo e do espaço, no qual se constitui como entidade espacial e corresponde à soma de um tipo geomorfológico e de uma cobertura. A diversidade paisagística não se dá ao acaso, sendo consequência de uma ordem na distribuição dos tipos geomorfológicos e da influência da cobertura (DELPOUX, 1974).

A dinâmica funcional das partes da paisagem decorre da constante transferência de matéria e de energia no sistema. Em relação aos componentes materiais e

⁴⁴ Potencial abiótico, exploração biótica e utilização antrópica.

energéticos, os seres vivos se apresentam como estruturas polarizadas: “pode-se falar de um pólo de consumo e de um pólo de produção, estando os dois ligados por toda uma série de processos de transformação.” (DELPOUX, 1974, p. 11). Essa troca de matéria e energia entre os seres vivos define a cadeia trófica. Assim, os organismos podem ser caracterizados de acordo com o seu nível trófico (produtores, consumidores e decompositores). Cada indivíduo é ao mesmo tempo consumidor e produtor de diferentes níveis de matéria e energia, ou seja, no ciclo há perdas e ganhos. A esse respeito, deve-se destacar o papel dos decompositores, que se constituem no elemento chave do ciclo desse sistema. As diferentes quantidades de matéria e energia definirão as tipologias paisagísticas.

[...] os elementos são tirados da litosfera ou atmosfera e os diversos elementos rejeitados a ela retornam. Quanto à energia, cuja maior parte é de origem extraterrestre (energia solar), não se pode falar em ciclo. A partir do momento em que é integrada, ela é dissipada sem cessar, sob formas biologicamente não reutilizáveis, em particular sob a forma de calor. (DELPOUX, 1974, p 16).

A aproximação da visão ecológica junto à Geografia Física com o intuito de se extrair unidades homogêneas elementares também foi o foco do trabalho do Hans Jürgen Klink que, na década de 1970, apresenta os seus pressupostos de geoecologia ou ecologia da paisagem. Com base no referencial de geoecologia proposto pelo geógrafo germânico Carl Troll, na década de 1930, Klink (1981) define que a geoecologia tem por objetivo estudar as relações qualitativas e quantitativas dos componentes do geocomplexo determinado por meio dos balanços de energia de uma paisagem. Em sintonia com o conceito de ecologia definido por Ernest Haeckel, em 1886, o autor argumenta que a vida na Terra possui unidades funcionais que constituem diferentes regiões naturais definidos por ecossistemas espacialmente específicos. Dessa forma, a geoecologia tem como propósito dividir a Terra em unidades naturais homogêneas com o objetivo de efetuar a diferenciação espacial da biosfera. Para Klink (1981), as relações funcionais e genéticas determinam as unidades, sendo a estrutura essencial utilizada para a classificação de paisagens. Na sua proposta, o autor destaca o papel das propriedades físico-químicas dos geofatores (rochas, corpos líquidos, balanço hídrico, clima, vegetação, fauna, etc) e as suas influências no movimento de água no solo. A água possui importância fundamental neste modelo, logo, a análise individual também deve comportar os elementos morfológicos, o que inclui as microformas. As propriedades

físicas e o comportamento dos materiais em condições flutuantes conduzirão às ilações sobre a discriminação genética das formas de relevo.

Sotchava (1977) apresentou um importante trabalho de orientação metodológica em Geografia Física que partiu do fundamento teórico centrado no conceito de geossistema. O autor aborda o problema das dimensões mínimas de geossistemas e traz para o debate a necessidade de se estabelecer, mesmo com a orientação sistemática, a limitação do geossistema por um espaço terrestre.

O geossistema elementar (biogeocenose), como um geômero, já é indivisível pois que, ao dividir elementos do sistema isoladamente, não estamos lidando com o sistema como um todo. O geossistema elementar é inesgotável quando dividido em elementos mas, como tal, é limitado por um espaço terrestre e padrões funcionais definidos. (SOTCHAVA, 1977, p. 21).

Uma das mais importantes contribuições metodológicas para análise do meio com base nas concepções teóricas ecológicas, certamente, advém da classificação ecodinâmica dos meios ambientes sugerida por Tricart (1977). A estrutura fundamental dessa classificação baseia na relação atmosfera-litosfera. O autor definiu três tipologias de meios morfodinâmicos: os estáveis, os intergrades e os fortemente instáveis, cada qual, com sua variação determinada pela velocidade dos processos atuantes.

Outra importante contribuição com intuito de aproximar a análise geomorfológica aos estudos paisagísticos no universo de uma concepção teórica ecológica é fornecida por Ross (1994) na sua proposta de análise da fragilidade e da potencialidade dos recursos naturais. Com base no conceito de unidades ecodinâmicas preconizado por Tricart (1977), o autor apresenta um procedimento operacional para a análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais, no qual o mapa geomorfológico se constitui como um dos produtos intermediários para a construção da carta de fragilidade. Deve-se ressaltar que, diferente de Tricart (1977), Ross (1994) trabalha somente com as unidades ecodinâmicas estáveis e instáveis. Dessa forma, ele suprimiu a categoria intergrade existente na proposta de Tricart (1977). Deve-se destacar que esse modelo se apresenta como um importante referencial teórico e prático para a utilização nos trabalhos de planejamento territorial.

No caso do patrimônio natural, a divisão taxonômica do relevo com o objetivo do registro cartográfico dos fatos geomórficos, no qual o Ross (1992) apresentou a análise geomorfológica conforme a delimitação de 6 táxons, contribuiu, neste

trabalho, para a definição do escopo da abrangência institucional da dimensão natural do patrimônio cultural cujo elemento estruturador é o relevo.

Conclui-se que a geomorfologia, no decorrer de sua estruturação teórica, metodológica e conceitual, apresentou uma importante contribuição dos pressupostos teóricos ecológicos, o que a aproximou dos propósitos analíticos fundamentais do espaço geográfico. O estudo do relevo passa a ser importante dentro de um conjunto sistemático paisagístico em que todas as variáveis do contexto geográfico devam ser ponderadas, além dos seus fluxos de matéria e energia correspondentes. Tal abordagem propiciou a delimitação espacial de unidades de paisagens, nas quais o estudo unicamente dos atributos do relevo não importava, ao ponto de incluí-lo numa perspectiva integradora. Para corroborar com essa hipótese, o professor Jurandyr L. S. Ross costuma afirmar que no projeto Radambrasil, que efetuou levantamento de recursos naturais do território nacional, a integração das distintas temáticas físico-biológicas fora dada pela geomorfologia. Dessa forma, é possível atribuir tal característica ao desenvolvimento do caráter, cada vez mais, ecológico desse ramo científico que se constitui de essencial importância para a geografia e que balizou a definição de potenciais patrimônios naturais. Essa orientação teórica e metodológica, que aproximou o estudo do relevo às vertentes analíticas ecológicas, encontra-se nos encaminhamentos dos tombamentos das áreas naturais no Condephaat.

3.4. O Relevo e a sua importância para a criação de ANT's no Estado de São Paulo

Possivelmente, uma das áreas naturais tombadas mais emblemáticas estabelecidas pelo Condephaat adveio da proteção da Serra do Mar e a de Paranapiacaba. Tal fato decorre da importância científica, ambiental, histórica e cultural do acautelamento dessa região. Contudo, a preservação natural desse importante remanescente de Mata Atlântica, onde se incrustam as áreas mais densamente povoadas da América Latina, possui seus condicionantes atrelados, principalmente, à geomorfologia da região. Segundo Ab'Sáber (1986), entre as distintas razões para a opção do tombamento, destaca-se a seguinte:

A excepcionalidade da Serra do Mar está relacionada a um verdadeiro feixe de atributos. Os argumentos fluem desde o pólo das

razões puramente científicas até o pólo das razões pragmáticas, de grande valor social. Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que a Serra do Mar possui uma escala de referência planetária. É a mais importante das escarpas tropicais existentes no cinturão das terras quentes e úmidas do planeta. Na categoria de grande borda assimétrica do Planalto Brasileiro, é o mais contínuo e monumental acidente geológico e geomorfológico de toda a face oriental do continente sul-americano. (AB'SÁBER, 1986, p. 20 e 21).

Em termos práticos, os bens naturais tombados pelo Condephaat são inscritos no livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Conforme já se descreveu neste trabalho, há, no livro em questão, a inscrição de 36 bens tombados, relativos às diferentes especificidades.

Todavia, efetuou-se uma divisão simplista das principais categorias naturais, em função da acepção nominal dos bens. Tal proposta se aproximou da efetuada por Scifoni (2008) que considerou o conjunto total dos bens tombados pelo Condephaat, independente da sua inscrição em um livro específico⁴⁵, visto que há distintas áreas verdes tombadas como anexos ou complemento de edificações, mas as suas inscrições ocorreram no Livro Histórico.

Para este trabalho, definiram-se as seguintes categorias tipológicas inscritas no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: área verde, antropológico e paisagístico, arqueológico, bairro, ilhas, litologia e relevo. Sugere-se que, independente da tipologia aplicada, a paisagem se apresenta como o principal elemento a ser considerado na concepção de uma ANT e a sua inclusão nesse Livro específico.

Com base nas tipologias sugeridas, verificou-se a importância da componente geomorfológica na institucionalização e, até mesmo, no embasamento teórico conceitual das ANT's no Estado de São Paulo, porém, a institucionalização do patrimônio natural pelo Condephaat apresenta como característica a diversidade de tipologias com algumas especificidades.

Até o ano de 2014, as nomenclaturas geomorfológicas estavam presentes em, aproximadamente, 42% dos tombamentos em questão, o que correspondeu à quantidade de 15 tombamentos, conforme a Tabela 4. Entretanto, nas características geomorfológicas não se incluía somente o seu atributo de formação do quadro natural, como é o caso dos tombamentos das Reservas Estaduais

⁴⁵ A divisão tipológica proposta pela autora foi a seguinte: Morros e Serras; Monumentos Geológicos; Parques e Áreas Verdes; Núcleos Urbanos e Paisagens Envolatórias; Bairros Jardins; Paisagens Envolatórias de Monumentos ou Edificações; Mananciais; e Ilhas.

Florestais da Cantareira e do Morro Grande e do Parque Estadual do Jaraguá que se constituem como remanescentes de vegetação. O Quadro 5 apresenta todos os bens inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e a definição do seu enquadramento tipológico.

Tabela 4 - Resumo das tipologias de proteção registradas no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Tipologia	Quantidade	Porcentagem
ÁREA VERDE	11	30,56%
ARQUEOLÓGICO	2	5,56%
BAIRRO	2	5,56%
ILHAS*	1	2,78%
LITOLOGIA	2	5,56%
RELEVO	15	41,67%
ANTROPOLÓGICO E PAISAGÍSTICO	3	8,33%
Total geral	36	

Fonte dos dados: Lista de Bens Tombados Condephaat (Disponível em www.condephaat.sp.gov.br). Org. por Detoni, S. F. (2014). *A resolução n. 8 de 1994 tombou um conjunto de 49 de ilhas, ilhotes e lajes. Porém, a resolução n. 7 de 1983 e a n. 40 de 1985 que tombou, respectivamente, a Vila de Picinguaba e a Serra do Mar e de Paranapiacaba também incluíram como objetos de proteção exemplares dessas formações marinhas. Com isso, tem-se um total geral de, aproximadamente, 90 ilhas, ilhotes e lajes tombadas.

Quadro 5 - Lista dos bens inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Município	Bens Inscritos	Abertura do Processo	Resolução	Tempo de Tramitação (Anos)	Tipologia
Campinas	BOSQUE DOS JEQUITIBÁS	1969	1970	1	ÁREA VERDE
Itapura	PALÁCIO DO IMPERADOR	1969	1969	0	ARQUEOLÓGICO
Itu	PEDREIRA DE VARVITOS	1969	1974	5	LITOLOGIA
Iguape	MACIÇO DA JURÉIA E RIO VERDE	1973	1979	6	RELEVO
Rio Claro	HORTO E MUSEU EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE	1974	1977	3	ÁREA VERDE
Salesópolis	NASCENTE DO RIO TIETÊ	1974	1990	16	RELEVO
Salto	ROCHA MOUTONNÉE	1975	1992	17	LITOLOGIA
Ubatuba	UNIDADES HABITACIONAIS DE PICINGUABA	1976	1983	7	ANTROPOLÓGICO E PAISAGÍSTICO

Município	Bens Inscritos	Abertura do Processo	Resolução	Tempo de Tramitação (Anos)	Tipologia
São Paulo	JARDIM DA LUZ	1977	1981	4	ÁREA VERDE
Guarujá	MORROS DO MONDUBA, DO PINTO E DO ICANHEMA	1978	1985	7	RELEVO
Vários	PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ	1978	1983	5	RELEVO
São Paulo	PARQUE TENENTE SIQUEIRA CAMPOS	1978	1982	4	ÁREA VERDE
Vários	RESERVA ESTADUAL DA CANTAREIRA E HORTO FLORESTAL	1978	1983	5	RELEVO
Cotia	RESERVA FLORESTAL DO MORRO GRANDE	1978	1981	3	RELEVO
Vários	SERRA DO JAPI, GUAXINDUVA E JAGUACOARA	1979	1983	4	RELEVO
Vários	SERRA DO MAR E DE PARANAPIACABA	1979	1985	6	RELEVO
Campinas	RESERVA FLORESTAL DA FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA	1982	1983	1	ÁREA VERDE
Vários	SERRA DE ATIBAIA OU DE ITAPETININGA	1982	1983	1	RELEVO
Vários	SERRA DO BOTURUNA	1982	1983	1	RELEVO
Guarujá	MORRO DO BOTELHO	1983	1984	1	RELEVO
São Paulo	BAIRRO DO PACAEMBU	1985	1991	6	BAIRRO
São Paulo	BAIRROS DOS JARDINS	1985	1986	1	BAIRRO
Cananéia	TRÊS SAMBAQUIS	1985	1987	2	ARQUEOLÓGICO
Santo André	HARAS SÃO BERNARDO	1986	1990	4	ÁREA VERDE
São Paulo	PARQUE DA ACLIMAÇÃO E ÁREAS VERDES ADJACENTES	1986	1986	0	ÁREA VERDE
São Paulo	PARQUE DO IBIRAPUERA	1987	1992	5	ÁREA VERDE
Santos	VALE DO QUILOMBO	1987	1988	1	RELEVO

Município	Bens Inscritos	Abertura do Processo	Resolução	Tempo de Tramitação (Anos)	Tipologia
São Paulo	PARQUE DO POVO	1988	1995	7	ÁREA VERDE
Guarujá	SERRA DO GUARARU E VILA DA PRAINHA BRANCA	1988	1992	4	RELEVO
Salto de Pirapora	BAIRRO DO CAFUNDÓ	1989	1990	1	ANTROPOLÓGICO E PAISAGÍSTICO
São Paulo	CHÁCARA TANGARÁ	1989	1994	5	ÁREA VERDE
Vários	ILHAS, ILHOTAS E LAJES	1989	1994	5	ILHAS
Mairiporã	MORRO DO JUQUERY E PICO OLHO D'ÁGUA	1992	2004	12	RELEVO
São Paulo	PARQUE RESIDENCIAL SABOYA	1994	2012	18	ANTROPOLÓGICO E PAISAGÍSTICO
São Paulo	CRATERA DE COLÔNIA	1995	2003	8	RELEVO
Santos	JARDINS DA ORLA	2001	2011	10	ÁREA VERDE

Fonte dos dados: Lista de Bens Tombados Condephaat (Disponível em www.condephaat.sp.gov.br). Org. por Detoni, S. F. (2014)

É importante destacar que alguns tombamentos inscritos no Livro de Tombo Histórico, também poderiam ser registrados no livro Paisagístico, principalmente, em função das suas características ambientais, como são os casos do Parque da Independência, do Parque Fernando Costa (Água Branca), da Casa Modernista da Vila Mariana, do Edifício Sampaio Viana no Pacaembu, na Capital, do Parque das Monções, em Porto Feliz e da Antiga Fazenda Monte Alegre, onde se localiza o campus da USP, em Ribeirão Preto.

Já, segundo os critérios efetuados na pesquisa de Scifoni (2006a), a categoria de Morros e Serras correspondeu a 31% do total. Todavia, a autora incluiu os Parques, como o do Jaraguá, numa categoria específica. Na sua análise, na categoria Morros e Serras entrecruzaram os seguintes critérios: o reconhecimento como testemunho de processos de formadores do quadro natural, os remanescentes de vegetação nativa e secundária e a expressividade estética ou destaque na paisagem regional (SCIFONI, 2006a).

O atributo geomorfológico é de fundamental importância nas áreas definidas por Ab'Sáber (1977b) como críticas e ecologicamente estratégicas, visto que nessas áreas, a vegetação florestal cumpre o papel de estabilidade das encostas de altas

declividades e onde se localizam a cabeceira de drenagem dos mananciais de abastecimento hídrico da população, cuja proteção garante a qualidade e volume de água armazenado. Ainda, segundo o pesquisador, esses níveis topográficos apresentam o potencial para o uso turístico, atributo que o Condephaat explorou como justificativa em muitos tombamentos naturais. É digno de ser inscrito como patrimônio natural os espaços que escapem à banalidade topográfica e paisagística (AB´SÁBER, 1986). O relevo determina as mais diversas paisagens de exceção e os remanescentes ecossistêmicos naturais. Daí o seu caráter representativo na definição dos tombamentos naturais que inclui também o seu significado simbólico, elemento central na ação cultural.

Mesmo em relação à tipologia relevo, verificou-se a concentração das áreas tombadas em determinado compartimento geomorfológico: a unidades morfoestrutural do Cinturão Orogênico do Atlântico e morfoescultural do Planalto Atlântico (ROSS; MOROZ, 1997). Tais formas, caracterizadas por Morros e Serras, consistem de estruturas geológicas Pré-cambrianas, compostos por rochas ígneas ácidas que passaram por distintos ciclos de dobramentos e processos epirogenéticos pós-cretáceo, seguidos de processos erosivos que empreenderam a configuração atual às formas. Os ciclos de dobramentos que atingiram as rochas ígneas e as antigas bacias sedimentares ocasionaram a formação de rochas metamórficas, entre as quais, os quartzitos que sustentam as formas de algumas ANT. Nos municípios localizados na Planície Costeira, as formas preservadas e protegidas pelo instrumento do tombamento também possuem intrínseca relação com a morfogenética descrita.

As características dos compartimentos de relevos preservados demonstram que existe uma demanda pela ampliação, não somente nas estruturas onde se concentram a maioria dos tombamentos naturais, mas para outros compartimentos, como a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental. No Planalto Atlântico há possibilidades de preservação na Serra da Mantiqueira. A Depressão Periférica apresenta importantes morros testemunhos, além do limite entre esse compartimento e o Planalto Ocidental, onde se encontram as cuestas basálticas. Uma importante formação a ser preservada no Planalto Ocidental é o Morro do Diabo, localizado no extremo oeste do Estado.

Convém efetuar uma análise mais detalhada sobre os pressupostos que envolveram grande parte dos 36 tombamentos inscritos no Livro Arqueológico, Etnológico e Paisagístico e também considerar os bens que não foram inscritos nesse Livro de Tombo, mas apresentavam atributos paisagísticos de dimensão natural para o procedimento institucional de proteção cultural.

3.5. Bens tombados inscritos nos Livro Arqueológico, Etnológico e Paisagístico

3.5.1. Primeiros tombamentos

Não são todas as inscrições no Livro de Tombo em questão que se configuram como ANTs, porém, teoricamente, todas as ANTs deveriam ser registradas nesse Livro. Entende-se ANT como um espaço territorial delimitado com base em critérios técnicos, adotados por um órgão de defesa e proteção cultural. Tal delimitação tem o objetivo da proteção, por meio do reconhecimento e da gestão, da dimensão natural de um patrimônio cultural. Inclui-se na ANT uma área de entorno definida segundo critérios que visem manter a qualidade ambiental do bem tombado.

O Mapa 4 demonstra a desigual participação percentual dos municípios do Estado, referente aos tombamentos inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Menos de 10% dos municípios do Estado possuíam, até 2014, bens registrados nesse Livro de Tombo, concentrados, espacialmente, nas adjacências do litoral paulista, sobretudo, em razão de parte de seus territórios estarem nas ANT da Serra do Mar e de Paranapiacaba e em ilhas, ilhotas e lajes tombadas. Pouco mais de 13% das inscrições no Livro dizem respeito às áreas verdes, bairros, relevos e parques localizados na Capital. A inscrição de um objeto tombado mais distante do município de São Paulo foi o Palácio do Imperador, localizado no extremo noroeste do Estado. Esse tombamento, juntamente com o Horto e Museu Navarro de Andrade, destacam-se no Mapa 4, por estarem dispersos da área onde se concentra a maior parte das inscrições no Livro mencionado.

De forma geral, a inscrição da natureza como patrimônio cultural passou pelos seguintes pressupostos interpretativos, junto ao Condephaat: num primeiro momento, foi vista como um suporte de outras dimensões culturais, tais como, a arquitetônica ou a histórica. Exemplifica-se pelo Parque das Monções, em Porto Feliz, cujo tombamento, aberto em 1969 e homologado em 1972, é considerado de importância histórica, porém, destacou-se a relevância do sítio natural. Semelhante

é o caso do Parque da Independência que teve o processo aberto no mesmo ano e resolução publicada em 1975, considerado de importância histórica. Contudo, incluiu-se também a área de cobertura vegetal. Característica que se repetirá no tombamento da Casa Modernista, na Capital, com proteção homologada no órgão cultural em 1983.

No processo de evolução conceitual, a natureza passou a ganhar uma dimensão específica por meio de estruturas diretivas próprias. Crispim (2014) sugere que, a partir da consideração de sua dimensão específica, ocorreu uma quebra da dicotomia entre natureza e cultura, assim, a natureza não foi mais considerada somente como uma dimensão da história social. Entretanto, verifica-se que, posteriormente, houve um processo de desregulamentação da natureza como elemento cultural, no qual se atribuiu a sua exclusividade de defesa e proteção à esfera do meio ambiente.

A primeira inscrição no livro foi do Palácio do Imperador, em Itapura, que ocorreu em 1969. Ao considerar a natureza temática do bem tombado, esse patrimônio poderia ser registrado no Livro Histórico: próximo a foz do rio Tietê, o Palácio do Imperador localiza-se em uma região que abrangia a antiga colônia militar de Itapura, criada em 1858, assim, o Palácio se constitui num dos remanescentes do núcleo, desativado em 1896. Visto que o patrimônio foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, optou-se por caracterizá-lo com arqueológico.

Mapa 4: Distribuição Percentual dos Tombamentos do CONDEPHAAT (2014) - Inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Entende-se, assim, que o Bosque dos Jequitibás, em Campinas, como o primeiro bem de natureza paisagística, no sentido de um espaço natural, anotado no livro de tombamento correspondente. O pedido da abertura desse processo partiu do representante do Serviço de Museus Históricos (SMH), o conselheiro Vinício Stein Campos, sem apresentar qualquer justificativa, conforme descreveu Crispim (2014). Dessa forma, o Bosque dos Jequitibás teve o seu processo de tombamento aberto em 1969, cuja proteção foi efetivada pelo Condephaat em 1970. De acordo com o Relatório Final do Condephaat (1970), assinado pela primeira presidente do órgão, Lúcia Piza de Mello Falkenberg, o patrimônio cultural, objeto de proteção, constituía-se como um admirável e único parque do gênero naquela cidade. Com árvores centenárias e a possibilidade de apropriação turística, o parecer elucidou que o tombamento da área vinculava-se aos seus aspectos históricos e, sobretudo, como um monumento paisagístico de São Paulo no município de Campinas. Crispim (2014) descreveu a dificuldade inicial de expressar o caráter paisagístico desse tombamento natural, o qual foi atrelado, sobretudo, a sua vertente histórica:

O sentido dado ao processo do Bosque dos Jequitibás inscreve-se na exaltação dos valores de uma história tradicional de São Paulo. O termo “paisagem” é utilizado para afirmar o “vínculo histórico” do bem com essa história e revela a maneira pela qual o Bosque poderia verter-se em patrimônio cultural, sendo entendido como o primeiro “paisagístico” de São Paulo. (CRISPIM, 2014, p. 63).

Por suas características fisiográficas, o Bosque pode ser considerado uma ANT. É possível verificar que a proteção foi motivada pela relação entre os componentes históricos e paisagísticos, consubstanciada pela apropriação turística, o que fortaleceu uma vertente ideológica do órgão na defesa do viés turístico do bem tombado.

A abertura do processo de tombamento da Pedreira de Varvitos, em Itu, no mesmo ano de criação do órgão de defesa do patrimônio cultural estadual, demonstrou a ampliação conceitual da temática, neste caso, a história natural do planeta. Entretanto, a litologia também serviu como referencial arquitetônico nas edificações do município. O seu tombamento foi efetivado somente cinco anos mais tarde, em 1974, segundo a sua resolução, o tombamento se refere ao monumento arqueológico, o que pode ser considerado um equívoco conceitual, dada as propriedades do objeto protegido.

Deve-se mencionar, nesse primeiro conjunto de bens naturais tombados, sobre a proteção da Estrada Caminho do Mar, dos Monumentos de Victor Dubugras e da

Área de Mata Circundantes⁴⁶, solicitado pela Prefeitura do Município de Cubatão, que teve abertura de processo e publicação de resolução em 1972. Esse tombamento foi registrado no Livro Histórico. Contudo, em virtude de suas características ambientais, ressaltadas no próprio art. 2º de sua resolução de tombamento em que se destacam toda a paisagem envoltória composta de matas originais, deveria ter sido inscrito, juntamente, no Livro Arqueológico, Etnológico e Paisagístico. Inclui-se aqui, que o relevo, nesse caso, é condição fundamental do valor cultural desse patrimônio, visto que o argumento de valorização histórica possui intrínseca conexão à transposição da escapa da Serra do Mar, em função da utilização tecnológica então disponível, além dos atributos arquitetônicos ao longo da estrada que colocou em discussão a apropriação simbólica da paisagem como condição da componente histórica.

3.5.2. Relevo, atributos ecológicos e patrimônio ambiental urbano

O relevo se constituiu, pela primeira vez, como o elemento foco da prática de proteção e defesa cultural, na ocasião da abertura do processo de tombamento do Maciço da Juréia e de pequena parcela da praia do Rio Verde, no município de Iguape, litoral Sul do Estado, no ano de 1973. Contudo, o processo teve a sua efetivação positiva somente em 1979, quando foi publicada a sua resolução.

Segundo Scifoni (2008), as questões que motivaram esse pedido de tombamento devem ser entendidas como parte do fenômeno do movimento ambientalista que consolida a sua força na década de 1970, e que Crispim (2014) descreveu como uma mudança do paradigma paisagístico, no qual o atributo ecológico ganharia evidência.

Ab'Sáber (2006), em uma proposta de setorização prévia do litoral brasileiro, destacou a importância desse compartimento do relevo, o qual atribuiu como o setor “Maciço da Juréia/Rio Verde”, descrito pelas seguintes características:

A maior paleoilha florestada do Litoral Paulista. Bloco de terrenos cristalinos, separado da Serra do Mar (Setor Itatins) por falhamentos do Terciário, ladeado por restingas e praias arenosas, pelo sudoeste e norte-nordeste. O segundo maciço elevado, do tipo *horst*,

⁴⁶ Apesar dos documentos estatísticos oficiais do Condephaat e o próprio sítio na internet da Secretaria da Cultura, considerar a área de tombamento a Estrada do Lorena, a Resolução da Secretaria da Cultura n. 08 de 11/08/1972 não descreve nos seus artigos o referido bem. Dessa forma, deve-se admitir que a Estrada do Lorena, especificamente, não é tombada por resolução específica, porém, inclui-se na Área Natural Tombada da Serra do Mar e de Paranapiacaba.

de toda a fachada tropical Atlântica de São Paulo. Tombado pelo CONDEPHAAT. (AB'SÁBER, 2006, p. 104).

O pedido de tombamento do Maciço da Juréia foi solicitado por um dos grupos ambientais mais antigos do Estado, a Eco-Paz, Ecologia e Pacifismo de Itanhaém, criada em 1950. Esse instrumento de proteção foi visto por essas associações como a principal forma de atuação dos setores da sociedade civil para reivindicar a proteção de determinadas áreas (SCIFONI, 2008).

Posterior à homologação do tombamento, a Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém solicitou ao Condephaat a ampliação do perímetro de tombamento com o intuito de incluir diversas praias e ilhas, localizadas no município de Peruíbe. Todavia, o Condephaat (1978) justificou a manutenção do perímetro, descrito na resolução de tombamento, em função, entre outros aspectos, da assertiva descrita no telegrama enviado pelo Presidente da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), Dr. Paulo Nogueira Neto, ao órgão, para a criação de uma Estação Ecológica na região.

O processo de tombamento do Maciço da Juréia foi permeado pelos trâmites do projeto de um loteamento na praia de Rio Verde, aprovado, em 1977, pelo Conselho. Visto que a resolução de tombamento definiu como objeto de proteção o Maciço da Juréia e todo o curso do Rio Verde, até a sua foz, o que deixou de fora a Praia do Una ou Rio Verde, onde se projetava tal condomínio⁴⁷, o órgão argumentou da seguinte forma a aprovação do loteamento:

Apesar de não sermos favoráveis ao uso da praia do Rio Verde, e acreditando que seu tombamento deveria preservá-la de qualquer forma de especulação imobiliária, percebemos que o projeto de loteamento, chamado plano urbanístico, é compatível com o meio natural e os danos que causará sejam menores do que em outras parcelas do litoral. (CONDEPHAAT, 1978, p. 243).

Os fatos e os atributos que motivaram o encaminhamento e a abertura do processo de tombamento do Maciço da Juréia relacionavam-se a beleza cênica, que envolvia a sua importância como “recurso” natural da região. Porém, a possibilidade de expansão imobiliária do loteamento da praia do Una, vizinha ao maciço, e o movimento contra um projeto de instalação de usinas nucleares na região foram considerados os maiores riscos à qualidade ambiental da área e motivaram a

⁴⁷ Foi projetada pela Construtora Gomes Almeida Fernandes a construção de uma cidade de, aproximadamente, 75 mil pessoas de alta renda, denominada Condomínio Rio Verde. O fato gerou a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito, junto à Assembléia Legislativa do Estado para examinar as transações “confusas” que envolviam o projeto (Jornal Folha de São Paulo, 18/09/1979, Local, p. 16).

mobilização em torno de sua proteção. De certa forma, a aprovação do loteamento pode ser vista como contraditória aos objetivos da proteção. Com relação à criação de uma Estação Ecológica na região, o fato se concretizou pela esfera estadual, somente em 1986, por meio do Decreto Estadual n. 24.646.

Pode-se interpretar que o tombamento natural da área se constituiu num importante instrumento para proteção da Estação Ecológica que hoje faz parte de um mosaico diversificado de unidades de conservação.

Com relação às justificativas da proteção da área no domínio do órgão de defesa do patrimônio cultural, num primeiro momento, o Condephaat procurou encaixar a questão das suas propriedades históricas, em virtude do isolamento geográfico do litoral sul do Estado que permitiu a permanência de aspectos paisagísticos primitivos, combinado a uma estrutura cultural peculiar, à parte dos processos de ocupação desenvolvidos nas demais regiões do Estado. O próprio presidente da Eco-paz, na época vereador por Itanhaém, o geógrafo Ernesto Zwarg Filho, argumentou sobre a inclusão da Praia do Rio Verde no perímetro de tombamento, em função da existência do Caminho do Correio do Imperador e da Linha do Telégrafo Nacional.

Demonstrava-se a necessidade de se estabelecer uma postura teórica e metodológica mais concisa que vai se consolidar no decorrer das novas demandas de tombamentos. Crispim (2014) fez uma importante observação ao analisar o parecer inicial do Conselheiro Carlos Alberto Cerqueira Lemos sobre o processo de tombamento em questão:

No plano das práticas internas do órgão, o processo apresenta uma inovação. Em agosto de 1973, no andamento dos trabalhos de levantamento da área, Lemos indica a necessidade de um levantamento topográfico da área e a contratação de um geógrafo. (CRISPIM, 2014, p. 70).

Nesse momento, verificou-se uma postura analítica que necessitava de um desenvolvimento teórico e conceitual mais aprofundado sobre apropriação da natureza como um bem cultural, dada valorização dos aspectos cênicos e ambientais do maciço, a partir de uma concepção geográfica de paisagem. Tal postura não invalidava a importância cultural do objeto tombamento, visto que consistiria na necessidade de sistematizar as premissas, em função das dificuldades iniciais de sustentar os atributos culturais de um bem natural. Dessa forma, esse

processo de tombamento voltou a tramitar somente após a incorporação da representação da geografia no Conselho.

Na sua resolução de tombamento, destacou-se a importância da proteção das condições paisagísticas e topográficas como elemento de inegável valor à cultura, à história e ao turismo do Estado de São Paulo. Contudo, buscou-se nos aspectos turísticos o eixo de orientação discursiva da proteção do bem tombado.

Entre 1974 e 1977, foram abertos 5 processos que resultaram, posteriormente, na inscrição no livro paisagístico. No entanto, somente o Horto e Museu Edmundo Navarro de Andrade, em Rio Claro, teve a sua resolução emitida em menor tempo, no ano de 1977. As nascentes do Rio Tietê, em Salesópolis, e a Rocha Moutonnée, em Salto, foram tombados por resolução publicada apenas na década de 1990, apesar de o professor Aziz Ab'Sáber ter anunciado a aprovação do tombamento das cabeceiras do rio Tietê, durante a sua gestão, em 1982.⁴⁸ Já as Unidades Habitacionais de Picinguaba, no município de Ubatuba, que teve o seu processo aberto em 1976, teve a publicação de sua resolução somente em 1983. A proteção desse núcleo habitacional, em uma das áreas potenciais para especulação imobiliária do litoral paulista, deveu-se, sobretudo, ao seu caráter histórico, arquitetônico e antropológico que, ao considerar-se a dimensão paisagística, estabelece um conjunto harmônico entre o espaço e o seu contexto histórico, paisagístico e antropológico.

A abertura do processo de tombamento do Jardim da Luz, na Capital, ocorreu em 1977 e a sua resolução foi publicada no ano de 1981. No mesmo contexto do Bosque dos Jequitibás e do Horto de Rio Claro, o Jardim da Luz também demonstra o processo de avanço conceitual e de ampliação tipológica dos instrumentos de proteção do órgão de proteção cultural paulista, ao dimensionar a preservação ao valor social e ambiental da área.

Deve-se destacar que, em 1979, solicitou-se o tombamento de outra importante área verde do interior do Estado, situada nos domínios da Fazenda Santa Genebra, em Campinas. Segundo o Parecer, elaborado pelo assessor cultural, o professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP), Helmut Troppmair, ao Condephaat (CONDEPHAAT, 1982d), o pedido de tombamento envolveu os atributos florestais em seu enquadramento

⁴⁸ Jornal “Folha de São Paulo”, 25/11/1982, Local, Ecologia, p. 15.

científico e histórico. Importante mencionar que o tombamento da Mata Santa Genebra ou, posteriormente, denominada Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira, somente foi aberto, em 1982, e o seu parecer favorável embasou-se, sobretudo, nas disposições contidas na então recente Ordem de Serviço n. 01 de 1982, o Plano Sistematizador de Proteção dos Recursos Naturais do Estado de São Paulo.

É possível afirmar que Ordem de Serviço n. 01 de 1982 se apresentou, a partir de então, como de fundamental importância para embasar distintos processos de tombamento que foram abertos no órgão na década de 1970 e estavam à espera de homologação.

Ao retomar a questão da influência geomorfológica como atributo de tombamento natural, cabe mencionar que, anterior ao processo de tombamento do Maciço da Juréia, no processo de tombamento das nascentes do rio Tietê estava, implicitamente, inserido o atributo geomorfológico, visto que, por si só, uma nascente fluvial e, até mesmo, o conceito de bacia hidrográfica, pressupõe a existência de uma temática topográfica. Tais características foram descritas, em 1982, no documento encaminhado para Assembleia Legislativa do Estado, assinado por Augusto Humberto V. Titarelli, representante do Departamento de Geografia da USP:

O grande retângulo permite incluir na área nuclear a ser tombada os dois flancos do grande conjunto montanhoso da Pedra Queimada (altitudes superiores a 1.200 m), ao norte do Vale do Tietê, assim como as cabeceiras do próprio Paraitinga (colo de flanco), no quadrante sudeste. (CONDEPHAAT, 1982b).

Entretanto, sugere-se que o texto é fruto da evolução conceitual acerca do patrimônio natural, pois o pedido de tombamento, efetuado pelo Deputado Estadual Archimedes Lamoglia, destacou a nascente como um referencial histórico ligado ao bandeirantismo.

Diante do exposto, deve-se ressaltar o período de 1978 a 1983 como de essencial significância no que diz respeito à incorporação do elemento geomorfológico nas práticas de proteção cultural. Do total de 11 processos de tombamento abertos que, posteriormente, foram conduzidos à publicação de resoluções, 9 se relacionavam com o atributo topográfico. Nesse período, também se registrou a maior quantidade de homologações de tombamento, referentes ao

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme expresso no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Resoluções de tombamentos (Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico)

Fonte dos dados: Lista de Bens Tombados Condephaat (Disponível em www.condephaat.sp.gov.br). Org. por Detoni, S. F. (2014)

Deve-se sugerir como um dos fatos relevantes para a condução dessa nova perspectiva de proteção, a ampliação da composição do Conselho, em virtude da publicação do Decreto Estadual n. 7.516 de 1976, fruto do relatório do secretário executivo Ruy de Azevedo Marques e do posterior encaminhamento feito pelo Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia, José E. Mindlin, que solicitou a inclusão, entre outras representações, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Essas medidas atendiam à solicitação contida em um documento enviado ao secretário, no qual foram apontadas a duplicidade de representações dos Institutos Históricos e a falta de representação de áreas especializadas, o que, diante das cada vez mais freqüentes exigências de decisão sobre o valor de áreas naturais e coleções de pintura, se tornava imprescindível. (RODRIGUES, M., 2000, p. 54).⁴⁹

⁴⁹ Segundo as informações colhidas pela autora contidas no Relatório de Atividades de 1974 que foi organizado por Ruy de Azevedo Marques e entregue a José E. Mindlin em 1975. Em 1983, também foram incluídos os Departamentos de Geografia de todas as universidades públicas do Estado.

É importante mencionar que, mesmo antes da homologação da representação do Departamento de Geografia da USP, o Professor Aziz Nacib Ab'Sáber foi consultado pelo Conselheiro Ulpiano T. Bezerra de Meneses, sobre a questão do tombamento das Nascentes do Rio Tietê, como bem relatou Crispim (2014):

A ação de Meneses mostra a influência de Aziz Ab'Sáber como uma voz ativa nas questões do patrimônio paulista mesmo antes do seu ingresso como representante do Instituto de Geografia da USP no Condephaat, em maio de 1976. (CRISPIM, 2014).

No ano de 1978, houve a abertura de 3 significativos processos de tombamento natural pelo Conselho: o Parque Estadual do Jaraguá, a Reserva Florestal do Morro Grande e a Reserva Estadual da Cantareira e Horto Florestal. Chama atenção o trabalho apresentado ao Conselho e publicado por Aziz Ab'Sáber no Boletim Geografia e Planejamento do Instituto de Geografia da USP, em 1977. Já na qualidade de representante do Departamento de Geografia da USP, Ab'Sáber (1977b) descreveu como áreas críticas para a proteção ambiental as reservas e parques no entorno da região metropolitana que incluía a Cantareira, o Jaraguá, Cotia, Suindara, Cotia-Morro Grande, Bonilha e Paranapiacaba.

A abertura do processo de tombamento do Parque Estadual do Jaraguá e da Reserva do Morro Grande ocorreu, em 1978, a partir do encaminhamento do requerimento expedido pela Associação Paulista de Proteção à Natureza, da Sociedade Botânica do Brasil, do Movimento de Arregimentação Feminina e da Sociedade Brasileira de Paisagismo. Entre as motivações desse processo, estava a possibilidade de seleção de uma área na Reserva do Morro Grande, no Distrito de Caucaia do Alto, em Cotia, como o sítio para a construção de um novo aeroporto no Estado⁵⁰.

Com a recepção favorável do Conselho aos tombamentos do Jaraguá e do Morro Grande, as entidades incluíram no requerimento no pedido de tombamento, da Serra da Cantareira e do Horto Florestal (CONDEPHAAT, 1981), visto que o conselheiro Carlos Lemos também ponderou sobre os atributos que justificavam o tombamento da Serra da Cantareira, considerada por ele o horizonte verde de São Paulo.

⁵⁰ O Jornal Folha de São Paulo do dia 13/01/1978 destacou o lançamento da campanha de defesa da Reserva do Morro Grande na USP que contou com a presença de diversos pesquisadores, entre os quais, o geógrafo e professor Aziz Nacib Ab'Sáber ("É Lançada Campanha de Defesa" - Jornal Folha de São Paulo, 13/01/1978, Local, p. 11).

A resolução do tombamento do Morro Grande é publicada em 1981, e do Jaraguá e da Cantareira, foram homologadas em 1983. Assim, com relação ao Pico do Jaraguá, deve-se destacar o Parecer do Conselho, assinado pelo representante do Departamento de Geografia da USP, Augusto Humberto V. Titarelli, emitido no final de 1982, que mencionou a aplicação para o parecer favorável das normas sintetizadas na Ordem de Serviço n. 01 de 1982.

Quanto às diretrizes para o tombamento, preconizadas nas normas estabelecidas pelo Grupo de Trabalho das áreas verdes, verificamos que a região do Jaraguá reúne, simultaneamente, quase todas as características apontadas nos sete casos previstos, representando um objeto impar nos processos das áreas naturais já estudados, graças ao seu rico conteúdo geo-ecológico e histórico. Trata-se na verdade de um grande acidente remanescente da superfície das “Cristas Médias” de De Martonne ou Japi de Fernando Flavio Marques de Almeida, sustentada por uma mancha triangular de quartzitos extremamente resistentes, quatrocentos metros acima dos vales regionais, destacado por uma erosão diferencial que desgastou mais rapidamente os filitos, micaxistos e anfibolitos adjacentes, filiados ao Grupo São Roque. (CONDEPHAAT, 1982c).

Tais considerações permitem demonstrar a influência teórica e o suporte técnico da Geografia no órgão de tombamento cultural, o que resultou na ampliação das dimensões do patrimônio cultural com base numa argumentação concisa, sobretudo, ao considerar a importância do componente geomorfológico na constituição de uma ANT.

Incluem-se, nesses exemplos, a abertura dos processos de tombamento da Serra do Japi, Quaxinduva e Jaguacoara e da Serra do Mar e de Paranapiacaba que tiveram suas resoluções emitidas, em 1983 e 1985, respectivamente.

O primeiro ato do professor Aziz Nacib Ab’Sáber ao ser empossado como presidente do Condephaat foi dar andamento ao processo de tombamento da Serra do Japi, parado no órgão desde 1979, fato noticiado pelo Jornal Folha de São Paulo do dia 10 de setembro de 1982. O geógrafo destacou que o tombamento da área seria mais eficiente que a aplicação do próprio Código Florestal, pois esse último permitia diversos tipos de desmatamentos para o posterior reflorestamento, o que descaracterizou muitas áreas de vegetação primitiva.⁵¹

Na ocasião do pedido de tombamento da Serra do Japi, os níveis de degradação ambiental da região eram significativos, condicionados, em parte, para alta

⁵¹“Condephaat Promete Rever Estudos Para Tombar Japi” (Jornal Folha de São Paulo, 10/09/1982, Interior, p. 16).

especulação imobiliária. Os loteamentos eram os principais responsáveis pelo desmatamento e avançavam até o topo da Serra.

O tombamento, até hoje, constitui-se como o principal instrumento de proteção ambiental região, que também é abrangida por áreas de proteção ambiental estadual e municipal. A estrutura fundiária da região foi um dos elementos importantes para a definição da sua proteção por meio do tombamento, em função de grande parte de a área ser composta por propriedades particulares.

Além das questões paisagísticas e ecológicas naturais, a necessidade de preservar o manancial hídrico da Serra para o abastecimento do município de Jundiáí estava entre as principais justificativas para o tombamento da área.

Antes da retomada dos estudos de tombamento da Serra, que se deu em 1982, o Jornal “Folha de São Paulo” de 22 de agosto daquele ano⁵² destacou a ruim situação ambiental da região. Todavia, o instrumento do tombamento foi apresentado com ressalvas:

Para os técnicos que criticam esta opção, porém, o tombamento sofreria os mesmos entraves que qualquer outro documento legal, como o próprio Código Florestal, que não é cumprido pela falta de fiscalização. Este, por si só, na opinião desses críticos, seria suficiente para preservar a mata – se fosse cumprido. O Condephaat, segundo esta linha de raciocínio, não tem instrumental ou infra-estrutura sequer para coibir os abusos cometidos contra os edifícios históricos na própria Capital, como ficou evidente no episódio da derrubada dos casarões da avenida Paulista. Como imaginar que mais um documento legal seria capaz de proteger a serra do Japi? (JORNAL “FOLHA SÃO PAULO”, 22/081982, p. 26).

De forma geral, questionavam-se as atribuições do Condephaat no âmbito da proteção de áreas naturais. Tais críticas vinham, sobretudo, de uma linha de pesquisadores preservacionista, os quais entendiam que essa tarefa de criação e proteção de espaços naturais deveria ser da Secretaria da Agricultura, responsável, na época, pelas reservas naturais, ou do IBDF. O argumento que o órgão possuía uma infra-estrutura inexistente para a fiscalização é contraditório, no momento, que a mesma problemática era enfrentada nos espaços protegidos sob tutela das estruturas institucionais mencionadas, ou seja, uma das razões da crise na preservação de áreas naturais se condicionava à inexistência de fiscalização, seja qual fosse o nível institucional analisado.

⁵² Jornal “Folha de São Paulo”, 22/08/1982, Interior, p. 26.

No tombamento do Japi foram utilizadas as diretrizes descritas OS n. 01 de 1982, que tinham sido, recentemente, publicadas. O peso institucional desse documento demonstrou-se a partir de sua citação no documento de notificação dos proprietários publicado no Jornal “O Estado de São Paulo” de 8 de fevereiro de 1983⁵³ que também apresentou o mapa com o perímetro de tombamento (ANEXO A).

Já a decisão favorável do colegiado do Condephaat sobre o tombamento natural da Serra do Mar foi anunciada em fevereiro de 1983, pouco mais, de um mês antes do geógrafo Aziz Ab’Sáber deixar a presidência do órgão⁵⁴. Deve-se mencionar, nesse caso, o processo de tombamento com as contestações foi enviado para apreciação do gabinete do governador, em 1983, e nunca mais retornou ao órgão (SCIFONI, 2006a).

Os precedentes do tombamento da Serra do Mar incluíram a abertura do seu processo, em 1976, encaminhado pelo Conselheiro Carlos Lemos, que deu origem, posteriormente, ao processo 20.868 de 1979⁵⁵. Deve-se destacar também a ata da sessão do Conselho de 22 de julho de 1977 em que se descreveu o diálogo entre os representantes da Secretaria de Economia e Planejamento, da Secretaria da Agricultura, na época responsável pelos Parques e Reservas Florestais Estaduais, e o Condephaat. No âmbito da Secretaria Estadual da Agricultura, havia uma discussão sobre a criação de um Parque ou de uma Reserva Florestal da escarpa da Serra do Mar. Ab’Sáber (CONDEPHAAT, 1977a) propusera à coordenação das pesquisas de recursos naturais da Secretaria o termo Parque, por ser mais rígido quanto às suas prerrogativas. Nesse contexto, o tombamento foi entendido como uma excelente complementação ao decreto de criação do parque proposto⁵⁶, pois não esbarrava na dificuldade de desapropriação e permitia a utilização da área para fins recreativos, além da exploração de alguns gêneros que não implicavam de desapropriações de florestas. Esse mesmo documento expôs a proposta, posteriormente, em parte acatada, de organização do parque em forma de núcleos, em que o professor Ab’Sáber expôs a necessidade do estabelecimento de seus sub-

⁵³ Jornal “O Estado de São Paulo”, 08/02/1983, p. 11.

⁵⁴ “Condephaat Decide Tombar Serra do Mar” (Jornal Folha de São Paulo, 23/02/1983, Interior, p. 13).

⁵⁵ O Processo n. 20.089/1976 referia-se à Sistematização das Reservas Naturais do Estado de São Paulo.

⁵⁶ O Parque Estadual da Serra do Mar foi instituído pelo Decreto Estadual 10.251 de 30/08/1977.

setores administrativos, ou bases de gerenciamento do parque proposto, em virtude de sua abrangência territorial. Esse fato demonstra a importante contribuição, não só do geógrafo Aziz Nacib Ab'Sáber, mas dos pressupostos da ciência geográfica, na concepção do Parque Estadual da Serra do Mar.

A ata da reunião de 1977 demonstra, a partir da exposição do professor Ab'Sáber, a contribuição diferenciada trazida pelo tombamento natural. O trecho a seguir descreve a forma de ação da Secretaria de Agricultura, à época, responsável pela criação e gerenciamento de áreas naturais protegidas, focada nos aspectos florestais:

A Secretaria de Agricultura não está protegendo o espaço global, mas apenas a fatia que lhe compete, ou seja, a cobertura vegetal. O escopo presente é o de uma ampliação, de forma a que em acréscimo se constitua lugar base de implantação que não interfira na reserva principal que é a floresta da escarpa, mas que possa originar uma certa abertura de organização e de implantação de um sistema de bases, de sub-áreas de utilização. (CONDEPHAAT, 1977a, p. 11).

Crispim (2014), ao analisar o processo de tombamento da Serra do Mar, destacou que, diferente de outros tombamentos que envolveram os aspectos paisagísticos, o da Serra do Mar procurou harmonizar o viés natural e o cultural, o que rompia a dicotomia, até então utilizada, na abordagem paisagística de outros processos.

Ainda com relação à suposta sobreposição de atribuições entre o órgão de proteção cultural e os setores, na época, responsáveis pela criação de reserva naturais, Ab'Sáber, descreveu, em 1983, de forma muito clara os objetivos que envolviam a proteção daquele patrimônio natural e que poderiam servir de referência argumentativa para quaisquer tombamento que envolvesse a natureza. “Não estamos querendo nos sobrepor a outros órgãos, apenas estamos tendo uma visão integrada dos espaços ecológicos, visão esta que tem escapado aos órgãos setoriais e competentes.”⁵⁷ (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 23/02/1983, Interior, p. 13).

As contestações, decorrentes do estabelecimento da criação das áreas tombadas, faziam parte do rol de procedimentos a ser trabalhado pelo órgão de defesa do patrimônio cultural paulista. Daí, também a necessidade da elaboração das diretrizes já descritas neste trabalho.

⁵⁷ “Condephaat Decide Tombar Serra do Mar” (Jornal Folha de São Paulo, 23/02/1983, Interior, p. 13).

O tombamento do patrimônio natural já nasce criando problemas com determinados interesses privados e esses problemas foram resolvidos com estratégias múltiplas: arquivamento sumário de processos sem a instrução devida ou a sua paralisação e até mesmo o seu desaparecimento, além de redução dos limites dos tombamentos. O que se vê, assim, é que nesses momentos de conflito os espaços de possibilidade abertos para o patrimônio natural dentro da instituição são reduzidos por uma ação de Estado, que busca garantir os interesses da propriedade privada com base e necessidade do desenvolvimento capitalista. (SCIFONI, 2006a, p. 133).

Apesar de o processo de tombamento da Serra do Mar ter avançado por volta de 6 anos, os debates permitiram um aperfeiçoamento técnico e metodológico na proposição de outros tombamentos naturais. Ab'Sáber (CONDEPHAAT, 1977a) já alertava sobre a necessidade da proteção dos esporões da Serra, dos maciços insulares, das paleoilhas e das baixadas como forma de evitar as investidas de pedreiras e loteamentos, fato que se confirmara e motivara outros processos de tombamento, sobretudo, no Guarujá.

No tombamento de Horto Florestal e do Museu Edmundo Navarro de Andrade, em Rio Claro, o documento (CONDEPHAAT, 1977b), assinado pelo conselheiro Aziz Nacib Ab'Sáber, descreveu que havia um equívoco conceitual e desconhecimento sobre o que se entendia do exato alcance do instituto do tombamento, o que se tornava necessária uma campanha, quase didática, de divulgação de informação sobre a temática. O documento também encarou as reações ao tombamento como um velho receio e reveladores de uma falta de diálogo entre os órgãos de defesa do patrimônio cultural e os interesses da coletividade. Assim, procurou-se descrever o contexto histórico, o científico, o cultural e o ambiental da área a ser acautelada e se propôs um grupo de trabalho paralelo com diversos representantes para tal esclarecimento. Descreveu-se que a figura jurídica do tombamento não imobilizava o aproveitamento econômico da área, mas deveria haver um zoneamento racional com as suas limitações ambientais.

Todavia, as primeiras experiências com relação ao tombamento natural expuseram a necessidade do estabelecimento de diretrizes para o respaldo argumentativo dessa forma de proteção. Para Scifoni (2006a), esse período é considerado como um primeiro momento que incorporou a natureza ao patrimônio cultural paulista, pois envolveu a gênese e a constituição da idéia de um patrimônio natural. Tais experiências práticas permitiram a edição das bases normativas do tombamento de área naturais. É um período também contraditório, caracterizado por

um Estado repressor e controlador, alinhado aos interesses de determinados setores econômicos dominantes.

Com relação às contestações sobre o tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, constituiu-se uma comissão de conselheiros relatores que as dividiram conforme a tipologia e elucidaram as questões mais frequentes que foram descritas no documento Condephaat (1984d).

Os conselheiros refutaram o argumento utilizado pelos proprietários em que se questionou a prerrogativa do Condephaat na proteção de áreas naturais, com base no art. 161 do Decreto Estadual 20.995 de 1983 que, entre outros dispositivos, reorganizou a Secretaria de Estado da Cultura. O referido artigo dispôs que o Condephaat deveria proteger e preservar os bens artísticos, históricos, arquitetônicos e monumentais do Estado. Apesar de o Decreto ter revogado o Decreto Estadual 13.426 de 1979, permaneceram válidos os artigos 134 a 149. Nesse sentido, os conselheiros reafirmaram que o diploma legal que regia e, ainda rege a matéria, é o art. 140 que dispôs sobre a manutenção, entre outros Livros de Tombo, o para os bens Arqueológicos, Etnográficos e Paisagísticos. Nesse mesmo item, os Conselheiros, quando questionados pela legitimidade do Condephaat sobre a autonomia municipal, descrevem sobre a competência concorrente dos três níveis de poder na proteção dos bens naturais, conforme destacou o professor Aziz Nacib Ab'Sáber, em 1977:

O tombamento, pensado por nós, seria uma espécie de “crisma” do processo já deslanchado por outros decretos iniciais, que visaram a preservação da floresta da Serra do Mar ou pelo menos daquelas situadas em declividades mais acentuadas. (CONDEPHAAT, 1977, p. 6).

Também foi questionada uma suposta ambiguidade do conceito de paisagem, a falta de interesse turístico da área e os critérios utilizados pelo Condephaat. Assim, o documento demonstrou a sua maturidade conceitual, visto que além de apresentar concepção sistêmica de paisagem, também reitera o fato que o reconhecimento de um patrimônio cultural não está nos seus méritos turísticos. Para isso, fez-se uso das diretrizes contidas na Ordem de Serviço n. 01 de 1982, o que demonstrou o embasamento técnico para a proposição do tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba. A Ordem de Serviço descrita foi base para refutar a alegação da invalidade da notificação do tombamento por edital, pois, segundo o art. 2 desse documento, na impossibilidade de se obter a relação dos proprietários de glebas

localizadas nas grandes áreas naturais, eles deveriam ser notificados por editais a serem publicados na imprensa oficial ou outro órgão de grande circulação. É importante destacar que a Ordem de Serviço foi publicada no Diário Oficial do Estado no dia 14 de julho de 1982, na Seção I, páginas 12 e 13, o que garantiu uma maior validade ao ato jurídico do âmbito institucional (ANEXO B).

Apesar de não caber recurso formal das prefeituras na fase administrativa do tombamento, o Condephaat analisou as contestações encaminhadas pela esfera municipal e que relatavam a suposta superposição de competências, além de ambiguidades de restrições de uso e burocratização, mencionadas nos recursos. Destaca-se que grande parte da ANT é composta por outros instrumentos de gestão ambiental, como Parques, Reservas Florestais e APAs, porém, com a existência de faixas livres, onde a ação do órgão se faria regulatória. Com relação à burocratização, os conselheiros descreveram a necessidade da criação de mecanismos ágeis e canais de comunicação eficientes entre os órgãos envolvidos. Assim, o Condephaat se propôs a fixar previamente as diretrizes gerais para as faixas livres de aplicação dos instrumentos de gestão referente aos parques, as reservas estaduais e as APAs. O documento também deixou claro que os valores protegidos se referem às relações harmônicas com a paisagem, visto que não se incluem valores arquitetônicos, não há assim, por parte do órgão, a fixação prévia, rígida e genérica de taxas de ocupação, módulos, normas e outros tipos de restrições, o que daria flexibilidade aos tipos de usos.

Houve contestações referentes às consequências do tombamento sobre o direito de propriedade. Porém, o Condephaat detalhou no documento a característica relativa desse princípio que implicaria na limitação desse direito por meio da regulamentação dos usos e não impedia a venda das propriedades, tampouco caberia indenização para compensar os proprietários.

Segundo o documento redigido pelos conselheiros, foram frequentes as alegações de que os limites propostos para o tombamento incluíam fatos não relevantes ou áreas degradadas. Por isso, demonstrou-se a importância de tais limites com o intuito de montar um sistema de defesa a ser estabelecido para a Serra do Mar em que se baseasse numa concepção ecossistêmica de área protegida.

Deve-se destacar que o tombamento abrangeu uma área de 1.300.000 ha., grande parte composta por Parques, Reservas Florestais e APAs, além de diversas ilhas, ilhotas e lajes marinhas, restou assim, menos de 10% da área inseridas exclusivamente na legislação do tombamento. Todavia, com relação aos estudos sobre os limites da área tombada, Ab'Sáber (1986) empreendeu ressalvas aos critérios escolhidos, pois consideraram-se os limites dos conjuntos dos espaços protegidos legalmente determinados. Sendo assim, o instrumento do tombamento não agiria em sua principal característica: a gestão de espaços humanizados, visto que os limites envolveram, em sua maioria, áreas de proteção existentes⁵⁸. Para o geógrafo, devido à assimetria de cumeada e a complexa área de piemonte, a área de tombamento deveria garantir a preservação de dois a três quilômetros do reverso continental, já a delimitação do sopé seria uma tarefa mais complexa.

Antes da abertura específica do processo de tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, a Sociedade Amigos de Guaiúba, no Guarujá, havia encaminhado uma solicitação para os Morros de Monduba, do Pinto ou da Toca, juntamente com o pedido para a proteção ao Morro de Icanhema ou Ponta Rasa, no ano de 1978, que foi indeferido pelo então presidente do Conselho, Rui Ohtake, em 1981, sem justificativa técnica, sendo reaberto em 1984, na gestão de Antonio Augusto Arantes, cuja homologação ocorreu no ano seguinte. Nesse sentido, o novo parecer foi favorável ao tombamento fundamentado no valor paisagístico do contexto urbano e sua função ecológica, descrita pelo geógrafo e conselheiro representante do Departamento de Geografia da USP, Professor Augusto Humberto Vairo Titarelli. Juntaram-se a esse novo pedido, um parecer favorável ao tombamento do órgão técnico de Planejamento da Prefeitura do Guarujá, além dos abaixo-assinados referendados por entidades públicas e privadas e mais de 30 deputados estaduais, o que provou o valor social e a importância ambiental da área. (CONDEPHAAT, 1985b).

A entidade que encaminhou o pedido do tombamento e representava os moradores das residências existentes na parte plana aluvionar, abaixo da cota 5 m,

⁵⁸ Aproximadamente, 93% da área de tombamento abrangem as seguintes áreas protegidas: o Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira, os Parques Estaduais "Carlos Botelho", de Jacupiranga, da Ilha do Cardoso, da Serra do Mar, de Ilhabela e da Ilha Anchieta, a Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba, as Reservas Estaduais 2º Perímetro de São Roque, 18º Perímetro de Iguape, de Xituê e de Itatins, a Estação Ecológica da Juréia e as Áreas de Proteção Ambiental de Cananéia, Iguape e Peruíbe e da Serra do Mar.

solicitou a proteção da área em razão da venda das áreas localizadas acima da cota 5 m, pedregosa, íngreme e coberta de floresta que foi dividida em 184 lotes, idealizados pela Companhia de Empreendimentos Brasil S. A., fato comprovado por documentação de compra e venda dos lotes, mesmo localizada em uma área de preservação permanente, segundo o Código Florestal de 1965. Havia fortes indícios de um processo de especulação imobiliária desses morros com a anuência da prefeitura municipal, visto que o Decreto Municipal n. 3.161 de 1º de junho de 1983, declarou os Morros do Monduba ou Toca do Índio, do Pinto e de Icanhema ou Ponta Rasa como interesse para a proteção ambiental, com base no art. 8 da Lei Federal 6.902 de 1981, denominada Política Nacional de Meio Ambiente. Todavia, o Decreto Municipal 3.366 de 13 de dezembro de 1983, excluiu as seguintes áreas, objetos de loteamentos aprovados pela prefeitura: Vila Outeiro e Parque Guaiúba, situados acima da cota 5 m sobre o Morro Icanhema. Dessa forma, os conselheiros do Condephaat deferiram o tombamento dos morros em função, entre outros argumentos, da não conscientização dos órgãos municipais em defender o patrimônio natural:

O CONDEPHAAT deve intervir mais agilmente em casos como este, sobretudo enquanto os órgãos municipais não se conscientizam da importância de defender o Patrimônio Natural, e não impedem que tantos delitos ecológicos sejam cometidos (CONDEPHAAT, 1985b, p. 5-6).

O atributo geomorfológico também conduziu o pedido de tombamento da Serra de Atibaia ou Itapetinga e da Serra do Boturuna, em 1982, e do Morro do Botelho, em 1983. Os pedidos descritos levaram à instituição dessas ANT's, que tiveram suas resoluções publicadas em 1983, para os dois primeiros e, em 1984, para o último exemplo.

Detoni (2008) demonstrou a importância do tombamento natural da Serra do Boturuna, no que diz respeito à recuperação da cobertura vegetal, mesmo com a contradição jurídica contida na resolução de tombamento que permitiu a continuidade das atividades de exploração mineral, visto que tal atividade conduzia à degradação da Serra no seu atributo foco de tombamento, o relevo.

De acordo com o levantamento efetuado por Scifoni (2008), a ameaça ao patrimônio se constituiu no principal fator dos pedidos de tombamento, mais da metade dessas justificativas estavam relacionadas à redução de áreas verdes, fruto

de ações do mercado imobiliário, concessão de áreas públicas aos setores privados, ampliação de áreas construídas e atividades de mineração.

Outro caso de tombamento natural motivado pela tentativa de especulação imobiliária, no Guarujá, foi o do Morro do Botelho ou da Barra Funda. Aberto em 1983, pela munícipe Marília Paiva, o processo de tombamento, junto ao Condephaat, adveio da recusa dos parlamentares de um Projeto de Lei Municipal que modificaria o zoneamento da área próxima ao sopé do morro para de baixa densidade, apesar do empenho dos munícipes.

Marília Paiva iniciou um movimento pelo tombamento do Morro do Botelho buscando evitar que esse modelo de urbanização, que produz um espaço em função das estratégias imobiliárias, transformasse radicalmente o bairro, o que incluía as encostas do Morro. Era uma luta pelo espaço geográfico, na medida em que se questionava a verticalização do bairro que impediria os moradores de ter acesso à vista do morro, aos raios de sol em suas casas, portando, contra a lógica do espaço-mercadoria que retira da sociedade a possibilidade do contato com a natureza, reservando-a como um privilégio de alguns, um privilégio de classe. (SCIFONI, 2006a, p. 124).

O Conselho, ao interpretar o interesse da coletividade, classificou como inquestionável, com base no parecer do Professor Augusto Humberto Vairo Titarelli, a necessidade de preservação de parcela do Morro do Botelho, junto ao bairro da Barra Funda. Visto que já estava aprovado um empreendimento imobiliário que poderia obstruir a visão do morro, adotou-se, então, um projeto que preservaria a paisagem, juntamente com um plano de reurbanização do entorno da denominada “Biquinha da Barra Funda”, assim, a biquinha e o projeto proposto para os lotes passaram a compor a área envoltória da área tombada. Cabe destacar o trecho do parecer que demonstrou o bom senso dos conselheiros do Condephaat:

Aliás, a preocupação em harmonizar o projeto em apreço com o entorno magnífico, representado pela mata da encosta oceânica do Morro do Botelho, constitui indício de que a infatigável pregação do CONDEPHAAT pela recíproca valorização de obras e ambientes, através da hábil integração, já vem produzindo benéficos frutos, pelo que cremos poder congratular. (CONDEPHAAT, 1984b, p. 5).

Os trâmites processuais do tombamento da Serra de Atibaia ou Itapetinga tiveram em sua celeuma jurídica o interesse de apropriação do espaço geográfico para fins imobiliários, em que se vislumbrava a exploração econômica por meio do atributo natural em questão. A solicitação da abertura do processo de tombamento partiu de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) instaurada nos domínios da Câmara dos Vereadores de Atibaia, juntamente com entidades preservacionistas

locais. A CEI teve o intuito de apurar os problemas relacionados ao loteamento executado na área pela “Atibaia Vista da Montanha Imóveis S. C. Ltda.”. A empresa teve o seu loteamento embargado e impetrou um mandado de segurança contra o executivo municipal, em virtude do embargo das suas atividades na área do objeto natural a ser tombado. Dessa forma, o processo de tombamento apresentou uma vasta documentação, composta de pareceres do Ministério Público Estadual e dos professores do Departamento de Geografia da USP, de ofícios referentes à preocupação sobre a integridade ambiental da área e de um conjunto de decretos municipais que consubstanciava o interesse local na proteção ambiental da Serra. Este trecho parecer, assinado pelo Professor Augusto Humberto Vairo Titarelli, que foi favorável ao tombamento natural da Serra, demonstra a complexidade da questão:

Considerando a natureza complexa da documentação podemos concluir pela presença de condições paisagísticas notáveis, submetidas a fortes pressões especulativas, mal contidas pelas inúmeras tentativas públicas da criação de um Parque, definição de uma área de Proteção Ecológica e declaração de utilidade pública, o que recomenda a aplicação deste recurso legal de âmbito estadual que é o tombamento. (CONDEPHAAT, 1983, p. 4).

Nesse último exemplo, é possível descrever o período entre 1978 e 1985 como o de maior influência da Geografia e de suas concepções teórico-metodológicas na construção argumentativa e na aprovação de ANTs, com vistas à consideração do relevo como o elemento estruturador do patrimônio natural. No entanto, posterior a esse tombamento, na década de 1980, ocorreram somente mais duas aberturas de processos tombamentos naturais com foco na temática geomorfológica: o do Vale do Quilombo, em 1987, e o da Serra do Guararu e Vila da Prainha Branca, no Guarujá, em 1988. Visto que a edição da resolução de tombamento desse último só ocorreu na década de 1990, período que se registrou a abertura de somente dois processos que envolviam o relevo, o do Morro do Juquery e Pico Olha D’Água; e o da Cratera de Colônia, na Capital, ambos com resoluções editadas na década de 2000.

O tombamento natural como instrumento social para a garantia da preservação ambiental de um espaço público, por vezes, foi apropriado na construção de um discurso de exclusivista. A questão do acesso ao espaço público e a apropriação coletiva da natureza envolvida no tombamento natural passou por um revés interpretativo no caso da Serra do Guararu, visto que a área margeia os

condomínios de alto padrão, o Iporanga e o São Pedro. Com base no conceito ecológico da capacidade de suporte, o condomínio restringiu o acesso público às praias. “Um controle privado sobre o público visando a garantir a apropriação da natureza como exclusividade de classe, ou seja, a praia e a natureza não são para todos, contrariando o significado maior do que de ser o patrimônio natural.” (SCIFONI, 2006a, p. 125).

No que diz respeito ao Vale do Quilombo, em Santos, um dos objetivos principais do seu tombamento vislumbrou em evitar os projetos imobiliários e o estabelecimento de um distrito industrial na região. Segundo o parecer que contestou os recursos interpostos à proteção ambiental da região (CONDEPHAAT, 1988), assinado pelo professor Titarelli, um pólo industrial nos moldes do Vale do Rio Mogi poderia reeditar os problemas ambientais verificados nessa última localização, em virtude da configuração geográfica e das formas geomorfológicas ali presentes:

O revestimento florestal, ainda presente no Vale do Quilombo, o manteve preservado durante os episódios de chuvas intensas mas não excepcionais, do verão de 1985, quando ocorreram deslizamentos simultâneos e desastrosos no Vale contigo. É oportuno acrescentar que a forte concentração de poluentes no complexo industrial de Cubatão, foi indiscutivelmente o responsável pela degradação da vegetação da Serra do Mar naquele trecho, sujeito à mesma dinâmica climato-hidrológica do Vale do Quilombo, onde a vegetação do alto e médio vale depende, em grande parte, das características ambientais do baixo vale. (CONDEPHAAT, 1988, p. 2-3).

Conforme descrito, o tombamento do Vale do Quilombo foi objeto de seis recursos interposto ao Governador do Estado por parte de proprietários de terra na área, sobretudo, pela Imobiliária Savoy, principal proprietária de espaços no Vale. Entre os argumentos utilizados, havia os que se focaram, no suposto, interesses da, até então estatal, Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), entre os quais, questionava o interesse da empresa em utilizar o recurso hídrico do Vale. Questionou-se também sobre a finalidade de proteger áreas degradadas ou cobertas com vegetação secundária existente, a legalidade do Condephaat em legislar sobre áreas naturais e a ineficiência do tombamento para as ANT's existentes. No primeiro exemplo, o parecer, sabiamente, descreveu que tais áreas desempenhavam importante papel nas estabilidades das encostas de declividade elevada, visto que a proteção de uma área não advém somente em função do seu grau de preservação natural. Já com relação ao segundo aspecto, o documento se

apoiou na legislação de tombamento em que se destacou a exclusividade do Condephaat no tombamento de bens culturais e naturais.

Semelhante à contestação efetuada no momento do tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, também se questionou a necessidade da notificação pessoal e individual aos proprietários de áreas no Vale do Quilombo. Dessa forma, o Conselho refutou o argumento com base na edição da Ordem de Serviço n. 01 de 1982. No documento, argumentou-se sobre o direito de propriedade, recusadas pelo órgão, devido ao interesse da coletividade. Reclamou-se também que se a área fosse importante, teria os seus limites incluídos no tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba. Nesse item, o Conselho descreveu que os limites do tombamento da Serra do Mar foram definidos a partir da implantação dos Parques e Reservas existentes. No entanto, o Condephaat destacou o interesse na proteção de outras áreas do litoral paulista que necessitariam de estudos específicos, como os que ocorreram nos morros do Guarujá.

O tombamento de outros atributos relacionados à temática natural continuou com seu fôlego, até o fim da década de 1980, período em que se destacou e se consolidou como uma nova vertente conceitual denominada de patrimônio ambiental urbano, conforme já se mencionou neste trabalho. Nessa categoria, destacou-se o tombamento de bairros em função das suas características paisagísticas e ambientais. O primeiro processo desse tipo foi o dos bairros dos Jardins, na Capital Paulista, aberto pelo Conselho em 1985, cujo argumento central estava nos aspectos paisagísticos e no seu traçado urbano. Esse tombamento também teve o respaldo metodológico nas diretrizes descritas no Plano Sistematizador das Paisagens Naturais do Estado de São Paulo, em que se considerou a área como de interesse para o tombamento em virtude das paisagens que se constituem exemplos de atuação antrópica, efetuada por meio de manejo relacionado à preservação do espaço territorial e das estruturas sociais. O parecer, emitido pelo Condephaat (1985a), destacou essa vertente na preservação de áreas naturais, o que demonstra o grau de desenvolvimento metodológico e conceitual adquirido por meio dos trabalhos da equipe do órgão de proteção e defesa do patrimônio cultural:

A preservação de áreas naturais – sem dúvida o grande salto qualitativo dos órgãos de preservação – prevê, com efeito, este último aspecto, - o da valorização antrópica – que se enquadra perfeitamente no presente caso, e preenche, no presente processo a única finalidade – a preservação do paisagismo e do traçado urbano.

É o caso do bosque dos jequitibás, em Campinas, como será o caso de qualquer jardim público ou particular, ou de áreas urbanizadas como a aventada por Carlos Lemos – o da Chácara Flora. (CONDEPHAAT, 1985a, p. 3)⁵⁹.

A manutenção da característica residencial dos bairros dos Jardins estava ameaçada devido ao projeto de alteração do zoneamento municipal por meio da criação de corredores comerciais e de serviços na Avenida Europa e na Rua Colômbia.

Contudo, o movimento de proteção que resultou na abertura do processo de tombamento dos bairros dos Jardins motivou-se, principalmente, pelo projeto de construção de um Shopping Center que, na época, já estava em execução e, possivelmente, modificaria as características urbanísticas do bairro. Posteriormente, o local desse projeto passou a abrigar o Museu Brasileiro da Escultura (MUBE).

A questão urbana pode ser percebida nas discussões entre as esferas públicas e suas competências, nos limites dos instrumentos, na especulação imobiliária e na gestão propriamente dita das áreas preservadas. O meio ambiente aparece nos argumentos pela preservação do “verde”, e pela qualidade de vida de uma forma mais ampla, e sobretudo, pelo entendimento de uma relação íntima entre homem e a natureza, e do homem agindo sobre a natureza. As questões relativas à cidadania é mais explícita nas mobilizações sociais, nos posicionamentos dos diversos agentes e na luta pela participação pública nas decisões políticas, mas de certa forma, perpassa outros dois eixos enquanto um direito social à cidade e ao meio ambiente limpo. (PRATA, 2009, p. 82).

A institucionalização do patrimônio cultural por meio tombamento de bairros fez com que essa temática avançasse como um dos elementos da gestão e do planejamento urbano e territorial. Ao incluí-lo como parte do processo de produção e reprodução do espaço urbano, o patrimônio transcende o modelo “pedra e cal” e a sua preservação passa a envolver uma prática social que sustentou o conceito de patrimônio ambiental urbano, assentado, principalmente, no direito social à memória, ou seja, o tombamento dessas áreas não as condicionava a completa imutabilidade,

As práticas de inclusão do patrimônio, como um dos elementos do planejamento urbano, iniciaram-se na década de 1970, no âmbito da Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP), no município de São Paulo, e na Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A. (EMPLASA)⁶⁰, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP).

⁵⁹ Carlos Alberto Cerqueira Lemos Conselheiro do Condephaat.

⁶⁰ Na época Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo

Prata (2009) descreveu as características comuns dos processos de tombamento de bairros, junto ao Condephaat, dos quais, grande parte, foi solicitada por associações de bairros ou por seus moradores que identificavam algum risco à integridade dessas áreas, em função da alteração do zoneamento ou do traçado urbano. O atributo da qualidade ambiental, em razão dos altos índices de arborização, foi um dos argumentos estruturantes na defesa dessas áreas. Ao analisar os processos de tombamento de bairros, a autora procurou agrupá-los segundo as suas diferenças, no tocante à concepção do termo bairro. Assim, verificaram-se características peculiares nos processos de tombamentos dos bairros de Campos Elíseos e Santa Ifigênia: além da iniciativa ter partido do próprio Condephaat, o foco de tombamento se consolidou para a proteção do conjunto de edificações.

Com relação aos processos de tombamento referente aos bairros da Capital, existentes no órgão, Prata (2009) identificou 13 pedidos, até o mês de abril de 2009. Deve-se destacar que somente os bairros dos Jardins e o do Pacaembu tiveram as suas proteções homologadas pelo órgão, outros 6 processos não foram aprovados para o estudo de tombamento e o restante foi arquivado, após os estudos. É importante destacar que 4 bairros tiveram os seus tombamentos homologados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), criado pela Lei Municipal n. 10.032 de 1985, com instalação ocorrida somente em 1988. Dessa forma, o bairro do Sumaré e da City Lapa, que tiveram o arquivamento de seus processos em 2009, no âmbito do Condephaat, foram tombados pelo órgão municipal em 2005 e 2009, respectivamente. Já o Jardim da Saúde e o Jardim Lusitânia, que tiveram negada a abertura de processo de tombamento no órgão estadual, passaram a ser tombados pelo município, em 2002⁶¹.

O parecer do Condephaat (1985a) denominou os bairros dos Jardins como patrimônio ambiental urbano, relacionada à baixa densidade, as áreas verdes que se apresentam conectada ao Parque do Ibirapuera, o que destacava ainda mais a sua função ecológica, além de fazer a menção aos outros bairros projetados pela

⁶¹ O exemplo da Chácara Flora, cujo pedido de tombamento, junto ao Condephaat, ocorreu, em 1986, e o arquivamento se deu, somente, em 1998, demonstrou que esse instrumento de proteção cultural também foi utilizado para a manutenção do caráter privatista do bairro. No entanto, utilizou-se o argumento da qualidade ambiental para justificar a sua proteção, conforme descreveu Prata (2009).

Companhia City⁶², Pacaembu, Alto de Pinheiros e Alto da Lapa. Para Ab'Sáber (2004):

Setenta anos depois do loteamento dos bairros jardins pioneiros, a burguesia esclarecida instalada na região conseguiu o tombamento da estrutura de ruas e do conjunto paisagístico ali implantado, numa vitória cultural histórica contra os especuladores de todos os níveis. Os cidadãos esclarecidos chamados a opinar souberam separar ideologia de sensibilidade e disseram *sim* ao processo de tombamento dirigido pelo Condephaat. Ficou patenteado que, em relação às grandes periferias, monótonas e mal equipadas, o dever dos intelectuais é o de exigir melhorias sucessivas e integradas a favor da população residente. (AB'SÁBER, 2004, p. 150).

A proteção dos bairros dos Jardins foi homologada em 1986. No mesmo ano da abertura desse processo de tombamento, foi aberto o do bairro do Pacaembu, homologado somente em 1991 e que também teve como um dos princípios a não alteração do coeficiente de aproveitamento e ocupação dos lotes. Deve-se destacar que no processo tombamento do bairro do Pacaembu, as características topográficas do bairro constituíram um dos argumentos favoráveis a sua proteção. O traçado urbano do bairro que se adequou à configuração do relevo, onde se demonstra um bom exemplo da relação entre o sítio e a condição. As considerações, expressas na resolução de tombamento do bairro, demonstram a importância do relevo na valorização das suas funções ambientais:

Considerando as extraordinárias finalidades ambientais e paisagísticas decorrentes de implantação do Bairro do Pacaembu nas encostas do vale do Ribeirão de mesmo nome;
Considerando a excelência do traçado urbano e topografia que o caracterizam, decorrentes do loteamento empreendido pela Companhia City de acordo com os princípios básicos da "gardencity" inglesa;
Considerando a significativa taxa de densidade arbórea e alta porcentagem de solos permeáveis capazes de garantir climas urbanos mais amenos para a cidade como um todo [...].
(RESOLUÇÃO SC N. 08 de 1991).

É oportuno destacar o inciso IV do art. 1º da referida resolução que colocou como objeto de tombamento o belvedere, o qual cita como um local privilegiado para a fruição das qualidades paisagísticas e ambientais do bairro. Esse aspecto foi ao encontro dos pressupostos de valorização e de proteção da paisagem, envolvidos nos atributos que foram objeto de tombamento. O dispositivo, ao ser articulado com o art. 4º, que não impõe restrições a venda da propriedade, tampouco que a venda independa da prévia consulta ao Condephaat, sugere o tombamento do bairro com o

⁶² Companhia City São Paulo urbanizou diversos bairros na Capital Paulista.

intuito de proteger as suas características paisagísticas e ambientais, sem fazer com que o acautelamento interfira no seu uso e ocupação. O tombamento dos bairros dos Jardins apresentou o mesmo dispositivo em relação à venda da propriedade, assim, proteção do patrimônio ambiental urbano vinha acompanhada de uma nova ótica de adequação dos dispositivos legais, visto que de acordo com o parágrafo 2, do art. 22, contido no Decreto-Lei Federal n. 25 de 1937, no qual descreveu o fato de a alienação não ser permitida sem previamente os bens seja oferecidos a União, Estados ou Municípios. Porém, sabiamente, as resoluções de tombamentos dos bairros, por considerar outras dimensões e dinâmicas da proteção cultural, lançaram mão dessa prerrogativa, visto que não se referem a apenas uma unidade imóvel.

Deve-se destacar que a administração municipal interpretou que o Condephaat extrapolou a sua competência, no momento em que se impuseram normas em relação ao ordenamento territorial urbano⁶³.

O principal argumento discute se há ingerência estadual em questões municipais: a preservação ao impor restrições urbanísticas estaria entrando na seara do município, que tem a competência para legislar sobre parcelamento, uso e ocupação do solo. (PRATA, 2009, p. 96).

Entretanto, essa nova tipologia de tombamento assentou-se seu arcabouço teórico na política articulada no Condephaat, na qual propusera a proteção e a defesa de áreas de importância natural no contexto de espaços antropizados e que seriam de essencial importância para o equilíbrio ambiental da metrópole. Por outro lado, o patrimônio ambiental urbano se insere numa lógica mundial de preocupação com a qualidade de vida nas metrópoles. Essa busca é materializada na reaproximação do cidadão à natureza, pois o ambiente urbano, na sociedade capitalista moderna, possui o caráter funcional com vistas à reprodução do capital. Os espaços devem ser dispostos e organizados de forma a garantir o fluir e o deslocamento, em detrimento dos espaços da fruição. Daí, o discurso da natureza é encampado pelos movimentos e pode ser interpretado como uma forma de resistência e de retorno à essência humana primordial. Camillo Sitte, no final do século XIX, na percepção das consequências impostas pela sociedade urbano-

⁶³ A recepção do tombamento dos bairros dos Jardins e, posteriormente, do Pacaembu, ocorreu de forma distinta pela administração municipal. Enquanto no primeiro caso, a decisão foi contestada pela gestão do Prefeito Jânio da Silva Quadros, o tombamento do bairro do Pacaembu recebeu apoio da gestão da prefeita Luisa Erundina de Sousa.

industrial no espaço europeu, procurou descrever a relação primitiva entre o ser humano e a natureza:

Em tempos imemoriais, nossos antepassados foram homens das florestas. Hoje somos homens dos edifícios de apartamentos. Apenas isto basta para explicar a atração irresistível que a natureza exerce sobre o morador da metrópole moderna, sempre seduzido pelas áreas verdes, um verdadeiro refúgio contra o moinho de poeira deste oceano de moradias. Isso justifica que o indivíduo urbano, ávido pela natureza, manifeste um grande respeito por cada árvore, por cada pequeno gramado, ou cada vaso de flores à sua volta; de acordo com este sentimento popular, nem sequer um arbusto poderia ser sacrificado em nome das inevitáveis construções na cidade – ao contrário, toda a vegetação existente deveria ser ampliada através de novas arborizações. (SITTE, 1992, p. 165).

As discussões sobre o patrimônio ambiental urbano expôs a fragilidade do principal instrumento para a preservação desses bairros no nível municipal, o zoneamento. As modificações no zoneamento derivavam e derivam dos interesses mercadológicos. O tombamento foi interpretado como a forma mais eficaz de preservar as características ambientais desses bairros e, acima de tudo, como um instrumento de participação social na gestão municipal.

A repercussão dada à proteção das características ambientais dos bairros dos Jardins engendrou a possibilidade de utilização do tombamento como um instrumento eficaz na preservação no patrimônio ambiental urbano. Esses espaços se encontravam sob o risco de conversão em razão dos seus valores de trocas, em detrimento ao seu valor de uso. Assim, no mesmo contexto, foi aberto, em 1986, o tombamento do Parque Aclimação e das suas áreas verdes adjacentes. Tombamento que foi proposto, em 1983, pela sociedade civil e pelo próprio secretário da cultura na época. O Movimento de Defesa do Parque da Aclimação reiterou o pedido, diante do risco da concessão de uma área do parque para entidades particulares. De acordo com o Parecer emitido pelo Professor Titarrelli (CONDEPHAAT, 1986), a documentação apresentada foi muito superior a que seria necessário para justificar a abertura desse processo tombamento. Contudo, em 1983, havia certa dificuldade para enquadrar o problema da proteção do parque na esfera de atuação do Condephaat. Num primeiro momento, buscou-se o amparo legal nas suas características históricas. Entretanto, por meio do embasamento formal nas “Diretrizes para a Formulação de uma Política de Atuação do Condephaat”, aprovado pelo Conselho em 1984, documento que evoluiu conceitualmente nos parâmetros do patrimônio ambiental urbano e influenciou no

tombamento dos bairros dos Jardins, foi possível justificar a proteção na esfera do Condepahaat dessa importante área verde da metrópole.

A proteção das áreas verdes urbanas estava, igualmente, no contexto do tombamento do Haras de São Bernardo ou Chácara da Baronesa, em São Bernardo do Campo, que obteve a abertura do seu processo em 1986. Diferente do Parque da Aclimação, os trâmites processuais do objeto em questão se arrastaram até o ano de 1990, quando foi homologado pelo Conselho e tombado, em virtude do seu interesse turístico, social e científico. A Resolução de Tombamento (Resolução Secretaria da Cultura n. 08 de 1990) propôs, em seu art. 3º, a possibilidade de um plano disciplinador a ser estudado, ou seja, um plano de manejo da área, o que, de certa forma, apresentou-se como um importante dispositivo na proteção de áreas verdes no âmbito do Condepahaat, utilizado também no tombamento da Serra do Japi.

No que diz respeito aos conflitos e às pressões enfrentadas pelo Condepahaat, verifica-se o exemplo do pedido de tombamento do Parque do Ibirapuera, na Capital, feito em 1983, porém, aberto somente 1987, no momento em que o patrimônio público e ambiental estava em risco, em virtude do projeto de construção de um túnel sob parque a ser executado pela prefeitura municipal. O Ministério Público Estadual (MPE) abriu uma Ação Civil Pública com o intuito de analisar o EIA-RIMA da obra. O parecer foi desfavorável em função, principalmente, do descumprimento das normas legais da Resolução CONAMA n. 01 de 1986, o que fundamentou a posição contrária do Condepahaat à obra e gerou uma crise institucional entre prefeitura e governo estadual.

A intervenção do governo do estado se deu por meio de vários expedientes da Secretaria de Cultura, num dos quais se procurou barrar o encaminhamento da posição contrária do Condepahaat à reunião do Consema que deliberaria sobre a aprovação da obra. (SCIFONI, 2006a, p. 139).

Esse episódio caracterizou a forte pressão enfrentada pelo órgão, pois resultou na demissão de toda a equipe técnica de áreas naturais e a substituição, posterior, do presidente do Conselho à época, Paulo Bastos e da secretária da Cultura, Bete Mendes. (SCIFONI, 2006a).

O órgão continuou sua política de proteção de áreas naturais, porém, havia a indicação de um período de intensa pressão.

Já o Parque do Povo⁶⁴, na Capital Paulista, com processo aberto em 1988 e tombamento homologado somente em 1995, além de ampliar os atributos de tombamento, visto que focava na valorização do seu uso com base nos atributos históricos que envolveram o futebol de várzea no Estado, apresentou um conflito conceitual entre os técnicos e a presidência do Condephaat, e assinalou as mudanças das práticas institucionais.

Muitos foram os questionamentos sobre a pertinência do tombamento do Parque do Povo, pois ele nada tem de natureza exuberante, de arborização densa ou excepcional, portanto não se destaca por valores formais. A principal polêmica envolveu a presidência do Condephaat, que defendia posição diversa da equipe de trabalho que estudava o tombamento. (SCIFONI, 2006a, p. 126)

O então presidente José Carlos Ribeiro interpretou que a preservação do espaço correspondia à esfera municipal. Deve-se destacar que o futebol de várzea e o uso dos espaços das planícies fluviais para tal prática faziam parte das demais regiões do Estado e do país. O próprio termo foi cunhado para um contexto específico, hoje é utilizado em qualquer região para exemplificar a prática amadora do futebol, o que demonstra a amplitude espacial da valorização desse patrimônio.

Em relação às demais inscrições no Livro Arqueológico, Etnológico e Paisagístico, as duas últimas ocorreram nos anos de 2011 e 2012 e se referem aos processos de tombamentos do Parque Residencial Saboya, na Capital, e dos Jardins da Orla de Santos, abertos em 1994 e 2001, respectivamente.

Para Scifoni (2008), o aumento do reconhecimento do patrimônio natural, junto ao Condephaat, relaciona-se ao papel que despenhou a sociedade em sua reivindicação, estruturou-o como um fato social, visto que no momento do recuo das forças sociais, restringe-se a amplitude do patrimônio e a sua prática institucional se retrai.

As análises expostas permitem traçar o caminho da incorporação da natureza como um patrimônio cultural mediante as práticas empreendida no órgão de proteção e defesa cultural do Estado de São Paulo. Para isso, o Conselho trabalhou com o conceito de paisagem, sendo um dos atributos cabíveis de proteção cultural existentes nos dispositivos legais.

⁶⁴ Posteriormente, a dimensão simbólica que levou ao seu tombamento foi descaracterizada, sob anuência do Conselho. Um novo parque foi construído, sem considerar a memória dos clubes e dos campos da “várzea” que existiam no local, tampouco se fez um museu para que se pudesse valorizar o imaginário acerca da temática e as formas de apropriação social de determinados espaços na metrópole, em razão de suas características naturais específicas.

Num primeiro momento, os aspectos paisagísticos estavam envolvidos como suporte dos atributos históricos e arquitetônicos. A partir da diversidade de situações, foi necessário desenvolver um embasamento teórico e metodológico conciso que veio por meio das discussões científicas sobre a paisagem, elaboradas na Geografia. Tal demanda culminou com a ampliação das áreas no quadro de conselheiros do órgão que incluiu o Departamento de Geografia da USP (posteriormente, de outras instituições) e a contribuição teórica do professor Aziz Nacib Ab'Sáber.

O trabalho, publicado pelo professor para o Condephaat, em 1977, denominado “Diretrizes para uma Política de Preservação de Reservas Naturais do Estado de São Paulo” (AB’SÁBER, 1977b) tornou-se a primeira referência teórica e metodológica para o tratamento da natureza nas questões do tombamento.

Os trâmites que envolveram o tombamento natural da Serra do Mar e de Paranapiacaba determinaram a necessidade de elaboração de um documento técnico oficial, elaborado por meio de um grupo de trabalho. Assim, com base nas propostas de Ab'Sáber, surgiu a Ordem de Serviço n. 01 de 1982, intitulada “Subsídios para um Plano Sistematizador das Paisagens Naturais do Estado de São Paulo” (CONDEPHAAT, 1982a). A partir de então, esse documento passa a ser o orientador dos processos de tombamentos naturais. A natureza passa a ser tratada, entre outros aspectos, como uma questão de qualidade de vida e o relevo ganha condição ímpar na constituição de determinadas estruturas paisagísticas que contribuíam para a qualidade ecológica natural das áreas naturais estratégicas.

Todavia, as questões estruturais do órgão como um todo fizeram com que se encaminhassem o documento denominado “Diretrizes para a Formulação de uma Política de Atuação do Condephaat”. Esse documento envolveu as questões de ordem técnica e política que contribuíam para que o órgão não trabalhasse em sua plenitude, além de incluir as questões referentes ao patrimônio ambiental urbano.

Mesmo com a existência de instrumentos norteadores para a atuação do órgão na proteção e defesa das áreas naturais, esses tombamentos foram, consecutivamente, diminuindo. Na outra ponta, a estruturação de um sistema nacional de proteção de áreas naturais consolidou-se, a partir da necessidade de incorporação da amplitude cultural no âmbito da preservação ecológica natural, conforme se demonstrará a seguir.

4. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

O objetivo primordial que precede a criação e o desenvolvimento de tipologias de unidades de conservação ou áreas naturais protegidas estava em minimizar a perda de biodiversidade dos diferentes ecossistemas do planeta por meio do acautelamento de áreas primitivas sem atuação ou interferência humana. Nesse contexto, surge a categoria denominada Parque Nacional, com vista a garantir a beleza cênica primitiva de uma região, o que pressupunha, na época, a não ocupação humana. Tal concepção orientou a criação desse primeiro modelo institucionalizado de área protegida, o Parque Nacional Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872.

Com o estabelecimento dos primeiros parques nacionais, a ocupação humana dessas áreas, sobretudo, com populações tradicionais foi colocada em questionamento. Com isso, na Convenção para a Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, ocorrida em Londres, em 1933, o modelo vigente passou por avaliações conceituais.

Até 1933 já haviam sido estabelecidos parques nacionais em várias partes do mundo. Contudo, não estava estabelecido um conceito universal para essa área natural protegida. Com a finalidade definir esse conceito, realizou-se a Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, em Londres. (BRITO, 2003, p. 22 e 23).

Na esteira dessa discussão, deve-se destacar também a Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América de 1940, ocorrida em Washington.

Tais eventos corroboraram com a fundação, durante um Congresso organizado pelo governo francês e a Unesco com o intuito de colaboração internacional para a conservação da natureza, da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), posteriormente, denominada União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), com sede em Gland, na Suíça.

A fundação da UIPN e, posteriormente, UICN objetivava a reunião das nações, dos agentes de governo, de cientistas e de organizações não-governamentais para a aplicação de propostas científicas na promoção e proteção dos recursos naturais e áreas protegidas.

Ainda sobre a denominação de UIPN, criaram-se a lista de espécies ameaçadas de extinção e, na década de 1960, a Comissão de Parques Nacionais e Áreas

Protegidas (CPNAP). A modificação da palavra proteção para conservação, a partir de 1965, na denominação da entidade, sinalizou uma postura voltada para uma diversificação da atuação das questões relativas às tipologias de unidades de proteção da natureza por meio da ampliação de tipologias e inclusão de unidades de manejo sustentável, ou seja, que admitem uma relação harmônica dos seres humanos nos limites das áreas de proteção.

A UICN se tornou uma das principais organizações ambientais do mundo e as suas propostas de categorias de manejo passaram a servir de referência na criação de áreas protegidas no mundo. Assim, as áreas naturais protegidas, que encontravam o seu instrumento institucional no estabelecimento dos Parques Nacionais, passaram a apresentar diferentes categorias de manejo. As proposições da UICN tinham o objetivo de se tornar o marco internacional de referência para as áreas protegidas e um entendimento comum para todos os países.

Entretanto, as propostas do I Congresso de Parques Nacionais da UICN, realizado em Seattle, nos Estados Unidos, em 1962, não acenaram para a diversificação das unidades de manejo. Como destacou Souza (2013):

De forma geral, as recomendações de Seattle demonstram o quanto o pensamento conservacionista ainda estava mais ligado ao modelo clássico no início da década de 1960. A preservação de espécies e habitats, recomendações de ordem administrativa e estrutural e incentivos às medidas de conservação e financiamento para tais áreas estiveram entre os temas destacados pela maioria dos delegados, sendo a maior parte deles da Europa e da América do Norte. Apesar dos debates sobre a necessidade de flexibilização de conceitos e ideias originais relacionadas às áreas protegidas e sobre como o abismo social entre nações prejudicava a conservação da natureza, uma das poucas referências à base do que viria a ser o novo paradigma para a conservação da natureza, ou o paradigma da inclusão, dizia respeito ao estímulo para as atividades multidisciplinares na área ambiental. (SOUZA, 2013, p. 68).

Para Brito (2003), a experiência adquirida em países onde foram implantados os parques nacionais e as recomendações do Congresso de 1962, permitiu a reflexão conceitual que surgiu no momento da realização da 10ª Assembléia Geral da UICN, em 1969, em Nova Delhi. Segundo a autora, considerou-se que o parque nacional é uma área relativamente extensa, composta de biodiversidade e geodiversidade, pouco alterado pela ocupação humana, sendo permitida a entrada para fins educativos, culturais e recreativos. Essa caracterização demonstra uma postura menos ortodoxa e mais participativa na gestão dos Parques Nacionais, porém, do ponto de vista conceitual, seria necessário desenvolver novas formas de

acautelamento natural que se preocupassem com o ambiente e as suas relações sociais.

O processo de diversificação de propostas de tipologia de áreas de proteção natural ganhou importantes recomendações na 11ª e 12ª Assembléias da UICN. A 11ª recomendou a incorporação oficial do princípio do zoneamento e a 12ª dispôs que as áreas naturais protegidas não deveriam resultar na desagregação cultural e econômica dos grupos existentes, desde que tais comunidades não influenciassem na integridade ecológica das áreas. Contudo, a principal conquista com relação à multiplicidade conceitual de áreas de proteção veio com a criação do sistema normativo de áreas protegidas na UICN de 1978. Tal sistema passou por uma revisão de possibilidade de categorias de proteção, em 1994, mas não considerou o patrimônio natural como uma categoria de manejo.

Com relação às categorias de manejo recomendadas pela UICN, segundo a compilação das informações do seu portal da internet ([/www.iucn.org/es](http://www.iucn.org/es)) e da coleta de informações de diferentes fontes bibliográficas, verificou-se que o organismo aponta para os seguintes grupos:

- Proteção Estrita:
 - Inclui-se a Reserva Natural Estrita, caracterizada pelo seu valor ecossistêmico significativo, que advém dos seus aspectos biológicos ou geológicos. Necessita de monitoramento ambiental e de pesquisa científica. Pressupõe características extraordinárias de geodiversidade;
 - Área Selvagem que corresponde a uma grande extensão de terra ou mar, sem intervenção ou com pouca intervenção antrópica, tendo o objetivo de garantir a condição natural, logo, deve estar livre de infraestrutura moderna; e
 - Parque Nacional que se refere a uma área natural de terra ou mar com o intuito de proteger a integridade ecossistêmica, a visitação, a pesquisa, a recreação e o espiritualismo de acordo com a compatibilidade. Assim, essas áreas comportam a educação e o uso recreativo com o intuito de proteção da biodiversidade.
- Conservação e Proteção de Ecossistemas:
 - Monumento Natural - insere-se nessa categoria uma área que possui características naturais e culturais de valor significativo dado a sua

raridade estética. Nesse contexto, pressupõe que a área possua uma significância cultural existente com características naturais específicas sobressalentes de biodiversidade e habitats a ele associados.

- Conservação Mediante Manejo Ativo:
 - Área de manejo de habitat/espécie para garantir a manutenção de habitats ou satisfazer a necessidade de espécies com o objetivo de manter, de conservar e de restaurar espécies e habitats.
- Conservação de Paisagem Terrestre e Marinha e Recreação:
 - Paisagem terrestre e marinha protegida em que existam valores criados pela interação humana com a natureza mediante práticas de manejo tradicional;
 - Paisagem de Costa Protegida - local constituído de uma interação em área costeira que garantiu um caráter estético e uma população tradicional; e,
 - Área Protegida de Manejo de Recursos - sistemas naturais não modificados manejados para garantir a diversidade biológica. Também supre o fluxo de produtos naturais para satisfazer a necessidade da comunidade.

Apesar de não mencionar diretamente a expressão patrimônio natural, essa tipologia de proteção natural possui algumas afinidades no grupo Conservação e proteção de ecossistemas, proposto pela UICN, no qual se propôs como categoria de manejo o Monumento Natural. Entretanto, o patrimônio natural não se relaciona somente com a sua significância natural, associada à raridade estética. Se fosse utilizado o termo patrimônio, ao invés de monumento, poderiam se ampliar as possibilidades de inclusão de áreas de manejo, além, de ir de encontro às novas práticas de preservação do patrimônio cultural. Já o SNUC também optou por manter a denominação Monumento Natural e não dispôs sobre a inclusão das ANT's, como uma categoria de manejo, conforme mencionado.

4.1. Espaços territoriais especialmente protegidos e unidades de conservação

A expressão Unidades de Conservação (UCs) sugere um conteúdo conceitual relacionado ao emprego de diretrizes de manejo de proteção da natureza de dupla função: a preservacionista e a conservacionista. Nessa última referência, predispõe

o manejo dos recursos naturais por meio do equilíbrio entre a ação antrópica e a capacidade de suporte do meio natural. Dessa forma, o conceito de unidade de conservação, além de recente, corrobora com o desenvolvimento de novas formas de se pensar a proteção da natureza.

Do ponto de vista jurídico, a sentença UCs apresenta a sua descrição conceitual somente a partir da edição da Lei Federal n. 9.985 de 2000, que instituiu o SNUC e definiu, no inciso I, do art. 2º, uma unidade de conservação como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Entretanto, as diferentes legislações já utilizavam o termo para se referir a uma área protegida com o objetivo de conservação ambiental e se destacam as seguintes Resoluções emitidas pelo Conama:

- Resolução n. 10 de 1986 que criou uma comissão especial para elaborar um anteprojeto de lei que dispunha sobre as unidades de conservação;
- Resolução n. 19 de 1986 que solicitou o encaminhamento do executivo ao legislativo do projeto de lei que dispunha sobre as unidades de conservação;
- Resolução n. 11 de 1987 que declarou como unidades de conservação determinados sítios ecológicos de relevância cultural;
- Resolução n. 10 de 1988 que definiu os objetivos das APAs, enquanto unidades de conservação;
- Resolução n. 11 de 1988 que dispôs sobre as queimadas de manejo em unidades de conservação;
- Resolução n. 12 de 1988 que declarou as Áreas de Relevante Interesse Ecológico como unidades de conservação;
- Resolução n. 13 de 1990 que estabeleceu as normas referentes ao entorno das unidades de conservação; e
- Resolução n. 2 de 1996 que tratou da implantação de unidades de conservação como reparação de danos ambientais.

A questão da definição e da diferenciação sobre o que se entende como unidades de conservação e espaços territoriais especialmente protegidos suscitaram

alguns debates na esfera jurídica, principalmente, em se considerar ou não as APPs e as Reservas Legais como UCs.

A Constituição Federal (CF), no art. 225, Capítulo VI, do Meio Ambiente, garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e definiu determinadas formas para assegurar tal princípio. Entretanto, não se menciona, especificamente, a expressão UCs, mas sim espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos como um dos instrumentos utilizados.

O referido dispositivo constitucional foi de encontro aos preceitos da Lei Federal n. 6.938 de 1981 (alterada pela Lei Federal n. 7.804 de 1989) que instituiu a denominada Política Nacional de Meio Ambiente e formulou as diretrizes básicas das políticas de proteção e de conservação da natureza no país. Esse dispositivo legal também não faz referência às UCs, mas a proteção ou preservação de áreas.

Neste trabalho, a definição de UCs relaciona-se a um espaço territorial protegido pela administração estatal ou de reconhecimento do Poder Público, dotado de atributos naturais ou de dimensões culturais de apropriação da natureza em que se aplicam determinados instrumentos de manejo com vistas à preservação e/ou à conservação.

Diante do exposto, deve-se esclarecer o que se entende como Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEPs) ou mesmo a compreensão conceitual de áreas protegidas. Pressupõe que as áreas protegidas, no contexto de proteção natural, seja qualquer espaço que possua um regimento institucional diferenciado em relação ao direito de propriedade, o que também envolve um uso e uma ocupação restrita. Assim, determinados espaços devem possuir a limitação quanto ao direito de propriedade para que, no caso específico, cumpra uma função ambiental e satisfaça o princípio constitucional do Poder Público em garantir o ambiente ecologicamente equilibrado. O sentido ecológico, nesse contexto, ultrapassa os condicionantes biológicos e inclui processos e espaços de reprodução e produção cultural. Como exemplos espaciais de referência cultural, destacam-se as Terras Indígenas e os Territórios Quilombolas.

Já os ETEPs possuem uma extensão tipológica mais ampla, pois, além de considerar as áreas protegidas, o seu conteúdo conceitual define-se pela proteção dos recursos naturais e do ambiente, tendo como base o sentido ecológico ampliado do termo. Dessa forma, nesses espaços podem ser incluídas as UCs e as áreas que

asseguem a proteção de distintos recursos naturais e paisagísticos, tais como, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais das propriedades agropecuárias.

É importante também se ater ao termo territorial, pois pressupõe uma delimitação e uma ação estatal na sua proteção. Pereira e Scardua (2008), ao analisar as implicações jurídicas da utilização do conceito de ETEPs, destacam que um dos critérios para a sua caracterização é a definição de tais espaços pelo poder público. Podem, assim, ser públicos ou privados, mas devem ser definidos pelo poder público. Entretanto, tais autores frisam que os ETEPs conferem proteção especial ao meio ambiente, no sentido mais amplo do termo, o que inclui a inserção dos aspectos culturais estruturantes desse ambiente.

Posto nesse contexto, a Lei Federal n. 9.985 de 2000 não regulamenta, conforme está descrito, o artigo constitucional n. 225, mas trata de um dos espaços territoriais, ou seja, os que são estabelecidos por meio das categorias de UCs. Dessa forma, as ANTs não se constituem, segundo a legislação federal, como unidades de conservação, mas se enquadram como um ETEP, o que, do ponto vista legal, as incluem como áreas protegidas, em seus aspectos técnicos. Cabe aqui mencionar a Lei Estadual n. 9.905 de 1997 que dispôs sobre a Política Estadual de Meio Ambiente. O inciso IV do art. 3º considerou as UCs, ANTs e as Áreas de Proteção aos Mananciais, além de outras previstas na legislação pertinente, como ETEPs. Nesse sentido, ao definir, no inciso V, as tipologias de UCs, não se incluiu as ANTs.

Deve-se ressaltar que a não inclusão das ANTs como uma categoria de UCs não diminuiu, legalmente, a sua importância, visto que a legislação a considera como um ETEP, dotado de um expediente particular. Todavia, a inserção dessa tipologia de espaço protegido entre as categorias de UCs poderia lhe atribuir uma relevância jurídica especial e valorização técnica, além de incorporar a tal prática de acautelamento, os procedimentos legais de gestão ambiental por meio da elaboração de um plano de manejo.

4.2. Unidades de conservação no Brasil

Mesmo com a criação do Serviço Florestal do Brasil, em 1921, o primeiro instrumento jurídico nacional de proteção da natureza foi o Código Florestal de 1934.

Esse decreto não determinou unidades de manejo propriamente ditas, porém, apresentou uma classificação de tipologias florestais a serem protegidas, constituídas pelas florestas protetoras, as remanescentes, a modelo e a de rendimento. As florestas remanescentes, entre outras características, relacionavam-se aos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais. O Código de 1934 também dispunha sobre a proibição do exercício de qualquer espécie de atividade contra a flora e a fauna dos parques estabelecidos.

O Código Florestal de 1934 também trazia no seu texto legal algumas contradições instrumentais. O art. 51 permitia os proprietários de florestas heterogêneas a transformarem em homogêneas para a maior facilidade de sua exploração industrial. Outro aspecto que chama a atenção nesse dispositivo legal é sobre a, atualmente denominada, Reserva Legal. O art. 23 descreveu a possibilidade de corte de três quartos de mata da vegetação existente, ou seja, estabeleceu a proteção de um quarto da vegetação existente na propriedade sem mencionar se é a partir da promulgação daquele Código, diferente do texto do Código Florestal de 1965 que dispôs uma área de mínima preservação da propriedade, conforme região do país, a título de Reserva Legal.

Com relação à criação dos parques nacionais, no final da década de 1930, estabeleceram-se os três primeiros: em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia; em 1939, o Parque Nacional do Iguaçu; e o da Serra dos Órgãos. Após um período de 20 anos, foi criado o quarto parque nacional, o de Ubajara, no Ceará, em 1959.

O processo de definição de áreas protegidas ganhou um importante instrumento legal após a aprovação, segundo o Decreto Legislativo n. 3 de 1948, da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América Latina de 1940. Tal Decreto definiu o conceito das seguintes regiões de proteção: os Parques Nacionais, as Reservas Nacionais, os Monumentos Naturais e as Reservas de Regiões Virgens. Entretanto, os conceitos, então, estabelecidos, não se relacionavam ao interesse cultural da natureza e reafirmavam o interesse em preservar as áreas sem ocupação humana.

A edição de um novo Código Florestal, em 1965, trouxe uma novidade com relação às categorias de preservação: além das áreas de proteção integral, o dispositivo legal descreveu a possibilidade de áreas de manejo sustentável. No seu art. 5, o texto legal declarou que caberia ao poder público criar as seguintes áreas

de proteção: Parques Nacionais, Estaduais, Municipais e Reservas Biológicas, como áreas de proteção integral e as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, que permitem o seu fim econômico.

A Lei Federal n. 5.197 de 1967 que dispôs, entre outras matérias, sobre a proteção da fauna, proibiu às atividades de caça, apanha e introdução de espécies nas Reservas Biológicas Nacionais, Estaduais e Municipais, além de estabelecer que o poder público pudesse criar os Parques de Caça Federal⁶⁵, Estadual ou Municipal. Nesse mesmo ano, a maior parte das unidades de proteção da natureza nacional passa a ser administrada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), inclusive os denominados Parques de Caça.

Após o fervor das discussões impostas pela I Conferência de Meio Ambiente da ONU de 1972, que refletiu na criação no Brasil da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)⁶⁶, vinculada ao Ministério do Interior, em 1973, e o aceno da abertura democrática no país, no início da década de 1980, foram promulgados dois dispositivos legais importantes para a proteção da natureza: a Lei Federal n. 6.902 de 1981 que dispôs sobre a criação de Estações Ecológicas e de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), e a Lei Federal n. 6.938 de 1981, denominada Política Nacional de Meio Ambiente.

Cabe ressaltar que, em 1979, foi aprovado o regulamento dos Parques Nacionais do Brasil⁶⁷, no qual se estabeleceram normas e a caracterização legal dessas áreas de proteção. Esse dispositivo legal confirmava o caráter de excepcionalidade dos atributos naturais dos Parques Nacionais. Contudo, propunha a elaboração de planos de manejo e do consequente zoneamento de sua área territorial com base nas seguintes zonas: intangível, primitiva, uso extensivo, uso intensivo, histórico-cultural, recuperação e uso especial. Com exceção da Zona Intangível e da Zona de Recuperação, as demais unidades de zoneamento deveriam comportar, em diferentes graus, as intervenções humanas. A incorporação de valores histórico-culturais refletiu o importante papel das políticas ambientais no âmbito cultural, exercidas, até aquele momento, pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural. Verificou-se que conceitualmente o Parque Nacional pressupôs a

⁶⁵ Não há registros da criação desse tipo de parque.

⁶⁶ Decreto Federal n. 73.030 de 1973. Havia unidades de conservação sob as tutelas da SEMA, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁶⁷ Decreto Federal n. 84.017 de 1979.

existência de interesses científicos, culturais educativos e recreativos, que já eram considerados como os princípios para a criação das ANT's.

Em relação à Lei Federal sobre a criação de Estações Ecológicas e APAs, deve-se destacar a importância do texto ao mencionar a possibilidade do uso sustentável e do zoneamento ambiental das áreas propostas.

Já a Política Nacional do Meio Ambiente assegurou o zoneamento ambiental dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos dentre os instrumentos políticos de ação. Tais espaços se referem às APAs, às Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs) e às Reservas Extrativistas, instituídas pelo poder público federal, estadual e municipal. Assim, as ARIEs foram definidas por meio do Decreto Federal n. 89.336 de 1984, que também incluiu dispositivos sobre entendimento das Reservas Ecológicas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o processo de incorporação do ser humano, juntamente com as formas de proteção da natureza se deu de forma lenta, sendo fruto de um modelo de Parque Nacional que excluía as atividades humanas e que se mostrou falho. Contudo, mesmo com a elaboração dos dispositivos legais, faltava ainda estruturar as unidades de conservação, conforme um sistema, cujo objetivo de manejo abrangesse um amplo espectro de possibilidades.

Estimulado pelas diretrizes da UICN para o estabelecimento de unidades de conservação de 1978, e, segundo Brito (2003), pelo estudo intitulado *Uma análise de prioridades em conservação da natureza*, de Wetterberg *et alii*, de 1976, o IBDF, com o apoio da Organização Não Governamental (ONG) Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), elaborou a I Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil, em 1979.

Pode-se dizer que foi a partir dessa data que ficaram explícitas oficialmente as bases conceituais nas quais o poder público federal já vinha e continuaria se apoiando, para o estabelecimento e gestão de unidades de conservação. Até então, era possível reconhecer as influências de conceitos e diretrizes internacionais (UICN e FAO – Food and Agriculture Organizations -, principalmente), apenas se observadas e analisadas as práticas aplicadas pelas instituições nacionais de meio ambiente, na criação e gestão de unidades de conservação (escolha de extensas áreas pouco habitadas, realocação de ocupantes, aquisição das suas terras pelo poder público, elaboração de planos de manejo, etc.). (BRITO, 2003, p. 61).

Após a edição da Política Nacional de Meio Ambiente, foi elaborada, em 1982, a II Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil (BRITO, 2003). De acordo com Brito (2003), além da definição de critérios técnico-científicos

para a indicação e a implantação de unidades de conservação, o Plano propôs a criação de novas categorias de manejo, pois as existentes não atingiam os objetivos nacionais de conservação da natureza, juntamente, com o número excessivo de terminologias para as unidades, consideradas não consensuais quanto à sua definição. Ainda para Brito (2003), a proposição do Plano também se relacionava à sobreposição de unidades de conservação de fins diversos e à confusão das atribuições no âmbito das esferas de administração públicas executivas.

Outro instrumento legal que corroborou para a estruturação do SNUC foi a edição da Resolução CONAMA n. 10 de 1986 que dispôs sobre a criação de uma comissão especial com o objetivo de elaborar um anteprojeto de lei com o intuito de regulamentar sobre as unidades de conservação. Já a Resolução CONAMA n. 19 de 1986 solicitou ao executivo federal o encaminhamento de um projeto de lei que dispusesse sobre as unidades de conservação.

Com a conclusão das duas etapas do Plano e a publicação das resoluções citadas, em 1988, o IBDF e a SEMA assinaram um protocolo de intenções com a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) para elaboração da revisão conceitual, juntamente com atualização das categorias de UCs, o que decorreu na publicação do trabalho intitulado Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): Aspectos Conceituais e Legais. O trabalho apresentou também duas versões de anteprojetos de leis que serviram como base, após inúmeras modificações para a Lei Federal n. 9.985 de 2000, que dispôs sobre o SNUC (PÁDUA, 2011).

Apesar de definir diferentes categorias de manejo, o SNUC apresenta no cerne de seu objetivo os propósitos fundamentais de proteção natureza por meio de UCs voltados, de forma enfática, à diversidade biológica ou aos aspectos ecológicos naturais. No que diz respeito à dimensão natural do patrimônio cultural, cabe destacar o inciso VII do art. 4 da referida Lei Federal, em que se colocou como um dos objetivos do SNUC a proteção das características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural. Entende-se, assim, que o documento legal possui princípios para a proteção do patrimônio natural e envolve a aplicação dos procedimentos específicos de manejo existentes no SNUC.

Já no correspondente à paisagem, o SNUC apresenta uma visão ortodoxa ao ressaltar a vertente natural do conceito. Segundo o objetivo descrito no inciso VI do

mesmo artigo mencionado, a Lei visa proteger paisagens naturais pouco alteradas de notável beleza cênica.

Pádua (2011) propõe que as categorias de manejos existentes no SNUC deveriam ser reduzidas, pois muitas delas possuem objetivos semelhantes e outras, segundo uma visão crítica da autora, não são exatamente de UCs. Para a pesquisadora, os seguintes grupos possuem objetivos similares: as Reservas biológicas e as Estações Ecológicas; as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável⁶⁸; Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Refúgio de Vida Silvestre.

A categoria Área de Proteção Ambiental (APA) acabou sendo amplamente utilizada e seu sentido foi desvirtuado. Segundo Pádua (2011), essa categoria de manejo deveria ser aplicada no sentido de ser uma zona tampão aplicada em categorias de proteção integral com intuito de se criarem corredores ecológicos, semelhante às propostas durante os estudos para a criação da ANT da Serra do Mar e de Paranapiacaba. Na prática, devido à sua fácil implementação, visto que não decorrem em desapropriações, tal categoria se tornou uma opção para aumentar as estatísticas de áreas protegidas no Brasil. Juntam-se também ao fato da dificuldade enfrentada na regularização fundiária nas categorias de proteção integral. Ainda de acordo com Pádua (2011), as Florestas Nacionais (FLONAS) possuem a função de serem reguladoras do mercado madeireiro, o que foge ao objetivo do SNUC que é a conservação da biodiversidade. Entretanto, acredito haver um equívoco quando a autora afirma que as Reservas Extrativistas (RESEX) não são um instrumento de política ambiental, mas de política agrária, conforme descrito:

De fato, em especial as reservas extrativistas, são estabelecidas para beneficiar certas populações, ditas tradicionais, em detrimento do bem-estar de outros. O Estado fornece enormes áreas a pequenos grupos humanos, para que eles façam, com caráter exclusivo, sua exploração pretensamente “sustentável”. Mas, os extrativistas fazem chácaras, criam gado, exploram borracha que vendem a preços subvencionados, assim como castanha e outras plantas, pescam e caçam, pois podem fazê-lo à vontade e alguns até estabelecem piscicultura ou, cada vez mais praticam exploração florestal. Também se constroem nesses locais estradas, postos médicos, escolas e recebem assistência técnica gratuita. Reserva Extrativista não passa de um instrumento de reforma agrária. Em

⁶⁸ Apesar da semelhança de objetivos entre as Reservas Extrativistas e as de Desenvolvimento Sustentável, existem diferenças em relação às tipologias de uso da terra permitida em seus limites territoriais. Por exemplo, numa Reserva Extrativista não é permitida a exploração de atividade de mineração, ao contrário do que ocorre numa Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

assim sendo não deveria ser considerada uma unidade de conservação. (PÁDUA, 2011, p. 27).

Apesar de a criação da categoria de manejo Resex ser estruturada no bojo da reforma agrária dentro do movimento dos seringueiros da Amazônia, sugere-se que tal interpretação é muito generalista, visto que, como nas demais categorias de manejo, são necessárias medidas de planejamento das atividades nos limites territoriais desses espaços territoriais. Possivelmente, a gestão e o caráter de preservação natural de uma Resex se tornam muito mais fácil, no momento, em que ocorra a percepção ambiental dessas comunidades. Deve-se observar também que, em regra, os impactos ambientais negativos das atividades extrativistas não chegam nem de perto às diferentes degradações geradas por um grande empreendimento capitalista.

Tal perspectiva contribui para uma visão de um sistema de unidades de conservação voltada à proteção somente das questões de biodiversidade, o que, na concepção deste trabalho, foge aos princípios de ampliação de possibilidade que deveriam nortear a estrutura institucional de áreas de proteção ambiental. Nesse contexto, apesar do caráter diverso do SNUC que considera dois grupos de categorias: as de proteção integral, ou uso indireto e as de desenvolvimento sustentável, ou uso direto. O texto legal não apresentou uma tipologia de unidade que se atrelasse a preservação da natureza no âmbito cultural.

A Lei Federal n. 9.985 de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e regulamentou parcialmente o parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII do art. 225 da Constituição Federal, ao dispor sobre os critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação, determinou que as UCs circunscrevessem um espaço territorial de limite definido e os seus recursos ambientais. Tal espaço deveria possuir características naturais relevantes que se aplicariam garantias de proteção. O Quadro 6 apresenta as categorias de manejo e a sua divisão em unidades de proteção integral e de uso sustentável com o intuito de fornecer um panorama geral sobre os objetivos e os regimes de propriedades admissíveis.

Quadro 6 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: grupos, categorias, objetivos e regimes de propriedade

Grupo	Categoria	Objetivo	Regime de propriedade admissível
Proteção Integral	Estação Ecológica (ESEC)	Preservar a natureza; Realizar pesquisas científicas	Posse e domínio públicos
	Reserva Biológica (REBIO)	Preservar biota e demais atributos de forma integral	Posse e domínio público
	Parque Nacional (PARNA)	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica	Posse e domínio públicos
	Monumento Natural (MN)	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica	Domínio público ou privado; Desapropriação quando incompatibilidade das atividades privadas da área
	Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Proteger ambientes naturais assegurar a reprodução e existência de espécies da flora e fauna local ou migratória.	Domínio público ou privado; Desapropriação quando incompatibilidade das atividades privadas da área
Uso sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)	Em geral extensa e com certo grau de ocupação humana com atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais de importância para a qualidade de vida e para o bem-estar das populações humanas	Domínio público ou privado
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Em geral área de pequena extensão pouca ou nenhuma ocupação humana Características naturais extraordinárias Abriga exemplares raros da biota regional	Domínio público ou privado
	Floresta Nacional (FLONA)	Cobertura florestal de espécies predominantemente nativas	Posse e domínio públicos
	Reserva Extrativista (RESEX)	Área utilizada por populações extrativistas tradicionais; Subsistência extrativismo e complemento na agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte	Domínio público com uso concedido às populações extrativistas tradicionais
	Reserva de Fauna (REFAU)	Área natural com populações de animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias; Adequadas para estudos técnicos científicos sobre manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos	Posse e domínio públicos
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Preservar a natureza; Assegurar as condições e os meios necessários para reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais; Valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por tais populações	Domínio público; Desapropriação de áreas particulares quando necessário
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Conservar a diversidade biológica	Domínio privado gravado com perpetuidade

Elab. Detoni, S. F. (2015) – Fonte: Lei Federal n. 9.985 de 2000

De forma geral, a visitação em UCs possui diferentes graus de restrições, sendo normatizada a partir dos planos de manejo ou dos seus regulamentos específicos. Os Parques Nacionais admitem recreação e atividades de turismo ecológico. Com relação à pesquisa científica, a atividade está sempre condicionada à autorização prévia.

Visto que existe certa diversidade de objetivos das diferentes categorias de manejo e que o patrimônio natural, sempre no contexto de sua dimensão cultural, não é contemplado em nenhum dos objetivos do texto legal, a inclusão da categoria de proteção tombamento natural é justificável. Corrobora-se com a afirmação de Quintão (1984) de que as UCs se constituem num patrimônio cultural, pois, de forma direta ou indireta, contribui para que não se perca, em função da apropriação da natureza, as qualidades e o comportamento de cadeias biológicas.

Em certa perspectiva, sugere-se que o texto do SNUC sofreu certa influência do modelo de unidades de conservação elaborado pelo UICN, que não contempla essa categoria de proteção que foi amplamente utilizada no Brasil, especificamente, no caso paulista, visto que tal questão também passa pelo o que se compreenda conceitualmente como unidade de conservação da natureza e espaços territoriais especialmente protegidos.

4.3. Unidades de conservação no Estado de São Paulo

O primeiro parque estadual criado em São Paulo foi o de Campos do Jordão, em 1941. Já a primeira lei estadual a dispor sobre determinadas tipologias de unidades de conservação foi a de número 6.884 de 1962. O texto legal tratou, especificamente, dos parques e florestas estaduais e dos monumentos naturais.

A discussão da temática ambiental, na década de 1970, encontrou um cenário propício no Estado de São Paulo, sobretudo, pelos índices de poluição da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e da Baixada Santista. A degradação ambiental permitiu a inclusão da proteção dos recursos naturais como política de estado, conforme já se demonstrou. A necessidade de se criar instrumentos de licenciamento permitiu o desenvolvimento das estruturas ambientais que se tornaram referência para o restante do país.

O primeiro passo veio com a criação do Centro Tecnológico de Saneamento Ambiental, por meio do Decreto Estadual n. 50.079 de 1968. Já a ação política tem o

seu primeiro instrumento legal a partir da edição do Decreto-lei Estadual n. 195-A de 1970 que dispôs sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores, controlado pelo Fomento Estadual de Saneamento Básico (FESB). Alguns meses depois, foi criada, pelo Decreto-lei Estadual n. 232 de 1970, a Superintendência de Saneamento Ambiental (SUSAM). Tais órgãos culminaram com a formação da Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição das Águas, cuja denominação foi alterada para Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente, em 1975, e Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), na década de 1980, órgão que é responsável pela fiscalização, o controle e o licenciamento de atividades, potencialmente, poluidoras.

Nesse primeiro momento, as questões ambientais estavam condicionadas controle de poluentes que foram integrados a outros dispositivos legais para conter o avanço dos altos índices de poluição industrial no Estado.

Com relação às áreas destinadas ao acautelamento ambiental, ou unidades de preservação do Estado, na década de 1980, descreviam-se as seguintes tipologias: Áreas Naturais Tombadas (ANTs), Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs), Áreas sob Proteção Especial (ASPES), Estações Ecológicas, Parques Estaduais e as Reservas Biológicas, Florestais e Indígenas (SÃO PAULO, 1987).

A maior parte dessas unidades estava sob tutela do Instituto Florestal (IF), órgão ligado, até então, à Secretaria da Agricultura que, dessa forma, propunha a criação dos Parques e Reservas Florestais Estaduais, naquele momento, visto que tal atribuição era delegada pelo Governo Federal e tinha como instrumento legal o Código Florestal e o Código de Caça e Pesca.

Essa competência federal em criar espaços naturais protegidos gerou certo questionamento sobre a jurisdição do Condephaat na criação de ANTs, conforme demonstrou o documento (CONDEPHAAT, 1977), pois algumas interpretações colocavam-na como prerrogativa exclusiva da Secretaria de Agricultura em legislar sobre as florestas no âmbito estadual.

O processo de redemocratização e a descentralização política permitiram a montagem de uma nova estrutura institucional na esfera ambiental no Estado de São Paulo, a partir da criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente

(CONSEMA), no início da gestão do governador André Franco Montoro, em 1983. Deve-se destacar que a abertura política possui um dos seus pilares de ação na questão ambiental, refletida numa das principais temáticas abordadas na campanha de Franco Montoro ao governo. A criação do Consema contribuiu para o estabelecimento, em 1986, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SMA) e do Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Vinculado à SMA, o IF passou a administrar as áreas de preservação do Estado. No mesmo ano, é criada pela Lei Estadual 5.208 de 1986 a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal - FF), também ligada à SMA e que, posteriormente, passou a ser responsável pela administração e pela gestão por mais de 70% das unidades de conservação estaduais, conforme expresso na Tabela 5.

Tabela 5 - Jurisdição das unidades de conservação estaduais

Espaços Protegidos	Fundação Florestal	Instituto Florestal	Instituto de Botânica	Instituto de Zootecnia	Porcentagem
APAs Marinhas	3	0	0	0	1,72%
Área de Proteção Ambiental	27	0	0	0	15,52%
Área de Relevante Interesse Ecológico	4	0	0	0	2,30%
Estações Ecológicas	16	10	0	0	14,94%
Estações Experimentais	0	18	0	0	10,34%
Florestas Estaduais	1	14	0	0	8,62%
Hortos Florestais	0	2	0	0	1,15%
Parques Estaduais	28	1	0	0	16,67%
Reserva Biológica	0	0	2	3	2,87%
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	5	0	0	0	2,87%
Reserva Extrativista	2	0	0	0	1,15%
Reserva Particular do Patrimônio Natural	38	0	0	0	21,84%
Viveiros Florestais	0	2	0	0	1,15%
Total por instituição	124	45	2	3	100,00%
Total Geral	174				

Org. por Detoni; Fonte: www.fflorestal.sp.gov.br, www.iflorestal.sp.gov.br, www.botanica.sp.gov.br, www.iz.sp.gov.br

Em 1985, as matas da Fazenda Experimental de Sertãozinho e da Estação Experimental de Andradina foram transformadas em Reservas Biológicas,

posteriormente, em 1986, as matas da Estação Experimental de Pindorama também passaram a serem abrangidas por esse instrumento jurídico de preservação, que conjuntamente, são as únicas UCs sob tutela do Instituto de Zootecnia (IZ), órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Há mais duas Reservas Biológicas Estaduais, a de Mogi-guaçu e a do Alto da Serra de Paranapiacaba, geridas pelo Instituto de Botânica (IBOT)⁶⁹.

As ANT, na jurisprudência do Estado de São Paulo, sempre foram consideradas unidades de preservação da natureza, visto que o histórico da criação das áreas protegidas estaduais está intimamente ligado ao estabelecimento desse tipo de espaço de proteção natural. Antes da estruturação conceitual da noção técnica sobre o que se considerava como unidades de conservação, tais áreas eram denominadas como Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, assim como, as demais tipologias das áreas protegidas por meio dos distintos instrumentos legais. Entretanto, a sua vinculação à esfera de ação das políticas culturais, a limitação da compreensão teórica dos atributos que a constituem e a execução de políticas governamentais imprimiu a execução de um processo de desregulamentação desses espaços.

⁶⁹ Leis Estaduais n. 4.557 e n. 4.920 de 1985 e n. 4.960 de 1986. Somente a Reserva Biológica de Andradina constava, até 2015, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), dispositivo previsto no art. 50 do SNUC.

5. ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DO PATRIMÔNIO NATURAL

5.1. Subdivisões temáticas do patrimônio natural: o geomorfológico e o geológico

A Convenção do Patrimônio Mundial denota à temática natural o interesse paisagístico, ecológico e científico. Nesse sentido, a primeira questão que vem à tona, na avaliação dos sítios e dos objetos dessa categoria, refere-se à determinação de os atributos a serem considerados na homologação da tutela internacional desses bens.

As análises dos patrimônios naturais nas diferentes esferas institucionais pressupõem o relevo como um dos componentes essenciais nessa determinação. Os dados referentes à lista da Unesco, aos bens naturais tombados pelo Iphan e, sobretudo, ao histórico da criação de ANTs no órgão de defesa e proteção do patrimônio cultural paulista, o Condephaat, permitiram definir a topografia como uma das principais tipologias na construção do patrimônio natural.

Entretanto, verificou-se que o patrimônio natural apresentou novas subcategorias, principalmente, na sua especificação como geomorfológico e na inclusão de uma categorização geológica. Pressupõe que o estabelecimento de tais temáticas ocorre de forma singular, sem envolvê-las no propósito conceitual do patrimônio e a sua construção no universo cultural, o que impele a um erro conceitual, pois a proteção da natureza, relacionada às práticas culturais, passou e passa por uma longa discussão teórica e metodológica.

Acredita-se que o teor substancial das práticas patrimoniais de valorização natureza no campo cultura seja a sua significação no conjunto da apropriação simbólica, seja por meio do interesse formal, cognitivo ou afetivo, segundo a proposta apresentada por Meneses (1992; 1996).

Assim, a subdivisão do patrimônio natural, no momento que não considera as experiências práticas, não vem acompanhada de uma reflexão conceitual, mas sim da sua coisificação como objeto turístico.

A fragmentação do seu conteúdo temático e o fato de não o inserir no âmbito cultural, no momento que se utiliza o termo patrimônio, esvazia o seu conteúdo. No caso da geomorfologia, por exemplo, é importante ponderar que a forma sustentará o conteúdo da proteção, ou seja, a natureza e o contexto ambiental.

A inclusão dessas novas subcategorias assentou-se sobre as bases conceituais do denominado geoparque. Em termos teóricos a institucionalização desse tipo de unidade territorial pressupõe o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental sustentado da região onde se encontra a área de valorização patrimonial. Essas iniciativas culminaram com a criação, por meio do apoio institucional da Unesco, em 2004, da Rede Global de Geoparque (RGG). É importante destacar que a institucionalização, tanto do patrimônio geomorfológico, como do geológico, provém do estabelecimento de um geoparque. A própria Unesco possui, desde 1998, um programa denominado Rede Internacional de Geoparques. Há também, no âmbito europeu, uma rede continental, a *The European Association for the Conservation of the Geological Heritage* (ProGEO).

Por trás do discurso que fundamenta a criação de um geoparque está a promoção do turismo geoecológico e das práticas educacionais de conteúdo científicista.

Verificou-se, principalmente, a utilização dessas novas subcategorias do patrimônio natural no contexto europeu que, supostamente, decorreu em função da amplitude do desenvolvimento turístico desse continente, sobretudo, a partir de sua adjetivação como ecológico. Na Tabela 6 demonstra-se a concentração geográfica do geoparque, os quais, mais da metade, até o ano de 2014, localizavam-se na Europa.

Tabela 6 - Distribuição dos geoparques por continentes

Continentes	Quantidade	Porcentagem
África	1	0,90%
America do Norte	2	1,80%
America do Sul	2	1,80%
Ásia	43	38,74%
Euro-asiático	1	0,90%
Europa	62	55,86%
Total geral	111	

Fonte: (RGG) <http://www.globalgeopark.org/>

Para Bacci *et. al.* (2009), o conceito de geoparque é amplo e complexo e se equipara, para a Unesco, aos programas de Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade. A autora destaca que a região selecionada para um geoparque deve ter atributos geológicos e paleontológicos excepcionais com o intuito de contemplar

o geoturismo para o desenvolvimento local e a modificação da realidade socioeconômica de seus habitantes.

Verifica-se que o caráter da excepcionalidade se apresenta como uma das principais características que fundamentam o geoparque. A questão que se coloca está nas metodologias para mediar o caráter excepcional, ou seja, quais são as normas de compreensão dessa dimensão estética?

Ab'Sáber (1977b) já havia definido tal grupo de paisagens como de exceção e a sua proteção no âmbito cultural por meio do tombamento natural. Para isso, o autor definiu um conjunto de critérios, que foram descritos neste trabalho, para considerá-las nesse agrupamento. Assim, cada vez mais, torna-se necessário lidar com as contradições e sobreposições do âmbito jurídico no campo do patrimônio com o objetivo de fortalecer determinados instrumentos de proteção. Acredita-se que as especificações temáticas sejam prejudiciais a construção do discurso da natureza como um patrimônio das sociedades, visto que deve haver uma proposta sistêmica nas considerações sobre o patrimônio natural. Pensar em valorizar as especificidades do patrimônio com vista a sua apropriação turística conduz a um retrocesso do desenvolvimento conceitual da temática exposta. Sugere-se, nesses termos, que o patrimônio natural se inseriu na lógica observada no patrimônio cultural, balizada pela produção de lugares em prol da indústria turística.

Cada vez mais, a indústria turística – uma das que mais cresce no mundo – se apropria do patrimônio principalmente por intermédio de seu caráter meramente estético, algo a ser comercializado e consumido. Assimilado pelo mercado e ‘transpirando’ cultura, o patrimônio afirma sua imanência positiva, boa, respeitável e legítima. Com isso, evoca a atenção e congrega um número maior de pessoas. Muitas delas, além de contemplá-lo, passam a agir em sua defesa. (RODRIGUES, C., 2001, p. 31).

O geoparque apresenta-se como uma visão conservadora de patrimônio natural e não contribui para o desenvolvimento metodológico das práticas patrimoniais. Acredita-se que tal subdivisão faz com que foco central do patrimônio natural se dilua, pois além da sobreposição de objetivos, retrocede-se a uma visão conservadora de patrimônio. Os parques da Terra, ou geoparque, procuram destacar os aspectos físicos da região a ser preservada, o qual se objetiva o uso turístico. Isso foge ao escopo metodológico das práticas de significação patrimonial que encaram o turismo como uma consequência e não como o propósito.

Os critérios para a determinação de um geoparque são subjetivos, quando tentam abranger, no seu modelo, a preservação do patrimônio natural, no caso

específico, o geomorfológico e o geológico, e a sua relação sociocultural que serve de mero artifício para justificar tal categoria. Portanto, considera-se que a proposta de geoparque se estrutura em função de perspectiva turística, em que as características socioculturais do Parque da Terra estabelecido têm o objetivo de agregar valor ao produto. Nesse sentido, pode-se utilizar a expressão proposta por Meneses (1996), como um uso cultural da cultura.

Como o reconhecimento de um patrimônio natural pode ser efetuado pelo instrumento jurídico do tombamento, segundo Meneses (1996), tal forma institucional indica o seu valor e a sua relevância social. Assim, o valor cultural não está nas coisas, mas se produz no jogo concreto das relações sociais. Entende-se a importância de valorizar e reforçar tal prática de proteção natural no contexto cultural. Por isso, sugere-se que o pressuposto do desenvolvimento socioeconômico local para um geoparque demonstra que o seu objetivo conceitual foge às práticas buscadas no patrimônio natural, ou seja, corre-se o risco de forjar a criação patrimonial.

As propostas de inventário pressupõem um reconhecimento unilateral, no qual a equipe científica define a importância de sua preservação, principalmente, em função do seu caráter de unicidade. A metodologia de inventário sugerida, em Portugal, por exemplo, por Pereira, et al (2006) aplica a valorização do componente geomorfológico em função da sua estética, raridade ou conteúdo, da qual a ênfase para a sua valorização encontra-se no potencial turístico.

A dificuldade inicial de se propor uma metodologia para o estabelecimento dessas subdivisões de patrimônios encontra a sua limitação no caráter sistêmico do meio natural. A proposta dos pesquisadores portugueses sugere a identificação de tipologias de geoformas isoladas e em grupo, em que se valorizam o local isolado, as áreas e os referenciais panorâmicos. Com isso, interpreta-se, em relação à construção conceitual do patrimônio natural, que há um equívoco ao não considerar a estrutura sistêmica da paisagem.

Na Serra do Mar e de Paranapiacaba, tombada como patrimônio natural pelo Condephaat, não é possível considerar o seu valor somente em função das suas formas, mas sim aos conteúdos engendrados pela morfologia que determina a tipologia de vegetação, o seu grau de conservação e o seu valor ambiental.

Outro problema das posturas adotadas está em que definir a geomorfologia como subcategoria temática do patrimônio geológico, verificado, sobretudo, nas iniciativas da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) de cadastrar e de fornecer informações sobre os sítios geológicos divididos por categorias, entre as quais, a geomorfologia.

É válido chamar a atenção para a Declaração Internacional à Memória da Terra, emitida durante o I Simpósio de Patrimônio Geológico, realizado, na França, em 1991. Sugere-se um equívoco conceitual, ao utilizar o termo patrimônio para justificar a importância de preservar a Terra para a humanidade. Além de propor uma dicotomia entre o cultural e o natural, descreveu-se que o Homem e a Terra compartilham uma mesma herança, um patrimônio comum. Nesse sentido, a declaração sugere uma divisão entre os atributos da memória do Homem, relacionada ao patrimônio cultural e os da memória da Terra, que está no âmbito do patrimônio natural e antecede a memória humana, representado pelas marcas geológicas pressupostas de valor e de singularidade.

A Terra se constitui como um patrimônio para o ser humano com base da sua significação no âmbito cultural. Entende-se que, a partir do momento que há uma dimensão simbólica da natureza, a temática em questão se insere no contexto das práticas culturais. Assim, o item 4 da Declaração, ao se referir que a nossa história e a história da Terra estão intimamente entrelaçadas, no qual a origem do Homem é decorrência da origem da Terra, confirma o caráter cultural da proteção do patrimônio natural e, especificamente, da temática geológica. Esse entendimento da natureza como parte do legado cultural a ser deixado às futuras gerações foi produto da evolução da própria noção de patrimônio cultural. Ao superar a visão tradicional de patrimônio como monumento ou obra excepcional, aproximou-se dos diversos grupos sociais, reconhecendo importância naquilo que é a expressão típica de suas culturas, entendida como o produto de uma relação que é estabelecida com a natureza (SCIFONI, 2008, p. 9).

Para finalizar, num contexto geral, deve-se destacar que o desenvolvimento conceitual do patrimônio natural surge na esfera das discussões do campo da proteção cultural, assim, qualquer categoria de patrimônio pressupõe tal relação.

O conceito de geoparque, ao ser estruturado no plano internacional, carrega a sua ênfase no valor monumental e estético, características que o farão universal.

Contudo, as experiências relativas ao patrimônio natural demonstram o seu ímpeto por meio de práticas cotidianas que ressaltam a sua ligação aos valores coletivos, sendo uma construção política e social.

5.2. Desconstrução do tombamento natural

Não se pode atribuir somente à criação de estruturas institucionais específicas na área da defesa e da proteção ao meio ambiente, a responsabilidade pelo declínio do uso do instrumento do tombamento de áreas naturais, que foram efetuados, sistematicamente, no Condephaat. Crispim (2014) definiu de forma bastante oportuna o tratamento histórico e documental sobre o patrimônio, no sentido geral, empreendido no interior do órgão:

Imperceptíveis a quem lê os processos de tombamento, corpo documental de maior acesso dos pesquisadores, perdidas no caos documental em que se encontra o acervo do órgão, as pistas para o entendimento da questão limitam-se aos poucos registros na imprensa e à memória dos técnicos e conselheiros dispostos a falar sobre o assunto. No desfecho desse embate, pode estar a enunciação de um projeto de governo negador do próprio sentido da preservação em São Paulo, ou mesmo um elemento da história do Condephaat capaz de dar acesso à historicidade das ações de preservação empreendidas em prol do patrimônio natural, já que nos coloca em condições de dimensionar quais eram os significados atribuídos, naquele período, à prática da preservação da paisagem. (CRISPIM, 2014, p. 118 e 119).

Negar a evolução conceitual e metodológica empreendida pelo órgão, durante os estudos acerca do tombamento de áreas naturais, pode estar relacionado ao virtuoso papel dessas práticas, sobretudo, num contexto que contraria as lógicas atuais, não só de uma ação política estatal, determinada por um vertente ideológica oposta, mas pelas conquistas da representação social na preservação ambiental. Juntam-se a esse fato, o desconhecimento público da abrangência da figura do tombamento natural que, em muitas ocasiões, foi interpretado como um afronta ao direito de propriedade. Em outros casos, a única solução para a resolução dos conflitos existentes no âmbito de uma gestão urbana cooptada por interesses privados, em que se abstraiu o atributo dinâmico da figura do tombamento, ao considerá-lo com um instrumento de “congelamento” espacial.

Há indícios que a crise institucional do patrimônio natural, no âmbito do Condephaat, iniciou-se no auge de suas experiências práticas, no momento em que o professor Aziz Nacib Ab'Sáber encaminhou a sua carta de demissão, datada de

04 de abril de 1983, do seu cargo de presidente do órgão, por não concordar com a suposta orientação, em relação às práticas de tombamento natural, do recém nomeado secretário da cultura, João Pacheco Chaves. Ab'Sáber mencionou a articulação para a criação de um órgão paralelo que seria destinado à defesa integrada dos bens naturais.

Enquanto não existir um verdadeiro Conselho de Defesa do Patrimônio Natural – localizado onde quer que seja em termos de Secretarias de Estado -, formado por representantes idôneos e competentes de instituições públicas, universitárias e comunitárias, caberá ao Condephaat, e principalmente a ele, aglutinar os esforços para a defesa do patrimônio natural, com singelas e paliativas comissões de meio ambiente, para o que, aliás, o Estado já mantém gigantescas máquinas técnicas, muito bem pagas, equipadas e saturadas de funcionários de todos os níveis.⁷⁰ (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 16/04/1983, Local, p. 09).

Em entrevista ao mesmo jornal, no dia 24 de abril, Ab'Sáber ressaltou que o estabelecimento da proteção das áreas naturais por meio de um novo Conselho lhe parecia uma intenção burocrática de coordenar os assuntos de meio ambiente a um órgão de engenharia ambiental, o que seria um desastre, pois tais máquinas burocráticas, até aquele momento, não tinham resolvido em nada as questões de degradação ambiental, além do quê, não tinham a confiança da sociedade civil⁷¹.

Com relação ao contexto institucional, posteriormente, durante, praticamente, o primeiro semestre de 1987, o Condephaat ficou sem a nomeação de seu presidente, fato que ocorreu somente em maio daquele ano, 4 meses após o término da última gestão⁷². O Jornal “O Estado de São Paulo”, na época, além de noticiar a nomeação do novo presidente, destacou a situação estrutural do órgão em que se descreveu a existência de uma equipe técnica reduzida e mal remunerada, a descaracterização de imóveis e áreas tombadas e, sobretudo, as divergências com a Prefeitura de São Paulo, no tocante aos tombamentos dos bairros do município.⁷³

Esse contexto estrutural atingiu, substancialmente, a política desenvolvida no interior do órgão no que se referia às áreas naturais e ao patrimônio ambiental urbano.

⁷⁰ “Demissão Causa Reação e Crise no Condephaat”. Jornal Folha de São Paulo, 16 de abril de 1983, local, p. 09.

⁷¹ Jornal “Folha de São Paulo”, 24/04/1983, Local, p. 24.

⁷² Paulo Bastos assumiu a gestão de Modesto Carvalhosa. Nesse período, o vice-presidente foi o representante do Departamento de Geografia da USP, o professor Augusto Titarelli.

⁷³ Jornal “O Estado de São Paulo”, 14/05/1987, p. 70.

O retrocesso em relação à proteção do patrimônio natural é caracterizado por Scifoni (2006a), como “momentos conservadores”, que, no entender da autora, originou-se a partir de 1992, nos quais as gestões do órgão privilegiaram as políticas voltadas a limitar a atuação na temática das áreas naturais no sentido de atingir a desregulamentação e a exclusão da natureza da tutela do patrimônio cultural. Da mesma forma, Rodrigues, C. (2001) definiu essa fase do Condephaat como “tempos de clausura”, caracterizado, em certas dimensões, por posições ideológicas engendradas no ambiente extra-órgão, ou seja, na escala mais ampla pela retirada do Estado da esfera social e pelo distanciamento da sociedade na representação e ativismo nos níveis institucionais. Com isso, no âmbito específico do Condephaat, as análises do mérito dos processos de tombamentos naturais passam a obedecer aos interesses escusos de um determinado setor, concebidos por meio de cooptação e por acertos de cúpula.

O trabalho de Scifoni (2006a) contextualizou, de forma muito clara, as questões que conduziram à desregulamentação do patrimônio natural, seja relacionado ao ambiental urbano ou às reservas naturais. Para a autora, o Conselho passa a ceder às pressões políticas ou econômicas que resultam na viabilização de determinados interesses privados. Contudo, ocorreu a construção de um discurso contrário ao patrimônio natural que envolveu, principalmente, os seguintes procedimentos: paralisação dos processos de tombamento natural, pressão sob a equipe técnica, dissolução da equipe técnica de áreas naturais, alteração das regulamentações legais, restrição da participação dos técnicos nas reuniões do colegiado e na análise dos pedidos às pressas, ou “ao toque de caixa”.

Apesar de haver uma resistência dos técnicos às condições conservadoras de trabalho, esse é um movimento político que foi produzido, externamente, num contexto de neoliberalismo econômico, o que fez com que a desregulamentação do tombamento se tornasse uma política de estado, sobretudo, quando a proteção entra em conflito com os interesses do mercado e do setor privado.

Um dos marcos da desregulamentação foi o fim da equipe técnica de áreas naturais do Condephaat, em 1995, na gestão de José Carlos I. Ribeiro de Almeida⁷⁴. Os precedentes desse ato envolveram distintos pareceres da equipe técnica

⁷⁴ Destacam-se também as suas posturas contrárias em relação ao patrimônio ambiental urbano das quais, além de abstrair a complexidade do tema, negava a importância dos anseios da comunidade e se posicionou pela evolução das cidades pelo princípio da expansão quantitativa, conforme análise apresentada no trabalho de Prata (2009).

contrários à presidência do órgão, que se sujeitou e fazia parte do novo modelo político de ação estatal. A falta de uma equipe técnica de áreas naturais criou o ambiente ideal, não só para desvalorizar a prática de proteção do patrimônio natural, mas também para efetuar uma crítica infundada e sem base histórica dos procedimentos técnicos até então adotados pelo órgão, no que diz respeito ao tombamento natural. Scifoni (2006a) relatou que meses após a dissolução, o então presidente apresentou um relatório ao Conselho sobre questões relativas ao pedido de licenciamento de loteamentos na ANT da Serra do Guararu, no Guarujá, onde incidiam e incidem dispositivos legais que proíbem a supressão da vegetação florestal. Nessa carta, o presidente do Conselho criticou o excesso de academicismo e a carência de objetividade dos processos conduzidos pela equipe de áreas naturais. Ainda de acordo com Scifoni (2006a), a pressão sobre a equipe de áreas naturais se iniciou a partir do parecer contrário à construção do túnel área tombada do parque do Ibirapuera, na Capital, em 1988, que resultou na demissão daquela equipe.

O Condephaat, sobretudo, na figura de sua equipe técnica de áreas naturais, tornou-se um obstáculo aos interesses privados, substanciados por meio de uma ação política que deixa de ser pontual, visto que o ideário do neoliberalismo possui o seu instrumento de ação no âmbito estatal por meio da desregulamentação e da flexibilização das normas legais.

O órgão de proteção cultural possui como especificidade o encaminhamento das demandas da sociedade civil⁷⁵, ou seja, tal fato permite à participação social, em virtude dos procedimentos para se propor a abertura de um processo de tombamento, principalmente, relacionados à proteção ao meio ambiente.

O órgão foi e é atacado, internamente e externamente, por um discurso contrário ao patrimônio natural na esfera cultural. Esse mesmo órgão que, num momento de bloqueio dos canais democráticos, dialogou com a sociedade civil e empreendeu a proteção de importantes áreas naturais no Estado. Scifoni (2006a) afirmou que os pilares fundamentais do pensamento contrário às áreas naturais referiam-se a um suposto radicalismo utilizado pela equipe de áreas naturais, o que tornava os tombamentos restritivos demais. Também se alegou a sobreposição de

⁷⁵ Interpreta-se que, apesar da quantidade de processos de tombamento abertos, a prática do “guichê” é de fundamental importância na aproximação da sociedade aos instrumentos de defesa do patrimônio cultural.

competências, logo, houve um discurso de que as áreas naturais tombadas deveriam ser repassadas à SMA, que contaria com profissionais capacitados para tal empreitada. Nesse aspecto, Crispim (2014), ao analisar o tratamento jornalístico dos tombamentos naturais, verificou que a imprensa ignorava o fato do tombamento natural fazer parte do rol de políticas culturais.

Deve-se destacar que o órgão estadual de proteção cultural sempre reconheceu que deveria haver um entrosamento entre as esferas de proteção natural e cultural para a melhor gestão dessas áreas. Até mesmo subestimou a sua capacidade de gerenciamento da questão, conforme as indagações do Conselheiro Aziz Nacib Ab'Sáber, ainda na década de 1970:

Caberia ressaltar que as áreas naturais remanescentes são altamente estratégicas do ponto de vista ecológico, e, portanto, do ponto de vista de proteção do ambiente como um todo. Pessoalmente, considero que não existe um órgão abrangente para cuidar da organização do espaço. Daí, porque, juro que caiba ao CONDEPHAAT, em compasso de espera, sugerir alguns tombamentos, até que um dia haja um órgão de gerenciamento global, desse tipo voltado para o patrimônio do Estado e do País. (CONDEPHAAT, 1977, p. 4 e 5, grifo nosso)

O trecho descrito afirmava a inexistência de um órgão de meio ambiente para tratar a questão da proteção global do ambiente. Todavia, o desenvolvimento teórico conceitual desenvolvido no interior do Conselho demonstrou que o compasso de espera, sugerido pelo professor Ab'Sáber, permitiu que o próprio órgão de defesa do patrimônio cultural adquirisse o conhecimento aprofundado sobre a questão.

Convém destacar dois aspectos importantes na construção discursiva em pró da defesa da natureza no contexto das políticas culturais: de acordo com os dispositivos constitucionais, seja federal ou estadual, cabe ao órgão de proteção do patrimônio cultural a defesa e a preservação da sua dimensão natural. Assim, abrir mão dessa obrigação implica num ato de improbidade administrativa. Com relação à ausência de profissionais para lidar com a questão do patrimônio natural, diversas vezes utilizado como justificativa para a não atuação do órgão nessa temática, observa-se que ocorreu o desmonte da equipe de áreas naturais e a sucessiva diminuição no quadro de profissionais do Condephaat, juntamente, com o abandono de todas as conquistas teóricas e metodológicas construídas no interior do Conselho, fundamentada pelos geógrafos e outros profissionais ligados às ciências ambientais.

Essa ruptura conceitual que se agravou, segundo Scifoni (2006a), no final da década de 1990, à medida que os pareceres passaram a ser individuais. Interpreta-se, assim, que passa a ser exercida uma pressão particularizada sobre o corpo técnico do órgão, uma forma de personificar as posturas contrárias a ideologia estatal.

A política interna de desregulamentação passa também pelo não encaminhamento dos estudos de tombamento natural finalizados. Situação encontrada nos processos da Mata São José, em Rio Claro, e do Bosque Maia, em Guarulhos, ambos concluídos em 1994. Convém destacar que o município de Guarulhos possui somente 2 tombamentos, um foi homologado, em 2011, e se encontra registrado no Livro Histórico, o outro tombamento é a ANT da Serra da Cantareira compartilhada com outros municípios. Todavia, deve-se se ater ao fato que o Bosque Maia localiza-se numa região imobiliária valorizada, logo, qualquer ação de regulamentação de vizinhança causará certo temor por parte dos especuladores imobiliários. Outro caso que tombamento se encontrava parado no órgão é o das formações de Lavas Almofadadas (*Pillow Lavas*), no município de Pirapora do Bom Jesus, município que compartilha uma ANT com Santana de Paranaíba e Araçariguama e também possui áreas da ANT da Serra do Japi.

É indiscutível a repercussão que o tombamento de áreas naturais e atributos geomorfológicos obtiveram na gestão do geógrafo e professor Aziz Nacib Ab'Sáber, na presidência do Condephaat. Todavia, na análise dos dados, verificou-se que houve um equilíbrio na homologação dos tombamentos nesse período de 5 meses. No total foram publicadas 13 resoluções de tombamento, 5 inscrições se referiram ao Livro Paisagístico, das quais 3 tinham como atributo estruturante da paisagem o relevo, e 8 o contexto histórico propriamente dito. Ao ser questionado, numa entrevista, ao Jornal "Folha de São Paulo" do dia 24 de abril de 1983 se os bens "culturais" e os históricos tinham sido deixados de lado em sua gestão, Ab'Sáber mencionou que o órgão ficou na espera de uma nova lei, elaborada a partir de uma proposta de Benedito Lima de Toledo e Modesto Carvalhosa, que daria compensação aos proprietários, por isso, a cautela nessa tipologia de tombamento⁷⁶.

⁷⁶ Jornal "Folha de São Paulo", 24/04/1983, local, p. 24.

Após a sua saída da presidência do Condephaat, o professor Ab'Sáber destacou que o Conselho havia aprovado os processos de tombamento da parte paulista da Serra da Bocaina, mas os estudos não tinham sido iniciados, a abertura do processo de tombamento das Cavernas do Vale do Ribeira e o encaminhamento dos processos dos Hortos da antiga Ferrovia Paulista S. A. (FEPASA) que estavam parados no órgão⁷⁷. Entretanto, tais tombamentos naturais, até o momento, não foram homologados, o que demonstra que existem ainda muitas demandas de tombamento naturais abertas a serem executadas no interior do órgão.

Destaca-se também que o Maciço da Bonilha possui o seu tombamento aprovado, mas não foi homologado⁷⁸. Essa área natural foi considerada por Ab'Sáber (1977b) como uma das áreas críticas para a proteção do Condephaat, sendo o ponto mais elevado no setor sul urbanizado da RMSP. A outra especificidade desse tombamento deve-se ao fato de seu encaminhamento, mesmo acompanhado da sua caracterização e do seu diagnóstico ambiental, teve o seu pedido negado, sob justificativa da área fazer parte da legislação de proteção aos mananciais. Contudo, o processo foi aberto em função da argumentação da Conselheira-relatora Jessie Palma Baldoni.

Há também um pedido inusitado, aberto pelo próprio presidente do Condephaat, em 2000, sem submeter a decisão ao Conselho: o processo da Serra do Itaquí, encaminhado pela Sociedade Amigos de Aldeia da Serra, porém, que só envolve os setores da Serra, próximo ao Condomínio.

Juntam-se aos processos descritos, o das Montanhas Leite Sol, em Bragança Paulista, o da Serra dos Cocais, em Valinhos, que teve o seu processo aberto no final de 2011, a Serra Negra, que se localiza na região do município homônimo, e o da Serra da Mantiqueira, talvez, o mais emblemático, que abrange diversos municípios do Vale do Paraíba.

A criação de uma suposta intransigência da equipe técnica de áreas naturais se mostrou infundada por meio da análise dos seguintes exemplos: a polêmica aprovação do plano urbanístico da praia do Rio Verde, na região do Maciço da Juréia; a readequação de um projeto imobiliário na região do Morro do Botelho; e os artigos da resolução de tombamento do bairro do Pacaembu, que, corretamente,

⁷⁷ Jornal "Folha de São Paulo", 24/04/1983, local, p. 24.

⁷⁸ Processo n. 39.973/2000 - Último registro 30/09/2011 – Para aguardar oportunidade de instrução. Fonte: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/ConsultaProcessoCondephaat>

não impôs restrições à venda da propriedade, tampouco a prévia consulta ao Condephaat.

A desregulamentação do patrimônio natural pode ser interpretada como uma ação orquestrada no interior do aparelho estatal de defesa e proteção cultural. Como, sabiamente, descreveu Meneses (1992) quando se referiu que a qualquer preocupação relativa ao patrimônio, seja a identificação, a proteção e a valorização é política por natureza. Por isso, verifica-se que, mesmo com a demanda por tombamentos naturais, o conjunto burocrático de representação cultural optou por uma ação política distinta que evite o confronto entre o interesse público e o privado.

Por fim, é importante mencionar como um dos fatores da desregulamentação a disposição descrita no inciso IV do art. 143 da Lei Estadual 50.941 de 2006 que, entre outras providências, reorganizou a SC. O inciso específico permitiu ao presidente do Condephaat avocar a decisão de qualquer assunto ou processo em exame no Conselho, ou seja, faz com que se delibere sobre assuntos importantes sem o posicionamento do Conselho.

6. PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A SELEÇÃO DE PONTECIAIS PATRIMÔNIOS NATURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Entre outros aspectos, procurou colocar em discussão, nos capítulos anteriores, a importância do relevo no estabelecimento na maior parte das ANT's no Estado de São Paulo, em função do seu caráter estruturante da paisagem, o que advém de uma relação entre a forma e o conteúdo paisagístico.

A dificuldade físico-natural imposta à ocupação ou exploração econômica, seja de aptidão agrícola ou para o assentamento de núcleos humanos, permitiu a preservação da cobertura vegetal primitiva, em diversas áreas do Estado, onde se compõe de altitudes diferenciadas no contexto geomorfológico local. Porém, tal fato não garante a proteção ambiental desses remanescentes naturais, face aos processos especulativos de ordem econômica diversa. Além da dinâmica de exploração dos recursos naturais do entorno desses relevos, o que pode conduzir à descaracterização desses elementos da paisagem e influenciar na sua amplitude simbólica. Assim, o tombamento é adequado, não somente para a proteção *in situ*, mas como uma forma do controle do uso e da ocupação espacial do entorno.

Num primeiro momento, propõe-se a institucionalização do patrimônio cultural segundo o estabelecimento de duas esferas de atuação: as de reconhecimento e as de gestão. A jurisdição institucional dessas esferas de ação atrela-se, no caso do patrimônio natural de viés geomorfológico, a atribuição do valor simbólico com vistas à escala espacial. Com isso, em relação ao conteúdo científico, quanto maior a forma, menor a escala e mais antiga a sua idade. Nessa linha de raciocínio, as menores dimensões espaciais do relevo tendem a possuir interesse patrimonial local ou regional.

Por outro lado, os macro-compartimentos do relevo, devido a sua dimensão espacial, irão restringir e dificultar a aplicação de instrumentos de gestão territorial. Por isso, a sua inserção institucional deve ocorrer na esfera de reconhecimento, junto ao organismo internacional e ao órgão federal de patrimônio cultural. Tais espaços territoriais, ao serem reconhecidos pelo órgão nacional, podem ser reconhecidos pelo órgão estadual, por meio do denominado tombamento *ex officio*. “Além da questão da competência, há que ser considerado o grau de interesse do

bem, se nacional, regional ou local. O entendimento geral é que se um bem tem interesse nacional, o terá regional e localmente também.” (PRATA, 2009, p. 75).

Os órgãos estaduais e municipais podem executar o reconhecimento dessas áreas que abrangem amplas superfícies topográficas. Todavia, recomenda-se a esses entes federativos o tratamento em escala de maior detalhe. Nesse sentido, as escalas de relevo intermediárias compõem o objeto de inventário natural do órgão estadual, tais como as serras e alguns morros, o que permitiria a gestão e a proteção eficaz desse patrimônio.

Já a institucionalização, especificamente, do patrimônio natural municipal pressupõe a proteção de atributos individuais locais, existentes nos compartimentos de relevo de escala superior, tais como alguns morros, as cachoeiras, os afloramentos de rocha, entre outros. Essas considerações não excluem as práticas já efetuadas, mas procuram sistematizar a seleção de áreas naturais com interesse ao patrimônio cultural, sobretudo, devem-se buscar os componentes simbólicos existentes nesses objetos.

Como primeira aproximação para a seleção de áreas de potencial tombamento natural, propõe-se a elaboração do inventário do patrimônio natural paulista a partir dos seus componentes geomorfológicos, verificados por meio dos níveis de altitude diferenciados, segundo a sua abrangência espacial.

Os limites altimétricos de potencial interesse ao tombamento foram definidos de acordo com análise das frequências acumuladas das altitudes, resultado da contagem das células de valores das altitudes nas imagens SRTM que compõe o Estado e também das diferentes áreas selecionadas. Assim, verificou-se tal frequência para o Estado de São Paulo, para a Depressão Periférica Paulista e para o município de Torre de Pedra, apresentadas na Tabela 7. Após efetuar os testes, para verificar a significância espacial em diversos cortes de frequência, estabeleceu-se o corte de altitude para os valores acima de 85% das frequências acumuladas. Dessa forma, cada área analisada apresentou diferentes limites de corte altimétrico, conforme a especificidade local do relevo. O intuito foi o de se demonstrar como o interesse paisagístico, pode variar conforme a escala de análise e sistematizar a sua importância conforme o nível de jurisdição.

Tabela 7 - Limites dos potenciais interesses para o tombamento natural com base na altitude

ABRANGÊNCIA ESPACIAL	ALTITUDE	FREQUÊNCIA ACUMULADA
Estado de São Paulo	769 m	85,06%
Depressão Periférica Paulista	692 m	85,14%
Município de Torre de Pedra	668 m	85,10%

Os macro-compartimentos do relevo, existentes no Estado de São Paulo possuem potencial interesse como patrimônio natural, sobretudo, com relação à esfera de reconhecimento (Mapa 5). Diante do reconhecimento que já foi empreendido pelo Condephaat, torna-se imprescindível destacar a importância do tombamento de outros dois compartimentos do relevo paulista: a Serra da Mantiqueira e as Cuestas Basálticas, visto que a Serra do Mar e de Paranapiacaba possuem o seu tombamento homologado. Poderia ser oportuno, na escala institucional federal, o seu reconhecimento por parte do Iphan e, até mesmo, pela Unesco, como um patrimônio natural da humanidade da Serra do Mar, em função dos seus atributos paisagísticos, históricos e científicos que a incluem na escala de uma Reserva da Biosfera.

No Mapa 6, selecionou-se um dos compartimentos macro-esculturais do relevo paulista com o intuito de analisar formas que dizem respeito à esfera de gestão. No exemplo, a partir da individualização das elevações do compartimento geomorfológico da Depressão Periférica Paulista, obtidos no Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo (ROSS; MOROZ, 1997), estabeleceu-se, como o nível topográfico de interesse ao patrimônio natural, a cota de 692 m. Deve-se, assim, empreender um estudo detalhado dos morros testemunhos existente nesse compartimento e verificar as possibilidades de criação de ANTs pelo Condephaat ou pelos órgãos municipais, quando existirem.

Mapa 5: Potencialidade para o Patrimônio Natural - Relevo do Estado de São Paulo

Mapa 6: Potencialidade para o Patrimônio Natural - Relevo da Depressão Periférica Paulista

Cabe, nessa representação, destacar as formas de relevo que escapem a banalidade. Destacaram-se os morros testemunhos que são frutos da erosão diferencial e expuseram as formas com embasamento de rocha basáltica. No entanto, há casos específicos como a Torre de Pedra que possui em sua estrutura litológica arenitos silicificados. Os morros possuem significados simbólicos de grande relevância no âmbito municipal (Figura 4), a própria toponímia de uma das formações geomorfológicas deu nome ao município. O hino municipal menciona outro morro existente na região:

*Torre de Pedra, Torre de Pedra
O Morro Agudo é o guardião de nossa terra.
Torre de Pedra, Torre de Pedra
Eu vivo aqui com todo o amor que existe em mim.
(<http://www.torredepedra.sp.gov.br>)*

Figura 4 - Em primeiro plano, o Morro Torre de Pedra. Ao fundo, o Morro Agudo. Fonte: <http://www.torredepedra.sp.gov.br>

A Figura 5 apresenta um trecho da Carta Topográfica, na 1:50.000, Folha Guareí, que abrange parte do município de Torre de Pedra com destaque para os morros descritos anteriormente. É importante ressaltar a proteção da cobertura florestal no entorno desses relevos, o que demonstra o papel da geomorfologia na localização dos remanescentes da vegetação estadual.

Figura 5 - Morro Agudo e Torre de Pedra no trecho da Carta Topográfica 1:50.000, Folha Guareí

Em função da especificidade geomorfológica do município de Torre de Pedra, empreendeu-se a análise da distribuição dos seus níveis topográficos. Estabeleceu-se, como interesse topográfico local, baseado nas frequências acumuladas da distribuição das altitudes, a cota de 668 m. Dessa forma, o Mapa 7 apresenta as áreas de potencial interesse para estudos como patrimônio natural no município a considerar-se o viés geomorfológico.

Para complementar os objetivos desse trabalho, fez-se o levantamento das potenciais unidades morfológicas locais para a proteção como patrimônio que se apresentam descritas no Mapa 8. Efetuou-se, assim, o levantamento e o georreferenciamento de algumas serras, morros, nascentes de bacias hidrográficas e afloramentos rochosos, descritos como pedras e mirantes e suas respectivas toponímias⁷⁹. Grande parte desses morros não está incluída em unidades de conservação. Outras unidades se localizam no interior de áreas naturais tombadas com potencialidade para o tombamento municipal de determinados elementos paisagísticos de escala localizada, como afloramentos rochosos ou picos. Também há áreas que possuem processos de tombamentos abertos no Condephaat.

⁷⁹ Levantamento efetuado também pelo Google Earth-Maps (maps.google.com.br).

ANEXO D: Lista com as coordenadas geográficas e toponímias das áreas de interesse geomorfológico, ecológico e das ilhas, ilhotas e lajes não tombadas pelo Condephaat.

Mapa 7: Potencialidade para o Patrimônio Natural - Relevo de Torre de Pedra - São Paulo

50°0'0"W

Elab. Detoni, S. F. (2015)

É oportuno propor a discussão, sobretudo, no caso específico do tombamento natural, de quais são os focos de ação de cada um dos órgãos de defesa e proteção do patrimônio cultural.

O Brasil, os Estados, os Municípios compartilham, em seus respectivos territórios a obrigação de identificar, preservar e valorizar por meio de práticas educacionais os respectivos bens culturais. A diversidade de escalas espaciais e temporais das três categorias de entes federados já aponta na direção complexidade política e administrativa para se implementar ações que integrem esses níveis e permitam ganho de escala em suas ações. (ABREU, 2008a, p. 14).

Caberia ao Iphan uma ação no patrimônio natural de importância nacional. Com isso, apesar da importância em se empreender o tombamento da Serra da Mantiqueira, no Estado de São Paulo, tal proposta também deveria ter a sua esfera de ação no órgão federal, dada a amplitude interestadual dessa formação geomorfológica.

As áreas das cuestas basálticas no interior paulista devem ser objeto de tombamento do Condephaat, em vista do seu significado estadual. Porém, deve ter em mente que tais formações se associam a Serra Geral que abrange outros Estados, cujo reconhecimento cultural dessa ampla área viria do órgão federal.

Feições geomorfológicas locais, como morros, pedras, mirantes e cachoeiras⁸⁰ adquirem, normalmente, significação municipal. Todavia, grande parte dos municípios não possui estruturas político-administrativas para aplicar e gerir o instrumento do tombamento. Nesses casos, o Condephaat cumpria o papel dos estudos de tombamento ou de prestar a assessoria técnica aos municípios, além do estabelecimento de convênios municipais em determinadas situações.

Com relação ao Mapa 8, ressalta-se que as feições de relevo foram georreferenciados com base nas toponímias disponíveis, visto que um levantamento mais aprofundado depende de um detalhamento escalar. Além das feições de relevo já mencionadas neste trabalho, os potenciais relevos de interesse ao patrimônio natural se concentram nas áreas do Planalto Atlântico, na Planície Litorânea e na Depressão Periférica Paulista, o que inclui o limite com as escarpas das Cuestas Basálticas.

⁸⁰ Serra: conjunto de morros de altitudes variáveis que compreende uma abrangência espacial na ordem de centenas de quilômetros quadrados; Morro: formação topográfica isolada amplitude altimétrica local média, por vezes, acima dos 40 metros; Pedras: afloramentos rochosos em morros ou em unidades topográficas com altitudes diferenciadas no contexto geomorfológico local; Mirante ou mirador: locais nas altitudes diferenciadas no contexto geomorfológico local onde se pode verificar a amplitude paisagística de uma determinada região; e Belvedere: termo de origem italiana que se refere a um mirante ou mirador construído pelo ser humano.

No Cinturão Orogênico do Atlântico se distribuem serras, morros e picos na região de Bragança Paulista e na Serra da Mantiqueira. Na Planície Costeira, sobretudo, na região da Baixada Santista, há potencialidade para o tombamento natural de diversos morros, entre tantos, o Monte Serrat, o Morro do Saboó, o Morro do Jabaquara e o Morro do Marapé, todos em Santos e que apresentam parte das suas coberturas vegetais preservadas. Em São Vicente destacam-se o Morro do Itataré e o Morro dos Barbosas. O Morro do Saco do Major, portal de entrada da baía de São Vicente, o Morro do Guaiuba, o Morro da Campina e o Morro do Tejereba, no Guarujá, possuem o atributo topográfico combinados com a preservação da cobertura florestal. Destacam-se também o Parque Ecológico do Perequê e o Morro do Mazagão, em Cubatão.

Já na Depressão Periférica, os morros testemunhos e as escarpas que delimitam o Planalto Ocidental são de grande interesse para o patrimônio cultural do Estado e dos seus municípios, juntamente com as centenas de cachoeiras existentes. A Figura 6 exhibe o Morro do Camelo e do Cuscuzeiro, em Analândia, significativos representantes da relação entre a natureza e o patrimônio cultural. Esses elementos paisagísticos simbólicos encontram-se inseridos num contexto de exploração dos recursos naturais do seu entorno. No caso do Morro do Camelo, a prática agrícola da silvicultura não poupou a cobertura florestal do entorno da formação geomorfológica. No Morro do Cuscuzeiro, apesar da preservação da mata do entorno, em função, possivelmente, da falta de aptidão agrícola, o solo arado para o plantio de um lado da cerca e recoberto por pasto do outro, demonstram que o relevo foi o elemento protetor das matas do entorno.

Figura 6 - Na parte superior, o Morro do Camelo. Abaixo o Morro do Cuscuzeiro – Analândia, São Paulo (Sandro F. Detoni, novembro de 2007)

Os Planaltos, sobretudo os residuais, possuem grande potencialidade para a seleção de formas relevo com o intuito de se empreender estudos de tombamentos. Nos Planaltos Residuais de Batatais/Franca (ROSS; MOROZ, 1997), a proteção integral do Parque Estadual Furnas do Bom Jesus, em Pedregulho, poderia ser complementada com o tombamento natural desse referencial paisagístico regional, cujo relevo escarpado, esculpido pela bacia do Bom Jesus, permitiu a formação de um exuberante cânion. Tais aspectos são complementados pelo seu caráter histórico, pois a região possui um ramal ferroviário da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

No Macro-compartimento geomorfológico do Planalto Ocidental Paulista, as potenciais formas de relevos a serem preservadas encontram-se, principalmente, no Planalto Residual de Marília, uma região que possui as maiores altitudes, juntamente com rupturas de relevo escarpado, e onde se localiza a Estação Ecológica de Caecatus.

É indiscutível a importância da ação do Condephaat na ampliação da participação social na gestão e na proteção de determinados espaços urbanos no município de São Paulo, face aos processos de especulação imobiliária e comercial que influenciaram na modificação ou no prenúncio de alteração do zoneamento em

determinadas áreas. Essa ação foi interpretada, em determinados momentos, pelo ente municipal como uma ingerência do órgão cultural nas questões relacionadas ao planejamento urbano. No momento em que se estruturou o órgão de proteção do patrimônio cultural no município, em muitos casos, o Condephaat, cautelosamente, não encaminhou os processos de tombamento relacionados à temática. Contudo, o órgão não deve se esquivar de seu papel, principalmente, em municípios de porte médio, onde a estrutura de proteção ao patrimônio cultural não está consolidada, visto que estão em jogo interesses múltiplos executados num ambiente que na sua essência é dinâmico. Não se trata de impedir a evolução da cidade, na ótica de uma interpretação rasa e sem considerar os conflitos existentes no espaço urbano. A alteração dos zoneamentos dos bairros da Capital sempre está na pauta dos interesses comerciais e imobiliários. Em diversos casos, o zoneamento não foi respeitado, o que fez com que se estabelecessem setores comerciais, dentro de áreas estritamente residenciais.

No caso do município de São Paulo, tais encaminhamentos deveriam passar, inicialmente, pela atuação conjunta do órgão estadual e municipal.

Em relação aos municípios a regulamentação dos bens culturais é muito desigual. Municípios com maior tradição histórica, associados aos principais processos de construção dos territórios nacional e estadual, via de regra possuem Conselho de Preservação Cultural, como por exemplo São Paulo, Santos e Campinas. A maioria dos municípios, todavia, não implementou esta legislação e é de se indagar se terão condições de fazê-lo. (ABREU, 2008a, p. 16).

É importante ressaltar a necessidade do tombamento natural do Morro do Diabo e da Ilha do Cardoso. Apesar de essas áreas estarem inseridas em unidades de conservação de proteção integral, torna-se indispensável o respectivo reconhecimento no âmbito cultural. A primeira por representar o maior remanescente de Floresta Estacional Semidecidual do Planalto Ocidental, e o Maciço Ilha do Cardoso, em função da sua estrutura paisagística, combinada com a presença de comunidades tradicionais.

A dinâmica urbana do município de São Paulo faz com que importantes referenciais topográficos da paisagem sejam obstruídos visualmente, sobretudo, o Pico do Jaraguá e a Serra da Cantareira. A Figura 7 demonstra que o processo de verticalização de novas áreas do município faz com que os ícones naturais e históricos deixem de ser uma referência na amplitude paisagística. Dessa forma, torna-se indispensável selecionar alguns mirantes, principalmente, no divisor das

bacias hidrográficas do rio Tietê e do rio Pinheiros para a aplicação do instrumento do tombamento. A partir do estudo e da seleção de alguns pontos das ruas Heitor Penteado e Cerro Corá, ou mesmo da delimitação das áreas superiores a 800 m de altitude, para a abertura dos respectivos processos de tombamentos, o que condicionaria a proibição da sua verticalização de entorno e garantiria a amplitude visual da região.

Figura 7 - Na parte superior o Pico do Jaraguá, em fotografia tirada em janeiro de 2007. A fotografia inferior foi tirada em setembro de 2014 (Sandro F. Detoni)

Na esfera municipal, é de grande significância o exemplo do tombamento das cachoeiras do município de Ubatuba⁸¹, litoral norte do Estado, declaradas como áreas de especial interesse do patrimônio paisagístico, turístico e ambiental. Aprovado pelos vereadores do município, em maio de 2015, a medida visou evitar que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) construa uma barragem a montante de uma das cachoeiras, denominada da Renata, e descaracterize a paisagem, em razão da diminuição do volume de água⁸².

Por meio da análise de composições coloridas de imagens orbitais⁸³ também foram selecionadas diversas áreas de interesse ecológico para o tombamento natural, das quais, posteriormente, pesquisaram-se as suas respectivas toponímias. Mesmo com a inclusão de algumas unidades de conservação geridas pelos órgãos da SMA, optou-se por destacar os remanescentes de cobertura florestal ou as áreas verdes que cumpre uma função ecológica em áreas urbanas, tais como os hortos

⁸¹ Lei Municipal n. 3.840 de 3 de junho de 2015.

⁸² Jornal Folha de São Paulo, 7 de junho de 2015, Cotidiano, p. B3.

⁸³ Levantamento efetuado também pelo Google Earth-Maps (maps.google.com.br).

municipais, jardins botânicos, florestas municipais, áreas de mata e parques ecológicos. O levantamento focou-se nas coberturas de vegetação do interior do Estado, que se relacionou à escassez de tombamentos naturais e à importância do reconhecimento dos remanescentes florestais, em áreas de forte dinâmica agropecuária. Com isso, muitos dessas áreas não possuem proteção ambiental, tanto federal como estadual. Nesses casos, o instrumento do tombamento é altamente recomendável. Deve-se, novamente, ressaltar o papel das estruturas geomorfológicas, em muitos desses remanescentes de vegetação.

Os pontos georreferenciados, as suas respectivas toponímias e a configuração topográfica do Estado estão descritos no Mapa 9. Dentre as áreas com potencialidade aos estudos de tombamento, convém destacar a seguinte: Estação Ecológica dos Caecatus. Essa UC estadual, localizada nos municípios de Gália e Alvinlândia, está sob responsabilidade da Fundação Florestal, sendo o segundo maior remanescente de Floresta Estacional Semidecidual do oeste paulista. Assim como o Morro do Diabo, a região se destaca por meio do seu atributo geomorfológico, visto que esse importante remanescente florestal se localiza numa área de borda de escarpa de planalto.

As Reservas Biológicas, localizadas nos municípios de Sertãozinho, de Pindorama e de Andradina, foram incluídas como potencialidade de tombamento, em função dos seus atributos ecológico-naturais. Além de fazerem parte dos poucos remanescentes de vegetação florestal dessas regiões, essas unidades de proteção integral encontram a sua gestão no âmbito do Instituto de Zootecnia, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, ou seja, a função desses espaços foge aos propósitos do órgão descrito⁸⁴.

A Fazenda Serra D'Água, transformada em Floresta Estadual, em 2010, e o Parque Ecológico Monsenhor José Salim, ambos em Campinas, incluem-se como potenciais áreas de tombamento natural, principalmente, por se constituírem como remanescentes de vegetação numa área de intensa dinâmica urbana.

Entre tantas áreas que possuem uma intrínseca relação entre a cobertura florestal e o relevo, é cabível a abertura do processo de tombamento da região norte do município de Osasco, a localidade possui as maiores altitudes do município, além de se constituir no seu maior remanescente florestal.

⁸⁴ Essas Reservas Biológicas não apresentam Planos de Manejo, exigência do SNUC.

Mapa 9: Potencial Interesse ao Tombamento Natural - Atributo: Área Verde Local

Foi importante elencar, entre as áreas de interesse ecológico-natural, o Parque do Centro Municipal de Campismo (CEMUCAM). Gerido pela Prefeitura do Município de São Paulo, provavelmente, relaciona-se ao único exemplar de parque municipal que se localiza fora dos limites administrativos de um município, nesse caso, em Cotia. O parque foi criado em 1968 e teve o intuito de divulgar o campismo e o atendimento aos escoteiros. Com relação ao seu tombamento natural, acredita-se que caberia ao Condephaat o encaminhamento da questão, em razão das suas características territoriais peculiares.

Também se verificou a necessidade de proteção do banhado e das áreas de cerrado em São José dos Campos e de um campo de Geiseritos com idade de 250 milhões de anos AP⁸⁵, em Anhembi que, apesar de ser considerado um monumento natural, mereceria o reconhecimento por meio do instrumento do tombamento natural e está incluído no Mapa 8.

Da mesma forma que ocorreu o tombamento da Pedreira de Varvitos, em Itu, sugere-se a proteção do Parque do Basalto, em Araraquara. O local foi georreferenciado e se apresenta no Mapa 8. Além de um ótimo exemplo de processos de disjunção colunar, afirmaria o valor natural e científico na esfera cultural dos derramamentos basálticos no Estado.

Ainda com relação ao patrimônio ambiental urbano, a questão do tombamento de uma área de 97 mil m², cobertas em grande parte com espécies de Mata Atlântica, no terreno onde se encontra o Colégio Nossa Senhora do Morumbi, na Capital, demonstra a falta de sensibilidade técnica dos órgãos de tombamento que deveriam empreender maiores esforços nesses processos de reconhecimento cultural.

Frente a uma mobilização social em torno do tombamento da área, ironicamente, há um acordo de compra pela Companhia City que projeta construir 7 torres de prédios residenciais no terreno. Em outros tempos, a mobilização social foi para preservar um projeto urbanístico e ambiental diferenciado, empreendido pela própria empresa.

A situação atual, independente do que pensam os moradores da região, é esdrúxula porque houve uma reserva de um espaço situado além do Colégio Nossa Senhora do Morumbi, para a construção de um conjunto de prédios altos, para venda de apartamentos. Para quem conhece a realidade física, ecológica e paisagística da

⁸⁵ Antes do Presente.

pequena mata, que resistiu aos assédios de especuladores e políticos complacentes, é totalmente impossível concordar com o projeto de grandes e pesados edifícios, no centro da mata (além do que, para construir os edifícios seria necessário arrasar de início grande parte da mata; enquanto o argumento que depois iria se plantar 20.000 mudas de árvores é por demais genérico e pouco factível, quase mentiroso). Não convém falar, mas houve uma complacência criminosa por parte das autoridades, de um passado recente, no sentido de prever e justificar o projeto de grandes edifícios no interior do reduto-refúgio de matas e faunas atlânticas (Morumbi, Vila Susano-Jardim Andrade). Seria triste para a biografia de alguns cidadãos bem conhecidos que a questão fosse registrada. Razão pela qual a feitura de um processo prévio de tombamento torna-se imprescindível. E, sincronicamente, um projeto de desapropriações por parte dos governos federal e estadual. (AB´SÁBER, 2010, p. 2).

No contexto municipal, o Conpresp indeferiu o pedido de tombamento, em 2010, sob alegação de que a área de Mata Atlântica já possui instrumentos jurídicos de proteção ambiental. Há também um processo de tombamento, aberto no Condephaat desde 2006. Diante da dificuldade de se obter êxito nos processos abertos nos órgãos descritos, houve um pedido tombamento junto ao Iphan, em 2014, descrito no Instituto como área de interesse natural e histórico e classificado como paisagem natural, que foi indeferido no mesmo ano.

A alegação do Conpresp é infundada, em razão do significado ambiental que a área pode ter, ou seja, o órgão deve trabalhar a questão simbólica do patrimônio que não advém somente do seu significado natural, em razão do conteúdo histórico ali presente. Ab´Sáber (2010) destacou que, além da questão ecológica natural, o fato cultural básico que justificaria a idéia de tombamento é do importante colégio de forte ação educativa regional, instalado em um primoroso edifício projetado por Oswaldo Arthur Bratke.

Com relação aos trâmites empreendidos por meio do Condephaat, este trabalho demonstrou o processo de desregulamentação do tombamento natural e das vertentes que se relacionam ao patrimônio ambiental urbano executada pelo órgão.

Acredita-se que o Iphan, neste caso específico, funcionou como um pronto-socorro, em razão da especificidade regional do bem. Com isso, o indeferimento se apresentou como uma atitude razoável.

Dessa forma, os processos devem ter a sua devida condução no órgão estadual ou municipal, sem considerar as pressões de particulares, o que envolverá uma decisão com vistas ao interesse da coletividade. Sob os mesmos princípios teóricos, metodológicos e ideológicos, deve-se incluir o tombamento e a efetivação integral da

área verde do Parque Augusta, na região central da Capital Paulista. Essa área, semelhante a tantas outras, sofre a ação, conforme a expressão utilizada diversas vezes pelo professor Aziz Nacib Ab'Sáber, de especuladores inescrupulosos, preocupados apenas com o máximo lucro, em detrimento ao interesse coletivo e da qualidade ambiental urbana.

Com relação ao tombamento das ilhas, ilhotas e lajes marinhas costeiras, em 1987, o Conselho aprovou o documento, elaborado pela Equipe Técnica de Áreas Naturais, denominado “Diretrizes, Normas e Recomendações Preliminares” da área de tombamento da Serra do Mar (ANEXO C), fruto do “Plano Sistematizador do Tombamento da Serra do Mar” (EMPLASA, 1987). Em 1989, o documento foi publicado no Diário Oficial do Estado. Entre os diversos dispositivos, declararam-se áreas de preservação permanente as ilhas, ilhotas e lajes de 1 a 50 hectares. Nas formações que compreendem 50 a 500 hectares, além das disposições de proteção ambiental do Código Florestal, consideraram-se áreas de preservação permanente os setores com declividades superiores a 20%. Já as ilhas com mais de 500 hectares deveriam ser estudadas individualmente, assim, até a conclusão dessas análises, estavam previstas as mesmas normas das áreas continentais.

Nos estudos referentes ao “Plano Sistematizador da Serra do Mar”, numa ação integrada entre o Condephaat e a SMA, foi elaborado uma ficha cadastro para descrever as características acerca, entre outras informações, da cobertura vegetal, dos tipos de costa, da presença de ocupação humana e da legislação preservacionista aplicada às ilhas. Na época, cadastraram-se 132 ilhas, ilhotas e lajes no litoral paulista, das quais, para 41 se recomendaram a incorporação ao tombamento da Serra do Mar.

Em termos práticos, em 1994, ocorreu o tombamento natural de 29 ilhas, ilhotas e lajes do litoral paulista. Em outras 49 ilhas, continuava a aplicação dos dispositivos contidos nas “Diretrizes, Normas e Recomendações Preliminares” do tombamento da Serra do Mar que regulamentou as atividades, conforme o tamanho das áreas dessas formações naturais. Verificou-se nessas áreas a existência de diversos conflitos de interesse o que, em muitas vezes, atingiria ou atingiu a integridade natural, juntamente com a descaracterização simbólica dessas áreas, resultado da apropriação privada e do desrespeito às normas ambientais.

Deve-se destacar que no tombamento da Vila de Picinguaba, em Ubatuba, em 1983, ocorreu o tombamento de 5 ilhas, 3 conjuntos de ilhotas e uma laje. Esse tombamento, além de afirmar a importância paisagística das formações naturais descritas, concebeu o caráter intrínseco entre a natureza e a peculiaridade cultural da Vila que se relaciona à pesca e, por consequência, à dependência da proteção desses ecossistemas marinhos.

Os tombamentos mencionados fazem com que a maior parte das ilhas do litoral paulista esteja protegida pelo Condephaat. Porém, convém atualizar o domínio de posse de tais bens, visto que podem ser da União, dos Estados ou dos municípios. Alguns possuem um domínio de concessão privada, como por exemplo, a Ilha das Cabras, em Ilhabela, cuja concessão foi dada ao ex-senador, pelo Amazonas, Gilberto Miranda.

As diversas intervenções ambientais de caráter privado na Ilha das Cabras, como a construção de uma mansão e de um heliporto, demonstram a necessidade da regulamentação institucional dessas formações insulares e da ampliação dos instrumentos de controle ambiental do Condephaat, visto que a Ilha faz parte do tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba.

É importante destacar que, por meio do encaminhamento de uma ação do Ministério Público Estadual, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, decidiu, em 2008, que a Ilha deveria ser incorporada ao Parque Estadual de Ilhabela, juntamente com o pagamento de uma indenização, em função dos danos causados ao meio ambiente. No entanto, é oportuno frisar que a Ilhas das Cabras, assim como todas as demais do entorno da Ilha de São Sebastião, faz parte dos limites do Parque, segundo consta no decreto de criação dessa UC. Posteriormente aos descritos, o ex-senador foi acusado de comprar pareceres técnicos favoráveis para continuar com a outorga de ocupação da Ilha. A empresa do ex-senador também possuía a concessão para a construção de um porto na Ilha dos Bagres, em Santos, que foi suspensa em 2012. Destaca-se que a área constava no projeto de expansão do Porto de Santos.

Outro exemplo de apropriação privada e irregular dos ecossistemas insulares marinhos costeiros ocorreu na Ilha do Mar Casado, no Guarujá. Scifoni (2006) descreveu os trâmites que envolveram o projeto para a construção de um empreendimento na Ilha que, segundo o art. 6º da resolução de tombamento da

Serra do Mar e Paranapiacaba é tombada, além de possui os dispositivos de proteção no âmbito do Condephaat apresentadas nas Diretrizes, Normas e Recomendações Preliminares para o tombamento da Serra do Mar. Todavia, construíram, no âmbito do Condephaat, os argumentos técnicos para que o projeto fosse aprovado, além de, no âmbito jurídico, tentar caracterizar a ilegalidade do documento emitido pelo próprio órgão, dentro da própria instituição.

Tal ato representou um momento derradeiro para as políticas de proteção do patrimônio natural, não somente pela aprovação de um empreendimento questionável, mas porque a decisão ignorou completamente a trajetória do tombamento da Serra do Mar e encerrou, sem qualquer escrúpulo, um capítulo fundamental da gestão do patrimônio natural paulista, um trabalho construído coletivamente por profissionais renomados da área acadêmica e por outros tantos anônimos.

No entanto, gerou algumas consequências, como o ajuizamento de uma Ação Civil Pública por parte do Ministério Público do Guarujá, em 2001, na qual apareceram como réus a Prefeitura, a Fazenda Pública do Estado, o Condephaat e a Sisan Empreendimentos Imobiliários. Em laudo constante nesta ação, o parecer técnico favorável do Condephaat foi duramente criticado pela perícia técnica, que o qualificou de conceitual e tecnicamente insuficiente, precário e imprestável. (SCIFONI, 2006, p. 166).

Elaborou-se o Mapa 10 que apresenta a distribuição georreferenciada das ilhas, ilhotas e lajes costeiras marítimas com base nas fichas de catalogação contidas no Plano, nas pesquisas cartográficas, nas resoluções de tombamentos e nas imagens do *Google Earth Maps*.

Esses elementos paisagísticos decorrem de diferentes dinâmicas geomorfológicas costeiras. Nos tombamentos efetuados pelo Condephaat, priorizaram-se as ilhas que morfologicamente se constituíram como esporões da Serra do Mar. Porém, há exemplo de ilhas que possuem como estrutura litológica sedimentos quaternários-holocênicos, resultado de flutuações do nível do mar procedido de depósitos arenosos, como é o caso da Ilha dos Bagres, no canal do porto de Santos. No entanto, o Plano não recomendou o tombamento dessa ilha. Como proposta, mesmo incluídas no tombamento da Serra do Mar, sugere-se o tombamento específico da Ilha do Cardoso, da Ilha de São Sebastião e da Ilha Anchieta, em função das suas características simbólicas específicas.

Por meio do levantamento das ilhas, ilhotas e lajes tombadas, é possível tecer algumas observações: no litoral paulista há mais de 90 exemplares dessas formações naturais que se encontram tombados, cujos diversos fazem parte de UCs, logo, compuseram o tombamento da Serra do Mar, como é o caso das

existentes nas proximidades no Parque Estadual da Ilha do Cardoso e das incluídas no decreto de criação do Parque Estadual da Ilhabela.

Verificou-se a sobreposição de competências nas ilhas do Cambriú e do Castilho, pois ambas também compõe a Estação Ecológica dos Tupiniquins, uma UC federal.

A Ilha de Peruíbe, a Laje de Santos, a Ilhota de Dentro e a Ilhota de Prumirim já estavam tombadas na resolução da serra do Mar, mas foram descritas na resolução do tombamento das ilhas, ilhotas e lajes de 1994. Convém mencionar que o texto descreveu a proteção da Ilha do Prumirim e Pequena, esse último se refere ao Ilhote de Prumirim, tombado pela resolução da Serra do Mar.

Na a resolução da Serra do Mar e de Paranapiacaba, a Ilha Aleluia e a Ilha do Pau a Pino foram indicadas como diferentes unidades. Porém, o levantamento indica que uma única ilha pode possuir a mesma denominação. Por último, a Ilha da Prainha e Ilha da Prainha Branca, mencionadas na resolução de tombamento da Serra do Mar, parecem se tratar do mesmo local.

∴

A inclusão das áreas naturais tombadas como UCs pressupõe um perímetro mínimo, em função dos objetivos de gestão expostos pelo SNUC. Nesse contexto, um mirante, um morro ou uma cachoeira, possivelmente, não satisfazem tal escala de manejo, mas não impedem a institucionalização desses bens naturais por meio do tombamento. Todavia, torna-se importante especificar a abrangência espacial para a aplicação dos procedimentos de gestão ambiental expressos por intermédio de planos de manejos.

O relevo, os remanescentes de vegetação e as ilhas marinhas se apresentam como uma primeira aproximação na seleção de potenciais patrimônios naturais. Porém, outros objetos naturais, principalmente, os que conferem uma significação científica podem ser sistematizados para avaliar o potencial ao patrimônio natural. Nesse contexto, incluem-se estudos para determinar os potenciais patrimônios naturais dos aspectos hidrográficos, por exemplo.

A divisão taxonômica do relevo pode se constituir como um referencial sobre o nível de competência institucional de abrangência do patrimônio natural. Efetuou-se, neste trabalho, a seleção do potencial do relevo com base nos seguintes níveis taxonômicos, propostos por Ross (1992):

- 3º táxon: unidades morfológicas ou de padrões de formas semelhantes, por exemplo, a Serra do Mar e de Paranapiacaba;
- 4º táxon: tipos de formas de relevo, por exemplo, o Morro do Cuscuzeiro, em Analândia;
- 5º táxon: tipos de vertentes, por exemplo, uma cachoeira, como a que foi protegida pelo município de Ubatuba.

As análises empreendidas durante a execução deste trabalho sugerem determinadas reformulações nas estruturas técnico-administrativas do Condephaat, sobretudo, quanto à recriação de um setor técnico específico para as áreas naturais. Dessa forma, aos representantes no Conselho, as suas contribuições deveriam focalizar as propostas metodológicas e conceituais, as decisões sobre os tombamentos e as análises de intervenções em bens protegidos ou áreas envoltórias que envolvessem certo grau de complexidade.

O relatório de gestão na presidência do órgão do geógrafo e professor do Departamento de Geografia da USP, Adilson Avansi de Abreu, propôs a criação da Coordenadoria Técnica Administrativa (CTA) para o encaminhamento das questões mais rotineiras, ligadas ao controle de execução de ações em área dos bens tombados. Nesse sentido, ao Conselho caberia a análise somente de temas de maior relevância conceitual e operacional (ABREU, 2008b). Tal ajuste estrutural é justificado pela quantidade de processos, objetos de análise por sessão do Conselho. No período de, aproximadamente, 20 meses de gestão do Professor Adilson Avansi de Abreu, ocorreram 78 sessões, em que se analisaram e se deliberaram sobre 3.486 processos. Esses números demonstram a sobrecarga atribuída ao Conselho e a necessidade de uma reestruturação do órgão.

O aumento e a diversificação do quadro técnico são de fundamental importância para garantir a qualidade das ações do órgão de proteção cultural paulista, visto que a sua escala de ação se refere à gestão e aos estudos sobre o patrimônio, além de prestação de assessoria técnica. No âmbito da gestão, certamente, a fiscalização e a regulamentação de intervenções consistem no maior desafio para o órgão que possui o instrumento para coibir os danos ao patrimônio cultural por meio da aplicação de multas, descritas pela Lei Estadual n. 10.774 de 2001 (Regulamentado no Decreto Estadual n. 48.439 de 2004).

Mapa 10: Ilhas, Ilhotas e Lajes Tombadas pelo Condephaat

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção terminológica e o processo de consolidação das tipologias de patrimônio, no seu sentido da proteção estatal, deram-se no âmbito cultural, das quais se dotaram de valorização do componente simbólico para a sua estruturação e construção dos atributos e das justificativas de proteção.

Os primórdios práticos com a preocupação patrimonial atribuíam o papel central à concepção de monumento e a sua função memorial, nas suas vertentes históricas e artísticas. A Revolução Francesa trouxe ao patrimônio uma significação nacional. A partir daí, o universo das políticas culturais apreendeu novos significados ao patrimônio, no qual a natureza foi incorporada, segundo o seu referencial paisagístico, a sua importância científica e, sobretudo, a sua relação com a memória coletiva.

No que diz respeito à dimensão teórica embutida nas práticas institucionais de preservação do patrimônio cultural, independente da escala de análise, a componente historicista permeou de forma significativa os conteúdos protegidos e as formas de se pensar o patrimônio. Assim, tanto a Unesco, como o Iphan e o Condephaat, num primeiro momento, restringiram as possibilidades de práticas inovadoras, conforme a análise quantitativa do número de bens protegidos ou declarados.

Detectou-se a concentração tipológica, cronológica e geográfica da proteção do patrimônio cultural. A Lista do patrimônio mundial, por exemplo, apresentou a concentração de bens inscritos na Europa com foco para a história oficial do continente e sua influência perante as demais áreas do mundo. No Iphan, verificou-se como principal característica a concentração na proteção do patrimônio arquitetônico do período barroco e modernista. Posteriormente, a temática paisagística foi incluída por meio do viés estético. Todavia, o atributo paisagístico permeou os propósitos da proteção de diversos conjuntos urbanos, fundamentado pelos propósitos teóricos e metodológicos da paisagem cultural.

O Condephaat foi pioneiro na proteção de áreas naturais por meio do instrumento do tombamento e do desenvolvimento prático da preservação do patrimônio ambiental urbano. Contudo, apesar de explorar outras dimensões do patrimônio cultural, notou-se, inicialmente, que as práticas de proteção cultural do

Condephaat encontram a sua matriz de valoração num conteúdo historicista da expansão da cafeicultura no Estado.

Verificou-se que a prática de valorização do patrimônio cultural surgiu como referência no culto ao passado oficial, carregado de pressupostos que o inserem na perspectiva historicista. Dada a abrangência dos aspectos culturais isso fez com que a sua institucionalização fosse concentrada espacialmente, independente da escala institucional analisada. Entretanto, observa-se uma modificação nesse paradigma, sobretudo, na esfera federal e estadual. Isso permitirá a sua abrangência geográfica, cronológica e tipológica, o que incluirá a preservação da natureza ou mesmo do ambiente, em função dos seus traços culturais de referências múltiplas, não só por meio perspectiva histórica e arquitetônica.

Os exemplos práticos demonstraram a institucionalização de objetos como patrimônio de dimensão natural, em função das suas características ecológicas relevantes, em função de sua biodiversidade, de seu significado científico e de sua apropriação simbólica por um determinado grupo ou comunidade humana, o que Meneses (1992; 1996) denominou como valores afetivos. De certa forma, o fio condutor dos argumentos de sua valorização envolveu a percepção da natureza como parte da história humana.

De forma geral, o conceito de paisagem forneceu os subsídios fundamentais para a incorporação da natureza e a salvaguarda de áreas naturais nas práticas de preservação cultural. A proteção da paisagem surge como parte de um discurso urbano contra a degradação ambiental de áreas de potencial exploração turística ou imobiliária.

No contexto contemporâneo das cidades, conforme destacou Scifoni (2006a), a proteção da natureza aparece como produto do urbano que passou a constituir uma política de Estado com o intuito de garantir a continuidade do uso de um turismo-veraneio com padrão de excelência em determinadas regiões, sobretudo, o litoral norte do Estado.

O tombamento de áreas naturais, a cargo do atributo geomorfológico, permitiu o desenvolvimento de novas formas de delimitação das áreas de proteção, decorrente do estabelecimento de poligonais e de uma rede irregular de vértices, ao invés das cotas altimétricas, devido às irregularidades topográficas de muitas áreas, o que impuseram certa dificuldade de estabelecer uma cota específica. Assim, a

delimitação por meio de uma cota de altitude, em muitas ANTs, resultaria na exclusão de determinados setores de importância do bem tombado.

As práticas de proteção da natureza no âmbito cultural foram empreendidas com o respaldo legal que existia e ainda existe. Assim, tanto na legislação federal, como na estadual, havia dispositivos que determinavam a proteção das paisagens naturais e as consideravam como patrimônio cultural. No caso da legislação estadual, a conservação admitia o seu viés turístico, que foi amplamente explorado nas justificativas de tombamento da natureza.

Em casos como o tombamento da Serra do Mar, apesar de a proteção de suas escarpas já serem incluídas, em grande parte, como áreas de preservação permanente, constitui-se na possibilidade de um manejo da área, no momento, que qualquer ação deveria passar pelo crivo técnico do Condephaat.

O estabelecimento de ANTs veio de encontro das políticas de planejamento urbano e regional empreendidas pelo governo estadual naquele momento, onde os remanescentes naturais cumpriam um papel estratégico para a qualidade ambiental de áreas densamente urbanizadas. Nesse ponto, destacou-se a participação social a favor do tombamento que culminou com a inclusão da defesa do patrimônio ambiental urbano e corroborava a uma lógica urbana mundial.

Na construção prática da proteção das ANTs, a Geografia foi de fundamental importância para o seu embasamento teórico e metodológico, em função do seu tratamento científico à categoria de análise paisagem.

A proteção da natureza na esfera cultural, independente da jurisdição institucional, possui os atributos de proteção construídos por meio do conceito de paisagem. No âmbito da Unesco empreendeu-se a separação entre a paisagem cultural e a natural. Já o Iphan desenvolveu os pressupostos de proteção com base na vertente científica da paisagem cultural. Entretanto, é possível afirmar que as práticas teóricas trabalhadas pelo Condephaat estavam em sintonia com as novas perspectivas do tratamento da paisagem, o que envolvia o caráter sistêmico da análise temática.

Diante da amplitude holística do tratamento da paisagem, no âmbito dos pressupostos teóricos adotados pelo Condephaat, o relevo se apresentou como um importante atributo no tombamento de áreas naturais, visto que a geomorfologia

desenvolveu uma vertente metodológica no sentido de incluir os pressupostos paisagísticos nos seus estudos.

A paisagem que na introdução das práticas de tombamento natural foi considerada como a afirmação do valor histórico, passou a ter os seus atributos próprios, embasados de forma científica. Entretanto, verificou-se que, no contexto jurídico, o seu significado cultural deveria vir associado à sua historicidade e de sua relevância histórica, artística e turística. Ocorreu a re-apropriação do termo e uma releitura das condições de valoração dos objetos de tombamento, em que se demonstrou o caráter múltiplo da atribuição de valor, sobretudo, em função de sua perspectiva social e da sua temporalidade.

Ab'Sáber (1977b) definiu de forma objetiva os seguintes critérios de seleção de áreas naturais: as áreas ecologicamente críticas, ou seja, com alto potencial natural à degradação ambiental, as paisagens pitorescas, relacionadas a sua excepcionalidade paisagística, e as paisagens implantas, onde se verificava a ação antrópica na configuração ambiental. Para o autor, as florestas, as águas, a topografia e as unidades fisiográficas globais possuem interesse sócio-cultural.

Nesse sentido, a estrutura geomorfológica do entorno da metrópole paulista, caracterizada por um conjunto serrano que impôs certas limitações ao uso e ocupação, possibilitou a preservação de importantes remanescentes florestais e contribuíram para a proteção, via tombamento, de importantes serras, onde o conjunto paisagístico global as determinou como filtros da biosfera. No momento aplicação de políticas de planejamento urbano e regional, esses filtros desempenharam o papel de equilíbrio ambiental da área metropolitana.

O relevo se constituiu no atributo que fundamentou grande parte dos tombamentos executados pelo Condephaat. Assim como outras dimensões do patrimônio cultural, houve concentração num macro-compartimento geomorfológico, o Planalto Atlântico. Dessa forma, o tombamento natural estruturado a partir dos parâmetros geomorfológicos possui uma demanda de expansão.

O tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba foi de fundamental importância para estruturar as práticas de proteção da natureza no Condephaat. Tais discussões resultaram na organização de um grupo de trabalho que elaborou os Subsídios Para um Plano Sistematizador das Paisagens Naturais do Estado de São Paulo, expressa na Ordem de Serviço n. 1 de 1982 (CONDEPHAAT, 1982a),

que orientou os tombamentos naturais a partir de então. A própria criação da ANT da Serra do Mar e de Paranapiacaba envolveu um conjunto complexo de atributos: histórico, paisagístico, ecológico, científico, arqueológico e antropológico, juntamente com a sua relação econômica e estratégica, devido à conservação de seus solos. Todo esse conjunto de atributos foi sintetizado num só argumento: a proteção paisagística.

Levanta-se aqui a questão da amplitude escalar das instituições de proteção do patrimônio cultural. Quais os limites institucionais da aplicação da legislação de tombamento? Sugere-se que os diferentes órgãos devam atuar de forma colaborativa e que os instrumentos de gestão territorial devam ser aplicados nas maiores escalas. Com isso, no âmbito do patrimônio natural, conforme exemplificado na Figura 8, o tombamento na esfera da Unesco e Iphan se constituiria como instrumentos de reconhecimento. Já no Condephaat e nos órgãos municipais, como o caso do Conpresp, o tombamento se apresenta como um instrumento de gestão que exigiria o monitoramento, a fiscalização e a gestão do uso e ocupação da terra.

Figura 8 - Proposta de tratamento espacial do patrimônio cultural

É importante destacar que, em ambos os casos, o estatuto do tombamento natural pode ser complementado com outros instrumentos de proteção ambientais mais rígidos, em função da especificidade natural da área.

A construção teórica e conceitual do patrimônio cultural não permitiria interpretar o tombamento com vistas ao objetivo turístico. Apesar de o atributo turístico ter

justificado a proteção de diferentes áreas naturais, o objeto turístico não deve ser incluído na dimensão de proteção cultural. O estabelecimento de um patrimônio cultural pode ter como consequência o desenvolvimento econômico do turismo. Porém, não deve ser o objetivo das práticas de proteção do patrimônio cultural. Deve-se ressaltar que a esfera de valor econômico e a de valor simbólico se encontram em dinâmicas distintas.

Cabe ressaltar que as nomenclaturas que envolvem a denominação “patrimônio” devem ser trabalhadas conceitualmente. Todavia, o estabelecimento de geoparques com base nos conceitos de patrimônio geológico e geomorfológico detém os seguintes erros conceituais: valorização e defesa da vertente turística, o que não é o objetivo das práticas do patrimônio cultural, e sim uma das consequências, conforme exemplificado, e ignorância da construção das práticas existentes do patrimônio natural. É importante incluir que o reforço prático e valorização dessas categorias, surgem como um instrumento de desregulamentação das ações de proteção natural na esfera cultural, duramente, construídas e cuidadosamente estruturadas.

As RPPNs, apesar de seu avanço conceitual, ao incluir a responsabilidade individual ou privada na criação de áreas de proteção da natureza, necessita também adequar a sua nomenclatura, em vista da carga conceitual empregada ao termo patrimônio. Dessa forma, sugere-se a modificação da expressão patrimônio natural, para a proteção da natureza, ou seja, Reserva Particular de Proteção da Natureza.

É preciso superar a tendência unidirecional existente nas práticas de preservação ambiental. Em certa medida, o SNUC reforça a vertente ideológica de que a efetividade da proteção natural ocorre somente por meio dos atributos da fauna e da flora, visto que o texto legal possui seu foco na proteção ecossistêmica natural. Assim, o tombamento natural, por meio do atributo histórico e paisagístico, não se encaixaria nos seus pressupostos teóricos, apesar da amplitude conceitual que envolve a definição de uma unidade de conservação.

Diante do exposto, a seleção das áreas naturais também deve incluir os aspectos físico-naturais. Acima de tudo, na ótica de valorização simbólica da natureza, os objetos não existem sem as relações. Nesse sentido, o desenvolvimento conceitual do patrimônio natural trouxe importantes referenciais para as políticas ambientais.

A inclusão da categoria ANT no conjunto de unidades de manejo sustentável, junto às existentes no SNUC, traria maior segurança jurídica a essa forma de acautelamento, desde que deixasse claro o seu caráter relacionado à esfera cultural. É importante esclarecer que o tombamento natural de uma área, enquanto instrumento de valorização de atributos culturais, seja nos seus aspectos formais ou científicos, impõe restrições de uso e ocupação de caráter variável, sujeitas à análise técnica do órgão de tombamento. O tombamento tem o objetivo de gerir o uso e ocupação e pode ser aplicado como uma zona tampão de regulação em áreas de proteção integral. Assim, a ampliação dessa forma de proteção da natureza deve ser acompanhada do aumento do quadro técnico dos órgãos, em quantidade e diversidade. É imprescindível considerar a escala espacial para a aplicação de determinados instrumentos de manejo, pois o tombamento natural pode ser aplicado a um morro isolado e uma cachoeira ou a uma área de centenas de quilômetros quadrados, o que predispõe diretrizes diferenciadas.

Criou-se uma falácia em torno do tombamento, ao afirmar que tal modelo de acautelamento seria altamente restritivo ao uso e à ocupação do bem protegido. Muitas vezes, como alternativa, propuseram-se o inventário de objetos e áreas de interesse cultural por meio de listagens patrimoniais. Entretanto, torna-se válido desmistificar tal premissa e demonstrar que o tombamento não significa o “congelamento” do uso do patrimônio e sim o seu reconhecimento cultural a partir de determinados valores coletivos no âmbito de sua dimensão histórica, arqueológica, artística, arquitetônica, ambiental e natural. O tombamento nas escalas regional e local deve ser um instrumento de gestão funcional, o que significa que sua apropriação está sujeita aos pressupostos técnicos e éticos definidos pelo órgão de defesa e proteção cultural.

A natureza é uma dimensão do patrimônio cultural. Os exemplos práticos de incorporação dessa temática no universo do patrimônio cultural permitem destacar o relevo como um dos elementos mais importantes na configuração dos atributos de proteção, tanto de ordem ecológica como simbólica. Nesse sentido, o relevo se apresenta como um fato natural e cultural. Apresenta-se como a parte fundamental da síntese que é a paisagem.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. Um Conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas Sobre o Quaternário. **Boletim de Geomorfologia**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n. 18, 1969, 23 p.

_____. **Potencialidades Paisagísticas Brasileiras**. In: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição: Contribuição de um ciclo de debates. FIBGE/SUPREN, v. 1, p. 19-38, 1977a.

_____. Diretrizes para uma Política de Preservação de Reservas Naturais do Estado de São Paulo. **Boletim de Geografia e Planejamento**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n. 30, p. 7-19, 1977b.

_____. O Tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 21, p. 7-20, 1986.

_____. Bases Conceptuais e Papel do Conhecimento na Previsão de Impactos. In: **Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. MÜLLER-PLANTENBERG, C.; AB'SÁBER, A.N. (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, 2. ed., 576 p.

_____. **São Paulo: Ensaios e Entreveros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, 518 p.

_____. **Brasil: Paisagens de Exceção – O Litoral e o Pantanal Mato-Grossense Patrimônios Básicos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006, 184 p.

_____. Em Defesa do Reduto de Matas Que Envolve o Colégio Nossa Senhora do Morumbi (Parecer). In: **A Obra de Aziz Nacib**. Ab'Sáber/Org. May Christine Modenesi-Gauttieri; Andrea Bartorelli; Virgínio Mantesso-Neto; Celso dal Ré Carneiro; Matias Barbosa de Andrade Lima Lisboa. São Paulo: Beca-BALL edições, 2010.

ABREU, A. A. de. Significado e Propriedades do Relevo na Organização do Espaço. **Boletim de Geografia Teorética**, 15 (29-30): 154-162, 1985. (Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada).

_____. A Teoria Geomorfológica e sua Edificação: Análise Crítica. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, ano 4, n. 2, 2003. p. 51-67.

_____. O Papel do Clima na Evolução do Relevo: a contribuição de Julius Büdel. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, n. 19, p. 111-118, 2006

_____. Os Desafios dos Órgãos de Preservação: A Organização Jurídica das Redes de Representação Simbólica do Espaço. In: **Anais do I Seminário de Educação em Bens Culturais: Desafios e Trocas**. Santos, SP, 2008a, p. 14-17.

_____. **Relatório de Gestão 2007-2008.** São Paulo: Condephaat/UPPH, 2008b.

ANDRADE, A. L. D. de. O Tombamento na Preservação de Áreas Naturais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, 19, p. 41-44, 1984.

BACCI, D. de L. C.; PIRANHA, J. M.; BOGGIANI, P. C.; DEL LAMA, E. A.; TEIXEIRA, W. Geoparque: Estratégia de Geoconservação e Projetos Educacionais, **Revista do Instituto de Geociências da USP**, Publ. Esp., São Paulo, v. 5, p. 7-15, out. 2009.

BERTRAND GEORGES, P.; BERTRAND CLAUDE, M. **Uma Geografia Transversal e de Travessias: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** PASSOS, M. M dos (org). Maringá: Ed. Massoni, 2007, 332 p.

BRITO, M. C. W de. **Unidades de Conservação:** Intenções e Resultados. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003, 2. ed., 230 p.

CAPRA, F. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução: Newton Roberval Eicheemberg. São Paulo: Cultrix, 2006, 256 p.

CHAUÍ, M. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). São Paulo: DPH, 1992, p. 37-46.

_____. Natureza, Cultura e Patrimônio Ambiental. In: **Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo.** São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2003, p. 47-55.

_____. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2008, 2. ed., 123 p.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio.** Tradução. MACHADO, L. V. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, 3. ed., 288 p.: il.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia.** São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1979.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Tombamento do “Bosque dos Jequitibás” – Campinas.** São Paulo: Condephaat, 1970 (Processo n. 9.907/1969).

_____. **Visita do Arquiteto José Pedro de Oliveira Costa, Assessor para o Meio Ambiente da Secretaria de Economia de Planejamento, e do Dr. Mario Fagundes, Coordenador das Pesquisas de Recursos Naturais da Secretaria da Agricultura. (Ata da Sessão de 27/07/1977).** São Paulo: Condephaat, 1977a.

_____. **Solicita Tombamento do Horto Florestal e do Museu Edmundo Navarro de Andrade – Rio Claro (Voto).** São Paulo: Condephaat, 1977b (Processo n. 00428/1974).

_____. **Tombamento das Praias do Rio Verde, em Iguape, das Praias do Arpoador, desde a Cachoeira do Guarau, da Ilha e Praia do BOQUETE e a do CARAMBORÊ, no Município de Peruíbe.** São Paulo: Condephaat, 1978 (Processo n. 00306/1973).

_____. **Tombamento de Áreas de Reservas Florestais Naturais e Mananciais da Serra da Cantareira e Horto Florestal.** São Paulo: Condephaat, 1981 (Processo n. 20.536/1978).

_____. **Subsídios Para um Plano Sistematizador das Paisagens Naturais do Estado de São Paulo.** São Paulo: Condephaat, 1982a. (Ordem de Serviço n. 01 de 1982).

_____. **Solicita Tombamento da Área Onde se Situa a Nascente do Rio Tietê, em Salesópolis (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1982b (Processo n. 40.697/74).

_____. **Tombamento de Áreas de Reservas Florestais Naturais e Mananciais do Pico do Jaraguá e Parque do Jaraguá – Capital (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1982c (Processo n. 20.437/1978).

_____. **Requer Tombamento de Áreas de Terras e Florestas Existentes na Região de Campinas (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1982d (Processo n. 21.086/79).

_____. **Estudo de Tombamento da Serra de Atibaia ou de Itapetininga, incluindo a Pedra Grande (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1983 (Processo n. 22.366/1982).

_____. **Diretrizes para a Formulação de uma Política de Atuação do Condephaat.** São Paulo: Condephaat, 1984a (Documento aprovado pelo Egrégio Colegiado em 18/06/1984 (Ata n. 608) e entregue ao Senhor Secretário de Estado da Cultura em 20/06/1984).

_____. **Estudo de Tombamento do Morro da Barra Funda (Morro do Botelho). Guarujá (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1984b (Processo n. 22.694/1983).

_____. **Solicitação do Tombamento dos Morros da Toca do Índio e Morro da Ponta Rasa – Guarujá (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1984c (Processo n. 20.650/1978).

_____. **Estudo de Tombamento da Serra do Mar como Parque Florestal (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1984d (Processo n. 20.868/1979).

_____. **Estudo de Tombamento das Áreas Verde dos Jardins Europa e América, entre Av. 9 de Julho e Rebouças e Rua Estados Unidos e Av. Brigadeiro Faria Lima.** São Paulo: Condephaat, 1985a (Processo n. 23.372/1985).

_____. **Solicitação do Tombamento dos Morros Toca do Índio e Morro da Ponta Rasa - Guarujá (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1985b (Processo n. 00428/1974).

_____. **Estudo de Tombamento do Parque da Aclimação, Capital (Parecer).** São Paulo: Condephaat, 1986 (Processo n. 24.832/1986).

_____. **Estudo de Tombamento do Vale do Quilombo em Santos.** São Paulo: Condephaat, 1988 (Processo n. 25.050/1987. Informação/GP – 206/1988).

CRISPIM, F. B. **Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das Ações de Preservação das Paisagens Paulistas pelo Condephaat (1969-1989).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2014.

CRUZ, O. A Geografia Física, o Geossistema, a Paisagem e os Estudos dos Processos Geomórficos. **Boletim de Geografia Teorética**, 15 (29-30): 53-65, 1985 (Simpósio de Geografia Física Aplicada).

DELPOUX, M. Ecossistema e Paisagem. **Métodos em Questão**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP. n. 7, 1974, 21 p.

DEMEK, J. **Generalization of Geomorphological Maps in Progress Made in Geomorphological Mapping.** Geograficky ustad CSAV v Brne. Zpravy o vedeckeh vyzkumech, 9, 1967. p.36-72, Brno.

DETONI, S. F. **Mineração e Preservação Ambiental na Área Natural Tombada da Serra do Boturuna, Estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia Física. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. 257 p.: il.

DIEGUES, A. C. S. **Mito moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996, 3. ed., 169 p.

DURHAM, E. R. Cultura, Patrimônio e Preservação. Texto II. p. 23-59. In: **Produzindo o Passado: Estratégias de proteção do patrimônio cultural**, ARANTES, A. A. (org.). São Paulo: Brasiliense, 1984, 225 p.

EMPLASA, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Plano Sistematizador do Tombamento da Serra do Mar.** 1. Fase. Relatório Final. Vol. I e II. São Paulo: EMLASA, 1987.

FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** R. Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, 2. ed. 72 p.

GOMES, E. T. A. **Recortes de Paisagens na Cidade do Recife – Uma Abordagem Geográfica.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. 290 p.

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades.** R. Janeiro: Casa da Palavra, 2005, 163 p.

KLIMASZEWSKI, M. Detailed Geomorphological Maps. **ITC Journal**, p. 265-271, 1982.

KLINK, H. J. Geoeologia e Regionalização Natural (Bases para Pesquisa Ambiental). **Boletim de Biogeografia**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n. 17, 1981, 32 p.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000, 1. reimpr. da 5. ed. de 1987 [Coleção Primeiros Passos; 51]

LIBAULT, A. Os Quatro Níveis da Pesquisa Geográfica. **Métodos em Questão**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP. n. 1, 1971, 14 p.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. 12. ed., 1.075 p.

MENESES, U. T. B de. O Patrimônio Cultural Entre o Público e o Privado. In: **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). São Paulo: DPH, 1992, p. 189-194.

_____. Os “Usos Culturais” da Cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. da. (orgs.) Editora Hucitec: São Paulo, 1996. p. 88-99.

_____. O Campo do Patrimônio Mundial: Uma Revisão de Premissas. p. 29-39. In: **Instituto Nacional do Patrimônio Cultural (IPHAN). I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: Iphan, 2012, 404 p.

MESCERJAKOV, J. P. **Les Concepts de Morphostruture et de Morphosculture: un nouvel instrument de l’analyse géomorphologique**. Paris: Annales de Geographie 423, p. 539-552, 1968.

MONBEIG, P. Notas Relativas à Evolução das Paisagens Rurais do Estado de São Paulo. **Boletim Geográfico IBGE**, n. 16. Resenha e Opiniões, p. 428-430, jun. 1944.

MOTTA-SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 77-95, 1996.

PÁDUA, M. T. J. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. p. 21-36. In: **Dez Anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (orgs.) Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. 220 p.

PEREIRA, D. PEREIRA, P. ALVEZ, M. I. C.; BRILHA, J. Inventariação Temática do Patrimônio Geomorfológico Português. **Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos**. Lisboa, Portugal, Vol. 3, p. 155-159, 2006.

PEREIRA, P. F; SCARDUA, F. P. **Espaços Territoriais Especialmente Protegidos**: conceitos e implicações jurídicas. Campinas-SP: Revista Ambiente & Sociedade, v. XI, n.1, p. 81-97, 2008.

PRATA, J. M. **Patrimônio Cultural e Cidade**: práticas de preservação em São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, 182 p.

QUINTÃO, A. T. B. Patrimônio Natural: utilitarismo versus ética ecológica. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília**, n. 19, p. 49-52, 1984.

RIBEIRO, R W. **Paisagem cultural e patrimônio**. R. Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 120 p.

RODRIGUES, C. N. **Território do Patrimônio: Tombamento e Participação Social na Cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)**. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: FAPESP, 2000, 181 p.

ROSS, J. L. S. O Registro Cartográfico dos Fatos Geomórficos e a Questão da Taxonomia do Relevô. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo n. 6, 1992

_____. Análise Empírica dos Ambientes Naturais e Antropizados. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, n. 8, 1994

ROSS, J. L. S. ; MOROZ, I. C. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo. Laboratório de Geomorfologia**. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH – USP/Laboratório de Cartografia Geotécnica – Geologia Aplicada – IPT/FAPESP (Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), 1997. (Mapas e Relatórios)

RÚSSIO, W. Cultura, Patrimônio e Preservação. Texto III. p. 59-79. In: **Produzindo o Passado: Estratégias de proteção do patrimônio cultural**. ARANTES, A. A. (org.). São Paulo: Brasiliense, 1984, 225 pp

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SÃO PAULO (ESTADO). GOVERNO DO ESTADO. **A Batalha do Meio Ambiente no Governo Montoro: apresentação José Pedro de Oliveira Costa**. São Paulo: PW, 1987. 148 p.: il.

SCIFONI, S. **A Construção do Patrimônio Natural**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a, 293 p.

SCIFONI, S. Os Diferentes Significados do Patrimônio Natural. Revista **Diálogos**, DHPI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006b.

_____. **A construção do Patrimônio Natural (Livro)**. São Paulo: FFLCH, 2008, 199 p.

SOTCHAVA, V. B. O Estudo de Geossistemas. **Métodos em Questão**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP. n. 16, 1977, 51 p.

SOUZA, J. V. C. Congressos **Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003)**: registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2013. 214 p.: il.

TRICART, J. **Principes et Méthodes de la Geomorphologie**. Paris: Masson et Editeurs, 1965, 495 p.

_____. **Ecodinâmica**. FIBGE, Diretoria Técnica, SUPREN, 1977, 91p.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage: world heritage committee**. Sixteenth Session, Santa Fe, United States of America, 1992.

_____. **Orientações Técnica para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Versão em Português, 2011.

ANEXOS

ANEXO A - Notificação do perímetro de tombamento da Serra do Japi. Jornal "O Estado de São Paulo", 08/02/1983, p. 11.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

NOTIFICAÇÃO

De acordo com o artigo 2º da Ordem de Serviço nº 01/82 - Diretrizes Abrangentes no Âmbito do CONDEPHANT - notificamos a todos os interessados, que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHANT em sua sessão ordinária do dia 16 de novembro de 1982, Ata nº 526, decidiu pelo TOMBAMENTO da Serra do Japi, em Jundiaí.

A área de tombamento envolve um polígono irregular grosso modo orientado para WSW para ENE, contendo um eixo maior de 21.800 m (comprimento) por um eixo menor de 12.700 m (largura), envolvendo terras pertencentes aos municípios de Jundiaí, Caubreuva e Pirapora, na região administrativa de Campinas (SP).

O polígono que circunscreve a área tombada é delimitado por 31 pontos, cujas coordenadas estabelecidas em cartas topográficas do antigo Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, nas escalas 1:100.000 e 1:50.000, estão representadas na tabela e no mapa anexos.

Na conformidade da legislação aplicável à espécie, mais precisamente as disposições contidas nos artigos 142, e seu parágrafo único, o 146 do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, a deliberação do Conselho ordenando o TOMBAMENTO assegura a preservação do Bem até decisão final da autoridade, sendo proibida, portanto, qualquer intervenção em termos de destruição, ou alteração, devendo os eventuais projetos na área serem previamente aprovados pelo CONDEPHANT.

Os interessados terão a partir da publicação da presente notificação, o prazo de 15 dias para se manifestar sobre a medida, nos termos do artigo 143 do citado decreto.

São Paulo, 3 de fevereiro de 1983.

JOÃO CARLOS CANDIA DA SILVA MARTINS
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA CULTURA

CULTURA

Secretário: JOÃO CARLOS MARTINS

Coordenadoria de Atividades Culturais

CONDEPHAAT

Ordem de Serviço 01-82

Diretrizes abrangentes no âmbito do CONDEPHAAT, (Colegiado e Secretaria Executiva) relativas ao "Plano Sistematizador de Proteção dos Recursos Naturais do Estado de São Paulo"

1. Conceituação

A paisagem corresponde à globalidade dos componentes naturais articulados num determinado contexto espacial e temporal. Não se confunde com "recurso natural" que implica aproveitamento econômico. Assim, pode-se considerar o termo paisagem como síntese das diferentes formas de arranjo e dos diferentes processos de interação dos componentes naturais.

Sendo o sistema ambiental dinâmico, no tempo e no espaço, ele gera uma sucessão de paisagens. O que existe hoje são paisagens onde a interferência da ação antrópica se faz sentir em diferentes graus de intensidade, em detrimento do tipo de paisagens que se convencionou chamar de quadro natural.

Portanto, os poucos quadros naturais existentes são documentos vivos da evolução biológica e geológica da Terra e as paisagens onde a ação humana se faz sentir mais direta e intensamente são documentos da história do Homem. Toda paisagem é um bem cultural, seja por seu valor como acervo para o conhecimento em geral, ou pelo simples fato da paisagem integrar a noção de Mundo, no âmbito da consciência humana. É imprescindível, portanto, salvaguardar determinados tipos de paisagens ou componentes de paisagens.

No caso do Estado de São Paulo, onde os quadros naturais, enquanto paisagem, são

raros, devido a formas inadequadas de utilização, torna-se urgente a sua preservação, não só para garantir a continuidade e a qualidade de vida da biota remanescente, mas também pelo que representam de patrimônio cultural. O mesmo quanto a alguns tipos de paisagem natural onde a atuação humana deixou marcas peculiares aos diferentes momentos da história deste Estado.

2. Diretrizes do Tombamento

2.1. Justificativas

O CONDEPHAAT, sendo o órgão público encarregado da preservação do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico neste Estado deve, no âmbito de suas atribuições, cuidar para que a paisagem, constituindo um bem cultural, seja preservada. Sua atuação deve se somar aos esforços dos demais órgãos incumbidos da preservação ambiental.

Justifica-se o tombamento de:

a) paisagens naturais que se destacam não só pela vegetação nativa, pela fauna cujas espécies se acham em fase de extinção, como pelas características geomorfológicas, geológicas, pedológicas, hidrológicas e arqueológicas;

b) comunidades humanas que atuam em restritas porções do espaço por representarem padrões de articulação com o quadro natural;

c) paisagens de excepcional beleza que são de grande interesse ao desenvolvimento turístico.

Ouvindo o Colegiado e atendendo ao que consta do processo 20.868-79, o Diretor da Secretaria Executiva, com anuência do Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, resolve:

Art. 1.º — Devem ser considerados objetos de interesse para fins de tombamento:

a) formas de vegetação nativa remanescentes, em especial as áreas onde essa cobertura vegetal esteja ameaçada de extinção iminente;

b) formas de vegetação secundária que se destacam pelo seu valor científico ou pela escassez de formas originais;

c) áreas que se destacam pela existência de monumentos geológicos, de feições geomorfológicas e pedológicas particulares;

d) áreas cuja paisagem mantém o equilíbrio do sistema ambiental garantindo a manutenção de mananciais (que são feições geológicas e geomorfológicas particulares);

e) áreas consideradas "habitat" de espécies animais raras;

f) paisagens que constituem exemplos de atuação antrópica, efetuada através de manejos que levam em conta a preservação do espaço territorial e das estruturas sociais locais;

g) toda paisagem alterada ou não pela ação antrópica, que se caracterize pela

sua expressividade, raridade e beleza excepcional, e pelo que a mesma representa em termos de interesse turístico, social e científico.

Art. 2.º — Quanto à natureza jurídica da ocupação e propriedade de terras:

a) como as áreas-objeto de tombamento quase sempre envolvem mais de um proprietário, para efeito das medidas legais pertinentes, na impossibilidade de obter a relação desses proprietários, a notificação deve ser feita através de editais a serem publicados pela imprensa oficial e outro órgão de grande circulação. Essa forma permite viabilizar o processo de tombamento de paisagens uma vez que, na maioria dos casos, existe uma indefinição da propriedade da terra. Não se pode admitir que áreas de reconhecido valor como patrimônio cultural turístico e histórico possam deixar de ser consideradas e efetivamente estudadas para fins de tombamento devido a problemas de uso, posse e propriedade de terras.

Art. 3.º — Quanto a questões de ordem técnica:

a) impõe-se um estudo pormenorizado a ser elaborado por um corpo técnico, que defina normas para os diferentes tipos de tombamento previsto para as paisagens e que dê início ao inventário do patrimônio paisagístico cultural do Estado, a exemplo do que se vem efetuando no caso de tombamentos de bens arquitetônicos;

b) dada a grande variedade e interação dos objetos passíveis de interesse para tombamento, recomendamos como diretriz fundamental que, em cada caso, se efetuem, dentro dos quadros do ETCR, com a colaboração de especialistas, quando necessário, estudos específicos que incluam a demarcação e os correspondentes planos de manejo das áreas cujo tombamento está em discussão, podendo levar a propostas que impliquem usos variados em função de sua caracterização;

c) os planos de manejo devem ter a preocupação de respeitar as estruturas sociais e econômicas das populações locais, assim como a sua dinâmica. Devem esses planos ser suficientemente flexíveis para prever nas paisagens tombadas zonas de uso heterogêneo, com diferentes graus de restrição;

d) para efeito de fiscalização da área e inclusive para os estudos a que se refere o item "b" é fundamental contar com a colaboração de entidades públicas e privadas voltadas, embora com objetivos diferentes, à preservação da área objeto de tombamento;

e) as comunidades locais, assim como a comunidade em geral, devem ser conscientizadas da importância da preservação da área e no caso de áreas onde se pretenda uma atividade turística devem ser orientadas quanto ao uso das mesmas para fins de lazer.

ANEXO C - Diretrizes, Normas e Recomendações Preliminares do Tombamento da Serra do Mar - Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção I, 14 de janeiro de 1989, p. 13.

Cultura

Secretário
Fernando Gomes de Morais

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

(Resolução 40, de 6-6-83)

DIRETRIZES, NORMAS E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

(Aprovadas pelo Egégio Colegiado em 22 de janeiro de 1983)

Este documento foi elaborado pela Equipe de Áreas Naturais do Condephaat, usando dados e informações reunidos durante a elaboração da primeira fase do Plano Sistemático do Tombamento da Serra do Mar, que está sendo realizado em conjunto pelo Condephaat, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Energia, com a colaboração técnica e material da Sudelap, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, Ceresb, Sispes e Instituto Agrônomo de Campinas.

NORMAS E RECOMENDAÇÕES

1. Disposições gerais sobre a área.
1.1. Nos parâmetros estaduais, reservas biológicas e estações ecológicas serão aplicadas as restrições estabelecidas pela legislação de cada unidade de preservação.

1.2. O Condephaat deverá ser informado e opinar sobre os planos de manejo dessas unidades de preservação.

2. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e demais áreas abrangidas pelo tombamento e que não pertençam às unidades de preservação não item anterior, estão sujeitas às restrições, normas e diretrizes estabelecidas neste documento.

3. Os mesmos princípios prevalecerão nas unidades de preservação que forem criadas na área abrangida pelo tombamento.

4. O Condephaat declara área de preservação permanente, além das demais previstas no Código Florestal, as áreas com declividade entre 45% e 100% conforme previer o art. 3º do mesmo diploma legal.

5. O Condephaat considera de relevante interesse social a proibição de remoção da flora e o extrativismo vegetal nas áreas de preservação permanente e enfia-se que tal proibição atende aos interesses preservacionistas que motivaram o tombamento da Serra do Mar.

6. Nas APAs é proibida a remoção da cobertura vegetal nas áreas com declividade superior a 35%.

7. Nos locais onde a cobertura vegetal foi removida ou alterada, deverá ser promovida sua recuperação.

8. Toda e qualquer recomposição florística deverá ser feita utilizando-se espécies da flora original.

9. A fachada de vegetação natural das dunas, antedunas e junco das áreas de domínio da Marinha, não poderão ser removidas, ter sua permeabilidade alterada ou receber qualquer tipo de intervenção.

10. Toda ocupação do solo obriga o proprietário a destinar uma parcela do terreno para "reserva de vegetação", nas seguintes proporções, em função da declividade média do terreno:

declividade média	área de reserva
0 a 10%	20%
11 a 20%	30%
21 a 30%	40%
31 a 40%	50%
41 a 45%	60%

11. Para efeito do cálculo da declividade média e da área de "reserva de vegetação" serão consideradas apenas as áreas úteis do terreno, ou seja, a área total do terreno menos as áreas de preservação permanente.

12. A área destinada a "reserva de vegetação" deve ser contínua.

13. As áreas destinadas a "reserva de vegetação" devem ser gravadas com perpetuidade. O vínculo comunitário de terra assinado, pelo proprietário, perante a autoridade florestal e está arrolado à margem da inscrição no Registro Público (conforme previsto no artigo 6º do Código Florestal).

14. O compromisso supõe: obrigação de preservação, responsabilidade pela recuperação na eventualidade de degradação acidental; extensão dos compromissos a todos herdeiros e sucessores.

15. As áreas de preservação permanente que fazem parte do terreno ou alheio deverão ser incluídas na atribuição da "reserva de vegetação".

C. Preservação dos valores cênicos

1. O uso e a ocupação do solo na área tombada deve respeitar a paisagem e as qualidades cênicas da ambiência. Nesse sentido, os projetos não devem se impor à paisagem; quando isto for impossível, o projeto deve ser elaborado de forma a camuflar as construções ou intervenções pela vegetação.

2. Deverá constar dos projetos de parcelamento do solo, condomínios e quaisquer construções ou edificações, a discriminação dos seguintes parâmetros:

- Área construída (máxima) — AC
- Área ocupada (máxima) — AO
- Área impermeabilizada (máxima) — AI
- Área de permeabilidade alterável (máxima) — PA

3. No caso de parcelamento do solo, uma vez aprovados os parâmetros pelo CONDEPHAAAT, eles deverão constar no contrato de compra e venda dos lotes, obrigando o comprador e seus sucessores a cumpri-los.

4. Nas planícies costeiras, na faixa de 1.000 metros a partir da área de domínio da Marinha, a altura máxima das edificações é de 5 metros. Nas outras áreas abrangidas pelo tombamento, a altura máxima das edificações é de 7 metros.

5. Estes limites só poderão ser excecionados quando a edificação for de interesse público e social e não houver solução técnica alternativa, cabendo a decisão final ao Condephaat.

6. O aumento deve acompanhar o traçado das curvas de nível.

7. A declividade máxima permitida é de 12%, salvo situações excepcionais.

8. Deve-se reservar uma faixa de vegetação natural ao longo das margens das rodovias, ruas e vias de acesso.

9. Nas planícies costeiras, entre a rodovia, estrada vicinal ou rua mais próxima da praia, é obrigatório deixar acesso para pedestres com largura mínima de 4 metros.

10. A distância máxima entre acessos é de 200 metros.

11. O Condephaat exigirá os estudos e documentos que forem necessários para a altura a ser fixada na implantação de qualquer atividade ou construção de qualquer obra na área tombada.

12. O Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) exigido pela Resolução 118 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) para vários tipos de atividades e obras, deverá ser enviado ao Condephaat para aprovação.

13. A apresentação do RIMA não exime o interessado de outras exigências do Condephaat.

14. Todo projeto de uso e ocupação do solo deverá incluir um plano de captação e distribuição de água que deverá ser previamente aprovado pelo órgão público competente.

15. Quando a captação for feita fora de rede de distribuição municipal, o interessado deverá incluir a localização precisa da nascente ou curso de água que será utilizado.

16. O lançamento de efluentes não poderá provocar contaminação, poluição (química, térmica e radiativa), aumento da turbidez ou assoreamento do corpo de água que os recebe.

17. É proibido o lançamento de qualquer tipo de esgoto ou efluente in natura.

18. É proibido o lançamento de qualquer tipo de esgoto ou efluente que provoque danos à flora e fauna autóctones, bem como à vegetação marginal.

19. Os projetos de lançamentos de esgoto deverão ser aprovados pelo órgão público competente, tendo em vista as restrições contidas neste documento.

20. Todo projeto de uso e ocupação do solo deverá apresentar plano de eliminação de esgoto, água servida, efluente, etc., previamente aprovado pelo órgão público competente, atendendo às exigências do item anterior.

21. Não é recomendada a deposição, de qualquer tipo na área tombada, sendo terminantemente proibida sua disposição a céu aberto (lixões).

22. Toda eliminação de lixo em área tombada deverá ser objeto de rigoroso estudo pelo órgão público competente, cabendo a aprovação final ao Condephaat.

23. Obras de infra-estrutura.

1. A interferência no ambiente provocada pelas obras de infra-estrutura deve ser a mínima possível, de forma a obter a máxima preservação da biota, bem como da paisagem e suas qualidades cênicas.

2. Os projetos de infra-estrutura enviados ao Condephaat para aprovação deverão incluir as seguintes informações suplementares:

1. Exposição dos motivos sociais e econômicos que justificam a obra pretendida.

2. Traçado preciso (em planta de localização).

3. Levantamento geológico e geotécnico.

4. Manguezais e áreas úmidas reconhecidas.

5. Para efeito desta regulamentação, considera-se como área de manguezal: o mangue propriamente dito, as formações vegetais mistas e as áreas alagadas conectadas ao mangue.

6. Os manguezais não poderão sofrer qualquer tipo de intervenção (direta ou indireta), salvo para pesquisa científica e educação ambiental.

7. Toda atividade científica ou educativa que envolva interferência no ecossistema só poderá se desenvolver se for previamente autorizada pelo CONDEPHAAAT.

8. Dada a fragilidade dos manguezais e sua dependência de ecossistemas adjacentes, está proibida em todas as áreas que os influenciam, as atividades, usos e ocupação que provoquem qualquer tipo de poluição hídrica, modificação do regime da água, padrão de sedimentação e da estabilidade do substrato.

G. Ilhas

1. São consideradas atividades compatíveis com os ecossistemas insulares a pesquisa científica, a educação ambiental e o lazer, desde que não interfiram no ecossistema, modificando a cobertura vegetal ou a morfologia do terreno.

2. A ocupação e a atividade calçaria tradicionais são permitidas em todos os tipos de ilhas apenas nas áreas e na forma em que historicamente ocorrerem.

3. É permitida a instalação de equipamentos e edificações de apoio à navegação marítima pela marinha do Brasil, desde que ovidio o Condephaat.

4. É proibida toda e qualquer introdução de espécies animais e vegetais exóticas nas ilhas.

5. O Condephaat declara área de preservação permanente as ilhas, livres e lias de 0,1 a 20 ha, de área na projeção horizontal, sendo permitidas somente as atividades descritas no item 1.

6. Nas ilhas de 50 a 500 ha, todas as áreas com declividade superior a 20% são de finalidade de preservação permanente, além das já previstas pelo Código Florestal.

7. Só será permitida a alteração da permeabilidade do solo de 0,1% da área total da ilha.

8. A soma das áreas construídas não poderá ultrapassar 0,1% da área total da ilha.

9. A altura das edificações não poderá ultrapassar 5 metros da topografia original do terreno e não poderá exceder "1 metro no local".

10. Não é permitido amarramento quando isso implica na impermeabilização do terreno. A comunicação entre as várias partes da ilha deverá ser feita através de trilhas conforme as recomendações para abertura de trilhas nos parques estaduais.

11. As ilhas com mais de 500 ha, serão estudadas individualmente, dada a natureza diferenciada de suas paisagens e história de ocupação. Até a conclusão destes estudos, serão aplicadas as mesmas normas previstas para as áreas continentais.

H. Mineração

1. A atividade mineral (pesquisa, prospecção, lavra e beneficiamento) é considerada incompatível com a preservação do bem tombado.

2. Os responsáveis por atividade mineral já autorizada deverão apresentar um Relatório de Impacto ao Meio Ambiente e elaborar um plano de adequação aos requisitos previstos nas normas do tombamento.

3. Nas atividades minerárias só serão admitidas em casos excepcionais e desde que seja elaborado um plano detalhado de recuperação da área, aprovado pelo Condephaat.

4. Não será admitida qualquer atividade mineral em áreas que se caracterizam por uma paisagem expressiva, rara ou de beleza excepcional (cavernas, minas, dunas eólicas, lias etc.), quando implicar em remoção de estruturas camadas de solo ou vegetação (litif), bem como em áreas e sítios de importância para a reprodução e sobrevivência de espécies animais e nas áreas de preservação permanente.

I. Atividade Industrial

1. A atividade industrial é considerada incompatível com a preservação do bem tombado.

2. Os responsáveis pelas indústrias já instaladas e devidamente autorizadas deverão apresentar um Relatório de Impacto ao Meio Ambiente e elaborar um plano de adequação às normas e exigências previstas neste regulamento.

J. Atividades agropecuárias

1. As atividades agropecuárias devem obedecer as normas e exigências estabelecidas na regulamentação da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar.

L. Disposições finais

1. O atendimento das exigências previstas neste regulamento não exime o interessado de outras exigências legais.

2. Quando as normas aqui previstas conflitarem com as disposições de outras legislações ou regulamentos vigentes, prevalecem as mais restritivas.

ANEXO D - Coordenadas geográficas dos bens Tombados e dos com potencial interesse ao patrimônio natural

Bens Tombados pelo Condephaat	Latitude	Longitude
Arquipélago de Alcatrazes	-24,0928	-45,6811
As Ilhas	-23,7900	-45,7106
Bairro do Cafundó	-23,6706	-47,6567
Bairro do Pacaembu	-23,5439	-46,6672
Bairros dos Jardins	-23,5731	-46,6764
Bosque dos Jequitibás	-22,9083	-47,0492
Chácara Baronesa	-23,6928	-46,5356
Chácara Tangará	-23,6322	-46,7214
Cratera de Colônia	-23,8694	-46,7067
Horto Edmundo Navarro de Andrade	-22,4067	-47,5269
Ilha Cambaquara	-23,7714	-45,7467
Ilha Castilho	-25,2733	-47,9550
Ilha Comprida	-23,3997	-44,8519
Ilha da Aleluia	-24,0500	-46,2669
Ilha da Cocanha	-23,5825	-45,3114
Ilha da Lagoa	-23,8603	-45,2861
Ilha da Moela	-24,0492	-46,2650
Ilha da Pedra	-23,3528	-44,8928
Ilha da Pesca	-23,3844	-44,8881
Ilha da Ponta da Aldeia ou Pedra Meia Praia	-24,2539	-46,8903
Ilha da Prainha	-23,8717	-46,1347
Ilha da Prainha Branca	-23,8717	-46,1347
Ilha da Queimada Grande	-24,4844	-46,6744
Ilha da Queimada Pequena	-24,3750	-46,8067
Ilha da Selinha	-23,3886	-44,8878
Ilha das Cabras	-24,0083	-46,2172
Ilha das Cabras	-23,8292	-45,3925
Ilha das Couves	-23,4175	-44,8558
Ilha das Couves de São Sebastião	-23,8022	-45,7203
Ilha das Galhetas	-23,8886	-45,2636
Ilha das Palmas	-24,0089	-46,3244
Ilha das Palmas	-23,5464	-45,0286
Ilha das Pombas ou do Negro	-23,3367	-44,9083
Ilha de Búzios	-23,8036	-45,1381
Ilha de Massaguaçu	-23,5828	-45,3114
Ilha de Peruíbe	-24,3608	-46,9811
Ilha de Peruíbe	-24,3608	-46,9811
Ilha do Bom Abrigo	-25,1219	-47,8581
Ilha do Boquete	-24,4106	-47,0017
Ilha do Cambriú	-25,1650	-47,9122
Ilha do Costão	-23,8886	-45,2592
Ilha do Guaraú e Ilhota	-24,3808	-46,9856

Bens Tombados pelo Condephaat	Latitude	Longitude
Ilha do Mar Casado	-23,9731	-46,1822
Ilha do Mar Virado	-23,5667	-45,1539
Ilha do Maracujá	-23,7731	-45,8000
Ilha do Mato ou Prainha	-24,0253	-46,2928
Ilha do Pau a Pino	-24,0500	-46,2669
Ilha do Perequê	-23,9275	-46,1700
Ilha do Pombeva	-24,0017	-46,2544
Ilha do Pontal ou da Ponta	-23,5325	-45,2122
Ilha do Prumirim e Pequena	-23,3856	-44,9458
Ilha do Tamanduá	-23,5972	-45,2875
Ilha do Toque-Toque	-23,8508	-45,5233
Ilha do Urubuquegaba	-23,9739	-46,3525
Ilha dos Arvoredos	-23,9669	-46,1669
Ilha dos Castelhanos	-23,8508	-45,2781
Ilha dos Gatos	-23,8053	-45,6694
Ilha dos Guarás	-23,8847	-46,1297
Ilha dos Porcos Pequena	-23,3778	-44,9025
Ilha Givura	-24,1944	-46,7922
Ilha Maranduba	-23,5494	-45,2169
Ilha Monte de Trigo ou Montão de Trigo	-23,8639	-45,7806
Ilha Monte Pascoal	-23,8261	-46,0258
Ilha Rapada	-23,4258	-44,9031
Ilha Redonda	-23,3522	-44,9036
Ilha Serraria	-23,8128	-45,2278
Ilha Sumítica	-23,8272	-45,1544
Ilhota da Carapuça	-23,4044	-44,8500
Ilhota da Comprida	-23,4044	-44,8500
Ilhota da Comprida	-23,3994	-44,8556
Ilhota das Cabras	-23,7478	-45,0203
Ilhota das Couves	-23,4228	-44,8606
Ilhota das Couves	-23,4108	-44,8525
Ilhota de Dentro	-23,5475	-45,1553
Ilhota de Dentro	-23,5475	-45,1553
Ilhota de Fora	-23,5586	-45,1511
Ilhota do Itassucê	-23,8317	-45,4433
Ilhota do Juquey	-23,7717	-45,7467
Ilhota do Sul	-23,5633	-45,0775
Ilhota Praia Grande ou Iporanga	-23,8925	-46,1369
Ilhote da Cocanha	-23,5864	-45,3097
Ilhote Prumirim ou Ilha Pequena	-23,3878	-44,9372
Jardim da Luz	-23,5331	-46,6350
Jardins da Orla de Santos	-23,9725	-46,3253
Laje Bertioga	-23,8092	-46,0139
Laje da Conceição	-24,2369	-46,6903
Laje de Parnapuã	-24,4081	-46,9994

Bens Tombados pelo Condephaat	Latitude	Longitude
Laje de Santos	-24,3242	-46,1675
Laje de Santos	-24,3197	-46,1814
Laje do Apará	-23,8281	-45,5422
Laje do Forno	-23,5486	-45,0331
Laje do Perequê	-23,9461	-46,1531
Laje dos Moleques	-23,8281	-45,4128
Laje Feia	-23,3908	-44,9383
Laje Grande	-23,4122	-44,9356
Laje Grande do Perequê	-23,4992	-45,1025
Laje Mofina	-23,4028	-44,8972
Laje Noite Escura	-24,3744	-46,8039
Laje Pequena	-23,3847	-44,9350
Laje Ponta de Itaipu	-24,0253	-46,3878
Maciço da Juréia	-24,5592	-47,2511
Mata Santa Genebra	-22,8231	-47,1150
Morro do Botelho	-23,9939	-46,2647
Morro do Icanhema	-24,0122	-46,2936
Morro do Juquery	-23,3000	-46,5833
Morro do Monduba	-24,0314	-46,2828
Morro do Pinto	-24,0217	-46,2861
Morro Grande	-23,7269	-46,9700
Nascentes do Tietê	-23,5722	-45,7358
Palácio do Imperador	-20,6417	-51,5136
Parque da Aclimação	-23,5744	-46,6283
Parque da Água Branca	-23,5303	-46,6694
Parque da Independência	-23,5831	-46,6094
Parque do Ibirapuera	-23,5875	-46,6581
Parque do Povo	-23,5881	-46,6886
Parque do Varvito	-23,2675	-47,3200
Parque Residencial Saboya	-23,5331	-46,6517
Parque Rocha Mooutonné	-23,2094	-47,3028
Parque Tenente Siqueira Campos	-23,5622	-46,6572
Pedra Grande de Atibaia	-23,1694	-46,5297
Pico do Jaraguá	-23,4583	-46,7667
Pico Olho D'Água	-23,2972	-46,5814
Ponta do Baleeiro	-23,8292	-45,4233
Ponta do Itapua	-23,8325	-45,5219
Sambaquis em Ilha Comprida	-25,0183	-47,9006
Serra da Cantareira	-23,4014	-46,5900
Serra de Atibaia	-23,1819	-46,5078
Serra do Boturuna	-23,4322	-46,9983
Serra do Guararu	-23,8961	-46,1672
Serra do Japi	-23,2886	-46,9869
Serra do Mar	-23,7306	-46,0750
Unidades Habitacionais de Picinguaba	-23,3781	-44,8369

Bens Tombados pelo Condephaat	Latitude	Longitude
Vale do Quilombo	-23,8403	-46,3233

Potencial Interesse – Relevo/Litologia	Latitude	Longitude
Cachoeira da Bocaina	-22,0853	-47,7314
Cachoeira do Bernardo Alemão	-23,7472	-47,5522
Cachoeira do Berne	-23,6022	-47,4128
Cachoeira Monte São	-22,0381	-47,5339
Campo de Geiseritos de Anhembi	-22,7583	-48,1731
Lavas Almofadadas (Pillow Lavas)	-23,4014	-47,0111
Maciço da Ilha do Cardoso	-25,1211	-47,9706
Maciço do Bonilha	-23,7292	-46,5169
Mirante de Peruibe	-24,2708	-46,9517
Mirante do Buquirinha	-23,1111	-45,9217
Mirante do Falcão	-22,4275	-47,8839
Mirante do Poncianos	-22,8889	-46,0067
Mirante do Vale do Barbosa	-22,2547	-49,9700
Mirante dos Poncianos	-22,8889	-46,0072
Mirante Pinheiros/Lapa	-23,5375	-46,7103
Mirante São José	-23,7081	-46,4097
Monte Serrat	-23,9394	-46,3303
Morro Agudo	-23,2589	-48,2233
Morro Alegre	-23,3314	-48,2039
Morro Bicudinho	-22,2703	-47,9836
Morro Cabeça de Nego	-23,7517	-46,0692
Morro Capitão Brasil	-22,1583	-47,5642
Morro Cascavel	-21,1303	-47,2264
Morro Chato	-21,8011	-48,0217
Morro da Armação	-23,8597	-46,1289
Morro da Bocaina	-21,1761	-47,2081
Morro da Bocaina da Boa Vista	-22,0242	-48,2008
Morro da Broa	-21,3353	-48,5753
Morro da Cachoeira	-23,9494	-46,3625
Morro da Cachoeira	-21,4253	-46,9675
Morro da Cachoeirinha	-20,1419	-47,3772
Morro da Calçada	-23,9242	-46,2081
Morro da Campina	-23,9911	-46,2506
Morro da Cana	-23,9339	-46,1872
Morro da Caneleira	-23,9422	-46,3586
Morro da Cataia	-25,1414	-48,1583
Morro da Conquista	-21,1578	-47,9017
Morro da Corujá	-21,0986	-47,4114
Morro da Fazenda Tesouro	-23,8017	-48,5036
Morro da Figura	-22,0144	-48,1917
Morro da Fumaça	-21,7653	-47,9044

Potencial Interesse – Relevo/Litologia	Latitude	Longitude
Morro da Macumba	-23,8208	-46,4717
Morro da Mãe Maria	-23,9256	-46,4839
Morro da Mesa	-20,9283	-47,1894
Morro da Pedreira	-23,6275	-45,3944
Morro da Praia Saco do Major	-24,0158	-46,3158
Morro da Rosca	-20,9236	-47,2100
Morro da Santa	-23,0806	-47,9889
Morro da Serraria	-23,7986	-45,2906
Morro da Tapera	-23,8622	-46,3681
Morro da Vitória	-21,1669	-47,7772
Morro da Vitória	-21,1669	-47,7772
Morro das Antenas	-23,4181	-46,0292
Morro das Campinas	-23,9994	-46,4083
Morro das Neves	-23,8953	-46,3467
Morro das Torres	-22,3875	-46,9597
Morro das Três Pedras	-23,0128	-48,3083
Morro de Araçoiaba da Serra	-23,4400	-47,6344
Morro de Itaguaçu	-24,1828	-46,7906
Morro de Rubião Júnior	-22,8931	-48,4897
Morro de Santa Luzia	-21,2147	-48,5844
Morro de São Lourenço	-23,7964	-45,9961
Morro do Almeirín	-24,0014	-46,4019
Morro do Avaré	-23,2117	-48,5625
Morro do Baú	-22,2669	-47,8386
Morro do Baú	-20,9386	-47,1925
Morro do Brumado	-22,0447	-48,0833
Morro do Cabrão com sambaquis	-23,9181	-46,2833
Morro do Camelo	-22,1114	-47,6903
Morro do Capuava	-23,3989	-46,9942
Morro do Catupé	-23,9564	-46,3572
Morro do Chapéu	-24,1419	-48,9558
Morro do Chapéu	-22,8906	-48,4167
Morro do Chico do Paula	-23,9353	-46,3572
Morro do Cristo	-22,6878	-46,6814
Morro do Cruzeiro	-23,5383	-47,1453
Morro do Cruzeiro	-21,7908	-47,1994
Morro do Cruzeiro	-21,4656	-47,5469
Morro do Curussu-mirim	-23,4294	-45,0633
Morro do Cuscuzeiro	-22,1181	-47,6947
Morro do Diabo	-22,5192	-52,2775
Morro do Farol	-23,6328	-45,3883
Morro do Forno	-21,1181	-47,3489
Morro do Forte de Jurubatuba	-24,0200	-46,3956
Morro do Gamelão	-22,2292	-48,2894
Morro do Guaiuba	-24,0128	-46,2942

Potencial Interesse – Relevo/Litologia	Latitude	Longitude
Morro do Itaguaçu	-24,1828	-46,7906
Morro do Itararé	-23,9653	-46,3633
Morro do Jabaquara	-23,9433	-46,3419
Morro do Japuí	-23,9867	-46,3869
Morro do Jardim Aguapeú	-24,0978	-46,6325
Morro do Limoeiro	-22,2547	-48,2989
Morro do Lobo	-21,1172	-47,4767
Morro do Marapé	-23,9486	-46,3489
Morro do Marco Geodésico	-22,8764	-48,8469
Morro do Mazagão	-23,8944	-46,4494
Morro do Melo ou Serrinha	-20,9139	-47,2258
Morro do Mirante	-22,0894	-50,3622
Morro do Mursa	-23,2569	-46,8006
Morro do Ouro	-24,5147	-48,8325
Morro do Pançudo	-21,9553	-48,2092
Morro do Papagaio	-23,8917	-45,4164
Morro do Paranambuco - Pedra da Esfinge	-24,1992	-46,8050
Morro do Passarelli	-22,0536	-48,1744
Morro do Peixe	-23,9336	-46,1792
Morro do Pernambuco	-23,9550	-46,1747
Morro do Peru	-22,8781	-48,4092
Morro do Pião	-22,1536	-48,5625
Morro do Pico Alto	-23,1858	-48,8622
Morro do Rochaverá	-24,0056	-46,3936
Morro do Saboó	-23,4775	-47,1664
Morro do Saboó (Santos)	-23,9367	-46,3483
Morro do Salto	-24,1344	-48,9597
Morro do Sapucaitava	-24,1900	-46,7925
Morro do Seladinho	-21,0739	-47,4686
Morro do Tejereba	-23,9828	-46,2553
Morro do Urubu	-23,2828	-49,6031
Morro do Vigia	-23,9417	-46,1694
Morro do Voturuá	-23,9578	-46,3642
Morro dos Barbosas	-23,9728	-46,3881
Morro dos Macacos	-22,7875	-45,4761
Morro dos Órgãos	-23,0500	-48,2628
Morro Frio	-22,2639	-47,9464
Morro Grande	-23,0378	-48,2806
Morro Grande - Aguapeú, Itanhaém	-24,1206	-46,7664
Morro Guarapá	-23,8942	-46,3136
Morro Luís Máximo	-23,2961	-48,2031
Morro Mãe Maria	-23,9256	-46,4839
Morro Mazagão	-23,8944	-46,4494
Morro Monte Alegre	-21,6022	-46,8483
Morro Pelado	-22,2889	-47,8139

Potencial Interesse – Relevo/Litologia	Latitude	Longitude
Morro Pelado	-23,2600	-48,2433
Morro Piaçaguera	-23,9039	-46,4319
Morro Riberirão Bonito	-22,0456	-48,2775
Morro Riberirão Bonito	-22,1150	-48,1889
Morro Santa Cruz	-21,0811	-47,1797
Morro Santo Antônio	-23,6103	-45,4036
Morro São João	-25,0239	-47,9256
Morro São João	-20,1606	-47,4306
Morro São João	-20,0217	-47,7025
Morro São Luis	-21,1986	-47,4178
Morro São Salustiano	-23,9936	-46,3978
Morro Solteiro ou Redondo	-20,1389	-47,3994
Morro Sorocotuba	-23,9867	-46,1911
Morro Vinte	-19,9806	-47,4747
Morro Xixová	-24,0017	-46,3964
Nascentes do Córrego Camacua	-22,1022	-50,2594
Nascentes do Córrego do Lontra - Presidente Alves	-22,0889	-49,4317
Nascentes do Ribeirão da Barra Grande	-22,4008	-49,7872
Nascentes do Ribeirão Guaiuvira	-22,1075	-50,2383
Nascentes do Rio Batalha	-22,4919	-49,0600
Nascentes do Rio Capivari	-23,1028	-46,8411
Paredão do Ipê	-22,2342	-49,9481
Parque das Neblinas	-23,7456	-46,1681
Parque do Mirante	-22,7156	-47,6536
Parque Ecológico do Basalto	-21,7708	-48,1303
Parque Ecológico Perequê	-23,8450	-46,4244
Parque Estadual das Furnas do Bom Jesus	-20,2250	-47,4269
Parque Municipal do Morro São Bento	-21,1731	-47,7994
Parque Natural Municipal Cachoeira da Marta	-22,9361	-48,2672
Pedra Bela Vista	-22,5917	-46,4747
Pedra da Boracéia	-23,6753	-45,8119
Pedra da Torrinha	-22,5019	-48,2361
Pedra das Flores	-22,9011	-46,3403
Pedra de Lual	-22,8936	-46,8400
Pedra de Tórquer	-23,9781	-46,5369
Pedra do Cume	-22,9056	-46,3442
Pedra do Elefante	-23,6403	-46,3636
Pedra do Garrafão	-23,6622	-46,0289
Pedra do Índio	-22,9708	-48,3586
Pedra do Lagarto	-23,4714	-46,1778
Pedra do Tórquer	-23,9781	-46,5369
Pedra do Urubu	-22,9881	-46,4319
Pedra dos Cabritos	-22,8969	-46,3356
Pedra dos Cinco Dedos	-22,8933	-46,3294
Pedra Grande	-23,7367	-46,2472

Potencial Interesse – Relevo/Litologia	Latitude	Longitude
Pedra Grande	-22,7336	-45,4117
Pedra Mor	-22,9056	-46,8264
Pedra Partida	-23,8856	-46,0142
Pedra Preta	-22,4700	-46,5500
Pedra Redonda	-22,8869	-46,0222
Pedra Selada	-23,8258	-46,0431
Pedra Vermelha	-22,8692	-45,9619
Pico da Cascavel	-22,6433	-46,4822
Pico da Esplanada	-23,6697	-46,0442
Pico da Saudade	-23,2858	-45,8058
Pico das Cabras	-22,9050	-46,8292
Pico de São Sebastião	-23,8744	-45,3794
Pico do Ataque	-22,5811	-45,2594
Pico do Baepi	-23,7908	-45,3328
Pico do Corcovado (Serra do Mar - Ubatuba)	-23,4486	-45,1928
Pico do Cruzeiro	-23,6381	-46,4317
Pico do Descalvado	-23,8722	-47,3103
Pico do Diamante	-22,7911	-45,5708
Pico do Fonseca	-22,6039	-46,6989
Pico do Imbiri	-22,7006	-45,5856
Pico do Itapeva	-22,7667	-45,5225
Pico do Morro de Araçoiaba	-23,4497	-47,6178
Pico do Ramalho	-23,8689	-45,3542
Pico do Selado	-22,8964	-46,0517
Pico do Urubu	-23,4844	-46,2069
Pico dos Marins	-22,5000	-45,0992
Pico Focinho de Cão	-22,6253	-45,2600
Pico Marinzinho	-22,4925	-45,1169
Pico Trabiju	-22,9125	-45,7350
Queixo das Antas	-22,8786	-45,8981
Serra da Cobiça	-20,9631	-47,1733
Serra da Graciosa	-21,3278	-47,3822
Serra da Itaoca	-21,3167	-47,2861
Serra da Lage	-21,2042	-47,3208
Serra da Lajinha	-21,1439	-47,1517
Serra da Vazante	-21,0811	-47,2319
Serra de Itaberaba	-23,2933	-46,3875
Serra de Itatins	-24,3589	-47,2164
Serra do Guaraú	-24,3472	-47,0456
Serra do Itapety	-23,4714	-46,1778
Serra do Itaquí	-23,4853	-46,9331
Serra do Lopo	-22,9089	-46,3553
Serra do Matão	-23,4869	-49,0694
Serra do Olho	-21,5519	-47,6619
Serra do Paredão	-21,1633	-47,2081

Potencial Interesse – Relevo/Litologia	Latitude	Longitude
Serra dos Cocais	-23,0025	-46,9608
Serra dos Pães	-23,5947	-49,5047
Serra Leite Sol	-22,9856	-46,5953
Serra Negra	-22,6189	-46,6767
Torre de Pedra	-23,2700	-48,2069
Três Montanhas	-23,4661	-46,7936

Potencial Interesse - Área Verde	Latitude	Longitude
Banhado de São José dos Campos	-23,1811	-45,9019
Bosque Embu das Artes	-23,6317	-46,8181
Bosque Maia	-23,4581	-46,5297
Bosque Municipal de Águas da Prata	-21,9333	-46,7156
Bosque Municipal de Batatais	-20,9014	-47,5842
Bosque Municipal de Catanduva	-21,1261	-48,9642
Bosque Municipal de Chavantes	-23,0431	-49,7114
Bosque Municipal de Cruzeiro	-22,5653	-44,9553
Bosque Municipal de Garça	-22,2119	-49,6458
Bosque Municipal de Jaboticabal	-21,2561	-48,3089
Bosque Municipal de Santa Rosa do Viterbo	-21,4806	-47,3714
Bosque Municipal de São José do Rio Preto	-20,7769	-49,3544
Bosque Municipal Dr. Octávio de Moura Andrade	-22,5925	-47,8817
Cerrado São José dos Campos	-23,2794	-45,8828
Chácara da Fonte	-23,5728	-46,7194
Colégio Nossa Senhora do Morumbi	-23,6131	-46,7333
Escola Ambiental Municipal "Bosque do Saber"	-23,0978	-47,2025
Estação Ecológica Barreiro Rico	-22,6761	-48,1475
Estação Ecológica de Angatuba	-23,4122	-48,3500
Estação Ecológica de Assis	-22,5836	-50,3764
Estação Ecológica de Bauru	-22,2358	-49,0836
Estação Ecológica de Caetetus	-22,4031	-49,1986
Estação Ecológica de Valinhos	-22,9625	-47,0156
Estação Ecológica Ibicatu	-22,7814	-47,8211
Estação Ecológica Jataí - Área I	-21,5964	-47,7875
Estação Ecológica Jataí - Área II	-21,5361	-47,8219
Estação Ecológica Mico Leão Preto - Gleba Ponte Branca	-22,4164	-52,5150
Estação Ecológica Mico Leão Preto - Gleba Santa Maria	-22,2250	-52,2275
Estação Ecológica Mico Leão Preto - Gleba Tucanos	-22,4764	-52,4733
Estação Ecológica Paulo de Faria	-19,9442	-49,5303
Estação Ecológica São Carlos	-22,0828	-48,0269
Estação Experimental de Buri	-23,6753	-48,5550
Estação Experimental de Itirapina	-22,2250	-47,8422
Fazenda da Estação Experimental de Monte Alegre do Sul	-22,6967	-46,6725
Fazenda do Carmo	-23,5872	-46,4661
Fazenda Serra D'Água	-22,9558	-47,0456

Potencial Interesse - Área Verde	Latitude	Longitude
Floresta da Trilha da Moto	-22,2958	-48,9356
Floresta do Tibagi	-23,1072	-49,3847
Floresta Estadual de Avaré	-23,0992	-48,9028
Floresta Estadual de Manduri	-23,0131	-49,3519
Floresta Municipal de Araraquara	-21,7383	-48,1786
Floresta Municipal Irmãos Villas Boas	-22,8417	-48,4572
Fundação Maria Luísa e Oscar Americano	-23,6039	-46,7106
Horto Florestal de Avaré II	-23,0403	-48,9056
Horto Florestal de Bauru	-22,3106	-49,0381
Horto Florestal de Casa Branca	-21,7714	-47,0747
Horto Florestal de Guarulhos	-23,3731	-46,3986
Horto Florestal de Itatinga	-23,0508	-48,6333
Horto Florestal de Limeira	-22,6192	-47,3617
Horto Florestal de Mairinque	-23,5467	-47,1761
Horto Florestal de Mogi-guaçu	-22,4525	-46,9508
Horto Florestal de Mogi-mirim	-22,4525	-46,9497
Horto Florestal de Santa Rita do Passa Quadro	-21,7317	-47,4894
Horto Florestal de Sertãozinho	-21,1325	-48,0142
Horto Florestal de Votuporanga	-20,4078	-49,9517
Horto Florestal II de Avaré	-23,0403	-48,9056
Horto Municipal de São Pedro	-22,6031	-47,8764
Horto Municipal de Socorro	-22,5764	-46,5292
Horto Municipal de Taubaté	-23,0192	-45,5342
Horto Municipal de Tremembé	-22,9681	-45,5472
Ilha do Bororé	-23,7947	-46,6425
Jardim Botânico Chico Mendes	-23,9381	-46,3728
Jardim Botânico de Araraquara	-21,7572	-48,1814
Jardim Botânico de Paulínia	-22,7608	-47,1469
Jardim Zoobotânico de Franca	-20,4733	-47,4033
Mata Bourbon	-22,5164	-47,5125
Mata do Bonfim	-22,7133	-47,0958
Mata do Caju	-22,5050	-47,4964
Mata do Furquim	-22,0958	-51,3747
Mata do M'Boi Mirim	-23,7061	-46,7797
Mata do Maturi	-21,6286	-51,8850
Mata do Parque Pirajucara	-23,6489	-46,8111
Mata dos Ingleses	-20,4947	-50,2622
Mata dos Macacos	-20,8836	-49,4122
Mata em Jacareí	-23,2183	-45,9778
Mata Panamby	-23,6378	-46,7244
Mata Sagrada	-21,7847	-48,6358
Mata São José (Rio Claro)	-22,3592	-47,4772
Parque Alfredo Volpi	-23,5875	-46,7025
Parque Augusta	-23,5000	-46,6489
Parque Botânico Eloy Chaves	-23,1889	-46,9611

Potencial Interesse - Área Verde	Latitude	Longitude
Parque Cemucam (Prefeitura de São Paulo)	-23,6086	-46,8444
Parque da Cidade	-23,1672	-45,8850
Parque das Lavras	-23,2183	-47,2892
Parque do Estado - Fontes do Ipiranga	-23,6539	-46,6231
Parque do Pedroso	-23,7294	-46,5128
Parque Ecológico Angelo Rinaldi	-21,2092	-47,8375
Parque Ecológico de Barra Bonita	-22,4639	-48,5569
Parque Ecológico de São Carlos	-21,9844	-47,8742
Parque Ecológico do Guapituba	-23,6958	-46,4508
Parque Ecológico Gruta Santa Luzia	-23,6744	-46,4089
Parque Ecológico Mac Lee	-23,0264	-48,9106
Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim	-22,9092	-47,0217
Parque Ecológico Municipal de Americana	-22,7539	-47,3525
Parque Pilarópolis	-23,6683	-46,4028
Parque Santo Dias	-23,6639	-46,7731
Reserva Biológica de Andradina	-20,8306	-51,3361
Reserva Biológica de Mogi-guaçu	-22,2822	-47,1728
Reserva Biológica de Pindorama	-21,2256	-48,9139
Reserva Biológica de Sertãozinho	-21,1775	-48,0881
Tanque da Paulista	-23,6617	-46,4403

Datum das coordenadas geográficas: WGS-84